PSICANÁLISE & TRABALHO

RETRATOS DO CONTEMPORÂNEO

Rosana Coelho e Diego Airoso da Motta (Orgs.)

PSICANÁLISE & TRABALHO

RETRATOS DO CONTEMPORÂNEO

Memorial da Justiça do Trabalho
no Rio Grande do Sul

Porto Alegre
2020

Organizadores
Rosana de Souza Coelho
Diego Airoso da Motta

Diagramação
Paulo Guadagnin

Fotografias da capa e contracapa: Henrique Amaral

Impressão: Oikos Editora

Memorial da Justiça do Trabalho:
Rua General João Telles 369, 2º andar. Porto Alegre - RS
http://www.trt4.jus.br/memorial
https://www.facebook.com/MemorialTRT4/
memorial@trt4.jus.br
Fone: (51) 3314-2310

Todos direitos reservados
Venda proibida

B823
Brasil. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4.). Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul.
Psicanálise & trabalho: retratos do contemporâneo [recurso eletrônico] / Rosana Coelho e Diego Airoso da Motta (Orgs.); Diagramação: Paulo Guadagnin; Imagem da capa: Henrique Amaral. Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul -- Porto Alegre: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 2020.
369 p.

ISBN: 978-85-62873-11-9

1. Psicanálise 2. Trabalho 3. Justiça do Trabalho 4. Rio Grande do Sul I. Brasil. Tribunal Regional do Trabalho (4. Região). Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul. II. Título. III. Coelho, Rosana (Org.); Motta, Diego Airoso da (Org.); Guadagnin, Paulo (Diagr.); Amaral, Henrique (Capa).

Tribunal Regional do Trabalho da 4º Região

Presidente
Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez

Vice-Presidente
Desembargador Francisco Rossal de Araújo

Corregedor Regional
Desembargador George Achutti

Vice-Corregedor Regional
Desembargador Raul Zoratto Sanvicente

Memorial da Justiça do Trabalho:

Comissão Coordenadora:
Titulares
Desembargador João Paulo Lucena
Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz
Juíza Anita Job Lübbe

Suplentes
Desembargadora Aposentada Maria Guilhermina Miranda
Juiz Artur Peixoto San Martin
Juíza Cínthia Machado de Oliveira

Coordenador:
Maurício Oliveira Agliardi

Equipe de Servidores:
Diego Airoso da Motta
Fernando Estanislau Bressani Allgayer
Kátia Teixeira Kneipp
Marcio Meireles Martins
Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin

Sumário

Prefácio 9

Introdução 11

EIXO 1 – SUJEITO E INSTITUIÇÕES

O significante trabalho e a população em situação de rua

João Bosco Carneiro •19

Os paradoxos do gozo em face do imperativo de desempenho e superação de resultados

Norton Cezar Dal Follo da Rosa Jr. •37

Trauma, angústia e desamparo: contribuições da psicanálise à saúde mental no trabalho

Rosana Coelho •53

Clínica do trabalho-*flânerie*

Cláudia Perrone; Rose Gurski •73

Psicodinâmica do trabalho, psicanálise, subjetividade e transformação social

Marcelo Ferretti •87

A psicanálise insiste, malgrado as condições: relato de uma experiência em um Batalhão de Polícia Militar

Fernanda Samico •105

Revisitando o RH: uma escuta psicanalítica *après-coup*

Karina Sassi •123

Chegadas e partidas: atenção ao suicídio, psicanálise e processo de trabalho na rede de saúde mental

Lucimara Lopes Rase •139

Efeitos transferenciais no trabalho em situações sociais críticas: a construção de dispositivos clínicos para o cuidado ao cuidador

Jorge Broide •159

Efeitos do dispositivo da supervisão psicanalítica no campo da atenção psicossocial: possibilidades e impasses

Simone Mendonça Delgado •173

EIXO 2 – SOCIEDADE E POLÍTICA

Voz do supereu e melancolização no trabalho que adoece

Ana Magnólia Mendes; Jean-Michel Vivès •189

Entre necessidade e liberdade; entre o somático e o psíquico: o trabalho

Felipe Castelo Branco •207

Sobre trabalho psíquico e a lei do mais forte: algumas considerações

Sonia Leite •231

Mal-estar, alienação e o trabalho: entre a identidade e a autoexploração

Willian Mac-Cormick Maron •245

Organizando a Vida, ou: convém ser comunista para escutar o sofrimento social?

Gabriel Tupinambá •267

Migração e trabalho: campo de humanos encontros

Cristiano Dal Forno •289

Importância e embaraços da profissionalização para o adolescente autor de ato infracional: uma leitura freudiana

Jacqueline de Oliveira Moreira; Andrea Maris Campos Guerra; Bianca Ferreira Rodrigues; Ana Carolina Dias Silva; Juliana Marcondes Pedrosa de Souza; Luciana Costa Pires •309

O trabalho do psicanalista e os imperativos do capital

Denise de Fátima Pinto Guedes; Maria Cristina Poli •329

O trabalho e sua ausência: o ataque à vida

Maracy Domingues Alves; Rita Maria Manso de Barros •345

Prefácio

Mais uma vez, o Memorial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região com muita satisfação compartilha um belo e rico projeto, trazendo outros olhares sobre o mundo do trabalho, sob diferentes enfoques, nem sempre decorrentes apenas de parcial ou total desatendimento de determinada norma ou, ainda, de mera disputa sobre uma específica inadimplência.

Desta feita, sempre atento ao seu objetivo maior de preservação e promoção da Memória institucional do TRT4, o Memorial traz a análise de circunstâncias que permeiam ou muitas vezes estão exatamente no centro das contendas, que dizem respeito aos sentimentos de sofrimento e dor no trabalho, causados por mágoas e tristezas, que, não raro, tomam proporções e contornos imensuráveis, e também, não raro, têm maior peso e importância do que qualquer cálculo ou atribuição de valor.

Estas dores e sofrimentos, sabemos, nem sempre são visíveis. E é justamente por nos conduzir neste olhar identificador e esclarecedor da psicanálise no mundo do trabalho que desde já agradecemos à psicanalista Rosana Coelho, bem como por reconhecer no Memorial do TRT4 e em todos seus integrantes motivação, interesse, competência e um frutífero ambiente institucional.

Assim, a exemplo de atividades anteriores já compartilhadas com o Memorial, em meados de 2019 Rosana nos apresentou o embrião do projeto deste livro, renovando nosso entusiasmo ao propor um novo desafio.

Por igual, registramos nosso agradecimento aos autores e autoras que emprestaram suas reflexões e dedicação, enriquecendo a discussão sobre o tema "Psicanálise e Trabalho".

Nosso comprometimento e responsabilidade com a Memória nos impõe sempre o cuidado para uma escuta ativa de profissionais dos vários

ramos do conhecimento. Estes, de forma inspiradora e mágica, trazem a lume outros enfoques, novos olhares, inegáveis esclarecimentos, ensinamentos que agregam valor e reconhecimento ao nosso projeto maior, que é a preservação da memória dessa justiça especializada e o mundo do trabalho, priorizando princípios que a todos nós são tão caros, como o da dignidade humana e da fraternidade, entre outros.

Fica então nosso especial convite a todos, desejando que desfrutem de um renovador pensar ao se ocuparem da leitura dos textos a seguir.

Comissão Coordenadora

Memorial do Tribunal Regional do Trabalho na 4ª Região

Porto Alegre, junho 2020

Introdução

Todo trabalho trabalha
para fazer um homem
ao mesmo tempo que uma coisa
Emmanuel Mounier

O desejo de por em diálogo o campo da Psicanálise e o campo do Trabalho, para com eles tecer teorizações sobre a relação que o sujeito mantém com o seu trabalho, é o que dá vida a este livro.

Em linhas gerais, podemos dizer que um fio condutor importante para a tessitura dos capítulos é a compreensão de que, assim como a língua se realiza na fala, discriminando radicalmente o universo humano do reino animal, o trabalho humano se distingue do trabalho animal por seu caráter de intencionalidade: o joão-de-barro constrói sua casinha e as abelhas produzem mel, mas nenhum desses animais está trabalhando, no sentido humano do termo, pois eles não conferem ao seu trabalho uma intencionalidade. Seus gestos são apenas instintivos e não espelham nenhuma reflexão sobre as causas ou consequências do ato de trabalhar. Já o trabalho humano produz a cultura, é uma atividade dirigida para esta finalidade. Dizendo isso, é possível afirmar que o trabalho humano é produtor de sentido para o homem. Diferentemente do animal, no ato de trabalhar o homem produz a cultura no seio da História, experimenta relações de poder e metamorfoseia a sociedade em que vive com outros homens que com ele compartilham o mundo do trabalho. E é pelo trabalho, também, que o homem se autoproduz, como indica a citação de Mounier. O trabalho é, ao longo das eras, uma das formas privilegiadas pelas quais o homem constrói a sua identidade, num duplo movimento de criação de si e do mundo, movimento pelo qual ele se assemelha e se diferencia dos demais, se sin-

gulariza. O homem, termo genérico, se torna sujeito no e pelo trabalho. Portanto, podemos nos referir àquele que trabalha como um sujeito trabalhador. A categoria teórica de sujeito nos parece de suma importância. Ela nos foi legada pela filosofia moderna e faz sua entrada nas reflexões sobre a modernidade com a filosofia cartesiana e seu famoso *cogito, ergo sum,* "penso, logo existo". Podemos compreendê-la, resumidamente, em duas acepções: a de sujeito como autor, como aquele que pensa e toma para si a responsabilidade por suas ações e as consequências delas no mundo que o cerca, e a de sujeito como aquele que está sujeito às regras e normas sociais, aquele que precisa estar em conformidade com elas e submeter-se ao que elas preconizam.

Sabemos que o advento da sociedade moderna fundou uma ética baseada principalmente no valor do trabalho. O desenvolvimento da produção e a expansão do comércio exigiram a captação de mão de obra livre e que tivesse como valor principal a dedicação ao trabalho com vistas a aumentar a produtividade e a prosperidade dos negócios. É na modernidade, com o nascimento e a expansão do capitalismo, que o trabalho passa a ser reconhecido como fato social determinante da humanização do homem. A ideia predominante aqui é a de que, por meio do trabalho, o homem modifica a natureza, inventa a técnica, cria uma nova realidade e altera o curso da vida, reconstruindo ele mesmo e a sociedade em que vive. A pós-modernidade e a hegemonia do capitalismo trazem novas concepções sobre o trabalho: o poder econômico como lógica hegemônica, o culto da produtividade, o ideal de perfeição profissional, a exigência de domínio da tecnologia, o status e o sucesso social como sinônimo de felicidade. A partir de então, foi ficando cada vez mais clara a percepção do trabalho como um desafio psíquico decisivo para o sujeito tanto em nível da atividade, ou seja, do trabalho em si, quanto em nível das relações de trabalho.

Pensar o trabalho como uma atividade complexa, na qual o sujeito investe afetivamente e com ela forja uma imagem de si, também impli-

ca admitir que o trabalho é fonte de prazer. Pouco importa se do ato de trabalhar resultou um objeto de uso doméstico, uma obra de arte ou a transmissão de uma informação, pois o fruto do trabalho presentifica o sujeito no mundo. Perceber que construiu um artefato que servirá para cozinhar alimentos ou que manejou a técnica que permitiu ao outro conhecer e usar o alfabeto, acompanhados do reconhecimento daquele que foi beneficiado com o resultado do seu trabalho é, notavelmente, uma fonte de prazer e autorrealização. Porém, o contrário também é verdadeiro: quando o sujeito não encontra prazer e realização no trabalho, quando as relações de trabalho deixam de ser um veículo de reconhecimento mútuo entre aqueles que juntos trabalham, os conflitos inerentes ao ato de trabalhar se exacerbam e podem se tornar fonte de agudo sofrimento.

A dialética entre prazer e sofrimento no trabalho nos remete diretamente aos aspectos sociais e políticos inerentes ao mundo do trabalho, uma vez que ninguém trabalha sozinho. O outro está sempre presente na figura do chefe, do colega de trabalho, do cliente, do fornecedor de matéria-prima. É o que podemos considerar como a dimensão intersubjetiva do trabalho, a qual também é fonte de incessantes desafios para o sujeito, visto que ela coloca em jogo questões que dizem respeito à competência, à obediência, à transgressão e ao reconhecimento no trabalho, para elencarmos os aspectos mais importantes.

Chegamos então à seara na qual a psicanálise pode legar valiosas contribuições. Um dos inegáveis méritos da teoria psicanalítica, desde sua concepção por Sigmund Freud, foi o de lançar luz sobre os fenômenos psíquicos destacando que eles não se resumem a categorias psicopatológicas. São, antes disso, fenômenos presentes na vida cotidiana, fenômenos inerentes ao próprio funcionamento do psiquismo e que estão na sua constituição. Ao lado desse mérito pioneiro, contamos ainda com um segundo ponto de fundamental importância teórica para compreensão do sujeito e de seu mundo de relações: a proposição freudiana de que o outro

é presença original na constituição do sujeito. Tal proposição, de inestimável alcance social, ético e político, faz com que a psicanálise se distinga, sobremaneira, das teorias biológicas e evolucionistas.

Em seus textos conhecidos como socioantropológicos, Freud vai situar o trabalho como necessário para a construção da civilização, retomar os argumentos sobre a renúncia das pulsões para que essa construção seja possível e discorrer sobre os efeitos que dela decorrem para a economia libidinal. São nestes textos, também, que Freud concebe o trabalho como uma resposta sublimatória ao desamparo e ao mal-estar e aponta o trabalhar, ao lado do amar e do criar, como vias sublimatórias pelas quais o sujeito pode dar lugar às suas exigências pulsionais e constituir destinos para o mal-estar produzido pelo desamparo que possam, em alguma medida, resultar em satisfação e prazer. Se com o mestre vienense aprendemos que a relação entre a economia financeira e a economia libidinal é por demais estreita, e que ela apresenta inegáveis ressonâncias sociais e políticas, pensamos que no âmbito das relações intersubjetivas no trabalho uma análise que contemple o arcabouço teórico psicanalítico pode trazer contribuições inestimáveis à formação acadêmica de todos os trabalhadores.

Resgatando os ensinamentos freudianos e se fazendo acompanhar de psicanalistas contemporâneos que também refletem e teorizam sobre o campo do Trabalho, tanto eu, na qualidade de organizadora, quanto os colegas que comigo compõem esta obra reputamos como fundamental a contribuição da psicanálise, sobretudo se tal contribuição vier acompanhada de um diálogo com as Ciências Humanas em geral, e as Ciências Sociais em específico, como é, de fato, o caso desse livro. Nossa crença, ao assumirmos esse percurso, é a de que a produção do conhecimento, como todo e qualquer trabalho, não se sustenta sozinha, mas precisa do olhar e do reconhecimento de pares e parceiros com os quais possa somar esforços. Por isso, caro leitor, ao percorrer as linhas que dão corpo a este livro,

encontrarás uma bela variedade de temáticas, as quais foram agrupadas em dois grandes eixos.

No primeiro eixo, os capítulos versam sobre o sujeito e as instituições nas quais o ato de trabalhar acontece. Ele se inaugura com o capítulo que aborda o sentido do trabalho para aqueles que têm na rua o seu local de trabalho, dando visibilidade a esses trabalhadores que, muitas vezes, são invisíveis aos olhos alheios. Acompanhados por este capítulo, chegam outros que, igualmente, trazem valiosas ferramentas teóricas para a compreensão das experiências de trabalho e sua incidência no sujeito, como o capítulo que explora os efeitos subjetivos da exigência extrema em relação a padrões de desempenho e de resultados; e o que vem em seguida discorre sobre os discursos médico e jurídico que norteiam os diagnósticos sobre Transtorno de Stress Pós-Traumático, apontando os seus impactos na saúde mental no trabalho. Na sequência, pode ser lido o capítulo que nos apresenta os pressupostos de uma clínica do trabalho-*flânerie*, e um outro que articula criativamente as teorizações da Psicodinâmica do Trabalho com a Psicanálise para trazer contribuições às teorizações sobre a subjetividade do trabalhador. O sexto capítulo desse eixo problematiza o trabalho em um batalhão de polícia militar e sua incidência na subjetividade dos trabalhadores que nele laboram, e o sétimo nos deixa ver as experiências de trabalho em um departamento de Recursos Humanos, sublinhando a importância da escuta psicanalítica no âmbito desse trabalho. O oitavo capítulo oferece importantes elementos para refletirmos sobre o desafiador processo de trabalho nas equipes que se ocupam do atendimento a usuários de um CAPS que trata das delicadas questões relativas ao suicídio; o nono capítulo joga luz na dinâmica própria à transferência de trabalho e contribui para conhecermos como ela opera nos dispositivos de cuidado ao cuidador, e o eixo se conclui com o capítulo que trata das possibilidades e dos impasses no trabalho de supervisão na Rede de Atenção Psicossocial. São capítulos que guardam, entre si, o objetivo co-

mum de destacar as angústias e vivências do sujeito que protagoniza o ato de trabalhar e que almejam, com isso, dar voz à delicada relação que ele mantém com as instituições nas quais labora, relação que deixa marcas indeléveis na subjetividade.

No segundo eixo agrupamos os capítulos nos quais se destacam os aspectos sociais e políticos do trabalho. Ele é encabeçado por um criativo texto que discorre sobre a voz do supereu no trabalho que adoece. Dividindo espaço com ele, está um capítulo que trata dos efeitos da violência quando o trabalho do pensamento falta e advém a derrocada da palavra. Fazem companhia a estes capítulos outros que tratam de temas igualmente valiosos tais como a tensão entre o somático e o psíquico no ato de trabalhar; os efeitos do mal-estar e da alienação no trabalho; as possibilidades de escuta do sofrimento social no trabalho; a migração como possibilidade de encontro com novas oportunidades de trabalhar. Encontramos também aqui problematizações importantes sobre a profissionalização do adolescente autor de ato infracional, sobre as (im)possibilidades do trabalho do psicanalista diante dos imperativos do capital, e o eixo se conclui com um capítulo que traz um candente alerta sobre a ausência de trabalho no mundo pós-moderno e seus efeitos imprevisíveis e deletérios sobre o psiquismo.

Ousando costurar saberes ao assumir uma abordagem interdisciplinar e abertos a uma variedade de temas que têm como estofo a articulação teórica entre o campo do Trabalho e o da Psicanálise, nós, autores e organizadores, acreditamos que pudemos ofertar uma obra de diferencial ímpar. Nosso mais sincero e terno desejo, agora, é o de que o trabalho que se decanta nessas linhas possa fecundar pensamentos e práticas que proliferem outros tantos trabalhos, dando a ver a pulsão de vida que o ato de trabalhar carrega consigo.

Rosana Coelho

EIXO 1 – SUJEITO E INSTITUIÇÕES

O significante trabalho e a população em situação de rua

João Bosco Carneiro[1]

São 9 horas da manhã. A equipe de educadores sociais recepciona os primeiros usuários[2] para o café da manhã. Aos poucos, eles vão chegando, adentrando o grande portão azul, carregando seus pertences, acompanhados de seus cães de estimação. Alguns grupos se formam em torno das mesas do refeitório. Ouve-se uma discussão em voz alta, levantando-se a suspeita de uma briga. Nada além de uma conversa mais acalorada de um grupo que inicia a jornada diária com o incômodo de uma noite sem descanso, atravessada numa batalha pela sobrevivência e pela esquiva da violência noturna, dirigida àqueles que descansam seus corpos nas calçadas e praças da região. A equipe de educadores sociais inicia sua rotina de trabalho, passando algumas instruções ao público que vai chegando e atendendo às primeiras demandas do dia. Há usuários novos? Quantos irão almoçar hoje? Há alguma questão mais urgente, entre aqueles que chegam logo cedinho, que necessite de uma dose extra de prioridade? A quantidade do café é suficiente para atender o público daquele dia? Enquanto os educadores iniciam suas jornadas de trabalho atravessados por essas perguntas, a equipe da cozinha começa a pegar firme na preparação do almoço. Na sala de atendimento, a equipe técnica separa as fichas daqueles usuários novos, colhe algumas informações sobre o plantão anterior e prepara a agenda para o dia que se inicia.

No parágrafo acima, temos um recorte descritivo das cenas de trabalho

1 Psicólogo. Psicanalista. Mestre em Psicanálise – Pesquisa e Clínica/UERJ). Especialização em Teoria Psicanalítica e Prática Clínico-Institucional/UVA-RJ. Atua na clínica psicanalítica e no serviço publico como psicólogo de um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

2 Termo utilizado para designar toda e qualquer pessoa que utiliza os serviços socioassistenciais no âmbito do SUAS.

da equipe do Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), no inicio de mais um dia. O Centro POP é uma unidade da Proteção Social Especial de Média Complexidade prevista no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Trata-se de uma instituição voltada, especificamente, para pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia ou sobrevivência. Esse equipamento do SUAS (Sistema Único da Assistência Social) se define como um espaço de convívio diário e oferta de serviços como alimentação, higiene pessoal, escuta qualificada por meio de atendimento psicossocial, encaminhamento para outras unidades das redes socioassistencial e de saúde. O Centro POP aqui referido se localiza em um município da Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Essa unidade foi inaugurada no ano de 2014, atendendo até o momento desta escrita, 645 usuários, sendo deste total 106 mulheres (16,43%) e 539 homens (83,57%). Seu funcionamento ocorre de segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 8h às 18h.

O Sistema Único da Assistência Social – SUAS, ao qual o Centro POP se vincula como unidade de atendimento, é um sistema público, descentralizado, não contributivo e participativo que gera e organiza a oferta de serviços, programas, benefícios e projetos da política de assistência social no território nacional. O SUAS organiza a proteção social por níveis: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A assistência à população em situação de rua através do Centro POP ocorre no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade[3].

3 Para maiores informações referentes ao cuidado e atenção à população de rua no âmbito do SUAS, remeto o leitor às seguintes normativas: Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 2004; Lei nº 11.258 de 2005, que incluiu a prerrogativa de programas destinados às pessoas em situação de rua; Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a fim de elaborar estudos e propostas de políticas públicas para inclusão social das pessoas em situação de rua; Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006; Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009; Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política

O cotidiano dos profissionais que compõem a equipe do Centro POP, descrito no parágrafo inicial, sinaliza a importância do trabalho em equipe, sem o qual não haveria a possibilidade de construção de laços com as pessoas que utilizam a rua como moradia. Muitas dessas chegam ao equipamento com demanda de alimentos e utilização do espaço para descanso diário, banho e outros tipos de higiene pessoal. Há aqueles que solicitam retirar a segunda via de documentos, como a "identidade", significante interessante para marcar algo que se perde durante o tempo de rua, quando o sujeito está em busca não somente de uma cédula de documento, mas de algo com o qual possa se reconhecer, apontando para sua própria história.

As ações de cuidado e assistência dirigidas ao público que utiliza o Centro POP são desenvolvidas através do caráter multiprofissional. A equipe técnica da unidade é formada por psicólogo, assistente social e terapeuta ocupacional, trabalhando em articulação direta com a equipe de educadores sociais – estes, profissionais com escolaridade de ensino médio que desempenham funções de apoio ao provimento dos serviços[4]. Dentre as ações realizadas pela nossa equipe de educadores, destacam-se as seguintes: desenvolvimento de atividades socioeducativas, de convivência e socialização; recepção dos usuários; apoio na identificação e registro das demandas apresentadas; apoio e participação no planejamento das ações; acompanhamento e orientação dos usuários durante a rotina de funcionamento da unidade; apoio na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas. É, portanto, em um contexto em que circulam diferentes saberes que se desenvolve o meu trabalho como psicólogo, através do qual se viabiliza uma escuta na posição de psicanalista.

A questão do trabalho comparece, quase sempre, na primeira entrevista, fazendo-se plural a partir de cada relato. Embora haja casos com

Nacional para População em Situação de Rua; Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010, que dispôs sobre o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais ofertados pelo Centro POP e Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS.

4 Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social.

históricos de trabalho formal, ou seja, aqueles usuários que têm, ou já tiveram, Carteira de Trabalho assinada, comprovando uma relação entre empregado e empregador, chama a atenção o número elevado de pessoas que estão completamente fora desta situação de formalidade, que nunca se pensaram tendo um trabalho formal. Sem entrar na discussão acerca das inúmeras questões que atravessam a singularidade e o contexto social desses casos (dignas de um estudo à parte), o que tenho escutado de cada história converge para um mesmo lugar, onde o que está em causa aponta para um certo fracasso do Estado em garantir os direitos sociais[5] constantes na nossa Constituição Cidadã. Aqui, especificamente, estou me referindo ao direito à educação. Sem qualificação para o trabalho, originária, em parte, pela ausência das salas de aula, esta população sobrevive de "bicos", "biscates", nomes para pequenos trabalhos como capinador de mato, ajudante de obras, vendedor ambulante, entre outros.

A causalidade da situação de rua é algo que se faz na diferença de cada história, é um acontecimento singular que, em hipótese alguma, deve ser homogeneizado numa explicação generalista que desconsidere os encontros do sujeito na vida. Partindo deste pressuposto, a relação da população de rua[6] com o trabalho traz, também, um contexto singular, mas apresenta aspectos sociais amplos, que lhe conferem identidade e consistência. Os grupos de trabalhadores se formam por um contrato invisível que sela uma espécie de pacto social. Há aqueles que fazem reciclagem, os vendedores de bala, os guardadores de carro, os artesãos, entre outros. Trata-se, nestes grupos, da maneira como o significante trabalho é apropriado por cada sujeito para conferir sentido às suas atividades diárias. Tais atividades, quando fora desses grupos, quase nunca são percebidas

5 São direitos sociais constantes no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

6 A "população de rua" a qual me refiro nesta escrita é unicamente aquela restrita ao território onde se localiza o Centro POP aqui especificado.

como trabalho, pois estão às margens da esfera formal a partir da qual a sociedade capitalista valoriza o trabalho.

Um de nossos usuários, em sua primeira entrevista, falava o seguinte: "As pessoas gostam de quem faz alguma coisa". Concluía a importância do trabalho para a construção de laço com a comunidade local, ao mesmo tempo em que se queixava da imagem do seu corpo, maltratado pelas condições precárias de sobrevivência nas ruas. "Procurar um serviço não dá... É só ele [o empregador] vê a fisionomia da pessoa que não há serviço". Sua fala sinaliza que a rua é um lugar muito difícil, pois os esforços do sujeito em construir laços através do trabalho são vencidos por uma barragem social, fortalecida pela ação sugestiva do imaginário, que faz do morador de rua a miragem do irresponsável, do vagabundo, do delinquente.

A fala desse usuário sinaliza que a importância social do trabalho convive lado a lado com a dificuldade – em muitos casos, com a impossibilidade – do morador de rua em conseguir um trabalho formal. Examinar as causas disso requer entrar no íntimo de cada caso, no entanto, há condicionantes sociais que oferecem contornos bem precisos para esta problemática. Borin (2004) observa que a "exclusão social", a pobreza, a desigualdade, o subemprego ou o trabalho precário parecem caminhar ao lado da situação de informalidade. Em seu estudo sobre a relação da população de rua da cidade de São Paulo com o mundo do trabalho, a autora aponta que as situações de informalidade no trabalho se alastram pelo espaço urbano, despertando descrédito e desconfiança por parte da sociedade. Essas situações de informalidade se deparam, ainda, com problemas legais e violências de toda ordem, dificultando a vida de quem delas depende.

Retornando à fala dos usuários, elemento construtor da lógica desta escrita, fui percebendo que, muito além da função monetária, havia uma outra em causa no trabalho executado pelos moradores de rua. Um dos nossos primeiros atendidos se orgulhava do trabalho de guardador de carros. Caminhando em passos cansados, em parte, pelos efeitos do álcool,

seu anestésico diário das durezas da rua, Osvaldo, como ficticiamente irei chamá-lo, chegava à unidade pontualmente nos horários do café da manhã e do almoço, retornando para a rua, seu posto de trabalho a céu aberto, logo após estas refeições. Repetidas vezes, reafirmava para a equipe que era conhecido por todos da região, tendo passe livre para entrar e sair de alguns estabelecimentos das ruas onde guardava carros. Todos na região conheciam Osvaldo e o chamavam pelo nome. Isto graças ao trabalho que ele exercia trajando um colete reciclado que, além de vestir seu corpo, alimentava seu desejo, pois lhe conferia a "imagem de trabalhador", estratégia daquele sujeito para furar a invisibilidade que lhe tirava de cena quando estava fora do tempo de seu expediente.

Certa vez, outro usuário disse-me que iria trabalhar, pois precisava garantir "algum" para "molhar a palavra" – expressão com a qual ele nomeava a ação de beber "qualquer coisa". Este vem falando, há mais de 4 anos, da sua relação com o "líquido branco" (bebida alcoólica), a partir da qual ele se coloca em situação de rua. Questionado sobre o trabalho, responde ele: "Estou trabalhando com abordagem". Curioso uso da expressão – "abordagem" –, que também nomeia o trabalho realizado pela equipe do Centro POP quando esta precisa atender, "abordar", alguém na rua, fora do espaço institucional do equipamento. Continuava ele, numa fala entusiasmada: "Eu sou um mangueador. Eu trabalho com palavras. Um mangueador faz pedido às pessoas". Explicava que para "manguear" era necessário "molhar as palavras". Molhadas, as palavras lhe escapariam mais facilmente da sua boca e, assim, estariam livres para criar uma encenação, necessária ao ofício de conseguir dinheiro na rua. Ele não era "pedinte" – nome para aquele que pede esmola por não ter trabalho – ele era "mangueador", expressão que veste de sentido a ação de pedir, fazendo disso um tipo de trabalho, de ofício.

Além de ser um espaço físico onde serviços socioassistenciais são ofertados, o Centro POP se define como um lugar de referência simbólica e

acolhimento de seus frequentadores. Muitos usuários não conseguem continuar falando depois das primeiras entrevistas, fechando-se na resistência de "abrir o livro da vida"[7]. Outros, no entanto, encontram, pela transferência, a via necessária para a narrativa de suas histórias. Desse modo, muito além de responder a demanda por serviços, ofertar uma escuta pode fazer surgir outra demanda, através da qual o sujeito do inconsciente possa advir, no tempo e no intervalo das palavras.

Com Lacan, aprendemos que o inconsciente se estrutura como linguagem, através da qual ele cria o estatuto de um sujeito, o sujeito do inconsciente. O psicanalista Bruce Fink (1998) aponta que na década de 1950 Lacan definia o sujeito como um posicionamento adotado em relação ao Outro, enquanto lei ou linguagem; ou seja, a noção de sujeito se dava a partir da relação com a ordem simbólica. Após estas primeiras noções fenomenológicas lacanianas, este sujeito é recontextualizado como postura adotada frente ao desejo do Outro, à medida em que a noção de Outro, também, passa por uma evolução.

No "Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise", Lacan (1964) nos fala do sujeito marcado pela incerteza, em razão da sua divisão pela linguagem, condição pela qual ele vai encontrar o seu desejo sempre dividido, continuamente pulverizado na metonímia das palavras. Pela ação da fala, esse sujeito se realiza no Outro, mas sempre de maneira parcial, quando ele persegue nada além da metade de si mesmo. "O efeito de linguagem está o tempo todo misturado com o fato, que é o fundo da experiência analítica, de que o sujeito só é sujeito por um assujeitamento ao campo do Outro (LACAN, 1964/2008, p. 184).

Lacan traduziu os *Vorstellungsrepräsentanz* de Freud para o francês como *représentants de la représéntation* (representantes da represen-

7 Expressão utilizada por um usuário que tecia críticas à "obrigatoriedade" de falar da sua história de vida todas as vezes em que era atendido na rede da assistência social, demonstrando que falar era a tradução de um esforço nem sempre possível.

tação) e concluiu que estes representantes correspondem aos significantes da linguística (FINK, 1998). Em suas escavações da obra freudiana, numa específica referência ao artigo de 1915 "O inconsciente" (FREUD, 1915/2010), Lacan (1958-1959/2016), no "Seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação", aponta que o *Vorstellungsrepräsentanz*, sendo recalcado, é o único representante da pulsão, pois representa o movimento pulsional (*Triebregung*). Em contrapartida, o que Freud reuniu sob os termos de afeto, sensação, sentimento, não se situam em nível do inconsciente, portanto, não são recalcados, pois se acomodam em nível do pré-consciente, permitindo ser acessado pela consciência.

O inconsciente, segundo Lacan, é uma "cadeia" – palavra utilizada para lembrar que nenhuma afirmação tem valor fixo, isolado do seu contexto – de significantes (palavras, fonemas e letras) com regras de funcionamento muito precisas sobre as quais o eu não tem qualquer controle. Neste sentido, a linguagem protagoniza um papel à parte, pois tem vida própria e seu funcionamento é independente de qualquer uso que o ser falante possa fazer dela. Não é o sujeito quem usa a linguagem; é a linguagem que usa o sujeito, transformando-o em um joguete, pois ela "vive" e "respira" independentemente deste sujeito (FINK, 1998).

O sujeito do inconsciente acontece na linguagem, como efeito de uma fala em transferência. Este sujeito é suposto a partir da ação dos significantes, sendo, portanto, aquilo que um significante (S1) representa para outro significante (S2). Lacan (1958-1959/2016), em uma referência à teoria da comunicação, faz uma importante distinção entre signo e significante a partir do poder de representatividade desses dois elementos. Enquanto o signo representa uma terceira coisa no endereçamento feito a alguém, o significante, ao contrário, não representa essa coisa, só possuindo algum valor em relação a outro significante, que não é ele. Nesse sentido, a cadeia dos significantes é uma estrutura basal fundamental, na qual está submetida toda manifestação da linguagem. Esta, por sua vez, é

regulada por uma diacronia, ou seja, por algo que se desdobra no tempo.

Tanto na marginalidade de Osvaldo, quanto na inventividade do nosso "mangueador", há um fazer que se conclui mediante o significante trabalho, que representa aqueles dois sujeitos, conferindo-lhes lugar no laço social. Importante aqui uma pequena distinção. Embora aqueles dois sujeitos localizem seus afazeres diários no campo do trabalho, os tipos de atividades por eles desempenhadas, socialmente, não são reconhecidas de igual maneira. Aquele que guarda carros, embora com traços inconsistentes, constrói uma imagem referida ao trabalho, ao passo que o mangueador não consegue essa proeza, pois socialmente sua imagem está dissociada de qualquer referência ao trabalho. É um "pedinte" porque não tem trabalho. A lógica se inverte quando a palavra é dada ao sujeito, que pode dizer de seu ato de pedir, atribuindo-lhe valor de trabalho.

O que estaria em causa, portanto, nessa inversão operada pelo sujeito, quando este se retira da posição de pedinte para a posição de trabalhador? Como a teoria psicanalítica pode nos ajudar com essa questão?

A cultura ocidental moderna construiu sua organização em torno do trabalho, na medida em que vem produzindo objetos que são valorizados como mediadores de trocas sociais. Neste contexto, o trabalho se torna um ideal, uma vocação, e "ser profissional", "ser trabalhador", alcança o valor de marca, de insígnia para os sujeitos dessa cultura. Como toda organização do trabalho cria uma exclusão do sujeito, cabe a este inventar um lugar na sua rede de relações sociais. O insuportável é a ausência de lugar para o sujeito do trabalho, é a inexistência de um ato criativo que leve em consideração o desejo (JARDIM, 2011). Neste sentido, o mangueador de rua é aquele sujeito que – excluído de toda forma possível de organização do trabalho – inventa algo com o qual possa se reconhecer como profissional, como trabalhador, trazendo à baila a importância da ação psíquica referida ao trabalho.

Na clínica particular, trabalho e amor são temas recorrentes na fala daqueles que procuram o analista. As queixas do sujeito contemporâneo, tomado pelas inexequíveis demandas do mundo capitalista, noticiam um sofrimento advindo da relação com o campo do trabalho, quando este se torna causa de sofrimento. O psiquiatra e psicanalista francês Cristophe Dejours (1992) conclui que a organização do trabalho exerce uma ação específica sobre o aparelho psíquico. Sua hipótese, extraída de uma abordagem histórica, aponta que as aspirações individuais, em certas ocasiões, podem entrar em conflito com a organização do trabalho, resultando em sofrimento para o sujeito. Este sofrimento tem início quando o homem é impedido da liberdade de fazer qualquer alteração em sua tarefa, tornando-a mais próxima de seu desejo, ou seja, quando a relação homem-trabalho é bloqueada.

Freud (1930/2010), em "O mal-estar na civilização", postula que o homem primevo descobriu que sua sorte na Terra poderia ser melhorada através do trabalho. Na cultura totêmica, a vida em comunidade se organizou em torno de um duplo fundamento: a compulsão para o trabalho e o poder do amor. Trabalho (Ananke) e amor (Eros) tornaram-se os pais da civilização humana. Freud se refere à ação sublimatória das pulsões como uma forma de afastar o sofrimento causado pelo mundo externo, através de um trabalho que contemple a dimensão do desejo. "Obtém-se o máximo quando se consegue intensificar suficientemente a produção de prazer a partir das fontes de trabalho psíquico e intelectual" (FREUD, 1930/2010, p. 87). Isso ocorre, por exemplo, a partir da alegria do artista em criar ou do cientista em descobrir verdades ou solucionar problemas.

Essas indicações freudianas servem de pista para pensarmos o trabalho como um lugar de investimento libidinal com o qual o sujeito se relaciona, tanto pela via do prazer, quando o trabalho é causa de desejo, quanto pelo caráter de desprazer e sofrimento.

No trabalho executado pela comunidade de rua, temos que considerar

os condicionantes sociais que, muitas vezes, impedem o sujeito de se inserir na comunidade oficial de trabalhadores, conforme já mencionado. Ao longo do funcionamento da nossa unidade, além das queixas pela ausência de trabalho, chegam-nos noticias de "trabalho escravo", quando pessoas da região se aproveitam da força do trabalha(dor) de rua para propor degradantes condições de trabalho que aviltam a dignidade humana. Certa ocasião, um usuário, deficiente de uma das pernas, relatava que as limitações físicas de seu corpo o fizeram recuar diante de uma oferta, pois não dispunha de condições físicas para executar as 12 horas diárias de trabalho num comércio local, 7 dias por semana, apenas com 1 folga mensal.

Muitos usuários respondem às dificuldades no campo do trabalho, contornando-as e inventando um outro jeito de trabalhar. Outros, no entanto, sucumbem diante de uma mortífera paralisia, fazendo-se incapazes para qualquer ação que não seja o uso de substâncias químicas. São casos de difícil manejo, pois localizam um comportamento compulsivo que frustra qualquer aposta de intervenção, fazendo o sujeito claudicar diante de qualquer proposta que acene para a vida.

A próxima vinheta exemplifica essas situações de difícil manejo, quando a função do trabalho se apresenta enfraquecida pela ação do gozo, impedindo o sujeito de fazer laços sociais. Trata-se do caso de Beto (nome fictício), 34 anos, usuário da nossa unidade desde 2014. Sempre alcoolizado, mostrava-se "fechado como uma concha" para as intervenções da equipe que se angustiava diante de sua irrecusável escolha de autodestruição. Em um momento de abertura para a fala, disse: "Eu vou dá um jeito de dar um fim na minha vida, seja fumando, seja bebendo". Em seu dizer, Beto corporifica o sofrimento do sujeito diante da silenciosa pulsão de morte, que o emudece todas as vezes em que é convidado a falar daquilo que não cessa de se repetir através da compulsão pelo álcool. Ambivalente diante da vida, ele transformou a bebida e o cigarro em veículos dessa pulsão, dessa

vontade de destruição, ao mesmo tempo em que se freia para o "suicídio" – projeto que vem fracassando desde os 12 anos, quando o ensaiou pela primeira vez, num endereçamento feito à mãe. Nessa idade dos 12, ele era "rejeitado" pelo pai, que preferia chamá-lo de "capeta" a invocá-lo pelo nome. No tempo de acompanhamento, reafirmava que não tinha motivos para viver, preferindo estacionar sua existência num ponto que facilitasse o fim da vida, escolha que aniquilou seu talento de "coreógrafo". Preferindo se contar a partir de uma vacilante escolha pelo "descanso da morte eterna", Beto traz para o tempo das ruas a extensão de um gozo que o leva a se identificar com o lixo, com o resto, com o "rejeito", deixando a ferida da "rejeição" paterna sempre aberta. Aos 17 anos, seu pai falece, havendo uma "desintegração" da família. Com a morte do pai, a herança de "rejeição" convoca mais ainda seu fechamento para a vida, elevando à máxima potência seu "prazer" em assistir "vídeos de suicídio". A força do amor foi a única capaz de barrar seu gozo obtido com as cenas de suicídio dos outros. Ele parou de assistir pessoas dando cabo de suas vidas no dia em que uma imagem espelhou o corpo da sua amada. "Era uma moça muito parecida com ela". O golpe de misericórdia lhe sobreveio quando esta, na época sua noiva, o traiu, fazendo-o "cair de si", levando-o a "cair nas ruas". Sem lugar no desejo do Outro, sua vontade de morte ganha contornos mais precisos, pois Eros fora assassinado pela traição da noiva. Órfão do pai e viúvo da mulher que lhe causava motivos para vida, Beto sutura sua existência com fios de morte, fazendo da rua o berçário para um o novo sujeito, que atende pelo nome de "Sujinho", numa evidente tentativa de apagar sua história pela "rejeição" de si. Na escolha pelo "Sujinho", Beto cumpre os desígnios do pai morto, que o nega na "rejeição" de seu nome, quando ele era o "capeta". Ele nos conta que, diferentemente do lugar de "rejeição" oferecido pelo pai, "na rua, um toma conta do outro".

Em "Mais além do princípio do prazer", Freud (1920/2010) avança na teorização das pulsões e formaliza sua segunda teoria pulsional. As pul-

sões de autoconservação (do eu) e as sexuais são indexadas à pulsão de vida (Eros) que, vinculadas à sublimação, trabalham com o objetivo de prolongar a vida humana. A segunda dualidade pulsional se conclui com a introdução de um novo elemento, a saber, a pulsão de morte (Thânatos). Foi a partir dos impasses da clínica – quando Freud se deparou com a ambivalência, o masoquismo e, especialmente, com a compulsão à repetição – que o conceito de pulsão de morte se consolidou, demonstrando que o funcionamento do aparelho psíquico não se esgota na ação do princípio do prazer, insatisfatório para explicar a ambivalência em causa no comportamento repetitivo do sujeito. A partir de então, passa a se considerar a tendência que reconduz o organismo vivo a um estado anterior de coisas, ou seja, ao estado inanimado. Nesse contexto, a vida se torna um elemento perturbador do movimento da pulsão de morte.

No texto O Eu e o Isso, Freud (1923/2010) define o Eu como uma extensão do Isso, modificada pela influência externa do mundo, no tempo em que o Eu se empenha em colocar o princípio da realidade no lugar do princípio do prazer. No referido texto, Freud nos apresenta a hipótese de que a energia operante no Eu e no Isso é proveniente da reserva libidinal narcísica, ou seja, Eros dessexualizado. "Pois os instintos (pulsões) eróticos nos parecem como mais plásticos, desviáveis e deslocáveis do que os instintos (pulsões) de destruição" (FREUD, 1923/2010, p. 46). A fim de evitar represamentos, facilitando a descarga, essa libido deslocável está a serviço do princípio do prazer.

Em "O problema econômico do masoquismo", Freud (1924/2011) retoma a discussão sobre o ponto de vista econômico do aparelho psíquico, formalizando que prazer e desprazer não podem ser reduzidos ao aumento ou diminuição da quantidade de tensão, embora, tenha a ver com isso. O que está em causa no prazer e desprazer parece que não depende de um fator quantitativo, mas de um desconhecido traço qualitativo. Ainda no referido texto, Freud constata que o princípio do prazer exerce a função de

"guardião da vida", indicando que sua atuação não se restringe à vida psíquica, indo para além desta. O primeiro objetivo desse princípio é evitar o desprazer, transformando a dor em sua principal mensageira. O problema ocorre quando o nosso guardião é "narcotizado" e a dor deixa de ser uma advertência para se tornar um objetivo em si, introduzindo a questão do masoquismo, quando este se torna um perigo para a vida psíquica.

Importante observar que a escrita do texto de 1924 ocorre após o nascimento da pulsão de morte, quando a face silenciosa e destrutiva da pulsão já tinha sido introduzida na teoria psicanalítica. No duelo travado entre Thânatos e Eros, "o princípio do Nirvana exprime a tendência do instinto (pulsão) de morte, o princípio do prazer representa a reivindicação da libido, e a modificação dele, o princípio da realidade, a influência do mundo externo" (FREUD, 1924/2011, p. 187). A pulsão de vida, ou seja, a libido, assume a tarefa de regular os processos vitais, tornando inócua a ação destruidora da pulsão, direcionando sua ação para os objetos do mundo externo (FREUD, 1924/2011).

O espaço de rua é árido à vida e as causas dessa aridez são enumeradas por degradantes fatores como a insalubridade que culmina em graves riscos à saúde; a ausência de recursos materiais que viabilizem condições dignas de subsistência; a humilhação diária causada por uma sociedade que reduz as pessoas de rua à condição de frangalhos humanos, despossuídos de história e subjetividade. Embora estas situações se construam com substâncias de violência, essa temática se desdobra em vetores ainda mais específicos, que apontam tanto para aspectos abstratos – quando o direito de ir e vir é massacrado pelo convite higiênico de se retirar – quanto para a concretude da virulência que alveja corpos que pernoitam amedrontados pelo risco de uma alvorada sem vida.

As ameaças externas, decorrentes das cenas urbanas de violência, são uma constante na vida da pessoa de rua. Em muitos casos, a exemplo da última vinheta, o sujeito se conta "sobrevivente" da sua própria vontade

de destruição. Em outros tantos, a "sobrevivência" vem pelas espertezas aprendidas nos cursos noturnos, que fazem do morador de rua um *expert*, um habilidoso nos desvios da morte. É, portanto, nessa batalha contra a morte que se desdobra a vida do morador de rua, que vê sua luta, muitas vezes, adstrita ao esforço de ser "gente" e não "indigente".

Retomo a vinheta do guardador de carros. Osvaldo, que por muitos anos vinha resistindo à ideia de retirar seus documentos, repentinamente muda de opinião, após ouvir alguém dizer que se uma pessoa morre sem documentos seria enterrada como "indigente". No tempo sucedido após aquela notícia, o nosso guardador de carros não poupou esforços para retirar todos os documentos, vencendo, inclusive, a dificuldade motora com a escrita, desenhando seu nome, para "fazer bonito". Concluído o projeto que o livraria de ser um "indigente" – pois agora "tinha uma identidade" – ele falece, finalizando sua vida como "gente", com um nome, com uma história, elementos que transformaram o enterro daquele corpo de rua no sepultamento de um sujeito.

Lacan (1958-1959/2010) nos fala que o desejo em sua mais radical forma se define como o instinto de vida, o "desejo de viver". O vivido humano, portanto, é sustentado nesse desejo, e o sujeito não somente o leva em consideração, mas conta com esse desejo para a construção de seu "elã vital", ou seja, para a edificação daquilo que o encarna na natureza.

É pelo esforço do sujeito em ser reconhecido como gente que a força sublimatória do trabalho pode se vestir de Eros, impulsionando o seu "desejo de viver", pois "[...] Eros busca o objetivo de, agregando cada vez mais amplamente a substância viva dispersa em partículas, tornar mais complexa a vida, nisso conservando-a, naturalmente" (FREUD, 1923, p. 46). Nesse sentido, o trabalho, além de ser um significante que representa o sujeito da rua, se torna um signo através do qual este sujeito aliena seu desejo. Com Lacan (1958-1959/2010), aprendemos que o sujeito sempre aliena o seu desejo em algo que possa comportar a possibilidade de uma

perda, podendo ser uma promessa, uma antecipação ou um signo. "Devido a essa perda possível, o desejo se acha ligado à dialética de uma falta" (LACAN, 1958, p. 116).

Guardar carros foi o ofício encontrado por aquele sujeito para fazer frente às degradantes condições de subsistência na rua, adiando ao máximo, o certeiro golpe de Thânatos, lembrando-nos da preciosa indicação de Freud, ao apontar que "o fragor da vida parte geralmente de Eros" (FREUD, 1923, p. 58) e que a reivindicação libidinal – e aqui podemos nos referir àquela motivada pelo trabalho – opera a partir do princípio do prazer, fazendo barragem à pulsão de morte. Nesse sentido, pode ser através do investimento libidinal no trabalho que o morador de rua encontre uma via possível de se contar como sujeito. Em outras palavras, quando o trabalho entra no lugar de investimento libidinal faz aparecer um sujeito com reservas suficientes para as exigências cartográficas da vida.

Referências:

BORIN, M. Os moradores de rua em São Paulo e suas relações com o mundo do trabalho. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 12, pp. 49-64, 2º sem., 2004. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/8809/6530. Acesso em 16 abr. 2019.

BRASIL. C**onstituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em 16 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009a**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em 10 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em 10 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas e Respostas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. SUAS e População em Situação de Rua, Volume II. Brasília, DF – 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009b**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em 10 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução nº 9 de 15 de abril de 2014**. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2014/resolucoes-cnas-2014/. Acesso em 10 abr. 2019.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

FINK, B. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FREUD, S. (1920). Além do princípio do prazer. *In*: FREUD, S. **Obras Completas de Sigmund Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. XIV. p. 161-239.

FREUD, S. (1923). O eu e o id. *In*: FREUD, S. **Obras Completas de Sigmund Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. XVI. p. 13-74.

FREUD, S. (1915). O inconsciente. *In*: FREUD, S. **Obras Completas de Sigmund Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. XII. p. 99-150.

FREUD, S. (1930). O mal-estar na civilização. *In*: FREUD, S. **Obras Completas de Sigmund Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. XVIII. p. 13-123.

FREUD, S. (1924). O problema econômico do masoquismo. *In*: FREUD, S. **Obras Completas de Sigmund Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

v. XVI. p. 184-202.

JARDIM, S. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. **Rev. bras. saúde ocup**., São Paulo, v. 36, n. 123, p. 84-92, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303765720110001000008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10 abr. 2019.

LACAN, J. (1958-1959). **O seminário, livro 6**: o desejo e sua interpretação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2016.

LACAN, J. (1964). **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

Os paradoxos do gozo em face do imperativo de desempenho e superação de resultados

Norton Cezar Dal Follo da Rosa Jr.[1]

A partir da experiência de consultoria em duas empresas, o presente artigo problematiza os impactos subjetivos ante o imperativo de bater metas, face a um sistema normativo com o objetivo de calibrar comportamentos em busca do permanente estado de resiliência. Interessa interrogar os valores organizadores do laço social e quais incidências psíquicas nas relações de trabalho. Nesse aspecto, o conceito de gozo e o ideal de melhoria de performances serão objetos de análise.

O gozo desenfreado se manifesta de múltiplas formas na sociedade contemporânea, seja mediante o consumo desmedido, as vendas de ideais de felicidade ou simplesmente pela voracidade de um sistema econômico imerso num capital financeiro que requer lucro a qualquer custo. Esse gozo sem limites – além de jogar muitos numa busca frenética por melhorias em todos os setores da vida – parece impedir o sujeito de reconhecer alguma satisfação, algum prazer. É preciso mais, mais e sempre mais; do contrário, você será um *loser* ou, no mínimo, um acomodado em uma perigosa zona de conforto. Certamente, o trabalhador, ou como é mais usual em tempos atuais, o colaborador, em seu universo de trabalho, joga e está jogado nessa mesma lógica. Isso pode ser constatado de forma radical a partir do imperativo de bater metas seguido do propósito alucinante de melhoria contínua de performance.

Para além do estresse tão evidente nesses casos, o que isso nos ensina sobre a produção de alienação e a proletarização da capacidade de pen-

1 Psicanalista. Doutor em Psicologia Social e Institucional/UFRGS. Mestre em Psicologia Social e Institucional/ UFRGS. Graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos Especialização em Teoria Psicanalítica/UNISINOS. Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre – APPOA.

sar? Haveria algo de obsceno nessa lógica de permanente superação de resultados? Quais as possibilidades de resistência do sujeito face à tirania dessa demanda de produção? E ainda, quais as incidências psicopatológicas dessa sociedade do desempenho?

Com o propósito de avançar nessas interrogações, cabe problematizar quais as contribuições da clínica psicanalítica diante de tais demandas. Entretanto, antes disso, é preciso ressaltar que, para os psicanalistas, estará sempre em causa, em qualquer âmbito de sua prática, a sustentação de uma ética, seja mediante a condução de uma análise, o acompanhamento de um trabalho de supervisão, a coordenação de um grupo de estudos ou até mesmo através de uma consultoria. Nesse sentido, será somente a partir da transferência endereçada que ele estará autorizado a intervir, obviamente, estando advertido de não fazer uso do poder atribuído ao lugar do analista, conforme adverte Lacan (1960-1961/1992). Estar advertido em relação aos riscos da instrumentalização da transferência, faz-se imprescindível para não sucumbir ao engodo de buscar o suposto bem do outro, pois isso implicaria um princípio moralista ou, até mesmo, o gozo na sustentação de um saber.

Ao se situar no lugar de ignorante em relação ao desejo alheio, o psicanalista poderá reconhecer tanto a disjunção do sujeito em relação ao saber e a verdade, quanto suas possibilidades de leituras das manifestações do inconsciente. Estes são princípios indispensáveis para sustentar a posição subversiva da psicanálise, mesmo em se tratando de experiências de consultorias com o propósito de interrogar as relações e as implicações subjetivas no ambiente de trabalho. Essa é a condição necessária para resistir tanto ao adoecimento psíquico em função das demandas inerentes às relações humanas, quanto às pretensões de uma lógica de produção que busca recobrir o real

Para desenvolver essas questões, inicialmente coloco em discussão algumas interrogações a partir da escuta de profissionais no âmbito da

construção civil, com o objetivo de analisar o ideal de liderança no cenário contemporâneo, o imperativo das metas e a impostura decorrente disso. Em um segundo momento, através de um projeto de intervenção junto a uma instituição bancária, analisarei os efeitos do traumático nas relações de trabalho e os benefícios da circulação da palavra.

O ideal de liderança, o imperativo das metas e a impostura

Como destaca Han: "A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade do desempenho" (HAN, 2007, p. 22), ou seja, para além da obediência, seus habitantes, tornaram-se empresários de si mesmos, reconhecidos pela sua capacidade de produção. Assim, a busca incessante por superação de resultados nos meios corporativos se constitui como um dos principais aspectos para reconhecer as lideranças de uma empresa e cultuar a tão almejada alta performance de seus executivos.

Nesse cenário, tanto a literatura sobre desenvolvimento de lideranças quanto os cursos de capacitação de líderes se tornaram uma verdadeira epidemia, sobretudo na última década. Nessa onda de formação de novos líderes, também o trabalho de *coaching* cresceu sensivelmente nos últimos anos, constituindo-se como ferramenta de apoio e desenvolvimento para aprimorar as capacidades de gestão das lideranças. Diante disso, o significante líder passou a ser reconhecido como valor indispensável para garantir os princípios da cultura organizacional e atingir as metas empresariais. Por isso, potencializar líderes com múltiplas habilidades virou uma obsessão nos cenários corporativos, mesmo porque, como observa o autor, "o poder ilimitado é o verbo modal da sociedade de desempenho. O plural coletivo da afirmação *Yes, we can* expressa precisamente o caráter de positividade da sociedade de desempenho" (HAN, 2007, p. 24).

Logo, não recai nas lideranças apenas o imperativo de bater metas simplesmente, há também a exigência de que sejam capazes de inspirar seus

colaboradores, reconhecer e desenvolver talentos, "formar sucessores" (COLLINS, 2006), resolver conflitos, assim como possuir uma concepção orgânica dos processos e do negócio como um todo. Tudo isso devendo estar plenamente alinhados com o planejamento estratégico da empresa, cientes da responsabilidade de serem resilientes, independentemente dos obstáculos, pois cabe sempre aos líderes trazerem soluções e de preferência serem o menos queixosos possíveis. Como se não bastasse, eles precisam estar atentos aos concorrentes, às novas tendências de mercado e, na medida do possível, conhecer um pouquinho de macroeconomia, condição necessária para sobreviver às instabilidades da economia brasileira. Além disso, suas entregas devem contemplar o tripé básico de qualquer liderança: prazo, custo e qualidade.

Como refere Falconi (2014), os desafios da liderança no cenário atual requerem que o líder siga rigorosamente a sua agenda com o seguinte propósito: "bater metas, com o time, fazendo certo". Para esse autor, o líder é também o principal guardião do método, dos valores, da cultura da empresa e do capital humano. Sendo ele capaz de executar o seu trabalho com excelência, agencia-se a possibilidade tanto para criar uma "fábrica de líderes" quanto para viabilizar as condições necessárias para que cada um possa executar as suas metas e atribuições o melhor possível. Para dar conta disso há os *feedbacks*, as ferramentas de avaliação de desempenho (AD), os planos de desenvolvimentos individuais (PDI). Este, mediante metas específicas, geralmente é personalizado para cada colaborador, com métricas quantitativas e qualitativas a serem perseguidas.

As exigências e demandas são múltiplas, o que contribui para a dificuldade de reconhecer tantas habilidades numa mesma pessoa, ou seja, há um real aí, um impossível a ser reconhecido. Por outro lado, será justamente isso que será negado, desmentido, por meio de uma obsessiva perversidade por encontrar esse líder absoluto, sem falhas, capaz de dar conta de uma demanda imaginária plena.

Do meu ponto de vista, essa busca do líder pleno e a superação contínua de resultados, em algumas situações, podem se configurar como uma impostura perversa face à produção de alienação que o imperativo de bater metas produz. Para ilustrar minha hipótese[2], compartilho uma experiência de intervenção junto a um grupo de trabalho com muitos conflitos. Tive a oportunidade de conhecer os diretores da organização no mesmo dia da apresentação do "Plano de Participação em Resultados" para os colaboradores da empresa. Em linhas gerais, tratava-se do seguinte: os diretores capazes de atingir metas altamente arrojadas poderiam dispor de 06 a 10 salários extras no final do ano, ou seja, chegando-se a determinado indicador, o "ganho" poderia se multiplicar em 10 vezes.

O leitor pode imaginar o quanto o estresse, a competição, a alienação ao labor e o adoecimento psíquico são apenas algumas das consequências da loucura posta em questão. Conforme a fala do presidente, eles deveriam se ocupar com isso "24 horas por dia durante os 365 dias do ano". Portanto, o dever exigia que todos os espaços e intervalos fossem preenchidos em busca da tão almejada meta. Para além da alienação desse imperativo, há algo de sádico nessa proposição, pois ela coloca em cena o limite de cada colaborador, o esforço a mais que cada um deve fazer para poder continuar colaborando, sobrevivendo e/ou gozando na continuidade do exercício de suas funções. Como refere Dufour em "A cidade perversa: liberalismo e pornografia":

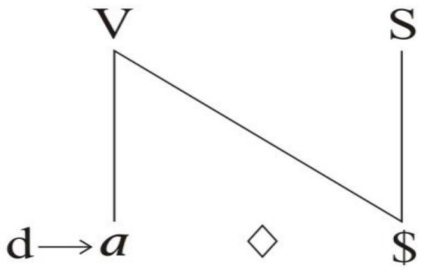
> Sade não morreu! Mais ainda: ressuscitou. Que nada: triunfa! Vivemos num mundo cada vez mais sadeano [...] Mas que é exatamente um mundo sadeano? É um universo no qual os indivíduos obedecem, antes de mais nada, a este mandamento supremo: goze! (DUFOUR, 2009, p. 17)

2 Algo dessas hipóteses já apresentei e desenvolvi em dois âmbitos: o Congresso Internacional da APPOA: "Saber, ficção, verdade", realizado em Porto Alegre, em outubro de 2015, e também no evento – "La psychanalyse dans les démocraties contemporaines et ses dérives actuelles, Rencontre Franco-brésilienne de 'Psychanalyse et politique', février 2017 – Université Paris Diderot". Entretanto, neste artigo, darei continuidade as minhas relexões a partir das questões debatidas nesses fóruns.

O imperativo de gozo pode levar o sujeito a se enclausurar na fantasia, inclusive a ponto de desmentir a castração. Em "Kant com Sade", Lacan (1963/1998) tocou nessa questão de forma muito enfática quando apontou o quanto Sade enclausurou-se em sua própria fantasia. Segundo o psicanalista, esse homem responsável por ter cometido crimes insignificantes em sua vida privada comparado às cruezas de suas narrativas, mais do que carrasco, torna-se vítima, pois a fantasia ordenadora de sua escrita, de alguma forma, levou-o ao confinamento por mais de três décadas. Nesse aspecto, Sade, mais do que propriamente um sádico em sua vida, era na verdade um masoquista, ou seja, ele pagou o preço pela fantasia em que estava capturado.

Tenho interesse em destacar na abordagem de Lacan em relação à posição sadiana o quanto essa lógica pode se impor na forma de lidar com o outro, assim como através dos imperativos colocados em causa nas relações de trabalho. Para avançar nessa questão, apresento o grafo da fantasia sadiana proposto por Lacan, justamente porque ele irá ler a obra de Sade como uma espécie de paradigma da fantasia perversa. Na sequência, tentarei pensar as vias pelas quais essa lógica se apresenta mediante o discurso de superação de resultados.

Figura 1 – Grafo da fantasia sadiana



Fonte: LACAN, 1963/1998, p. 786.

Lacan propõe que, no canto esquerdo do esquema, situa-se o sujeito sadiano (a) e, no outro, o parceiro, a vítima ($). No lado sadiano, o car-

rasco é movido por seu desejo (d), situando-se assim na posição de objeto (a). Ele torna-se instrumento da voz de uma vontade de gozo absoluto (V), fazendo-se assim instrumento do gozo do Outro com o propósito de suplantar a falta desse. Do lado do parceiro, teremos ($), o sujeito dividido, cindido entre saber e verdade, seguido de (S), o *pathos,* em sua ampla dimensão de prazer, gozo, dor e compulsão. É justamente a essa vítima que o carrasco irá dirigir o imperativo da voz à qual estão alienadas as suas modalidades fixas de gozo. Da vítima, requer seu pudor, ainda que para isso seja preciso levar esse corpo ao seu limite, buscando assim um gozo forçado do lado do $. O propósito de atingir o pudor de sua vítima almeja localizar sua divisão, reconhecendo-a e recusando-a simultaneamente, a fim de tocar no gozo bruto (S).

Na parte inferior, encontra-se a inversão do clássico matema da fantasia do neurótico ($◇a); ao invés disso, Lacan vai propor pensar a lógica que ordena a fantasia sadiana, sugerindo o matema: (a◇$). Seu objetivo era chamar a atenção para o fato de o motor da ação perversa ser o desejo. Assim, em (a) estaria a posição do atormentador sadiano; pois, no enunciado perverso, ele não está dividido pela ação do significante, ou seja, o objeto do desejo não se constitui como perdido. Nesse sentido, do outro lado estaria sua vítima, representada pelo corpo destinado a padecer. Essa seria a razão de sua busca, a saber, situar a divisão do outro ($). Assim, mediante seu ato, ele nega a castração do outro, recusando-a.

Na linha superior temos (V-S). Lacan situa esse campo, fazendo referência ao sujeito da enunciação. Então, a seta que vai de (a) até (S) implica também passar pela linha sinuosa que permite o cálculo do sujeito (V-$). Nesse sentido, o campo entre (V- $) é ordenado pela vontade dominadora, evocando a divisão do $ para, assim, alcançar o sujeito bruto do prazer, o sujeito patológico (S). Trata-se da busca de um objeto capaz de só experimentar a dor ao gozar. Portanto, a experiência sádica, além de almejar o gozo imposto a sua vítima, requer violar seu pudor.

> O que mostra que o gozo é aquilo pelo qual se modifica a experiência sadiana. Pois ele só projeta monopolizar uma vontade ao já havê-la atravessado para se instalar no mais íntimo do sujeito que ele provoca mais além, ao atingir seu pudor. Pois o pudor é ambiceptivo das conjunturas do ser: entre dois, o despudor de um constitui por si só a violação do pudor do outro (LACAN, 1963/1998, p. 783).

Após essa breve apresentação do grafo da fantasia sadiana, proponho pensar a materialização dessa lógica nas relações de trabalho. Com esse propósito, tomarei como objeto de análise o imperativo das metas. Então, a meta imposta (d) faz-se instrumento (a) de uma vontade de gozo absoluta, a voz da cifra a ser alcançada (V), com o propósito de suplantar a falta no Outro (o bônus a ser recebido). O imperativo da meta busca localizar a divisão do sujeito ($), vendendo a ilusão de removê-la, desmentindo assim a cisão constituinte do falante entre saber e verdade. Essa vontade de gozo requer o gozo bruto (S), o *pathos*, e atinge o pudor de sua vítima colaborativa. Como disse o consultor: "não há limites para o desejo de vocês, mas se quiserem algum, o céu é o limite. Só depende de vocês quererem".

Portanto, alcançar a meta só dependeria da vontade imperiosa do gozo de cada um. Assim, coloca-se em cena apenas mais uma versão do desgastado clichê "querer é poder". Nestes casos, quando a proliferação imaginária é tão consistente a esse ponto e o simbólico parece não fazer furo, algo do real irá se impor. Isso irá desencadear efeitos diversos nas relações de trabalho: agressividade, competição, euforia, depressão, angústia, medos, paranoias etc.

Projetos de participação em resultados são importantes em contextos que buscam a tão almejada alta performance de seus executivos. Por isso, não se trata de ter uma visão preconceituosa com esse tipo de "ferramenta de motivação", ingênua em relação ao contexto idealizado de trabalho ou até mesmo paranoica em tomar o empresário como o grande vilão capaz de explorar até as últimas consequências as condições de produção de

seus colaboradores. Entretanto, do ponto de vista psicanalítico, cabe interrogar a lógica desse discurso e seus impactos subjetivos sobre o sujeito. Nessa direção, algo me deixou realmente impactado na apresentação desse projeto para os diretores, a saber, a imagem apresentada pelo consultor para explicitar a consistência de tal plano. Após detalhar cálculos complexos e ser interpelado para esclarecer dúvidas, ele colocou um slide com o desenho capaz de sintetizar tudo: era a imagem de um burro entre duas cenouras. O animal representava "aqueles" que estariam em busca das metas: os diretores. A cenoura colocada a sua frente, exatamente na altura da boca, materializava a meta a ser atingida: o bônus a ser alcançado. Por outro lado, a cenoura de trás, na altura do ânus, tinha como propósito situar uma forma de punição, se o burrinho não se mexer, cenourinha nele!

Impostura, sedução e pornografia coabitam na imagem que por meio de um tecnicismo medíocre joga a todos na condição de burro inanimado. Pode-se também, com uma pitada de ingenuidade, ler a materialização de uma reducionista lógica binária, correr é bom, parar, ruim. Porém, tão surpreendente quanto o burro entre duas cenouras foi à motivação dos colaboradores após a apresentação do plano, pois demonstravam plena disposição para colocar em prática o que acabaram de ver e ouvir. Não há tempo para pensar, apenas executar. A coerção tecnicista exige somente a execução do imperativo a ser alcançado: a meta. Neste instante, tudo se resume a cifras. Desse modo, os números se sobrepõem, ao ponto de destituir qualquer possibilidade de narrativa.

Gori (2013), no livro "*La fabrique des imposteurs*", ajuda a pensar o quanto esta proposição coloca em cena a "proletarização das condições de vida do individuo". Segundo o autor, cada sociedade tem um tipo de impostor que merece, em função de seus valores, rituais e normas. Assim, o próprio dos impostores é ser uma espécie de "mártir da comédia social contemporânea", pois são "esponjas vivas" que "absorvem os valores que organizam o drama social". Portanto, há uma impostura em responder

demandas de forma alienada, pelo simples fato de colocar em cena "a proletarização da capacidade de pensar".

As formulações de Gori interrogam as respostas dos indivíduos frente aos imperativos e as demandas sociais impostas na atualidade. Estou de acordo com o psicanalista quando diz o quanto a sociedade da norma se preocupa em calibrar tanto os comportamentos e os modos de vida a ponto de o impostor se constituir como uma espécie de solução às exigências e normativas sociais. Nesse sentido, a tão aclamada "resiliência" como ideal de saúde psíquica pode ser lida também como resposta sintomática a demandas ortopédicas e alienantes. Nem sempre precisamos ser "resilientes"; pelo contrário, por vezes, faz-se imprescindível sermos resistentes para fazer face aos saberes totalizantes. Responder ao imperativo de resiliência como uma meta a ser alcançada a todo instante pode reduzir a nossa capacidade de exercitar o pensamento crítico a tal ponto de alienação de simplesmente respondermos a demandas sem qualquer interrogação.

Então, a imagem do burro entre duas cenouras como representação do trabalhador em sua busca alucinada por superação de resultados é um exemplo ilustrativo do quanto isso pode levar o sujeito a consumir a si mesmo. Logo, por vezes, resistência, em vez de resiliência, pode ser uma forma de manter ativa a capacidade de pensar criticamente e fazer face à impostura de responder a demandas alienantes.

As cifras, os efeitos do traumático e os benefícios da circulação da palavra

Durante cinco anos prestei consultoria para uma instituição bancária, compondo um grupo de profissionais responsáveis pelo atendimento às vítimas de estresse pós-traumático decorrente de assaltos e sequestros. Minha função nesse contexto era supervisionar os atendimentos clínicos e organizar cursos de capacitação em torno dos temas da violência e do trauma. O trabalho era intenso, pois assaltos e sequestros nas agências

bancárias são frequentes. Disso resultava, de um lado, o custeio pelo banco do tratamento daqueles que recebiam o diagnóstico de estresse pós-traumático; de outro, várias ações na justiça contra a instituição bancária, exigindo consideráveis indenizações, acarretando pesados reparos financeiros a funcionários, familiares e clientes. Nesse sentido, além de oferecer um suporte aos funcionários, o programa foi criado com o objetivo de reduzir os custos desses eventos e melhorar a suposta qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Quando uma agência era assaltada, deslocava-se uma equipe até o local para escutar as pessoas que desejassem falar sobre os efeitos dessa experiência. Não raras vezes, os funcionários sofriam outra violência quando eram interrogados na delegacia de polícia, chegando inclusive a ser tomados como possíveis cúmplices dos assaltantes. Portanto, as formas de desamparo vivenciado pelas vítimas desse tipo de violência eram diversas, com singulares incidências psíquicas e, muitas vezes, severas consequências na vida laborativa do trabalhador, indo desde a impossibilidade de enunciar algo sobre a violência à qual foram submetidos até a incapacidade de continuar trabalhando.

Além de arrombar abruptamente o dia de trabalho dessas pessoas, com diferentes repertórios e distintos graus de crueza, a violência em questão podia desencadear um leque de sintomas, com diferentes graus de comprometimento. Alguns preferiam calar e apenas continuar o trabalho silenciosamente, seja pela impossibilidade de nomear o ocorrido, seja pela urgência de encaminhar as pendências do dia, ou até mesmo pelo conformismo que se impunha face à necessidade categórica da rotina seguir burocraticamente sua realidade mórbida. Como dizia um funcionário, "com trauma ou com morte, temos metas a serem batidas, tudo se resume em cifras".

Em outras situações, escutávamos aqueles que demandavam falar sobre o ocorrido, muitas vezes com uma riqueza de detalhes como se esti-

vessem na cena na qual foram vítimas, dizendo-nos que sentiram medo de perder a vida, vontade de trocar de emprego, culpa pela distância dos filhos etc. Nesses casos, era comum a dificuldade de retornar ao trabalho, seja pelo receio de ficarem expostos novamente ou até mesmo pelo medo de se defrontar com a necessidade institucional de encontrar algum culpado para responsabilizá-lo pela utilização errada dos dispositivos de segurança.

Ao longo desse trabalho, em caso de morte em alguma agência, esta passou a ser fechada com o intuito de demarcar que ali algo irreparável tinha ocorrido. Surpresos, os responsáveis pela segurança bancária mencionavam o fato desse procedimento ser um acontecimento inédito na época, simplesmente porque o discurso vigente era sempre o mesmo: "limpa o sangue, recolhe o corpo, reabra a agência e segue o trabalho".

Após alguns anos desse projeto, pode-se constatar a importância da constituição desse espaço de escuta responsável por viabilizar uma continência para o trabalhador em face ao desamparo vivenciado. Isso contribuiu para reduzir os efeitos de emudecimento e as incidências psicopatológicas causadas pela violência sofrida no ambiente de trabalho. Portanto, a possibilidade de falar, reconhecendo o modo singular como cada sujeito podia narrar os impactos subjetivos dessa experiência, contribuía significativamente para reduzir a angustia e o desamparo ao qual foram expostos excessivamente.

Porém, a sabedoria daquele funcionário parecia enunciar o porvir pelo fato de estarmos numa instituição bancária: "com trauma ou com morte, temos metas a serem batidas, tudo se resume em cifras". O poder das cifras iria se impor ao nosso projeto, pois as atividades seriam extintas, haja vista o surgimento de um método supostamente mais eficaz e barato para lidar com o trauma. O banco teria adquirido um programa desenvolvido por um núcleo de pesquisa em estresse pós-traumático de uma universidade conhecida por desenvolver um software com a promessa de curar

o trauma em cinco episódios. A venda do referido programa se baseava no "argumento científico" de que bastava seguir o protocolo e a cura viria. Falhas, somente se o colaborador não seguisse adequadamente cada passo. Além disso, havia o diferencial de o programa personalizar "uma resolução do trauma para cada personagem", pois primeiro os gerentes do programa fotografavam a mesa do funcionário, seus objetos, seu ângulo de percepção para criar uma atmosfera familiar, depois ouviam o relato de como foi o assalto, quantos assaltantes havia, que roupas eles usavam etc. Tudo isso era organizado em um joguinho de computador, no qual a pessoa podia escolher a trilha sonora e o seu herói preferido para enfrentar os algozes. Assim, elas poderiam retornar à cena e simular outra forma de reagir ao trauma, desvencilhando-se deste. Com isso tudo, o argumento passou a ser o fato de não precisar manter uma equipe que, ao escutar, curiosamente, agora, iria potencializar os problemas dessas pessoas, fazendo-as falar de algo que poderia produzir mais sofrimento.

Como apontou Benjamin (1936/1994) no clássico "O narrador", esses soldados/funcionários voltariam calados da experiência de guerra/trabalho. Além do mais, o software era mais barato, logo não fazia mais sentido manter aquela estrutura de profissionais.

Freud (1920/1987), em "Informe sobre a eletroterapia dos neuróticos de guerra", já apontava sobre os riscos dessas saídas que buscam calar o sujeito para lidar com as incidências do traumático. Trata-se de um texto elaborado a pedido do Ministério da Guerra austríaco como parte das investigações sobre o tratamento brutal a que haviam sido submetidos os neuróticos de guerra pelos médicos militares alemães. Freud escreveu esse informe e depois deu o seu testemunho oral frente a uma comissão de investigação. A grosso modo, a prática de eletroterapia era aplicada em parte pela suposição de que tais pacientes poderiam estar simulando tais sintomas para se livrarem de retornar a guerra, assim como em função da hipótese de que os neuróticos de guerra padeciam em decorrência do cho-

que sofrido no campo de batalha. Assim, simular um novo choque poderia reabilitá-los. Algo do tipo "para curar o choque de um grande terror, crie outro". Questões éticas que dizem respeito a conflitos psíquicos, como a angústia pela manutenção da própria vida, a possível renúncia em matar outros, o desejo de não responder à alienação a um líder, sequer poderiam ser consideradas.

Frente ao intolerável em responder ao mandato militar, obtinha-se como resposta uma terapêutica que se propunha ao absurdo de demonstrar uma verdade cruel: a tortura pode ser muito mais dolorosa que a guerra. Segundo Freud, estes médicos manipuladores se encontravam a serviço da guerra, não estavam implicados com o sofrimento de seus pacientes.

Portanto, mesmo o eletrochoque sendo incomparável a um joguinho lúdico e "inofensivo", cabe ao psicanalista pensar em formas de resistências a essas práticas que buscam instrumentalizar o sujeito, alienando-o a um tecnicismo medíocre, destituindo-o de sua palavra.

Referências:

BENJAMIN, W. (1936). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas).

CHEMAMA, R. **La jouissance, enjeux et paradoxes**. Paris: Érès, 2007.

COLLINS, J. **Good to great – empresas feitas para vencer**. São Paulo: Elsevier, 2006.

DUFOUR, D, R. **La cité perverse**: libéralisme et pornographie. Paris: Éditions Denoel, 2009.

FALCONI, V. **O Verdadeiro poder.** Práticas de gestão que conduzem a resultados revolucionários. São Paulo, INDG, 2009.

FREUD, S. (1920). Além do princípio do prazer. *In*: FREUD, S. **Obras**

Completas. v. XVIII. Rio de Janeiro, Imago, 1987.

GORI, R. **La fabrique des imposteurs.** Paris: Éditions les Liens qui Libèrent, 2013.

HAN, B-C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LACAN, J. (1963). Kant com Sade. *In*: **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1960-1961). **O seminário, livro 8**: a transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

Trauma, angústia e desamparo: contribuições da psicanálise à saúde mental no trabalho

Rosana Coelho[1]

O trabalho e a subjetividade

Em 1929, ao teorizar sobre o mal-estar na cultura, Freud (1929-1930/1976) vai abordar o trabalho como *Arbeit*, ou seja, trabalho como sinônimo de obra, emprego, serviço, tarefa[2]. Conferindo ao trabalho o mesmo *status* do amor e da criação artística, ele os equipara como vias privilegiadas pelas quais o sujeito pode dar uma resposta sublimatória frente ao desamparo e ao mal-estar. Ao dizer isso, Freud nos diz que o trabalho, assim como o objeto amoroso, também é, em termos da economia psíquica, um objeto no qual o sujeito investe sua libido. É fato que desde Freud o trabalho e as relações que nele têm lugar muito se modificaram. Já se passou mais de um século desde que Karl Marx (2013) formulou as bases de sua teoria do capital e colocou o trabalho no centro da vida humana. Inclusive, hoje muito se especula sobre a caducidade da teoria marxista e, por extensão, sobre o fim do capitalismo. Contudo, se as condições de vida e de trabalho se modificaram sobremaneira, o capitalismo continua mais vivo do que nunca. Ele vem ganhando novas roupagens, incorporando novos termos, aprimorando e sofisticando suas estratégias de gestão, mas continua não podendo abdicar do trabalho humano para existir. E o trabalho continua sendo um fator decisivo na constituição da subjetividade, uma vez que cumpre uma função psicológica fundamental para o sujeito: a de dar sentido a sua existência e ao mundo que o cerca

1 Psicanalista. Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicanálise – Clínica e Cultura/UFRGS. Doutora em Psicanálise – Clínica e Pesquisa/UERJ. Mestre em Psicologia Social e Institucional/UFRGS. Professora em cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia.

2 MICHAELIS. Dicionário Escolar Alemão. São Paulo: Melhoramentos, 2010.

(CLOT, 2007)[3].

No nascer do capitalismo, o trabalhador era um ser industrial "moldado" pelas premissas do fordismo. Submetido aos cronômetros frenéticos e dedicados a medir sistematicamente os tempos e movimentos que davam forma às peças e aos objetos, ele encarnava o trabalhador-máquina, aquele que executa mais do que pensa, que reproduz mais do que cria, imagem imortalizada por Charles Chaplin no famoso filme "Tempos Modernos". Neste momento sócio-histórico conhecido como o do capitalismo moderno ou capitalismo de acumulação (COCCO, 2000), os controles do processo de produção recaíam na tarefa, ou seja, eram controles que incidiam principalmente na técnica, na quantidade e na qualidade das peças e serviços. A característica fundamental aqui era a acumulação da produção para incrementar o consumo. Logo, a gestão tinha como principais preocupações controlar o comportamento do trabalhador através de sua fixação, o maior tempo possível, em seu posto de trabalho, entre outras medidas para garantir a acumulação da produção. Época em que a competência gerencial se media por sua capacidade de vigiar e punir (FOUCAULT, 1984).

Com o avanço da tecnologia e a presença da globalização na economia, mudanças profundas nas configurações dos meios de produção e dos modos de trabalhar foram se pronunciando: o setor industrial minguou e cedeu boa parte do seu lugar ao setor de serviços; a informação e o conhecimento tornaram-se elementos fundamentais para todas as ca-

3 Sirvo-me da noção de subjetividade com base, por um lado, na teorização de autores da Psicologia sócio-histórico-cultural, os quais entendem que a subjetividade não é dada naturalmente, mas culturalmente "produzida" na relação com os outros homens, tendo o trabalho como mediador dessa relação e o principal recurso para a transformação da natureza em cultura (SAVIANI, 2004). E, por outro lado, subsidiada pela psicanálise desde os ensinamentos de Freud ao teorizar sobre a psicologia das massas (FREUD, 1921/1976), e pela teoria do sujeito em Lacan, quando ele afirma que o inconsciente, lugar em que o sujeito se constitui, é estrutura, mas também é história, logo, não concebemos o conceito de sujeito como um conceito universal e atemporal, mas submetido às mutações decorrentes dos adventos históricos como a religião, a ciência e o capitalismo, por exemplo (LACAN, 1953/1998).

tegorias profissionais; o trabalho imaterial, caracterizado pela ênfase em competências cognitivas, afetivas e relacionais sobrepôs-se ao trabalho material, quantificado e mensurado (GORZ, 2005; LAZZARATO; NEGRI, 2001). Assim, a contemporaneidade evidencia uma nova centralidade do trabalho, caracterizada pela hegemonia do trabalho imaterial, trabalho que cria produtos imateriais como o conhecimento, a informação, a comunicação e as relações intersubjetivas (LAZZARATO; NEGRI, 2001). É o trabalho que tem lugar no atendimento ao público e nos serviços de educação e cultura, por exemplo. André Gorz (2005) afirma que, dadas as modificações nos processos de produção, "o coração, o centro da criação de valor, é o trabalho imaterial" (GORZ, 2005, p. 19). Por isso, o autor diferencia o trabalho que nasceu no capitalismo moderno com a revolução industrial daquele que predomina em nossa época, caracterizada pelo capitalismo pós-moderno ou capitalismo neoliberal:

> O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de "capital humano", "capital conhecimento" ou "capital inteligência" (GORZ, 2005, p. 15).

Se no reino do trabalho material as competências em destaque eram as que concerniam principalmente à técnica e à disciplina, a era do trabalho imaterial requer, cada vez mais, a implicação subjetiva e a autoria dos trabalhadores (COCCO, 2000). Ou seja, o que cria valor, em termos capitalistas, está relacionado diretamente com "competências imateriais", conhecidas no jargão gerencial como criatividade, dinamismo, pró-atividade, motivação, trabalho em equipe, entre outras. São competências que requerem e mobilizam, de forma mais direta, as crenças, valores, percepções e desejos do trabalhador (ENRIQUEZ, 2007; GAULEJAC, 2007). Portanto, é como atividade abstrata ligada à subjetividade que o trabalho imaterial vem se tornando hegemônico na sociedade pós-industrial, fa-

zendo com que a prescrição inerente à organização científica do trabalho tenha como foco de organização e comando não mais as tarefas, mas a subjetividade do trabalhador (LAZZARATO; NEGRI, 2001; GORZ, 2005 *apud* LAZZARATO, 1992). O que é prescrito não são mais as tarefas, mas a subjetividade, ou seja, aquilo que o trabalhador pode produzir ao "se dar" à sua tarefa (GORZ, 2005 *apud* LAZZARATO, 1992). No pós-fordismo, "trabalhar é produzir-se" (GORZ, 2005), algo que alguns autores assinalam como uma exigência para que o trabalhador seja, cada vez mais, a imagem e semelhança da empresa, para que ele seja um "empreendedor de si" (LAVAL; DARDOT, 2016).

A mercantilização da vida como parâmetro ético do capitalismo conforma as relações de trabalho insuflando a competição predatória entre os trabalhadores, embora esta apareça maquiada por uma palavra mais aprazível e sedutora: inovação (CARRETEIRO, 2018). Para que seja possível angariar a adesão incondicional e maciça dos trabalhadores, o exercício do poder gerencial incidindo mais diretamente na subjetividade faz dela a sua principal "matéria-prima", embora nem os gestores estejam imunes aos efeitos do exercício do poder que "circula" entre os extratos organizacionais (COELHO, 2011). No capitalismo neoliberal a gestão é uma "figura do poder" (ENRIQUEZ, 2007) que se sofisticou e se serve, sem parcimônia, do *discurso gerencialista*[4], tipo de discurso decantado da literatura gerencial, uma literatura normativa e prescritiva, que diz como a realidade organizacional deve ser e não como ela é (BOLTANSKI; CHIAPPELO, 2009). Repetido à exaustão, esse discurso é introjetado pelo trabalhador e o leva a concordar com ele e a repeti-lo quase mecanicamente. Nesse processo, suas crenças, valores e desejos vão se metamorfoseando e ade-

4 Inspiro-me em Gaulejac, o qual, seguindo os ensinamentos de Michel Foucault, define discurso gerencialista como "[...] um conjunto disparatado de microdispositivos que não aparecem como fruto de uma concepção centralizada, de um sistema de dominação preestabelecido, mas como um conjunto de tecnologias, de regulamentos, de procedimentos, de arranjos e de discursos que emergem em dado momento histórico" (GAULEJAC, 2007, p. 107).

rindo à lógica capitalista e aos seus preceitos: não só trabalhar para atingir a qualidade total, mas para tornar-se um "trabalhador total"! No plano subjetivo, isso implica não errar, não ter dúvidas ou incertezas e saber exatamente o que deve fazer diante de cada "novo" desafio que o trabalho cotidiano lhe coloca. Tal discurso se apoia em "injunções paradoxais", as quais guiam os processos de gestão de pessoal: o trabalhador precisa ser, ao mesmo tempo, competitivo e cooperativo, responsabilizar-se individualmente pelo seu trabalho e ser capaz de trabalhar em equipe, tomar iniciativas criativas e conformar-se às regras já estabelecidas (BOLTANSKI; CHIAPPELO, 2009). Como pude mostrar em um trabalho anterior, a fascinação pelo pragmatismo presente no discurso gerencialista embasa o "culto" à eficácia da ação, desprezando qualquer proposta que tenha como parâmetro a reflexão. Desde uma perspectiva funcionalista, as premissas desse discurso se ancoram nas da ciência moderna, nos modelos da física, da cibernética ou da biologia, modelos em que os conflitos e erros são considerados como disfunções. Daí se depreende que, aplicadas ao mundo organizacional, essas premissas são utilizadas para explicar a impossibilidade de realizar de forma perfeita determinada tarefa como fruto da incompetência ou insubordinação do trabalhador (COELHO, 2011).

Desde a visada da psicanálise, entendemos que tais modelos científicos e correntes teóricas têm a consciência como centro do mundo humano e privilegiam a adaptação do homem ao meio. Em termos da dinâmica psíquica, uma chave de leitura guiada pela teoria psicanalítica tem o mérito de nos levar a compreender que tais correntes e teorias entronizam o Eu, inflam o imaginário de completude inerente a essa instância psíquica, levando o sujeito-trabalhador a uma identificação com uma imagem de poder a toda prova. Em termos do cotidiano de trabalho, vemos os esforços cada vez mais agudos do sujeito para sustentar uma imagem sem falhas. O trabalhador precisa redobrar as defesas do Eu diante da inevitável impossibilidade de sustentar, o tempo todo, uma imagem de "funcionário

padrão". Baseando-se na parceria das ciências comportamentalistas e nas coordenadas do capitalismo, encoberto pela ética de resultados e pela política do lucro, os efeitos do discurso gerencialista e seu cortejo de prescrições superegoicas ficam na sombra, embora deixem marcas indeléveis na subjetividade do trabalhador e na sua saúde mental.

Mais adiante trarei de forma mais explícita a contribuição da psicanálise ao campo da saúde mental no trabalho. Por ora, importa ressaltar que na companhia de renomados autores como Wanderlei Codo (1985/2002), Christopher Dejours (1987), Yves Clot (2001; 2007), Maria da Graça Jacques (2007) e Eugène Enriquez (2007) aprendemos que o trabalho, além de um importante elemento na constituição da subjetividade, é uma fonte de satisfação e realização singular. No entanto, também pode ser fonte de dor e sofrimento psíquicos quando a organização não procura conciliar suas necessidades com os limites e potencialidades do trabalhador e quando, no ato de trabalhar, predominam vivências permeadas pelo desprazer e pela frustração, nas quais a submissão excessiva embota a criatividade do sujeito e inviabiliza o "poder de agir" sobre o seu próprio trabalho (CLOT, 2001), confinando-o a mero repetidor de ordens, terminando por amordaçar seu desejo de realizar um trabalho onde reconheça traços de sua autoria.

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) relacionado ao trabalho e o problema do nexo causal

A afirmação de que as situações de trabalho concorrem para o desencadeamento de transtornos mentais não decorre só de pesquisas e estudos no campo da saúde mental no trabalho, mas também encontra lastro em dados estatísticos preocupantes. Segundo o blog do Ministério da Saúde, transtornos mentais são a terceira principal causa de afastamentos do trabalho e cerca de 9% do total de auxílios-doença são concedidos por esse tipo de adoecimento (BRASIL, 2017). Entre os principais sintomas

do TEPT[5] podemos arrolar crises de pânico e de angústia, revivescências do evento traumático (*flashbacks*), insônia, irritabilidade, sentimentos persecutórios entre outros[6]. O TEPT é o único a ter reconhecida a relação direta e causal entre desencadeamento de transtorno mental e as situações de trabalho, reconhecimento registrado no Manual dos Procedimentos para os Serviços de Saúde (BRASIL, 2010). Entretanto, várias publicações e pesquisas sobre casos de desencadeamento de TEPT relacionados às situações de trabalho, testemunham que frequentemente o trabalhador esbarra na espinhosa questão da determinação do nexo causal entre doença mental e o trabalho. Por nexo causal compreende-se o reconhecimento das influências diretas e causais no desencadeamento de transtornos mentais (LIMA, 2005; JACQUES, 2007; DORIGO; LIMA, 2007; VIEIRA, 2009).

No que diz respeito exclusivamente ao TEPT, um exemplo cristalino dessa questão pode ser encontrado no artigo de Carlos Eduardo Carrusca Vieira (2009), um detalhado estudo mostrando as controvérsias diagnósticas acerca de um laudo pericial. Em pormenores teóricos e metodológicos, Vieira traz o caso clínico de um vigilante acometido por TEPT após um episódio vivido durante sua atividade laboral, no qual ele não conseguiu evitar um assalto no banco onde prestava serviço como segurança. O artigo traz várias passagens do depoimento do vigilante, em que ficam explícitas situações de constrangimento vividas por ele (deboche de colegas e da chefia quanto ao seu desempenho, ordens contraditórias na execução de sua atividade, entre outras), bem como sintomas clínicos compatíveis com o quadro de TEPT (insônia, irritabilidade, hipervigilância, crises de pânico, revivescência do trauma etc.). Contudo, a perícia judicial postulou não haver relação entre o desencadeamento do TEPT e a atividade de trabalho, concluindo, com base em um parecer médico, que o vigilante

5 A partir de agora, irei utilizar apenas a sigla TEPT.

6 Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – 5) (MANUAL..., 2014).

"era portador de paranoia ou transtorno delirante persistente", deduzindo a partir desse diagnóstico que o desencadeamento do TEPT não guardava nenhuma relação com a atividade laboral (VIEIRA, 2009, p. 156)[7].

Dado o limite da temática que abordo, não poderei me deter no artigo de Vieira (2009), ao qual remeto, de bom grado, o leitor. Porém, posso argumentar, com base em sua leitura e em minhas experiências profissionais e de pesquisa, que o impasse diagnóstico que se coloca na determinação do nexo causal entre doença mental e trabalho está frequente e fortemente colorido pelos vieses teóricos com os quais esse diagnóstico é construído, a saber, os vieses evolucionistas, comportamentais e psicogenéticos. São exatamente essas as teorias que dão voz e poder aos discursos médicos e psiquiátricos que embasam teoricamente as avaliações e pareceres que fundamentam os laudos psiquiátricos, médicos e jurídicos, os quais subsidiam a decisão sobre o nexo causal entre os distúrbios mentais e as situações de trabalho. Por caminhar na contramão dessas teorias e problematizar suas bases epistemológicas, penso que a psicanálise pode ofertar não só outro olhar acerca do trabalho como fator constituinte da subjetividade, mas também da saúde mental no trabalho. Neste texto, esse olhar estará direcionado para o traumático nas relações de trabalho.

Trauma, angústia e desamparo em psicanálise

A temática do trauma está presente desde a fundação da psicanálise. Ela é inaugurada com a experiência de Freud na Salpêtrière, em Paris, onde ele ingressa como estudante dos cursos de Jean-Martin Charcot, eminente neurologista que, à época, empreendia pesquisas sobre a histeria. Indo na contracorrente da neurologia de seu tempo, Charcot preconi-

7 O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – 5) (MANUAL..., 2014) é a principal referência diagnóstica utilizada em perícias médico-psiquiátricas. Cabe ressaltar que na caracterização do TEPT e no rol dos sintomas que o indicam não há, no referido Manual, o reconhecimento do nexo causal entre as situações traumáticas vivenciadas nas situações de trabalho e o desencadeamento de transtornos mentais.

zava que a histeria não era uma farsa ou uma simulação, mas um conjunto de fenômenos que tinham sua etiologia na herança familiar e no que ele chamou de *agent provocateur* (agente provocador).

Seguindo a trilha aberta por Charcot, Freud vai fazendo sucessivas e importantes rupturas com a lógica médica e psiquiátrica de seu tempo, sobretudo ao erguer a concepção do aparelho psíquico como fundado pelo conflito e formular suas primeiras teses sobre a neurose histérica. Tais elaborações possibilitaram a Freud, na companhia de Breuer, forjar uma etiologia do trauma (FREUD; BREUER, 1893/1976; FREUD, 1893-1895/1976). Nesse momento da história da psicanálise, Breuer e Freud entendiam o elemento traumático como um corpo estranho à consciência do sujeito. Mesmo expulso da consciência pelo mecanismo do recalque, ressurgia incessantemente na forma dos sintomas histéricos tais como as afasias, parapraxias e outros sintomas que hoje conhecemos como psicossomáticos. Assim, nos primórdios da psicanálise trauma e histeria eram inseparáveis (RUDGE, 2009).

Um passo importante para relativizar esta vinculação se dá na passagem que Freud faz da noção de trauma como decorrente de uma sedução do adulto sobre a criança à noção de trauma como o que decorre de uma experiência que se revela no "enredo de sedução" contado pela histérica, o que, Freud descobre depois, nada mais é do que a fantasia do neurótico carregada de desejo (FREUD, 1950[1895]/1976). Tal compreensão traz para o primeiro plano a preponderância da realidade psíquica sobre a "realidade compartilhada". Com os desenvolvimentos da teoria psicanalítica, Freud estende a noção de trauma para além dos quadros psicopatológicos e nos ensina que o viver, em si, é traumático, que as próprias condições de subjetivação portam algo da ordem de um trauma, pois a existência humana, não podendo ser regida somente pelo princípio do prazer, não pode prescindir também do encontro com a castração.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, as neuroses de guerra, tão

frequentes neste momento histórico, obrigaram Freud a rever a etiologia do trauma e considerar que nas neuroses traumáticas, embora o componente sexual e as marcas das experiências infantis ainda estivessem presentes, não eram determinantes. Assim, em sua 18ª Conferência, "Fixação em traumas – O inconsciente" (FREUD, 1916-1917/1976), ao se referir ao efeito regressivo proporcionado pelo sintoma, Freud discriminou a neurose histérica da neurose traumática, ainda que as tenha equiparado no que tange ao quadro sintomático. O que Freud procura destacar é que nas neuroses traumáticas as vivências atuais falam mais alto, ao colocarem o sujeito diante de uma situação abrupta e intensa, como o é um acidente grave ou o combate na guerra, eventos cuja sombra da morte iminente acompanha o sujeito a todo o momento.

Os estudos freudianos sobre a neurose traumática foram importantes para que Freud reformulasse alguns conceitos, conferisse novo alcance a outros, e ainda "descobrisse" a importante noção de compulsão à repetição (FREUD, 1920/1976). Ao se deparar com a insistência com que a revivescência do trauma se fazia presente nos sonhos, Freud escuta o fracasso do princípio do prazer como regulador decisivo das experiências do sujeito. Com a frequência do "apego ao sofrimento" observado em seus pacientes, ele se põe a trabalhar e reformular a teoria das pulsões dando a devida importância teórica e clínica à pulsão de morte.

Freud labora essas teorizações em "Além do princípio do prazer" (FREUD, 1920/1976), texto em que ele revisa a teoria do trauma e sua relação com o sonho. Ao lado do entendimento de que a principal função do sonho é a realização de desejos, Freud assume que os sonhos têm outra função igualmente importante: a de tentar possibilitar ao sujeito a elaboração do que se coloca para ele como traumático e que, por isso, resiste a encontrar escoamento pela via da consciência. Vindo "assombrar" o sujeito em seus sonhos, o traumático insiste em marcar presença em obediência à compulsão à repetição (FREUD, 1920/1976). Tal assombramento

é sinal de que algo ultrapassa os limites defensivos do Ego e, ao mesmo tempo, de que o traumático não irá embora enquanto o Ego não puder saber sobre ele. Como ensina a psicanálise, ao Ego cabem duas principais funções: a de defesa daquilo que é experimentado como um excesso para o psiquismo (FREUD, 1900/1976) e a de síntese e atenção para reagir às situações que ameaçam a integridade subjetiva. Contudo, o que a vivência traumática justamente desestabiliza no Eu é a sua capacidade de defesa e de reação, uma vez que, com o trauma, há o incremento da angústia que desafia essas capacidades utilizadas pelo Eu para garantir seu sentimento de unidade[8].

Muito importante aqui trazer as contribuições da psicanálise ao conceito de angústia, pois, diferentemente de outras correntes teóricas, a psicanálise não concebe os estados de angústia experimentados pelo sujeito como decorrentes de uma imaturidade ou deficiência psicogenética, nem muito menos orgânica, mas entende que a angústia é inerente à vida humana. Para Freud, a angústia surge sempre que uma situação reedita a vivência da castração, pois o humano não dispõe da capacidade de sanar, de uma vez por todas, "deficiências" de qualquer ordem, dada a impossibilidade de encontrar, definitivamente, a palavra que terminaria com todos os equívocos nas relações intersubjetivas ou o objeto que satisfaria plenamente o seu desejo ou o desejo dos outros que com ele convivem. Algo sobre o que Lacan, seguindo os rastros freudianos, avançou teoricamente para nos mostrar que o sujeito do desejo é um ser em falta e, por isso mesmo, deseja (LACAN, 1954-1955/1985).

Assim, em nosso olhar, o incremento da angústia está ineludivelmente relacionado ao desamparo (*Hilflosigkeit*) inerente à existência humana. Desde os primórdios da psicanálise Freud nos fez reconhecer tal condição. Ela está presente no texto em que ele delineia sua primeira proposta teóri-

8 Não por acaso, um dos principais sentimentos relatados por sujeitos acometidos por transtornos traumáticos, durante as crises, é o de estar experimentando a iminência da morte (PEREIRA, 2008).

ca sobre o aparelho psíquico e elege a noção de desamparo para assinalar a presença decisiva do outro na constituição do sujeito. O texto é o "Projeto para uma psicologia científica (1950[1895]/1976) e nele Freud concebe o sujeito em sua íntima dependência do outro que, através de uma ação específica possibilita a experiência de satisfação de uma necessidade, seja ela o alimento que sacia a fome, o olhar que acaricia ou a palavra que conforta, tarefas de impossível autonomia para o ser humano em seus primeiros anos de vida. Tal satisfação nunca é plenamente encontrada e sempre buscada no outro, ele destaca, o que não é sem efeitos para o psiquismo. A partir destas elaborações, Freud ergue uma das proposições fundamentais da teoria psicanalítica: a de que o desamparo humano enlaça, de forma inelutável e indelével, o sujeito e o outro. E o faz com uma bela frase da qual, a meu ver, pode-se extrair inúmeras consequências éticas e políticas: "[...] o desamparo inicial do ser humano é a fonte primordial de todos os motivos morais" (FREUD, 1950 [1895]/1976, p. 431, grifos do autor). Com esta frase Freud marca o fato de que o sujeito, desde o seu nascimento, está imerso em relações de poder. Relações nas quais ele pode ser gratificado ou frustrado, reverenciado ou punido.

É ainda com base em suas concepções acerca do desamparo que Freud vai, mais tarde, articular sintoma e angústia, para falar do trauma. Em "Inibição, sintoma e angústia" (FREUD, 1925-1926/1976), ele vincula angústia e trauma para nos mostrar como essa vinculação se presentifica no sintoma. Ali ele nos diz que a angústia é determinada pela ocorrência de uma situação traumática, cujo substrato é uma experiência de desamparo vivida pelo Eu em face de um acúmulo de excitação – de origem externa ou interna – com a qual o Eu não pode lidar. A fonte da experiência de angústia, Freud localiza na separação ou perda de um objeto amado ou a perda de seu amor, o que reedita a vivência de castração e o desamparo. O sintoma é o que vem dar testemunho do encontro com a castração, encontro que, por vezes, pode ser experimentado pelo sujeito como traumático.

Lacan pensa inicialmente o desamparo com base na impotência psicomotora do *infans* em relação ao desenvolvimento de sua estrutura subjetiva. Posteriormente, ele irá conceber o desamparo como uma dimensão insuperável da vida psíquica, tendo em vista que, para o psicanalista francês, esta é um fato de linguagem: "Desde a origem a criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão" (LACAN, 1956-1957/1985, p. 192). Tal como Freud, embora em seus termos, a temática do desamparo em Lacan aponta para uma falta fundamental, cujo sentido psíquico é de uma perda ou separação que põe em causa a problemática do objeto perdido e reedita *ad infinitum* a castração. Neste sentido, Lacan aprofunda a problemática do desamparo e a coloca no centro das relações intersubjetivas, as quais, em sua pena, são sempre constituídas e mediadas pelo desejo. Seja tomando-a como uma noção que nos guia na direção da cura na prática clínica, seja identificando seus efeitos nos laços sociais, a noção de desamparo, em Lacan, está inextrincavelmente referida ao enigmático desejo do Outro, desejo pelo qual o sujeito se torna sujeito[9]. O desamparo, assim pensado, estará sempre no horizonte da questão que o sujeito não cessa de ver lhe ser colocada pelo Outro: "O que quer ele de mim?". Ou, mais precisamente como assinala Lacan: "O que quer esse Outro a respeito deste lugar do Eu?" (LACAN, 1962-1963/2002, p. 14)[10].

Lembremos também que para Lacan o Eu se constrói em meio à experiência do estádio do espelho, momento lógico em que o pequeno ser vislumbra sua imagem no espelho e, suportado pelo corpo de um adulto, a reconhece como completa, una, o que se dá sob o signo da euforia, sob

9 Pauto-me aqui pela conhecida fórmula lacaniana: "O desejo do homem é o desejo do Outro" (LACAN, 1958-1959/2002).

10 O conceito de Outro (*Autre*, em francês) é um dos conceitos fundamentais da teoria lacaniana. Lacan o concebe como uma "figura" à qual o sujeito confere o poder de legislar, de guiar o seu desejo. Essa figura é representada, na vida real, pelas figuras de autoridade, tais como o pai, a mãe, um professor admirado ou qualquer outra pessoa à qual o sujeito dedica amor e/ou confere admiração, poder, saber etc. Por isso, também, é possível concebermos que o Outro "aparece" nas relações de trabalho na figura do chefe. Em outro trabalho desdobrei essa teorização ao tratar da angústia nas relações de trabalho (COELHO, 2007).

"os sinais de uma jubilação triunfante" (LACAN, 1948/1998, p. 115)[11]. Ao modo de um processo de identificação com essa imagem de si, o Eu se reconhecerá e se amará nela, mas também "sofrerá" uma exigência extrema para nunca decepcionar o Outro que o olha e ao qual pede confirmação dessa imagem. Por isso – e tal como Freud – Lacan também reconhece a função defensiva do Eu e o concebe como a sede da angústia. Assim, para explicar o desamparo ele articula a angústia, o Eu e o desejo. É o que vemos explicitado através da fórmula "O homem se defende com seu eu contra o desamparo" (LACAN, 1958-1959/2002, p. 35). Entende-se, assim, que Lacan assinala a função defensiva do Eu diante do desejo do Outro, defesa que se exacerba quando esse desejo aparece para o sujeito como ameaçador, excessivo, insuportável.

Seguindo essas elaborações teóricas de Freud e Lacan, aprendemos que a vivência traumática e seu cortejo de sintomas revelam uma necessidade imperiosa do sujeito se defender frente a uma experiência subjetiva insuportável, experiência que ultrapassa sua capacidade de simbolização, ou seja, de atribuir um sentido à vivência traumática, de forma a poder traduzi-la em palavras e elaborá-la em termos psíquicos. Dito em outras palavras, a vivência traumática, por vir carregada de um afeto insuportável para o sujeito, sofre uma forte defesa por parte do Eu, a qual consiste em "banir" da consciência as cenas e situações vividas e vinculadas a ela. Contudo – e esse é o ensinamento *princeps* da teoria psicanalítica –, quanto mais o sujeito se defende recalcando as lembranças referentes ao evento traumático, mais o psiquismo tenta trazê-las a tona como uma forma de poder dar um sentido mais suportável a elas. Assim, a revivescência do trauma comparece nos sintomas que "dizem" do quanto o evento traumático é insuportável para o sujeito. E são os sintomas, também, uma

11 É possível pensar que o espelho, nesse contexto teórico, não se limita ao objeto espelho, ou seja, a um espelho plano concreto, mas pode ser representado pelo olhar do Outro (a mãe, por exemplo) que ratifica – ou não – a imagem de perfeição com a qual a criança se identifica ao ser olhada.

forma de pedido de ajuda e reconhecimento desse insuportável[12].

Ora, com as ferramentas teóricas da psicanálise, como não reconhecer que a iminência do desemprego, a ameaça de punição ou sua concretização, a desqualificação explícita e acintosa de colegas e chefes, entre outros eventos experimentados nas relações de trabalho, podem concorrer fortemente para o desencadeamento de transtornos traumáticos como o TEPT?

Não por acaso, Freud (1921/1976) teoriza sobre o pânico, um dos principais sintomas presentes em transtornos traumáticos, no texto em que analisa a quebra, a ruptura dos laços grupais. Ali, tomando como modelo de análise a Igreja e o Exército, ele argumenta que o desencadeamento do sintoma de pânico revela que o sujeito se sente totalmente à mercê do desamparo quando se rompem os laços identificatórios que o "amarram" às suas relações grupais e, sobretudo, à relação que ele mantém com o líder. Tal processo identificatório está presente nas relações de trabalho, pois é através dele que o sujeito-trabalhador constrói sua identidade profissional, como também se vincula a uma organização e às relações de trabalho que nela têm lugar[13]. A ameaça de ruptura desses laços, quer seja pelo temor da demissão, quer seja por vivências nas quais o seu valor profissional não é reconhecido ou mesmo depreciado, traduzem-se, em termos psíquicos, como um excesso de tensão, uma experiência subjetiva insuportável, diante da qual o Eu mobiliza defesas hercúleas, cujos sintomas são a expressão.

Entendo que a utilização dos conceitos psicanalíticos de trauma, angústia e desamparo, como possíveis chaves de leitura na compreensão e diagnóstico dos transtornos mentais de fundo traumático, podem muito

12 Essa é a principal tese do excelente livro de Mário Eduardo Costa Pereira, "Pânico e desamparo – um estudo psicanalítico" (PEREIRA, 2008).

13 Como não lembrar aqui do "sobrenome organizacional" utilizado, por exemplo, nas apresentações em eventos de trabalho, no qual o nome próprio vem sucedido pelo nome da empresa: "Sou fulano(a) da empresa X".

contribuir para que o sujeito que adoece no e pelo trabalho não seja considerado culpado do que ele mesmo, em certo sentido, desconhece. Escrevo isso tendo como base o que aprendemos desde Freud e com Lacan ratificamos: que o inconsciente é um saber que não se sabe. Barradas à consciência do sujeito-trabalhador, as motivações inconscientes de seu sofrer lhe aparecem como um corpo estranho, no mais das vezes ameaçador e assustador, às quais ele tenta compreender e dar sentido com os recursos psíquicos que tem, sempre insuficientes e precários, como de todos os humanos. Contudo, uma observação importante: dizer que o sujeito não é culpado daquilo que padece não é o mesmo que dizer que ele não é responsável pelo modo como escolhe reagir ao que lhe afeta. Dito em outras palavras, e como dizemos em psicanálise: para que possa se desvencilhar do domínio do sintoma, é preciso que o sujeito se implique naquilo que padece, e empreenda a árdua tarefa de (re)significar o que o assombra.

À guisa de conclusão e a favor da saúde mental, ressalto a importância de olharmos e escutarmos o sofrimento nas relações de trabalho sem nos determos em demasia a manuais estandardizados, os quais fazem da dor e do sofrimento no trabalho mero registro estatístico para justificar o exercício do poder médico e/ou jurídico que se mantém "administrando" a chamada doença mental. O viver e suas surpresas não cessa de nos mostrar que o modo como cada um sente e responde ao que lhe afeta é singular. Ao ser aprisionado nas letras desses manuais, o trabalhador é "roubado" do poder de fazer do trabalhar uma atividade criadora e criativa, atividade na qual o sujeito encontra os fios que tecem o seu ser.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Blog da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://www.blog.saude.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52979&catid=579&Itemid=50218. Acesso em 25/05/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BOLTANSKI, L; CHIAPPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CARRETEIRO, T. C. Psicanálise e Trabalho. *In*: COELHO, D. M.; CUNHA, E. L. (org.). **Faces contemporâneas da razão**. São Paulo: Concern, 2018.

CLOT, Y. Clínica do trabalho, clínica do real. **Le journal dês psychologues.** n. 185, 2001. (Tradução livre: Kátia Santorum e Suyanna Linhales Barker. Revisão: Cláudia Osório)

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2007.

COCCO, G. **Trabalho e Cidadania**. Produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

CODO, W. (1985). Um diagnóstico integrado do trabalho com ênfase em saúde mental. *In*: CODO, W.; JACQUES, M. G. **Saúde Mental & Trabalho** – Leituras. Porto Alegre: Vozes, 2002.

COELHO, R. S. O Outro institucional: gozo e angústia nas relações de trabalho. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, n. 33, p. 181-187, jul./dez. 2007.

COELHO, R. S. **"Raciocina... mas obedece!"**: poder e desejo nas relações de trabalho. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional), Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Oboré, 1987.

DORIGO, J. N.; LIMA, M. E. A. O transtorno de estresse pós-traumático nos contextos de trabalho: reflexões em torno de um caso clínico. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, 2007, v. 10, n. 1, p. 55-73.

ENRIQUEZ, E. **As figuras do poder**. São Paulo: Via Lettera, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Petrópolis/Vozes, 1984.

FREUD, S. (1920). Além do principio do prazer. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. Standard Edition, v. XVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1925-1926). O Ego e o Id. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. Volume XIX, Standard Edition, Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1893-1895). Estudos sobre a histeria. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Standard Edition. v. II. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1916-1917). A fixação em traumas – O inconsciente. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Standard Edition, v. II. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1900). A interpretação dos sonhos. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Standard Edition, v. V. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1929-1930). O mal-estar na civilização. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. Standard Edition, v. XXI, Rio de Janeiro, Imago, 1976.

FREUD, S. (1950[1895]). Projeto para uma psicológica científica. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Standard Edition, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1921). Psicologia das Massas e Análise do Eu. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. Standard Edition. v. XVIII. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

FREUD, S.; BREUER, J. (1893). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: uma conferência. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Standard Edition, v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social** – Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

GORZ, A. **O Imaterial**. Conhecimento, Valor e Capital. São Paulo: Annablume, 2005.

JACQUES, M. G. C. O nexo causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 19, p. 112-119, 2007. Edição especial 1.

LACAN, J. (1958-1959). **O Desejo e sua interpretação**. Porto Alegre: Associação

Psicanalítica de Porto Alegre. 2002. (Publicação não comercial. Circulação interna à Associação Psicanalítica de Porto Alegre)

LACAN, J. (1948). O estádio do espelho como formador da função do eu. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, J. (1954-1955). **O seminário, livro 2**: o eu na teoria e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LACAN, J. (1956-1957). **O seminário, livro 4**: as relações de objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LACAN, J. (1962-1963). **O seminário, livro 10**: a angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

LAVAL, C.; DARDOT, P. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAZZARATO, M. **Le concept de travail immatériel**: la grande industrie. Futur Antérier, Paris, n. 10, 1992.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**. Formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

LIMA, M. E. A. Transtornos mentais e trabalho: o problema do nexo causal. **Revista de Administração da FEAD Minas**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 73-80, jun. 2005.

MARX, K. **O capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS (DSM-5) / [American Psychiatric Association; Trad.: Maria Inês Corrêa Nascimento ... *et al*.]; **Revisão Técnica**: Aristides Volpato Cordioli ... [*et al*.]. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MICHAELIS. **Dicionário Escolar Alemão**. São Paulo: Melhoramentos, 2010.

PEREIRA, M. E. C. **Pânico e Desamparo** – Um estudo psicanalítico. São Paulo:

Escuta: 2008. (Biblioteca de Psicopatologia Fundamental).

RUDGE, A. M. **Trauma**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. (Coleção Primeiros Passos)

SAVIANI, D. Perspectiva marxiana do problema subjetividade intersubjetividade. *In*: DUARTE, N. (org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 21-52.

VIEIRA, C. E. C. O nexo causal entre transtorno de estresse pós-traumático e trabalho: controvérsias acerca do laudo de uma perícia judicial. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 34, n. 120, p. 150-162, 2009.

Clínica do trabalho-*flânerie*

Cláudia Perrone[1]

Rose Gurski[2]

O trabalho humano é uma experiência exaustivamente analisada e discutida como um organizador de nossa sociedade, sendo considerado uma categoria central para chegarmos a um arranjo social minimamente justo. O modo como as relações de trabalho se organizam irá depender sempre de aspectos sociais, políticos e econômicos que variam e são datados de acordo com cada tempo sócio-histórico. Nesse sentido, é preciso problematizar o modo como os laços de trabalho vêm sendo apropriados através dos diferentes períodos de mudanças históricas.

Se pensarmos em uma certa linha de tempo das relações no mundo do trabalho, a ótica calvinista pode ser considerada como um destes momentos históricos. A ética protestante trouxe, com seu ideário, tanto uma relativa perda de prazer nas atividades laborais como uma relação favorável à acumulação infindável. Estes novos laços também acabaram por forjar um espírito, uma espécie de tipo-ideal de individualidade moderna, "o espírito do capitalismo".

> Ora, é claro que o conjunto da literatura ascética de quase todas as confissões religiosas está impregnado pelo ponto de vista segundo o qual o trabalho leal, ainda que mal remunerado, da parte daqueles a quem a vida não facultou outras possibilidades, era algo extremamente aprazível a Deus. Nesse particular, a ascese pro-

1 Psicanalista. Doutora em Linguística e Letras/PUC-RS. Professora do Programa de Pós Graduação em Psicologia/UFSM. Coordenadora do NUPPEC – Eixo Psicanálise, Educação, Adolescência e Socioeducação. Membro do GT da ANPPEP Psicanálise e Educação. Membro da Rede Internacional Coletivo Amarrações.

2 Psicóloga. Psicanalista. Doutora em Educação/UFRGS. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento/UFRGS. Professora Associada do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia/UFRGS e do Programa de Pós-graduação em Psicanálise: clínica e cultura/UFRGS. Co-coordenadora do NUPPEC (Núcleo de Psicanálise, Educação e Cultura CNPq/UFRGS).

> testante em si não trouxe nenhuma novidade, ela não só aprofundou ao máximo esse ponto de vista, como fez mais, produzindo para essa norma o estímulo psicológico [*psychologischen Antrieb*], quando concebeu esse trabalho como vocação profissional, como o único meio, de uma pessoa se certificar do estado de graça. [...] É palpável o poder de que dispunha para fomentar a "produtividade" do trabalho no sentido capitalista da palavra a aspiração exclusiva pelo reino dos céus através do cumprimento do dever do trabalho profissional e da ascese rigorosa que a disciplina eclesiástica impingia como coisa natural, precisamente às classes não proprietárias (WEBER, 1905/2008, p. 162-163).

Com Weber (1905/2008), podemos acompanhar o fortalecimento do individualismo – núcleo da ideia mesma de identidade moderna – como efeito psicológico da doutrina calvinista. Weber começou a descrever uma espécie de gênese de um eu autoidêntico e racional, isto é, propôs uma verdadeira psicologia do eu. Trata-se de um eu que deve ser forte e desprovido de motivações afetivas a fim de não atrapalhar o desempenho da atividade de trabalho.

Afora o calvinismo, outro momento histórico que queremos destacar é o taylorismo e o fordismo. A organização do trabalho a partir destes dois modelos provocou ainda mais sofrimento com o trabalho. Para executar tarefas repetitivas em uma linha de montagem, Taylor idealizava o operário do tipo bovino: o homem boi, forte e dócil. Desse modo, supunha eliminar o trabalhador resistente ao controle e, assim, aumentar a produtividade. O método pretendia punir os indolentes e premiar os produtivos, com interesse na domesticação do trabalhador. Nesta concepção, o indivíduo passou a ser concebido como o executor da uma tarefa repetitiva que facilitava a quantificação da produção. Toda a organização do trabalho passou a ser concebida como dominação e controle.

Desde a psicanálise, não podemos deixar de observar a agressão à saúde mental dos trabalhadores provocada por esta postura. Ora, como se pode deduzir, a tarefa principal para o taylorista/fordista consistia em eli-

minar a dimensão do sujeito do trabalho em favor da maior produtividade de sua tarefa. Nesta ótica, o ser humano não passava de um executor de tarefas.

A proximidade com os anos de 1990 até o momento atual inicia o que tem sido chamado de discurso gerencialista. Para os discursos de gestão, o homem boi não interessa mais. As competências do gerencialismo são cognitivas e afetivas. O gerencialismo é incorporado no cotidiano e a vida dos empregados acaba sendo gerenciada por uma empresa "Você S.A". Com esta nova mudança nos laços de trabalho, a vida familiar e o próprio Estado devem ser geridos como uma empresa.

O trabalho é reduzido a um conjunto de tarefas que podem se modificar ao longo do tempo (por isso é necessário o trabalhador flexível); tais tarefas, além de quantificáveis com uma performance previsível, são criadas a partir de infindáveis treinamentos. Passa a ser muito importante a avaliação permanente dos trabalhadores e suas performances. Tal postura corrói violentamente a cooperação e introduz a competição de todos contra todos como fator motivacional. A proposta inclui também a padronização dos modos operatórios que facilitam o controle quantitativo.

O interessante a destacar é que o operário de chão de fábrica, e outros com algumas performances calculadas, desapareceram com a entrada da ciência e da tecnologia. O atual mundo do trabalho não precisa mais do homem-boi, usa robôs, informática, serviços digitais que, ao eliminar empregos, eliminam trabalhadores humanos. O que é exigido, hoje, é que o trabalhador seja comprometido afetivamente com a organização. Os processos de produção sofrem uma mudança. Mesmo com a radicalização de processos de controle, é exigido do trabalhador a capacidade de escolha e tomadas de decisões fora do controle organizacional. Os trabalhadores possuem uma sobrecarga de trabalho e aumento de responsabilidade, muitas vezes em condições indeterminadas que terminam gerando mais adoecimento no mundo do trabalho.

A partir deste cenário nas relações sociais do labor, passamos a nos perguntar: de que modo a escuta psicanalítica pode alcançar outras condições aos sujeitos adoecidos pelas variáveis descritas? De que forma repensar a clínica do trabalho a fim de reintroduzir um lugar para o sujeito nestas relações? Que condições precisam ser criadas para que o trabalhador não fique resignado à dimensão do "homem que virou suco"[3]? Como resistir frente a uma sociedade opressora que convoca o sujeito a abrir mão de suas raízes, de sua identidade e mesmo de seus direitos de cidadão?

A clínica do trabalho e a escuta-*flânerie*

Como já dito mais acima, este escrito busca operar reflexões sobre as mudanças no mundo trabalho repensando a chamado clínica do trabalho. Queremos, sobretudo, problematizar os diferentes caminhos que uma abordagem de clínica do trabalho pode ter. Nesse sentido, pensamos que uma intervenção que escute a dimensão do sofrimento do sujeito no próprio cotidiano laboral se torna urgente.

Cada vez mais, os processos de trabalho deixam os indivíduos e coletivos vulnerabilizados. Toda a crescente individualização e a perda da dimensão coletiva do labor, tanto nas tarefas como na organização dos trabalhadores (basta pensar na perda de poder dos sindicatos), produzem efeitos nocivos para a saúde mental de forma geral. Sublinhamos que, neste cenário, algumas premissas iniciais precisam ser estabelecidas, entre elas a perspectiva de que não podemos tomar o sofrimento no trabalho como um problema individual, patologizando o sujeito pelo sofrimento decorrente das condições organizacionais e sociais colocadas. Devemos sempre refletir sobre o conjunto de questões que pautam a organização e a

3 "O homem que virou suco" (1981) é um filme brasileiro, dirigido por João Batista de Andrade. A narrativa, um dos 100 melhores filmes nacionais, mostra a saga de um poeta popular nordestino que vai a São Paulo para fazer cordel e acaba preso, confundido com Severino, outro nordestino que, ao perceber a impossibilidade do sistema dar um lugar a seu sonho de viver na metrópole industrial, assassina o patrão.

divisão do trabalho, pois a resposta psíquica elaborada pelo sujeito em relação ao sofrimento no trabalho depende de fatores sociais mais amplos.

A clínica do trabalho-flânerie não se restringe à dimensão do sofrimento do trabalhador, ainda que produza uma investigação sobre este tema. A crescente objetalização dos indivíduos opera para uma dessimbolização do trabalho e a elaboração de defesas frágeis. As propostas de intervenção laboral utilizam intervenções grupais para as quais as organizações não liberam mais o tempo necessário a fim de que elas ocorram; não existem mais coletivos de trabalho que possam operar a partir da colaboração de seus membros, mas crescem os "times" e seus líderes promovendo o mais alto grau de competição entre os indivíduos. Nesse sentido, importa dizer que a mera enumeração e adição de eventos ou informações fornecidas pelas empresas não geram uma narrativa do trabalho (HAN, 2018, p. 92). Segundo Dejours (2003), o trabalho é um enigma para cada sujeito, um enigma que demanda uma narratividade. Tal apontamento importa, pois a clínica do trabalho aposta que as palavras abram possibilidades do que não se sabe e constituam movimentos de abertura para o narrar-se.

A partir de uma experiência de escuta de narrativas de trabalhadores da socioeducação, pretendemos apresentar, sucinta e esquematicamente, uma proposta de pesquisa e extensão no âmbito da violência juvenil a ser pensada como uma intervenção possível na clínica do trabalho. A proposta da escuta-flânerie com trabalhadores das políticas públicas não se refere apenas a uma abordagem do sofrimento, mas, acima de tudo, uma aposta inventiva que parte da potência das narrativas sobre as vivências e experiências de sujeitos.

O mote de nossas investigações (GURSKI, 2008; 2012; 2014; GURSKI; STRZYKALSKI, 2018b; 2018c; PERRONE; GURSKI, no prelo), desde 2011, tem sido possibilitar outras interpretações e leituras acerca dos atos de violência e transgressão juvenil através da escuta psicanalítica em espaços fora da clínica padrão articulada ao tema da experiência em Wal-

ter Benjamin. Ocorre que, ao nos debruçarmos sobre o tema da violência juvenil, foi se construindo uma demanda de investigação mais ampla.

Desde o final de 2014, temos experimentado dispositivos clínicos de intervenção em saúde mental infantojuvenil no campo da socioeducação. Os dispositivos clínicos são um modo de articular as premissas da psicanálise às políticas públicas (ROSA, 2016). Neste caso, levar a escuta do sujeito para outros sítios consiste em uma forma de estimular a construção de espaços de acolhimento para o mal-estar dos sujeitos na atualidade.

No início, trabalhávamos com os adolescentes que cumpriam medida socioeducativa através de grupos de circulação da palavra em conjugação com algumas materialidades da cultura, tais como filmes e narrativas musicais. Com o tempo, fomos percebendo um grande interesse dos jovens pelas músicas, sobretudo do gênero rap e funk, o que nos levou a criar as denominadas Rodas de R.A.P. (GURSKI; STRZYKALSKI, 2018a; 2018b).

Durante o trabalho de supervisão das Rodas de R.A.P., observou-se que as pesquisadoras costumavam colocar agentes socioeducativos no lugar de "problema da socioeducação", algo que também era feito pelos adolescentes através de relatos de violências físicas e simbólicas sofridas dentro da instituição. Ao tomarmos tal questão pelo diapasão da transferência, afastando-nos do ímpeto de operar um julgamento moral, questionamos: a crueldade e a hostilidade direcionadas aos adolescentes seriam um modo de lidar com o mal-estar que experimentam como trabalhadores da socioeducação? De que modo os trabalhadores vivenciavam o sofrimento decorrente das condições de seu trabalho e das dificuldades cotidianas que viviam?

Partindo dessas questões e de algumas atividades realizadas na instituição, foi possível abrir uma nova pergunta nesta série de investigações: De que forma a possibilidade de narrar o sofrimento do dia a dia poderia impactar as relações de trabalho desses agentes?

Para trabalhar com os agentes, seguindo nas trilhas das investigações metodológicas que já vinham sendo realizadas pelo grupo de pesquisa com os adolescentes, passamos a pensar de forma mais densa sobre a construção de um modo de intervir dentro da instituição socioeducativa, tendo como base os pressupostos ético-metodológicos da psicanálise e as interligações que tecemos com o tema da experiência e da *flânerie* (GURSKI, 2014; GURSKI; STRZYKALSKI, 2018b; 2018c).

No período em que começamos a nos aprofundar nas investigações da temática das conflitivas cotidianas nos laços dentro da instituição, constatou-se que as atividades desenvolvidas pelos agentes produziam níveis altos de adoecimento físico e psíquico. Em um estudo transversal realizado em 2011, com 381 agentes gaúchos, Greco *et al.* (2013) visaram a avaliar o estresse no trabalho. Eles salientaram uma grande lacuna na produção científica acerca das condições de trabalho dos socioeducadores, especialmente no que se refere ao adoecimento que se produz. Também foi destacado que as características do fazer do agente socioeducador centram-se no ritmo acelerado, em uma grande pressão pelo tempo, assim como na imprevisibilidade e na busca constante pelo papel de educador. O artigo também explora a multiplicidade de atividades realizadas pelos agentes, especialmente no que se refere ao acúmulo de duas funções difíceis, que são garantir a segurança do local e dos meninos e, ao mesmo tempo, socioeducar. Essas condições ficam bem evidentes nas estatísticas de pedidos de afastamento por motivos de saúde ou pessoais, assim como nas ausências psíquicas observadas mesmo com aqueles que estão presentes no dia a dia. Como nomear este mal-estar? Como trabalhar com os "restos" da sociedade, com aqueles que ninguém quer ouvir (GURSKI, no prelo)?

Na construção da intervenção, tomamos como inspiração o conceito de psicanálise implicada (ROSA, 2016). Esta noção diz respeito a uma escuta que se dá em "face da dimensão sociopolítica do sofrimento", lembrando-nos que psicanálise, sociedade e política são termos que relançam a arti-

culação do sujeito com o desejo, com o gozo e com o laço social como laço discursivo, sendo aquilo que de fato possibilita pensar em uma prática clínica-política.

Potencializando o enlace entre a construção de conhecimentos acadêmicos e as demandas comunitárias, e articulando tais construções ao laço social, bem como à necessária reflexão sobre modos de elaboração do sofrimento também em sua faceta sociopolítica, entendemos a escuta-flânerie como um dispositivo clínico e metodológico. A escuta-flânerie como proposta de escuta e intervenção seria, portanto, o efeito da articulação entre a ética da psicanálise, através da escuta de sujeitos em outros espaços que não a clínica padrão, com o tema da *flânerie* trabalhada por Benjamin (1935/2006; 1989).

A ideia inicial foi a configuração de uma escuta sem um espaço físico delimitado, uma espécie de um pronto-atendimento que pudesse dar ao pesquisador-psicanalista a chance de vivenciar, junto com os trabalhadores, as dificuldades de seu fazer diário, no calor dos conflitos e acontecimentos. Duas mestrandas do grupo passaram a circular pela instituição, disponibilizando-se a escutar e conhecer o cotidiano dos trabalhadores da socioeducação. Tal escuta foi proposta sem nenhuma formalidade a não ser a presença delas pelos corredores da instituição. Do lado das pesquisadoras, tínhamos a inspiração na atenção flutuante, disponibilizando-se para escutar as falas dos trabalhadores sem qualquer antecipação; do lado dos agentes, tínhamos o incentivo à livre associação, em que eles eram convidados a falar livremente de si e de seu fazer.

Estas falas livres, que também passaram a flanar por lá mediante a presença das pesquisadoras, foram, na sucessão da experiência da pesquisa de uma delas[4], nos levando, por meio da articulação da escuta do tema da experiência e da *flânerie*, à construção do que atualmente nominamos de escuta-flânerie, um dispositivo clínico-metodológico. Suas origens re-

4 Para outros detalhes acerca da pesquisa, ver Pires (2018).

montam à metodologia iniciada por Gurski (2008) em sua tese de doutorado, na qual forjou a metodologia do ensaio-*flânerie* a partir do enlace de três elementos: "da *flânerie* como um modo de olhar do pesquisador, do ensaio como a 'janela da escrita' e do tema da experiência como uma tentativa de produzir polissemia e criação ao invés de repetição e fechamento de sentidos" (GURSKI, 2008, p. 25).

É nesse sentido que aproximamos a psicanálise da filosofia de Benjamin, pois entendemos que a fala compartilhada pode possibilitar a criação de um espaço de simbolização para os sujeitos. Através da fala, os sentidos podem deslizar, sendo possível criar outros destinos para o real e o pulsional. Ao narrar os acontecimentos e vivências de sua história, o sujeito amplia as condições de construção de uma outra versão de si, podendo fazer com que aspectos vividos ganhem novos e outros significados. É justamente nesta movimentação narrativa que as vivências ganham a possibilidade de decantarem em experiências.

Ao adentrarmos a instituição e nos familiarizarmos com as condições locais, perguntávamo-nos: como fazer para transferencialmente produzir condições de fala livre em um lugar em que a palavra é tão aprisionada e apagada? A disposição do pesquisador-psicanalista em escutar as narrativas do sujeito, sem abandonar a noção de que, na escuta, não devemos nos antecipar à experiência, acompanhou-nos como premissa fundamental desde o começo.

No processo de escuta dos agentes socioeducativos foi ganhando força a conjugação de um paralelo entre a atenção flutuante, preconizada pela psicanálise, e a postura do *flâneur*, revisitada por Walter Benjamin (1989). Relacionando a posição do *flâneur* com a do psicanalista, encontramos o catador de restos que, a partir do que seria descartado ou negado, oferece, em seu movimento "a contrapelo" do ritmo acelerado, um espaço para o tropeço, o impensável e o detalhe – de onde podem vir a se produzir novas formulações acerca das mesmas coisas (GURSKI; STRZYKALSKI, 2018c).

Em meio à supervisão da pesquisadora, que flanava pela instituição recolhendo narrativas, fomos observando que a escuta, em modo de *flânerie*, foi aos poucos propiciando novas palavras e outros espaços aos agentes socioeducativos. O fato de uma escuta despretensiosa que acolhia toda e qualquer fala do modo como viesse foi mostrando-nos o sentido da *flânerie* nesta circunstância específica. A *flânerie* do pesquisador parece que não só passou a marcar um ritmo à intervenção, como também emprestou uma materialidade necessária à escuta e, portanto, à presença da psicanálise.

É pela importância da transferência do pesquisador com a pesquisa que o diário de experiência (GURSKI, 2017; GURSKI; STRZYKALSKI, 2018c) se configura como um dispositivo de registro da pesquisa em psicanálise. Os diários consistem em um compilado escrito pelo pesquisador-psicanalista acerca de suas vivências, experiências e reflexões em suas atividades da pesquisa. É um modo de auxiliar o pesquisador a transitar pela aridez de algumas situações vividas na instituição durante a escuta-flânerie dos sujeitos.

Com os diários, construímos uma possibilidade das premissas da psicanálise não nos abandonarem nem mesmo na hora dos registros. A disposição do pesquisador-psicanalista em seguir os pressupostos da imprevisibilidade, como na clínica, e as recomendações freudianas de conduzir o tratamento (e a pesquisa) sem qualquer intuito em vista, deixando-se sempre assaltar pelos efeitos de surpresa na experiência da transferência (FREUD, 1912/2010), foram mantidas na proposta dos diários de experiência.

Quando demonizamos ou vitimizamos os agentes socioeducativos, ou mesmo os meninos, estamos ainda situados em uma posição de pouca escuta, surdos por imagens que nos interpelam acerca das condições de vida e de trabalho desses sujeitos, anteriores à experiência de escutá-los. Importa lembrar que escutar o sofrimento destes sujeitos é diferente de

submergir nos afetos que este contexto pode produzir. É claro que sabemos que o horror da socioeducação, tantas vezes narrado pelos próprios meninos e agentes, assusta e impele qualquer um, analista ou não, à vontade de reparação ou salvação destas pessoas.

Considerações finais

Temos uma série de outros impasses que precisam ser nomeados e formulados acerca desta prática. Por ora, nossa contribuição foi fazer falar os efeitos ético-metodológicos do encontro entre psicanálise e o trabalho. Sabemos que não se trata de extirpar o mal-estar no mundo laboral, porém, como pesquisadores em psicanálise, sentimo-nos frente a uma tarefa que é ética e sócio-histórica.

É importante destacar que a preocupação de vulnerabilidade dos jovens convocou uma clínica *flânerie* do trabalho com os trabalhadores-agentes, também vulnerabilizados. O ambiente laboral organiza as tarefas com técnicas gerenciais que operam sobre o indivíduo: avaliação individualizada de desempenho, competição entre funcionários, competitividade que impedem qualquer sentido de coletivo, de coleguismo.

A escuta-*flânerie* caminha no sentido contrário à produção de trabalhadores como vítimas passivas ou patologizados cuja solução é a medicalização. A introdução do sujeito, seja individual ou referida a um coletivo, tem a potencialidade de criar. A proposição de flanar na instituição, no agora das tarefas e atividades, cria um dispositivo na rede de pessoas envolvidas e torna audível o sofrimento em um espaço público. A escuta ético-política do trabalho é oposta ao tempo cronológico das organizações, na sua despersonalização e velocidade. A escuta-*flânerie* opera com o que o tempo gestionário considera impossível. Na sua atenção e temporalização a contrapelo, a clínica do trabalho-flânerie entende que o impossível é criação de uma possibilidade que antes passava despercebida. Ela está na contracorrente dos restos, do tropeço, dos detalhes. Isso implica uma

experiência que rompa o ciclo da repetição do mesmo. Para tanto, é preciso atenção paciente, pois a qualquer momento pode surgir o intempestivo que transgrida o continuum histórico com ação e criação.

Referências:

BENJAMIN, W. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. **Obras Escolhidas III**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, W. (1935). Paris, a capital do século XIX. *In*: BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DEJOURS, C. **L'évaluation du travail à l'épreuve du réel**. Paris: INRA, 2003.

FREUD, S. (1912). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. *In*: FREUD, S. **Obras Completas** (v. 10). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GRECO, P. B. T.; DE SOUZA MAGNAGO, T. S. B.; BECK, C. L. C.; DE SOUZA URBANETTO, J.; PROCHNOW, A. Estresse no trabalho em agentes dos centros de atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 34, n. 1, p. 94-103, 2013.

GURSKI, R. A escuta-*flânerie* como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e Socioeducação. **Revista Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, no prelo.

GURSKI, R. Jovens "infratores", o rap e o poetar: Deslizamentos da vida nua à vida "loka". **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 17, n. 3, p. 45-56, 2017.

GURSKI, R. **Juventude e paixão pelo real**: problematizações sobre experiência e transmissão no laço social atual. UFRGS. 219 f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GURSKI, R. **Três ensaios sobre juventude e violência**. São Paulo: Escuta, 2012.

GURSKI, R. Três Tópicos para pensar (a contrapelo) o mal na educação. *In*: VOLTOLINI, R. (org.). **Retratos do mal-estar na educação contemporânea**. São Paulo: Escuta/FEUSP, p. 25-45, 2014.

GURSKI, R.; STRZYKALSKI, S. A escuta psicanalítica de adolescentes em conflito com a lei - que ética pode sustentar esta intervenção? **Revista Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 50, p. 72-98, 2018a.

GURSKI, R.; STRZYKALSKI, S. A 'Invencionática' na pesquisa em psicanálise com adolescentes em contextos de violência e vulnerabilidade: narrando uma trajetória de pesquisa. *In*: TAROUQUELLA, K.; CONTE, S.; DRIEU, D. (org.). **Proteção à infância e à adolescência**: intervenções clínicas, educativas e socioculturais. 1. ed. Brasília: Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade, 2018b.

GURSKI, R.; STRZYKALSKI, S. A pesquisa em psicanálise e o "catador de restos": enlaces metodológicos. **Revista Ágora**: Estudos em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro, v. 21, p. 406-415, 2018c.

HAN, B. C. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Âyine: Belo Horizonte, 2018.

PERRONE, C.; GURSKI, R. Do ensaio-*flânerie* à escuta-*flânerie*: contribuições ao campo das pesquisas em psicanálise e educação com sujeitos em situação de vulnerabilidade social. *In*: VOLTOLINI, R.; GURSKI, R. (org.). **Pesquisas em psicanálise e educação**, no prelo.

PIRES, L. **Pesquisa psicanalítica na socioeducação**: a escuta-flânerie com agentes socioeducadores. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Editora Escuta/FAPESP, 2016.

WEBER, M. (1905). **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

Psicodinâmica do trabalho, psicanálise, subjetividade e transformação social

Marcelo Ferretti[1]

A obra de Christophe Dejours assistiu a uma extraordinária acolhida no Brasil. Conforme atestam alguns dos principais pesquisadores da psicodinâmica do trabalho (PDT) do país, a produção nacional de teses, dissertações, livros e artigos na área é uma das maiores do mundo e gerou não apenas discussões teóricas como também uma série de investigações empíricas (MENDES *et al.*, 2014). Poderíamos, ainda, considerar a ressonância das inovações promovidas pelo autor no campo da psicossomática, um dos assuntos privilegiados de suas reflexões, ou das discussões encetadas por ele no âmbito psicanalítico nacional, especialmente com as questões legadas por J. Laplanche – Dejours, não por acaso, preside o conselho científico da Fundação Jean Laplanche. Todavia, interessa, neste capítulo, dar destaque à PDT, campo batizado por Dejours nos anos 1990 e que fez escola entre nós.

Tamanha acolhida não representou um acaso num país que vinha então assistindo, por um lado, ao aumento das doenças mentais relacionadas ao trabalho e, por outro, à carência de investigações sobre o tema. Ao passo que, desde a década de 1980, os pacientes com afecções musculoesqueléticas que afluíam aos consultórios desafiavam o enquadramento etiológico tradicional, assentado sobre os fatores de risco físicos, químicos e biológicos, o afluxo de pacientes acometidos por doenças mentais atestava os impactos psíquicos do trabalho na década de 1990 (SELIGMANN-SILVA *et al.*, 2010). Como apontam Codo e Jacques (2002) – organizado-

1 Doutor em Filosofia/UNICAMP. Psicólogo e Filósofo/USP. Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas/EAESP-FGV. Integrante do Laboratório de Teoria Social Filosofia e Psicanálise da Universidade de São Paulo/LATESFIP-USP.

res de um incontornável livro sobre o tema –, tornava-se, assim, urgente compreender as relações entre saúde mental e trabalho no Brasil, sendo o livro mais utilizado de introdução ao assunto era "*Travail: usure mentale*", conhecido nacionalmente pelo título "A loucura do trabalho", publicado por Dejours em 1980 e lançado em nosso país em 1987. O estágio da discussão acerca do assunto era "precário e incipiente" (LIMA, 2002, p. 64) – daí a enorme importância que teve o livro. Em várias regiões do Brasil, conta-nos Ferreira (2015), foram ora formados grupos de estudos até informais para discutir o livro, com profissionais das mais diferentes áreas: psicologia, sociologia, medicina social, administração e engenharia de produção.

Considerando as urgências nacionais no que diz respeito ao referido assunto hoje e a proposta do presente livro – abordar a temática do trabalho de modo interdisciplinar, mas dando destaque ao olhar da psicanálise –, penso que a necessidade de resgate do referencial da PDT se torna evidente. De um lado, porque os transtornos psíquicos relacionados ao trabalho vêm aumentando e continuam a nos alarmar – depressão e ansiedade são a segunda causa de adoecimento relacionado ao trabalho em nosso país, atrás apenas das doenças musculoesqueléticas (BRASIL, 2017b) e são a terceira causa de incapacidade para o trabalho (BRASIL, 2017a); de outro, porque a PDT se serviu de uma interlocução com outros campos do saber, como a filosofia e as ciências do trabalho, mas ela se fez, sobretudo, em diálogo com a psicanálise – o que pode parecer algo óbvio, já que o criador daquele campo é psicanalista.

É preciso, todavia, que nos detenhamos sobre esse último aspecto, pois a relação entre a PDT e a psicanálise é muito mais complexa do que parece. De modo algum a primeira é uma simples decorrência da última. De fato, ao menos no início de suas investigações sobre o mundo do trabalho, Dejours indicou apresentar frente à psicanálise o que Lima (2002, p. 64) qualificou como "forte ambiguidade", rompendo continuamente com ela

e, ao mesmo tempo, recorrendo a seus pressupostos capitais. Testemunhamos essa ambiguidade em seu livro inaugural, no qual Dejours, logo na abertura, afirma o seguinte:

> O campo da psicanálise é centrado sobre a vida de relação e, mais precisamente, sobre a vida a dois, ou, no máximo, a três. Assim, a psicanálise é imprópria para dar conta das relações de trabalho, na medida em que estas são regidas por regras que não se deixam reduzir ao jogo das relações chamadas de "objetais" (DEJOURS, 1980/2015, p. 12).

Esse excerto indica tal ímpeto de ruptura, mas também oculta o fato de que a psicanálise, mesmo na obra em questão, inspira e informa a PDT de modo privilegiado. Entretanto, esse trecho é chave, na medida em que identifica a insuficiência a qual levou o autor a criar um novo campo, capaz de tratar as relações de trabalho em sua justa medida. Assim, poderíamos dizer que, para a PDT, a psicanálise seria necessária, mas insuficiente "para dar conta das relações de trabalho".

Necessária, sobretudo, em razão de sua apurada investigação da subjetividade. Naquela obra inaugural, Dejours (1980/2015, p. 193, grifos meus) já anuncia que seu "objetivo não é a exposição da realidade do trabalho humano, em suas dimensões físicas e cognitivas", mas, sim, "essencialmente a vivência subjetiva [...]". Ainda que o autor creia então se aproximar da abordagem politzeriana – muito influente no meio intelectual francês e que, crítica das abstrações, advoga a retomada dos dramas vividos e da experiência concreta das pessoas –, ele acaba por, como ele mesmo reconhece, nem sempre conseguir "escapar da tentação metapsicológica" (p. 13), distanciando-se, nesse sentido, de G. Politzer, como mostrou Lima (2002). Nas últimas páginas do livro em questão, o autor torna manifesto o que até então estava latente: "É claro que a psicopatologia do trabalho baseia-se num modelo de homem e de subjetividade emprestado da psicanálise" (DEJOURS, 1980/2015, p. 204).

"Psicopatologia do trabalho": como se pode intuir, o nome "PDT" ain-

da não havia então sido dado à forma de investigação que Dejours estava a gestar. Derivada da psiquiatria social francesa, a psicopatologia do trabalho teve seu início nos anos 1950 com o trabalho de psiquiatras como Paul Sivadon e Louis Le Guillant (BILLIARD, 2001; MOLINIER, 2013). Os trabalhos deste último estão nas origens da PDT, visto que correspondem às primeiras observações sistemáticas graças às quais se pôde estabelecer o liame entre organização do trabalho e doença (MERLO, 2002). Le Guillant foi partidário da concepção sociogenética das doenças, isto é, que atribuía a causa destas ao meio, à natureza dos ofícios desempenhados, aos dramas das condições profissionais. Em uma de suas investigações mais conhecidas, e em que essa concepção é mais bem ilustrada, o psiquiatra descreveu o que denominou de "Síndrome Geral da Fadiga Nervosa", um quadro polimórfico e enigmático causado, julgava, pelas condições de trabalho das telefonistas e mecanógrafas parisienses, sobretudo jovens, e que incluía distúrbios de humor, de sono, somáticos e de caráter, além de certas estereotipias comportamentais (LE GUILLANT, 1956/1984).

Dejours (1980/2015, p. 12) considerava que, a despeito de ter produzido trabalhos cruciais como esse, a psicopatologia do trabalho havia ficado "no estado embrionário". Era tempo de retomá-la e revisitar suas teses etiológicas. Visto que boa parte do objeto do autor então eram as patologias decorrentes do exercício em diferentes ofícios, pôs em sua obra inaugural o subtítulo "ensaio de psicopatologia do trabalho". Todavia, diferentemente dos adeptos da sociogênese, ele não identificava um elo causal entre doença mental e trabalho. Por isso, afirma categoricamente: "não existem psicoses de trabalho, nem neuroses do trabalho" (DEJOURS, 1980/2015, p. 158). É claro que, na investigação das descompensações psicopatológicas, a consideração da organização do trabalho – a divisão de tarefas e a relação entre os trabalhadores – é central, mas, para o autor, estas "dependem, em última instância, da estrutura das personalidades, adquirida muito antes do engajamento na produção" (DEJOURS,

1980/2015, p. 159). Eis o que lhe parecia crucial para o desenvolvimento da psicopatologia do trabalho.

Porém, num segundo prefácio à obra em questão, mais de uma década após sua publicação e depois de uma série de novas pesquisas desde então, assistimos a uma espécie de "reviravolta epistemológica" (MOLINIER, 2013, p. 67). Dejours anuncia uma mudança crucial: seu objeto de investigação não eram mais as doenças, e sim a normalidade, isto é, "o sofrimento e as defesas contra o sofrimento" (DEJOURS, 1993/2011a, p. 62) mobilizadas pelos trabalhadores para fazer frente à organização do trabalho. Essa mudança, marcada pelo advento de um novo nome, "psicodinâmica do trabalho" – ou, ainda, "análise psicodinâmica das situações de trabalho" –, e, com ele, uma nova disciplina, trouxe consequências capitais vislumbradas pelo autor desde esse momento:

> Ao propor a normalidade como objeto de estudo, a psicodinâmica do trabalho abriu caminho para perspectivas mais amplas, que não abordam apenas o sofrimento, mas também o prazer no trabalho; não somente o homem, mas o trabalho; e não mais apenas a organização do trabalho, mas as situações de trabalho nos detalhes de sua dinâmica interna. [...]. Poderia revestir-se, efetivamente, de uma dimensão antropológica suscetível de sacudir as práticas intervencionistas convencionais no mundo do trabalho (DEJOURS, 1993/2011a, p. 64. glifos meus).

Tal mudança de objeto foi determinante, na medida em que conduziu o autor, assim, não mais apenas a uma concepção psicopatológica, mas a uma antropologia. Trabalho deixava então, definitivamente, de se reduzir ao seu sentido etimológico (do latim *tripalium*, instrumento de tortura romano), isto é, ao sofrimento, e passava significar a possibilidade do prazer, da construção da identidade e da emancipação.

Essa antropologia era construída a partir do referencial da psicanálise. A abordagem não apenas do sofrimento como também do prazer no trabalho implicava atinar com os componentes libidinais do vínculo es-

tabelecido entre ser humano e trabalho, que tanto poderia se desenvolver seguindo uma via sublimatória, rumo à saúde, quanto uma via defensiva, que, no limite, poderia desembocar na doença. Le Guillant e os demais psiquiatras adeptos da concepção sociogenética, na qual a influência de certo marxismo era determinante, rejeitavam o referencial psicanalítico, chegando até a redigir um conhecido texto publicado na revista "*Nouvelle Critique*" intitulado "A psicanálise, ideologia burguesa reacionária" (BONNAFÉ *et al*., 1949), que assinalava o quão mistificador era o saber criado por S. Freud. Dejours, porém, afastando-se da visão desses psiquiatras e aproximando-se da de outros, como J.-J. Moscovitz – conforme mostra Billiard (2001) –, enxergou na antropologia freudiana uma fonte inestimável.

Contudo, Dejours frisa que sua criação não é uma forma de psicanálise aplicada. Por mais que a criação mesma seja nomeada mediante um termo – "psicodinâmica" – "proveniente da teoria psicanalítica" (DEJOURS, 1993/2011a, p. 112), conforme admite o autor, e designe "os movimentos psicoafetivos gerados pela evolução dos conflitos inter e intrassubjetivos" (p. 112), a PDT, diferentemente da psicanálise, atém-se sobre a situação concreta que gera tais movimentos. Isto é, nos termos do autor, a psicanálise "constrói-se por um ato soberano e fundador de exclusão do real para a periferia, enquanto o psíquico e o imaginário são convidados a ocupar as posições centrais" (DEJOURS, 1993/2011a, p. 113, grifos meus). Esse "real" é, ao fim e ao cabo, o trabalho, do qual a psicanálise parece nada querer saber. Conforme indica em outro texto da mesma época, Dejours (1993/2011c, p. 220, grifo do autor) concebe que, do seu "ponto de vista, a subjetividade inscreve-se no social, no ético e no político, principalmente, por meio do trabalho". Essa função de mediador privilegiado da atividade laboral entre subjetividade e o campo social é o que marca a particularidade da PDT em relação à psicanálise aplicada e, sobretudo, a certas psicossociologias dela derivadas, que não enxergam ou não consideram

essa mediação central.

Para que possamos compreender essa tese, denominada "centralidade do trabalho", é preciso, antes, que nos afastemos do senso comum e adentremos o campo das ciências do trabalho – e, mais especificamente, o campo da ergonomia francesa, à qual se deve a descoberta de que trabalhar não é simplesmente reproduzir uma tarefa prescrita. Há, na verdade, um hiato entre essa tarefa e a atividade requerida efetivamente (cf. DANIELLOU; LAVILLE; TEIGER, 1989). Por exemplo, se se trata de apertar parafusos numa linha de montagem, tarefa que possui uma série de prescrições, como um número determinado de ferramentas e materiais, em um tempo e em um espaço determinados etc., a atividade desempenhada jamais corresponde à tarefa, por mais simplória que pareça ser: há uma mobilização do corpo, da inteligência e das relações com os outros que jamais pode ser prescrita. Daí a incomensurabilidade apontada pelos ergonomistas entre trabalho prescrito e trabalho real ou efetivo. Apoiando-se nessa descoberta, Dejours conclui que o trabalhar implica uma mobilização corporal e subjetiva e, ademais, processos intersubjetivos os quais se destinam a superar as resistências do real. Efetivamente, é pelo trabalho que se dá o encontro do sujeito adulto com o real[2].

Já na criança, esse encontro se dá por meio das teorias por ela elaboradas e das atividades lúdicas. Dejours (1993/2011b) indica que o que se torna enigma para a criança – a angústia dos pais, sobretudo, que lhe constituem o psiquismo – impulsiona um desejo de saber insaciável ou

2 A despeito da possibilidade de identificação de certas semelhanças, Molinier (2013) indica as diferenças entre a acepção lacaniana e a da PDT a esse respeito. Ao passo que esta pressupõe que "é mediante o encontro com o real que o sujeito experimenta a vida em si" (MOLINIER, 2013, p. 93, grifos da autora), indicando uma dimensão mais construtiva, digamos, do sujeito com o real, a acepção lacaniana apontaria para a dimensão mais disruptiva, ao se referir ao "que brota com ímpeto sob a forma do acidente ou da violência, destruindo as defesas, paralisando o corpo, arrasando o pensamento, *coibindo o trabalho normal*" (MOLINIER, 2013 , p. 93, grifos da autora). Daí a diferenciação feita pela autora entre dois conceitos: Real (Lacan) e real (PDT). Ademais, a afirmação de Dejours reproduzida acima, acerca do movimento psicanalítico de "exclusão do real para a periferia", indica o quão distante o autor está de Lacan, em cuja teoria, como se sabe, o real ocupou lugar central.

epistemofílico. As teorias criadas por esse desejo, por sua vez, passam a ser testadas por ela mediante atividades lúdicas, como ensinou D. Winnicott (DEJOURS, 1993/2011b, p. 398). Esse brincar infantil, qualificado por Dejours como um "teatro do intermediário", terá como sucedâneo, no adulto, o trabalhar, ou "teatro do trabalho". Assim, naquele teatro, a criança põe suas teorias à prova, visando à elaboração do sofrimento experimentado em seus encontros inaugurais com o outro adulto – tarefa que continuará, por meio do trabalho, na idade adulta.

Ora, esse paralelo indica que, assim como o brincar, o trabalhar põe à prova a subjetividade. Dejours (1993/2011a) destaca as várias dimensões que são requeridas e mesmo criadas pela atividade laboral: uma espécie muito particular de inteligência designada pelo autor como "engenhosidade", que evoca a métis grega, uma forma de viabilização do trabalho coletivo denominada "cooperação", que supõe o estabelecimento de relações de confiança e regras deontológicas acerca do ofício, enfim, uma forma especial de engajamento caracterizada pelo desejo de contribuir chamada de "mobilização subjetiva". Trata-se de dimensões que jamais podem ser prescritas, que refutam o pressuposto taylorista da separação entre execução e concepção e que indicam que gerir o trabalho requer, sobretudo, o mínimo possível de interferência sobre a dinâmica própria desses fenômenos. Tais descobertas desmontam não apenas teses até hoje influentes acerca da gestão do trabalho como também as concepções correntes acerca do trabalhar tomado apenas como uma tarefa que visa à produção de algo – valor, produto, serviços. De fato, dessa atividade depende a conquista da identidade, a qual, por sua vez, depende de uma dinâmica interssubjetiva de reconhecimento vindo dos pares ou da hierarquia. Essa dinâmica é tão crucial que Dejours reputa as estratégias defensivas e, mais graves, as descompensações psicopatológicas à paralisação dela. Isso impede que o sofrimento – uma condição ontológica do humano para o autor (cf. MOLINIER, 2013) – seja transformado em prazer. Assim, en-

quanto, por um lado, a subjetividade sai "diminuída, mortificada" quando essa transformação não ocorre, aquela sai "enaltecida" quando esta ocorre, do que a conclusão de que trabalhar é "transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar" (DEJOURS, 2004, p. 30).

Aquele paralelo, todavia, trouxe um problema à PDT, qualificado por seu criador como "a dificuldade teórica maior" (DEJOURS, 2004, p. 31): como conciliar duas visões antropológicas distintas, a psicanalítica e a da PDT, que, diferentemente daquela, preconiza a "centralidade do trabalho"? Essa é a tarefa a que Dejours se propõe numa obra recente e ímpar em razão de seu caráter de síntese das reflexões maiores da PDT até então: "O trabalho vivo". Mais especificamente, é no primeiro tomo dessa obra que o autor busca desenvolver o que denomina de tese da "dupla centralidade da sexualidade e do trabalho" ou, ainda, "paradoxo da dupla centralidade" (DEJOURS, 2012a). Trata-se de pôr em confronto e interlocução as teses da psicanálise e as da PDT. Não de qualquer psicanálise, deve-se observar – e não mais a de Winnicott: retomam-se então as teses sociais de Freud e a metapsicologia freudiana. "Por que então basear-me em Freud?", pergunta-se Dejours, que responde em seguida: "Porque a descoberta de Freud da sexualidade infantil e do inconsciente sexual imprime ao ser humano uma concepção sensivelmente diferenciada daquela anterior à sua contribuição" (DEJOURS, 2012a, p. 24). Isto é, a tese considerada central da psicanálise é a da sexualidade infantil. Ora, julga o autor, "assumir a herança freudiana é antes de tudo ser fiel à teoria da sexualidade humana" (p. 26). Desse modo, na obra em questão, ele promete resolver essa grande "dificuldade teórica" – que nos interessa especialmente, visto que é ela que guarda a chave da relação entre psicanálise, PDT e subjetividade afinal.

A chave em questão é a noção de *Arbeit*. Retomando as teses centrais dos textos metapsicológicos freudianos, nomeadamente "Pulsão e os des-

tinos da pulsão", Dejours mostra que as mais variadas transformações realizadas pelo psiquismo são da ordem de um trabalho – daí as muitas expressões metapsicológicas construídas a partir do radical "trabalho", como "trabalho do sonho" (*Traumarbeit*), "trabalho do luto" (*Trauerarbeit*), "trabalho da cultura" (*Kulturarbeit*) e tantas outras (DEJOURS, 2012a, p. 57-66). De fato, segundo o autor, a relação mesma entre psiquismo e corpo é da ordem de um trabalho, na medida em que o aparelho psíquico é "resultado de uma produção do corpo" (p. 69). Noutros termos, produzimos um "corpo subjetivo" a partir de um trabalho de subjetivação sobre o nosso corpo biológico e animal. Dejours busca no filósofo francês Maine de Biran uma teoria da experiência do corpo (ou "ideação") que, julga, encontra-se ausente em Freud. Todavia, falta àquele filósofo "alguma referência ao prazer" (DEJOURS, 2012a, p. 93), isto é, à sexualidade, o que reconduz Dejours à psicanálise e, sobretudo, à leitura laplancheana de Freud. Ele retoma então as teses centrais da teoria da sedução generalizada de Laplanche para mostrar que, porquanto a sexualidade é introduzida no corpo infantil pelo adulto, "o pensamento da criança estaria envolvido em traduzir o estado deste seu corpo afetado pela intervenção erotizante do adulto [...]". Ou seja, é o corpo que molda o pensamento e que o mobiliza ao trabalho. É esse trabalho que vai dar origem, por ocasião de uma subversão libidinal, à transformação do corpo biológico em corpo erógeno.

Ora, se o sucedâneo da atividade (sexual) infantil é o trabalho no adulto, pode-se intuir a enorme importância do trabalhar para a subjetividade: "a relação com o trabalho pode ser uma segunda oportunidade para superar os limites do corpo erógeno pelas inaptidões funestas do adulto ao brincar com os corpos da criança" (DEJOURS, 2012a, p. 180). Assim, trata-se de uma nova ocasião para um processo de subjetivação crucial e inconcluso. Ao confrontar o sujeito com o inédito, o real do trabalho apresenta a experiência do insucesso e representa uma provação. O sujei-

to é então convocado a responder, primeiramente, com seu corpo, sobre o qual incide de chofre aquela experiência, mobilizando sua ação e seu pensamento. Percebe-se como o sucesso nessa empreitada implica não somente a aquisição de novas habilidades, mas, sobretudo, a derivação de prazer e a expansão da subjetividade. Tal qual a criança que é invadida pelo inesperado sexual, o adulto é tomado de assalto pelo inesperado do trabalho e, instado, põe-se a pesquisar e a elaborar.

Dessa forma, após resgatar a exigência de trabalho do psiquismo, Dejours crê ver "superada" (2012a, p. 58) a contradição da dupla centralidade da sexualidade e do trabalho. Ele então pode concluir: "é o conceito de *Arbeit* que constitui o elo intermediário capaz de unir as duas 'centralidades' [...]" (p. 193). O autor mostra, assim, que o que ocorre quando trabalhamos é homólogo, e não apenas análogo, ao que Freud constatou acerca do trabalho da subjetividade. Este apenas não deu o devido destaque às atividades laborais ordinárias, debruçando-se apenas sobre as grandes criações artísticas, como as de Leonardo da Vinci. Todavia, como mostra a PDT, trabalhar é subjetivar.

É importante dizer que, para Dejours, esse destaque dado ao trabalho e à subjetividade se justifica pelas implicações não apenas para a saúde ou para as doenças ligadas às atividades laborais – que, como vimos, mostram-se em ascensão – como também para a emancipação e a dominação dos homens. Numa obra crucial a esse respeito – cujas implicações foram analisadas de forma brilhante por Arantes (2011) –, Dejours (2007) mostra como a negação da importância da subjetividade no trabalho, não pelos gestores, mas pelos próprios trabalhadores, pavimentou o caminho para a implementação das estratégias de gestão de extração neoliberal, cujo efeito mais impressionante é a indiferença frente ao enorme sofrimento social por ela gerado. Noutros termos, o repúdio tanto das organizações sindicais quanto dos grupos de esquerda às questões relativas à subjetividade no trabalho nos anos 1970, período de ascensão das doutrinas neo-

liberais, resultou no triunfo da gestão. Assim, "ali onde os sindicatos não queriam se aventurar, patrões e gerentes formulavam novas concepções e introduziam novos métodos concernentes à subjetividade e ao sentido do trabalho [...]" (DEJOURS, 2007, p. 39). Ora, isso minou a capacidade de resistência e de ação coletiva dos trabalhadores, cujos efeitos se fazem sentir ainda hoje. Certamente temos aí o nascedouro dos problemas de saúde que nos preocupam, mas Dejours frisa também as implicações políticas desse processo de recusa da subjetividade no trabalho.

Por isso ele trava um diálogo com as influentes perspectivas político-filosóficas de J. Haberrmas, H. Arendt e A. Honneth, diálogo ao final do qual ele desenha a relação entre trabalho e emancipação e que, parece-me, podemos encontrar elementos para se atinar com a concepção de transformação social pressuposta pela PDT.

De Habermas, Dejours extrai ao menos, por um lado, os fundamentos da defesa da psicanálise como uma ciência crítica e, por outro, elementos da teoria do agir comunicativo. A concepção de sujeito proposta pela teoria psicanalítica determina um distanciamento em relação à insidiosa concepção de indivíduo reduzida a um *homo economicus* e, por conseguinte, da ação reduzida à sua dimensão cognitivo-instrumental, concepção que rendeu um espaço original à psicanálise identificado e analisado por Habermas (DEJOURS, 1993/2011c, p. 219). Por outro, a teoria do filósofo alemão sobre a ação comunicativa forneceu subsídios para se pensar o trabalhar como sendo a criação de um espaço de discussão e deliberação calcado numa "dinâmica intersubjetiva mediada pela linguagem" (DEJOURS, 1993/2011a, p. 96). Noutros termos, é pela linguagem que se promove o reconhecimento do trabalho. Sem essa teoria habermasiana, reconhece Dejours (2012b, p. 77), tais dimensões não poderiam ter sido tão bem exploradas.

Já de Arendt, ele extrai uma série de reflexões necessárias ao diagnóstico da contemporaneidade. Ele começa por se inspirar nas considerações

da filósofa alemã feitas sobre o totalitarismo e sobre Adolf Eichmann para buscar as razões da anuência e da colaboração de todos nós no processo de geração de injustiça e sofrimento verificado desde a ascensão neoliberal (DEJOURS, 2007). Depois, ele se centra sobre as análises arendtianas sobre a política e a autoridade, quando retoma o diagnóstico da filósofa alemã do apolitismo de nossos tempos e da esperança contemporânea de se livrar de vez da política (DEJOURS, 2012b). A PDT mostra que suas investigações sobre o mundo do trabalho corroboram amplamente esse diagnóstico: os trabalhadores "desertam" o espaço da política, cada vez mais ocupado por "atividades industriosas", desinteressam-se pela emancipação, enfrentam um sentimento de desesperança social catalisado pelo agravamento da violência e do aumento das doenças mentais ligadas ao trabalho e mesmo dos suicídios nos próprios espaços laborais (p. 185).

Nem as análises de Habermas, nem as de Arendt, porém, conferem qualquer centralidade ao trabalho, o que, na visão dejouriana, acarreta grandes prejuízos. Habermas não teria percebido que o trabalhar desvela uma racionalidade específica e distinta da tematizada pela filosofia (DEJOURS, 1993/2011c, p. 220). Dejours a denomina de "racionalidade subjetiva", diferenciando-a, de um lado, da "racionalidade cognitivo-instrumental", operante no dito "mundo objetivo", e, de outro, da "racionalidade axiológica", operante no chamado "mundo social" (DEJOURS, 2012b). Habermas teria escolhido, ainda, "abandonar o trabalho como operador da inteligibilidade e da sociedade, posição contra a qual se insurge toda a clínica e a teoria em psicodinâmica do trabalho" (DEJOURS, 1993/2011c, p. 220-221). Já Arendt não teria propriamente relegado e sim expurgado o trabalho da política, considerando-o incompatível com ela (DEJOURS, 2012b, p. 184-185). Dessa forma, poder-se-ia dizer que a filósofa alemã não enxergou o papel central do trabalho nos fenômenos contemporâneos cruciais do totalitarismo e do ocaso da política. Habermas e Arendt, portanto, teriam desprezado o trabalho, assim como, de resto, toda a tradição

filosófica e política que descende dos gregos e desabona o trabalho.

Seguindo as pistas de filósofos como Honneth, o qual, em sua teoria do reconhecimento, conferiu lugar à esfera do trabalho, e as vias abertas por K. Marx, Dejours propõe-se a fundamentar a relação entre trabalho e emancipação. Tradicionalmente, de acordo com Dejours, os estudiosos de Marx retêm de seus escritos ou a relação entre trabalho e alienação ou a relação entre trabalho e conhecimento verdadeiro do mundo (DEJOURS, 2012b, p. 186-187). Não obstante, há uma via aberta por Marx não explorada, nem por ele nem por grande parte de seus leitores: de um lado, a do "trabalho como provação de revelação a si mesmo dos poderes do ser humano" e, de outro, a do "'trabalho social' como viés da emancipação [...]" (p. 187). Dejours indica que Honneth foi um dos responsáveis por recuperar em Marx essa via preciosa e se propor a investigá-la, ainda que o filósofo de Frankfurt tenha acabado por se distanciar dela ao longo de suas pesquisas. O criador da PDT, entretanto, acredita que suas investigações possam ter dado provas disso ao mostrar que o trabalho é, num nível individual, o propulsor dos elementos constitutivos da identidade e do corpo erótico, como vimos, e, em um nível coletivo, o responsável por abrir a possibilidade de um fazer conjunto e cooperativo, contrabalançando "interesses individualistas por causa da possibilidade de compartilhar a experiência coletiva da participação de uma obra comum" (p. 101).

Assim, a psicodinâmica do trabalho aposta no trabalho como lócus da construção, ao mesmo tempo, da subjetividade, de um lado, e, de outro, do espaço da política. O trabalho vivo, deve-se dizer, isto é, o trabalho que realiza a essência do homem como ser cultural, como ensinou Marx. Isso significa assumir que a proliferação das doenças mentais vinculadas ao trabalho e o declínio do laço social só podem ser atacados elaborando o que o autor chama de uma "nova política do trabalho": uma política que pudesse não apenas prevenir tais doenças como também pudesse franquear um domínio sobre a organização do trabalho capaz de conferir aos

seres humanos recursos tanto para a construção da saúde quanto para "a aprendizagem do viver junto e da recomposição das ligações de solidariedade [...]" (DEJOURS, 2012b, p. 14). Dessa forma, para a PDT, uma verdadeira transformação social só poderia ser operada pelo resgate do trabalho vivo e das dimensões emancipatórias que apenas ele pode implicar.

Referências:

ARANTES, P. E. *Sale boulot:* uma janela para o maior trabalho sujo da história. Uma visão no laboratório francês do sofrimento social. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 1, 2011, p. 31-60.

BILLIARD, I. **Santé mentale et travail**: l'émergence de la psychopathologie du travail. Paris: La Dispute, 2001.

BONNAFÉ, L. *et al*. Autocritique. La psychanalyse, idéologie réactionnaire. **La Nouvelle Critique**, Paris, n. 7, 1949, p. 57-72. Disponível em: http://psychiatrie.histoire.free.fr/traitmt/psycho/psycha/reac.htm. Acesso em: 14 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Adoecimento Mental e Trabalho**: a concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016. Brasília: 2017a. Disponível em: http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/04/1%C2%BA-boletim-quadrimestral.pdf. Acesso em: 2 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Depressão e ansiedade são as principais causas de adoecimento e afastamento do trabalho**. 2017b. Disponível em: http://www.trabalho.gov.br/noticias/4489-depressao-e-ansiedade-estao-entre-as-principais-causas-de-adoecimento-e-afastamento-do-trabalho. Acesso em: 2 jun. 2019.

CODO, W. JACQUES, M. G. Introdução – uma urgência, uma busca, uma ética. In: CODO, W. JACQUES, M. G. (org.). **Saúde mental & trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 17-28.

DANIELLOU, F.; LAVILLE, A.; TEIGER, C. Ficção e Realidade no Trabalho

Operário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 68, 1989, p. 7-13.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DEJOURS, C. (1980). **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DEJOURS, C. (1993). Addendum. *In*: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs). **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2011a, p. 57-123.

DEJOURS, C. (1993). Inteligência prática e sabedoria prática: duas dimensões desconhecidas do trabalho real. *In*: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs). **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de janeiro: Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2011b, p. 381-407.

DEJOURS, C. (1993). Por uma clínica da mediação entre psicanálise e política: a psicodinâmica do trabalho. *In*: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs). **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de janeiro: Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2011c, p. 217-251.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, São Paulo, v. 14, n. 3, set./dez. 2004, p. 27-34.

DEJOURS, C. **Trabalho Vivo** – tomo I: Sexualidade e trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2012a.

DEJOURS, C. **Trabalho Vivo** – tomo II: Trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012b.

FERREIRA, L. L. Apresentação. *In*: DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 7-9.

LE GUILLANT, L. (1956). A neurose das telefonistas. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacion**al, Rio de Janeiro, v. 12, n. 47, ago./set. 1984, p. 7-11.

LIMA, M. E. A. Esboço de uma crítica à especulação no campo da saúde mental e trabalho. *In*: CODO, W.; JACQUES, M. G. (orgs.). **Saúde mental & trabalho**:

leituras. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 50-81.

MENDES, A. M. *et al*. Práticas clínicas no contexto da psicodinâmica do trabalho brasileira. *In*: BENDASSOLLI, P.; SOBOLL, L. A. P. **Métodos de pesquisa e intervenção em psicologia do trabalh**o: clínicas do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014, p. 63-79.

MERLO, A. R. C. Psicodinâmica do trabalho. *In*: CODO, W.; JACQUES, M. G. (orgs.). **Saúde mental & trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 130-142.

MOLINIER, P. **O trabalho e a psique** – uma introdução à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Edith *et al*. Saúde do trabalhador no início do século XXI. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 122, 2010, p. 185-186.

A psicanálise insiste, malgrado as condições: relato de uma experiência em um Batalhão de Polícia Militar

Fernanda Samico[1]

Este trabalho tenta trazer um recorte de elementos colhidos a partir da experiência de supervisão do trabalho de estagiários de psicologia da Universidade de Vassouras (RJ) no 10º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (BPMERJ). É um texto em que se objetiva circunscrever, a partir da psicanálise, algumas indagações oriundas da experiência da pesquisa "Psicanálise Aplicada e a Prática na Comunidade"[2], articulada ao estágio, coordenada por nós e desenvolvida com os estagiários de Terapia Psicanalítica do Serviço-Escola de Psicologia[3].

Qualquer pesquisador que se interesse pela gênese da psicanálise descobre rapidamente que a clínica psicanalítica teve seu início com a escuta de eventos traumáticos que perpassavam e, muitas vezes, determinavam os sintomas neuróticos. No entanto, ao contrário dos clínicos de seu tempo, Freud não se esquivou da evidência de outra cena presente no depoimento de seus pacientes. Assim como Freud, a tentativa de fundamentar nossa ação nos levou a investigar o sentido de alguns fenômenos clínicos que atravessaram todo o processo de trabalho dos estagiários-pesquisadores no 10º BPMERJ e as experiências obtidas no grupo de pesquisa.

---

1 Psicanalista. Doutora e Mestre em Psicanálise – Clínica e Pesquisa/UERJ. Graduada em Psicologia/UFJF. Professora Adjunta no curso de Psicologia e no curso de Medicina da Universidade de Vassouras. Coordenadora do Serviço Escola de Psicologia na Universidade de Vassouras.

2 A Plataforma Brasil é um sistema eletrônico criado pelo governo federal, ligado ao sistema CEP/Conep, com o fim de sistematizar o recebimento de projetos de pesquisa que envolvam seres humanos, formando uma base nacional e unificada de registros de pesquisas. No caso da pesquisa aqui citada, o Parecer está sob o número 796.267, de 03.09.2014.

3 Serviço de Psicologia Aplicada do curso de Psicologia da Universidade de Vassouras (Vassouras, RJ).

Temor da palavra

Constatamos, em nossos atendimentos e incursões ao 10º BPMERJ, um temor da palavra porque esta toma cores de ameaça ao desempenho das atividades e, portanto, enfraquece o poder da "boa ação policial". Qualquer tentativa de diálogo ou de mediação é entendida como um prognóstico ruim porque abre a possibilidade de contra-argumentação, o que pode levar a discussões e, talvez, ao descontrole. Também existe a crença de que a palavra seria ferramenta de policiais fracos, que precisam criar estratégias para fugir da tomada de decisão.

O recurso à palavra, portanto, é entendido como um artifício com sinal negativo; uma forma capciosa de engano ou de falseamento, cujo propósito seria o adiamento de intervenções e de iniciativas consideradas, do ponto de vista policial, urgentes e necessárias (MUNIZ, 1999, p. 90).

O temor encobre, a nosso ver, exatamente o que há de indomável no ato de falar: o sujeito do discurso, barrado e subjugado pelo significante. Teme-se "falar demais", ou seja, dar discurso a qualquer excesso que o bom uso militaresco do discurso tenta, mas nem sempre consegue, apagar. De todo modo, o que está em jogo é o apagamento do sujeito em prol de um discurso acéfalo e corporativista.

Na vida aquartelada, há pouco espaço para a livre circulação da palavra, principalmente porque há o elemento das camadas hierárquicas. As patentes determinam o que falar, quando falar, como falar e para quem falar. Assim, qualquer ordem, por mais descabida que pareça, é inquestionável, porque deve ser entendida como uma missão. Falar livremente pode ser passível de punição e cerceamento da liberdade. A oratória desejada deve ser, portanto, pragmática e funcional, reduzida à sua instrumentalidade e confinada à emissão e recepção de missões, ordens e notificações. Ou seja, o ato de falar, sobretudo o falar que levanta questões (justamente aquele que um psicanalista convoca em seu paciente) não é

o esperado e muito menos o desejado para os policiais militares, que, por sua vez, reproduzem um discurso: "o bom policial" é aquele que está sempre pronto para agir e cumprir com devoção e presteza as suas atribuições. Exatamente por conta dessa aura de perigo, quando é preciso fazer uso da palavra, costuma-se agir com autopoliciamento e, quase sempre, autocensura. O ditado "a palavra é de prata e o silêncio é de ouro" parece ser levado às últimas consequências.

Ora, Lacan, no texto "Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise" (1953/1998), é bem preciso quando afirma que a psicanálise dispõe de uma via exclusiva de trabalho: a fala do paciente. É com a fala que trabalhamos e é a fala plena, a partir do que ela convoca nos afetos, o que produz efeitos. Dar nome ao que está no campo do inominável, fazer barra ao real do gozo e à passagem ao ato, é uma das funções primordiais da fala, que sempre funciona como mediadora entre o sujeito e o real. Nesse sentido, o dispositivo acionado pela experiência psicanalítica se situa no oposto desse contexto policial militar em que o poder hierárquico predomina e organiza as relações humanas. Paradoxalmente, isso foi, ao mesmo tempo, um grande complicador e o combustível para os atendimentos realizados. Os policiais que nos procuravam viam-se extremamente confusos frente ao convite da associação livre, mas, uma vez que começavam a falar, era dificílimo encerrar a sessão. Os discursos desses policiais sempre traziam o testemunho de algo traumático, de experiências cujas dimensões ultrapassam os limites do simbólico e apontam para o real do trauma. Traziam à cena o desamparo e a angústia mortífera que transbordam, frequentemente, no corpo. O corpo aponta para a relação que se estabelece entre a fala, a linguagem – esse parasita que nos habita – e o corpo. Com Lacan (1953/1998), entendemos que o corpo é perpassado e invadido pelo simbólico, do qual as diversas partes podem servir de significantes. Para o militarismo, porém, o corpo toma uma significação muito específica.

O corpo mudo

Movimentos milimetricamente desenhados no espaço; a marcha que contraria o movimento natural do corpo; a posição de sentido e de descansar exaustivamente treinada; a pose ereta, formando um ângulo reto com o solo; os gestos comedidos e a continência prontamente batida ao oficial de maior patente. Esses são elementos que qualquer observador pode testemunhar ao frequentar um batalhão de polícia.

No corpo, vemos o peso da disciplina como componente estruturante da corporação. O disciplinamento do corpo se configura como método de controle minucioso dos corpos, supondo um binômio de docilidade e utilidade em relação ao espaço, ao tempo e aos movimentos, exercitando os indivíduos para a destreza no trabalho (FOUCAULT, 1975). O corpo marca a correlação entre poder e submissão. A distribuição dos corpos nos espaços que a organização disciplinar exige não atinge só o corpo, mas a atividade em si: é exigido dos policiais o controle dos expedientes, horários e escalonamentos de trabalho; a elaboração temporal de uma ação, de forma tipificada e regulamentada, fazendo o tempo penetrar no corpo, programando-o minuciosamente para a execução da ação; a articulação do corpo com os objetos manipulados; a sujeição à fiscalização e ao controle dentro de rígida hierarquia, fazendo com que as ordens decorram quase naturalmente da correlação de forças e de poder; a introjeção da ordem e da norma de tal modo que o simples olhar já apareça como mecanismo de coerção e de imposição da lógica institucional; a sanção e a penalidade para os que não se adaptam à docilidade do corpo.

De acordo com Michel Foucault, a partir da segunda metade do século XVIII o soldado passou a ser algo que se fabrica a partir da correção das posturas e da lenta e calculada coação de cada parte do corpo, associada às regras de confinamento e à hipervigilância. O corpo humano, então, torna-se elemento de um maquinário de poder e inaugura o que Foucault

chama de anatomia política. A disciplina fabrica, portanto, corpos submissos e dóceis: "É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado" (FOUCAULT, 1975, p. 118).

Os corpos dóceis são ao mesmo tempo fortes, em termos de sua utilidade, e fracos, porque obedientes. Ora, o corpo para a psicanálise não tem nada de dócil, muito menos de obediente! É um corpo que se contorce, revira; é permeável e permeado por significantes. Um corpo invadido por exigências pulsionais e moldado eroticamente a partir de um discurso "êxtimo" a si próprio, mas que o aciona como unidade. A psicanálise faz questão do corpo; ou melhor: para a psicanálise, o corpo faz questão. Na clínica, o corpo é o lugar privilegiado do sintoma histérico; é receptáculo das escarificações e marcas irreversíveis; é invadido pelo gozo nas psicoses. A palavra tem a função de "logificar" a carne pela inscrição do traço e das marcas que fundam um corpo para o sujeito que terá, por sua vez, que encontrar um jeito seu de habitá-lo. O corpo subjetivado, portanto, vai na contramão do corpo dócil e acéfalo, desejado por uma ideologia militar de controle e uso dos corpos.

Lacan, em "O estádio do espelho como formador da função do eu" (1949/1998), aponta a imagem corporal como capaz de um efeito formador, ou seja, o primeiro reconhecimento que a criança faz de sua totalidade no espelho e a antecipação imaginária de um corpo unificado, por meio de uma identificação primordial do sujeito com a imagem espelhada, que possibilita à criança constituir uma subjetividade ao ultrapassar a noção angustiante de imagem de corpo fragmentado. Avançando a partir da noção freudiana do papel fundamental da identificação na formação do eu, é por uma identificação que a criança antecipa imaginariamente a forma total de seu corpo, construindo o primeiro esboço do eu. Nesse sentido, segundo Lacan (1949/1998), devemos compreender o estádio do espelho como uma identificação, no sentido pleno de que é possível atribuir a esse

termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem cuja predestinação para esse efeito de fase é suficientemente indicada pelo uso, na teoria, do antigo termo 'imago'. Sendo entendido a partir da imagem e da identificação, o registro do imaginário, conforme a proposição lacaniana, é também o registro do engodo. Roland Chemama (1998) observa que,

> na relação intersubjetiva, é sempre introduzida alguma coisa fictícia, que é a projeção imaginária de um sobre a tela simples em que o outro se transforma. É esse o registro do eu, com aquilo que comporta de desconhecimento, de alienação, de amor e de agressividade, na relação dual (CHEMAMA, 1998, p. 104).

Como ratificar essa imagem vacilante? Criamos estratégias para tanto. Uma delas se dá a partir daquilo que envelopa o corpo, ou seja, a partir do que se veste. A farda é um elemento à parte. Interpretada como uma capa de herói ou como mortalha, nenhum policial tem opinião neutra acerca de sua farda. É nela que estão fixados diversos apetrechos, como a tarja com o "nome de guerra", as divisas correspondentes aos graus hierárquicos e outras insígnias referentes à trajetória institucional do policial. O capricho com a farda não apenas atende às exigências formais do regulamento disciplinar como também responde à preocupação de se apresentar ao mundo das ruas de forma garbosa e atraente. Muitos policiais acreditam que a farda os torna mais atraentes aos olhos das mulheres. Já outros asseveram que a farda é um estorvo, um lembrete de que são alvos ambulantes da "bandidagem".

O fardo da farda

Independentemente do registro, a farda é muito mais do que apenas um uniforme. Funciona como um ícone de tudo que a corporação representa e acaba por se tornar um catalizador de significações e identificações. O resultado disso é que alguns policiais, tão fortemente identificados

com a farda, quando passam por situações de intensa pressão psicológica e estresse, adoecem. De saída, afirmamos que um elemento ficou muito claro para nós desde o início de nossa inserção no Batalhão e que pudemos entender como determinante: a partir do significante "farda", existe um lugar que as instituições ocupam que serve a algumas funções do eu. A partir do mecanismo da identificação, a corporação policial militar, como instituição, toma o lugar de Outro, cujas ações são justificadas e executadas por seus membros apoiados no amor que sentem pelo ideal de eu que a polícia representa.

Especificamente no caso do policial militar fluminense, a ascendência verde-oliva influencia sobremaneira nos modos e costumes. Chamamos de ethos corporativo a maneira como fazem uso do corpo e da palavra no âmbito de seu serviço. Pudemos observar, em nossa pesquisa, o exercício incessante de uma uniformização de ações, de usos do corpo e dos discursos. As diferenças individuais precisam ser minimizadas e o policial deve ser um veículo de emissão tão somente de respostas, seja na interação com os superiores ou até mesmo no contato com os cidadãos. Em nossas incursões nos espaços do batalhão, pudemos fazer essas observações e relacioná-las ao que encontrávamos na teoria. Um engessamento que faz referência à imagem do policial, que precisa ser exemplo vivo e circulante de uma corporação que circunscreve sob seu crivo os corpos e os discursos. É sabido que o universo militar está recheado de normas institucionais, padrões morais e de conduta.

Com isso entendemos mais profundamente as falas dos policiais que confirmavam que a imagem do policial precisa refletir a instituição e jamais demonstrar falhas. Assim, qualquer manifestação de afeto que contradiga o ideal do policial coloca em risco o bom funcionamento da corporação porque denuncia uma possibilidade de dissolução do grupo, já que aponta para uma vacilação das identificações. Que imagem é essa que os policiais precisam refletir e que preço pagam pelo apagamento subjetivo

que a farda veicula?

> A farda é muito mais do que apenas um uniforme. Funciona como um signo de tudo que a corporação representa e acaba por se tornar um catalizador de significações e identificações. No entanto, a modalidade de investimento amoroso, manifestada conscientemente na exaltação dos valores e princípios institucionais com os quais os sujeitos se identificam, não é suficiente para preservar o equilíbrio psíquico de alguns membros do grupo. (SAMICO; JORGE, 2018, p. 573)

Identificados com a imagem sem furos e falhas da corporação, os policiais constroem uma imagem em torno da identidade policial militar e o embrutecimento que ela demanda. Muitos são os que adoecem por não conseguirem sustentar a farda como insígnia e buscam na corporação, o pai onipresente de todos, o apoio para sua falta-a-ser-policial.

O ideal do eu é entendido por Lacan como um significante ao qual o sujeito se identifica e que traz em si a ideia de uma identidade paradoxal e alienante por ser advinda do Outro. Como propõe Miller (2006), trata-se de algo que torna presente a onipotência do Outro; de uma resposta que, proveniente desse último, fixa o sujeito, fazendo com que este encontre aí uma identidade. É preciso salientar que o ideal do eu foi entendido por Lacan como um significante que não se articula com outros significantes, que não faz cadeia: é isolado do Outro, o que faz dele não um significante qualquer, mas uma insígnia (LACAN, 1957-1958/1999). A insígnia, portanto, vem ocupar o lugar da marca a que chamamos de traço unário.

No entanto, a questão da insígnia nos propõe alguns questionamentos no que diz respeito à função da identificação. Em seu curso intitulado "Os signos do gozo" (2006), Miller interroga a noção lacaniana de insígnia a partir de seu entendimento como uma constelação que designa o conjunto de marcas que permitem a representação do sujeito e, no campo do Outro, sua própria redução enquanto sistema significante. Para esse autor, a insígnia ganha estatuto de identificação primordial do sujeito:

> Existe então, um nível contraditório na insígnia, porque no nível da articulação S^1-S^2, a insígnia é aquilo pelo qual o sujeito está representado para o Outro. A insígnia é aí um significante mediador, civilizador. É o grau, o título, o diploma; quer dizer, todas as funções que encarnam e acentuam a domesticação do sujeito por parte do Outro, e lhe permite apresentar-se diante do Outro para fazer-se reconhecer. Nesse plano, a insígnia é mediação ante o Outro. Mas quando está isolada, tem um valor oposto: é um significante que reduz o Outro, um significante que, paradoxalmente, se instala fora do sistema (MILLER, 2006, p. 150, tradução nossa).

Existe um ponto de contradição sobre a insígnia e Miller apresenta a questão da relação entre identificação e representação: trata-se da mesma operação? O que a resultante do traço unário introduz é a condição a partir da qual o sujeito se constitui no campo do Outro, como um traço puramente distintivo, que faz com que, no indiferenciado do real, ele ali se institua como o que falta. Como já elucidamos, em sua condição de falta-a-ser, o sujeito faz um apelo ao Outro, do qual vem o reconhecimento legitimador e, portanto, a resposta. Há um movimento que se faz a partir do Outro a que Miller chama de significante executante, que faz surgir o sujeito, retroativamente, como significante. Esse significante da resposta do Outro, em que o sujeito se reconhece, é justamente o que chamamos de insígnia e é nesse ponto que está seu nível contraditório, uma vez que, nesse caso, ela encontra-se articulada a outro significante.

Com esse raciocínio, Miller parece organizar a identificação do sujeito em dois tempos: uma espécie de identificação primordial, na qual o sujeito advém significante e, portanto, dividido entre sua falta-a-ser, e um significante que faz dele diferença pura. No segundo tempo, há o apelo a um segundo significante do Outro, sendo apenas aí que Miller situa a identificação em sua faceta de representação. Esses tempos são lógicos e o fato de podermos diferenciá-los é consequência justamente da exigência lógica do significante, que é entendida pelo aforismo “um significante re-

presenta um sujeito para outro significante":

> [...] S1 representa o sujeito quando está articulado, porque a representação supõe outro significante a partir do qual se faz. Chamamos de identificação a esta representação significante. É esta que permite ao sujeito encontrar seu lugar no Outro, de onde a partir de então vai figurar como S1. Este, articulado, passa a ser apropriado para dar lugar ao sujeito. Esta identificação é, porém, metonímica, sendo seu valor essencialmente variável, uma vez dependente da associação a S2. Por esse motivo não a consideramos primordial, e sim secundária (MILLER, 2006, p. 157-158, tradução nossa).

Aqui podemos arriscar uma formulação. A insígnia é a articulação entre o traço unário, em seu estatuto de S1, com o que resta da operação identificatória, a saber, o objeto *a*, que Miller ensina ser sua marca de gozo e o que Nasio (1997) aponta que é justamente aquilo no que não podemos nos identificar e que, na realidade, somos. Portanto, haveria uma identificação a partir do significante e uma identificação distinta que partiria da articulação entre sujeito e gozo. A maneira como o sujeito se posiciona frente à fantasia e suas construções sintomáticas diárias é efeito dessa dupla identificação, de acordo com Miller, justamente pelos polos da fantasia: $ e objeto *a*. Vemos a dimensão clínica das identificações quando entendemos que

> [...] não há nenhuma característica que permita perceber que, em determinado momento, o significante mestre ecloda da produção do paciente. Por isso é necessário desfazer a ambiguidade de seu estatuto e distinguir o S1 sozinho, quer dizer, fora da cadeia, do S1 articulado com S2. Ele não é insígnia senão quando está isolado (MILLER, 2006, p. 157, tradução nossa).

É o sintoma justamente aquilo que faz insígnia e a intervenção do analista o que permite realçar o S1 em posição de insígnia. Partindo disso, podemos pensar se haveria possibilidade de entendermos os sintomas a partir da identificação de S1 como articulado ao S2 como sintomas coletivizantes e formadores de laço social, por suportarem certa referência

identitária do sujeito no campo do Outro. Em contrapartida, os sintomas por identificação ao traço como insígnia, separados da cadeia, produziriam uma singularização, uma separação do sujeito em relação ao liame social, porque operariam a partir da exclusão do campo do outro.

Daí, lançamos mão do significante "farda" e sua extraordinária presença no discurso dos policiais. E podemos, após todo esse exercício teórico, trabalhar com a ideia de que a farda, como elemento nos sintomas coletivizantes, aproxima-se de um apoio imaginário, que, se colocado em cheque, revela sua fraqueza em sustentar as identificações que mantêm os "soldados em boa linha"[4]. A farda se torna um invólucro sem significação e lança o sujeito ao desamparo e à errância de seu gozo, levando -o a passagens ao ato de extremo dano. Nesse contexto, alguns policiais, quando passam por situações de intensa pressão psicológica e estresse, não encontram manejo possível para seus afetos. Entretanto, tais afetos – pânico, raiva, tristeza, angústia –, mesmo negados, não deixam de existir, afetando, muitas vezes gravemente, a saúde mental e física dos policiais, como também suas relações familiares, sociais e profissionais. Isso se exemplifica em alguns fenômenos clínicos muito comuns nos policiais com quem mantivemos contato: insônia sem motivo aparente, pesadelos recorrentes seguidos de crises de angústia e passagem a atos de grande gravidade, como impulsos suicidas e homicidas (ALVES; SAMICO, 2013).

A invenção de um trabalho

Aí encontramos a possibilidade de realizar um trabalho com esses policiais adoecidos que compartilharam conosco histórias que testemunhavam o mal-estar causado pelas licenças para tratamento de saúde, tanto para os que as recebiam quanto para os que permaneciam em serviço. Os policiais acometidos de algum sofrimento psíquico sentiam-se apartados

4 Expressão utilizada por paciente há 12 anos na Polícia Militar, retirada do Grupo de Pesquisa Psicanálise Aplicada e a Prática na Comunidade.

do grupo de companheiros e, portanto, fora de seu lugar no coletivo daquela massa. A ligação amorosa com os pares e com o chefe era rompida e a manutenção do eu necessária para suportar o serviço tornara-se precária. Vimo-nos, então, envolvidos por relatos de fenômenos que nos remetiam a alguns conceitos teóricos muito ligados ao trauma: o desamparo, a angústia e as passagens ao ato. Nossa ação nesse espaço almejou a possibilidade de sustentar um lugar onde os afetos pudessem ser acolhidos porque, uma vez na contramão do universalizante da farda e da patente, posicionamo-nos como promotores de implicações subjetivas. A esse respeito, Cristina Duba (2012) afirma:

> O excesso, a farda não absorve. O lado militar, o lado administrativo, o lado ritualesco, a insígnia, não dão conta desse excesso. O que se revela, então, nos atos excessivos, é a violência contida na própria lei, quando a farda, os rituais, a hierarquia e a disciplina militar perdem a sustentação, pelo declínio dos ideais e pela ascensão da dimensão do gozo (DUBA, 2012, p. 157).

A aposta ética no sujeito do inconsciente e na psicanálise como dispositivo foram os pontos de sustentação e norteadores da nossa ação. A direção da ação da clínica com os policiais passa pelo acolhimento do indizível e, em consequência, em um tratamento de responsabilização por seu próprio saber fazer com o trauma, em movimento oposto à alienação à corporação, na qual o policial se coloca como vitimizado e segregado, impedindo qualquer apropriação subjetiva de seus sintomas. No lugar do ato falho, o ato da fala, da produção fantasística de narrativas possíveis sobre a trama da fantasia esgarçada pelo trauma.

De acordo com Samico (2016),

> [...] ao optar eticamente em colocar como agente do seu discurso o que é indizível, a psicanálise se apoia no real, ponto de fuga da referência simbólica, no imponderável que extrapola a possibilidade de apreensão. Pelo acolhimento do indizível é possível convocar a dimensão do ato de dizer como talvez um antídoto para a passagem ao ato. Nossa ação diária no manejo com os

> policiais almeja sustentar um espaço onde, a partir da psicanálise como dispositivo, seja viável dar um tratamento possível para o trauma e a violência, e permitir que cada sujeito possa articular, em seu discurso, um savoir faire com a violência diária de seu ofício (SAMICO, 2016, p. 14).

Tais narrativas funcionam como construções míticas, nas quais o sujeito pode bordejar com cores libidinais o empuxo ao gozo da pulsão de morte. Aprendemos, desde Freud, que as fantasias têm essa competência. A fantasia nos é outorgada pelo outro para que possamos fazer face ao real. Sua ação promove um afunilamento, uma parcialização "desse gozo ilimitado [...], com a consequente redução de seu gradiente mortífero" (JORGE, 2010, p. 142). A fantasia, ao sexualizar a pulsão de morte, é o que nos protege das invasões devastadoras do real, porque sua tessitura simbólico-imaginária funciona como uma tela protetora que possibilita o contato com o mundo à nossa volta e promove os laços sociais.

E se a construção de mitos pessoais e narrativas não é possível, apostamos na engenhosidade do sintoma, que também é uma maneira de tratar o real. Uma vez que não é possível uma representação integral do sujeito pelo significante, a psicanálise ensina que é o sintoma, em sua forma mais inequívoca e única para tal sujeito, que lhe permite se haver com seu gozo: "É porque a representação significante só pode liberar um sujeito dividido, é porque jamais se realiza sem produzir uma perda de gozo, que o mais-gozar, aparelhado pelo sintoma, vem funcionar como solução" (VENTURINI, 2007, p. 179). Nesse sentido, o sintoma apresenta-se como uma solução que se constrói para conciliar o inconciliável (BESSET *et al.*, 2006).

É preciso estar sempre em franco caráter experimental na clínica, principalmente quando ela acontece no interior de uma instituição. Nossa prática é e sempre será contingencial. Devemos nos manter sensíveis para o sujeito e suas singularidades, acolhendo a impossibilidade de previsão

de resultados. Nossas regras são congruentes com o real, que insiste em imprimir seus efeitos em qualquer montagem da cultura do ser falante. Este foi nosso grande aprendizado: acolher a impossibilidade de previsão que toda ação com o real traz:

> [...] a estratégia e a tática da psicanálise aplicada não propõem soluções gerais; cada um responde como pode e como quer, não há fórmula para um final feliz, nem para o bem-estar, no entanto existe uma política, a política do bem dizer, que uma vez alcançada, produz efeitos no mal-estar, com resultados tanto para aquele que encontrou esse bem quanto para a comunidade (HOLCK, 2008, p. 24).

Entendemos como sucesso, portanto, a produção de qualquer arranjo simbólico-imaginário que convoque o sujeito para fora do curto-circuito da passagem ao ato. Para isso, sustentamos uma ação na qual há sempre a abstinência de oferta de sentidos, para que nela precisamente o sujeito em sofrimento possa criar os seus próprios e, com isso, mudar de lugar, deslocar-se da posição de vítima, de "acometida pelo trauma". Isso requer o manejo paradoxal tanto da abstenção quanto do acolhimento da demanda de sentido para desfazer o nonsense próprio do trauma. Em última análise, foi preciso pensar as características particulares da direção do tratamento psicanalítico com policiais que apresentam fenômenos que os aproximam da neurose traumática para entender a contingencialidade de um manejo possível para esse teor traumático, de forma que se pudesse acolher esse excesso de gozo presente no testemunho que os policiais trazem sobre seus sintomas. Os policiais identificados com a posição de vítimas da violência, para que não sucumbam às perigosas montagens sintomáticas e à passagem ao ato de extremo risco, precisam se servir da possibilidade de criarem uma narrativa sobre o trauma.

A esse respeito, Castro (2009) é de opinião que

> [o] trabalho psicanalítico propiciará a construção de um novo tecido fantasmático que foi esgarçado pelo encontro com o real, a partir da montagem de outras

> referências subjetivas que obedeçam à nova condição de sujeito, e que estejam em consonância com seu eu transformado, incluída nele a falta advinda dos objetos que foram perdidos (CASTRO, 2006, p. 7).

À maneira de dar tratamento para o traumático se junta à insistência de sustentar um lugar possível para o tratamento do real que incorre em qualquer montagem do ser falante. No período em que agimos no batalhão, percebemos que nosso trabalho de causação de desejo e de construção de um espaço em que a patente pudesse dar lugar ao sujeito foi árduo e constante, mas viável porque a psicanálise permite a existência de um campo em que a palavra pode ser ouvida a partir de uma posição que exclui exatamente a normatização do discurso, promovendo uma interessante contrapartida com a maneira com que a instituição trabalha e se mantém. No entanto, não foi sem dificuldades que sustentamos esse manejo em um contexto institucional cujo apagamento subjetivo é maciço e a obediência às regras e ordens deve ser automática e sem questionamentos. E aqui estamos falando tanto da instituição Polícia Militar quanto da Universidade. Observamos limitações específicas tanto do campo institucional militar, devido às imposições implantadas no sistema, quanto da Academia e seu discurso que perpassava a ação dos estagiários-pesquisadores, buscando sempre uma normatização de protocolos e resultados palpáveis e contabilizáveis.

No contexto policial militar, foi preciso pensar em algumas estratégias a partir da psicanálise como dispositivo, sempre tendo como farol sua ética, a partir da indicação lacaniana de bem-dizer o próprio sintoma, para que pudéssemos renovar a cada ação o convite de trazer o que é da ordem do sofrimento para o regime da palavra. Por outro lado, convidar a falar os sujeitos que nos procuraram no batalhão significou precisar estar preparado para ouvir suas narrativas traumáticas e introduzir uma possibilidade de articulação entre sujeito e castração, entre simbólico e real, entre o objeto e das Ding. Isso não é tarefa simples e cobra daquele na posição

de "ouvinte" um preparo que não existe, porque, ao ouvir sobre o desamparo do outro, é ao dele próprio que se remete. Como ensina Joel Birman (2016, p. 49), no trabalho com o trauma é preciso "sustentar radicalmente a experiência limite da morte indicada pela dor do desamparo, acreditando que, da fronteira com o horror do impossível, o sujeito vai advir".

Para suportar, no sentido mais abrangente dessa palavra, a condição de escuta e manter um lugar no qual os policiais pudessem ser acolhidos em seus sofrimentos e, acima de tudo, convidados a se apropriarem de suas condições de sujeitos, foi preciso pensar na psicanálise de maneira ampla e nos efeitos que causa naquele que se encontra atravessado pelo seu discurso, porque a psicanálise aponta, todo o tempo, que é preciso criar a partir dos impasses e não dos sucessos. Na opinião de Phillipe Julien (2006, p. 245), "o que um analista já sabe não lhe serve de nada [...]", porque é a prática que não cessa de fundar, e furar, a teoria. Não é a teoria que determina a intervenção, mas o real da experiência que a revigora. São as questões, os embaraços, os "não saberes" que movimentam e renovam a psicanálise.

Vale para qualquer trabalho em psicanálise a indicação ética de causar a mais pura diferença a partir da não elisão do real e do acolhimento do que é próprio do ser falante e sua condição desamparada frente à linguagem e ao gozo (LACAN, 1959-1960/1988). Slavoj Zizek (2010, p. 10) afirma que "a psicanálise não é uma teoria e técnica de tratamento de distúrbios psíquicos, mas uma teoria e prática que põe os indivíduos diante da dimensão mais radical da existência humana". A radicalidade da existência humana está no desencontro entre sujeito e objeto, no *nonsense* das construções fantasísticas de que lançamos mão para lidar com o impossível da relação sexual.

Referências:

ALVES, Mayra Cortes; SAMICO, Fernanda Cabral. Batalhão de polícia militar: afetos em desafeto. *In*: **CONGRESSO NACIONAL DE PSICANÁLISE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**, 7., 2013, Fortaleza.

BESSET, Vera Lopes *et al*. Trauma e sintoma: da generalização à singularidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 311-331, 2006.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTRO, Silvia Lira Staccioli. **Focalizando o trauma sob as lentes da clínica com policiais militares**. 2009. 170 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CHEMAMA, Roland. **Diccionario del psicoanalisis**. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.

DUBA, Cristina. Comentários. *In*: VIEIRA, Marcus André; BARROS, Romildo do Rego (org.). **Ódio, segregação e gozo**. Rio de Janeiro: Subversos, 2012. p. 153-158.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

HOLCK, Ana Lucia Lutterbach. A psicanálise e a guerra: estratégia, tática e política. *In*: MACHADO, O. M. R.; GROVA, T. **Psicanálise na favela**. Projeto Digaí-Maré: a clínica dos grupos. Rio de Janeiro: Associação Digaí-Maré, 2008. p. 19-24.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan**. v. 2: a clínica da fantasia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

JULIEN, Phillipe. A transmissão da psicanálise. *In*: JORGE, Marco Antonio Coutinho (org.). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006. p. 245-248.

LACAN, Jacques (1949). O estádio do espelho como formador da função do eu. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103.

LACAN, Jacques (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324.

LACAN, Jacques (1957-58). **O seminário, livro 5**: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, Jacques (1959-1960). **O seminário, livro 7**: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

MILLER, Jacques-Alain. **Los signos del goce**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**: cultura e cotidiano da polícia militar do estado do Rio de Janeiro. 1999. 286 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/05/Ser_policial_sobretudo_razao_ser.pdf. Acesso em: 17 abr. 2018.

NASIO, Juan-David. **Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SAMICO, Fernanda Cabral. A escuta clínica de policiais militares: violência, trauma e sintoma. Mosaico – **Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, RJ, v. 7, n. 2, p. 10-14, jul./dez. 2016. Disponível em: http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/viewFile/465/pdf. Acesso em: 02 fev. 2018.

SAMICO, Fernanda Cabral; JORGE, Marco Antônio Coutinho. Do trauma à possibilidade de uma narrativa: notas sobre a psicanálise em um Batalhão de Polícia Militar. **Rev. latinoam. psicopatol**. fundam., São Paulo, v. 21, n. 3, p. 568-588, set. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142018000300568&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jun. 2019. doi: http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2017v21n3p568.9.

VENTURINI, Silvia. O sintoma e os impasses na análise. **Psyche**, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 165-182, jun. 2007.

ZIZEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

Revisitando o RH: uma escuta psicanalítica *après-coup*

Karina Sassi[1]

Este escrito surge do reencontro com as memórias de uma experiência de trabalho como psicóloga do setor de recursos humanos de uma instituição hospitalar da região metropolitana de Porto Alegre. Embora o cargo de Psicóloga Organizacional, como era nomeado, não tivesse, de antemão, nenhuma relação com a Psicanálise, a equipe formada era composta majoritariamente por profissionais atravessadas pela escuta psicanalítica. Assim, é importante dizer, de início, que apesar do enquadramento do cargo, com funções bem estabelecidas e regras claras sobre o fazer dentro do setor e também da instituição, a escuta do mal-estar das relações de trabalho sempre se fez presente.

A rememoração dessa experiência, assim como as questões que serão trazidas e problematizadas, não tiveram antes espaço ou lugar para aparecer. Com isso, a intenção de tal rememoração é a de recuperar as sensações, os incômodos, as intervenções e os olhares lançados para as situações cotidianas, que revelavam, das mais variadas formas, cenas resultantes de anos da história de um país que tornou banal e normatizada a ausência da alteridade nas relações humanas. Dessa forma, esse escrito também traz consigo a dimensão do só depois, propondo-se a recolher os restos daquilo que ficou pelo caminho das aceleradas horas daquele tempo.

A ideia de uma leitura-escuta (IRIBARRY, 2003), feita sobre as sobras de uma experiência que se remodela e se ressignifica a partir da temporalidade que a tangencia, encontra-se com o conceito de *nachträglich* proposto por Freud em "Projeto para uma psicologia científica" (1895/1990)

1 Psicóloga. Mestre em Psicanálise – clínica e cultura/UFRGS. Psicanalista vinculada à APPOA e Pesquisadora vinculada ao NUPPEC/UFRGS.

e "Estudos sobre a Histeria" (1893-1895/2016). O que Freud nomeia de nachträglich, o a posteriori ou o só depois, em um primeiro momento está relacionado à clínica, à temporalidade que decorre em uma análise, em que ressignificações e rearranjos do sujeito com sua própria história e seu sintoma se fazem possíveis.

Retomada por Lacan em "Função e campo da fala e da linguagem" (1953/1998), a noção de nachträglich, nomeada por ele de *après-coup*, ganha novas significações. Como coloca Jacques André, com Lacan o après-coup ganha uma noção de tensão, por condensar "duas dimensões que só querem afastar-se uma da outra. De um lado, a violência traumática, do outro, a sutileza de uma reinscrição, a complexidade de um significado remodelado" (ANDRÉ, 2008, p. 142). A palavra *coup*, que no francês significa golpe, convoca-nos a pensar em uma ação que fere, mas que, ao mesmo tempo, justamente porque faz lembrar, oferece a oportunidade de "pensar a ferida" (BASSO, 2018, p. 12). Portanto, o après-coup caberá nesse escrito como método. Método esse que, como coloca André (2008), só funciona quando encontra uma escuta que torne possível oferecer às cenas de um outro tempo uma interpretação.

Revisitando o cenário

Para dar início à recuperação das cenas que serão tecidas por palavras e memórias, voltemos ao contexto institucional. Com cerca de sete mil colaboradores e um alto índice de demissões, a equipe do Setor de Psicologia, ou, como era chamado, o Setor de RH, dispendia a maior parte do tempo na captação, avaliação e contratação de colaboradores.

A equipe era formada por mulheres, todas psicólogas de formação, inclusive a responsável pelo setor. Havia uma divisão dos setores responsáveis pelos "recursos humanos": um pelas seleções e pelo acompanhamento do profissional contratado, outro pelo treinamento e desenvolvimento das equipes e um terceiro pelas burocracias "mais escancaradamente bu-

rocráticas", tais como folha de pagamento, demissões etc. Digo escancaradamente burocráticas porque, ao fim e ao cabo, os dois outros setores também acabavam por se estruturar e funcionar nessa lógica.

O roteiro de trabalho tinha definições claras, a rotina quase sempre a mesma. O trabalho consistia em avaliar perfis alinhados com as vagas em aberto – e eram muitas – e entender os motivos de desligamento, a fim de encontrar "setores-problema" da instituição e propor ações de melhoria. Porém, com a passagem das horas sempre a sufocar e com uma equipe mínima, o trabalho chegava até, no máximo, a conclusão do processo de seleção. Não havia tempo para outras ações. Além disso, não era de bom tom apontar para questões problemáticas, que diziam respeito tanto ao funcionamento dos setores quanto às equipes de trabalho, tampouco assinalar situações que repetiam segregacionismo, racismo, machismo e estereotipias do pensar, de modo geral.

O burocrático, que dizia respeito não só ao que estava escrito e estabelecido como norma de funcionamento dos setores, mas também ao que operava em outro nível, o do inconsciente, (de)limitava qualquer movimentação de ruptura com o que aparecia enquanto instituído. O mais contraditório, nesse caso, é que, por exemplo, um trabalho que poderia ser feito a fim de efetivamente gerar inclusão e melhorar a qualidade de vida no trabalho – a famosa frase feita sobre qual deveria ser a função principal do psicólogo em uma instituição, escrita nos livretos de Psicologia Organizacional – não era possível. E não era possível porque mexer na estrutura de como as coisas funcionavam nunca fora bem-vindo. Ou seja, demitir alguém por motivações estapafúrdias seguia sendo a ordem das coisas. Problematizar os critérios de contratação? Não havia tempo para isso.

O resultado disso era, frente a uma demissão, voltar a atenção para uma nova contratação, e rápido, já que o tempo para pensar sobre o ocorrido se reduzia, por se tratar de uma instituição hospitalar – onde o "um dia a mais" de uma equipe com uma pessoa a menos poderia trazer consequên-

cias graves. Paradoxalmente, a contratação, que, em princípio, era sempre colocada como urgência, em muitos casos levava mais tempo por priorizar mais os chavões discriminatórios e segregacionistas do que o acolhimento de uma pessoa que não apresentava qualquer restrição no que diz respeito a sua "avaliação psicológica", como costumava-se chamar.

Torna-se pertinente, portanto, retomar aqui o que definiu Edson Sousa (2008) como a burocratização do amanhã. Para Sousa (2007 p. 47), a burocratização do amanhã "é uma forma de controle do tempo, daquilo que temos como mais precioso e que repentinamente nos vemos literalmente atropelados por ritmos de funcionamento que organizam nossa vida e nossa morte". A expressão diz respeito à escuta das engrenagens que organizam e estabelecem uma convivência regida pela ordem que, retomando a experiência trazida, se dava no sentido de sustentar que um funcionamento normatizado e reduzido à execução de tarefas seguisse se mantendo, se retroalimentando. E não só dentro da instituição, em termos de funcionamento do trabalho, mas também fora dela: os índices de racismo, homofobia, discriminação de gênero e tantos outros mais seguem altos no Brasil. Isso notávamos desde o processo de seleção até os incontáveis problemas que apareciam nas equipes de trabalho.

Controlar o tempo, organizar formas de vida e de morte, por assim dizer, é um dos pontos principais do funcionamento das lógicas de poder. O trabalho, infelizmente, em muitos casos, encontra-se circunscrito nelas. "Tempo/cartão ponto desenhando as rotinas que tanto preservamos e amamos" (SOUSA, 2007, p. 47). O atropelo produzido pelas demandas feitas a uma equipe de trabalho reduzida e a forma como o trabalho era organizado e programado para funcionar faziam com que uma espécie de sutura fosse feita toda vez que uma questão que demandasse mais tempo, por sua complexidade, aparecesse.

Revisitar tal experiência no tempo só depois traz consigo essa possibilidade de colocar em questão não o trabalho que fora feito, mas o trabalho

que não encontrava espaço para acontecer. Ora porque não era possível, ora porque a banalidade do mal, termo de Hannah Arendt (1963/1999) que será retomado mais adiante, imperava.

Recuperando memórias, restos de um tempo de suturas

Após bater o ponto, sentada à mesa de trabalho, esperando que o computador ligasse para acessar a agenda do dia, lembro-me das vagas em aberto em um dos setores do hospital. Setor esse conhecido por ser bastante rígido com os processos de seleção. A líder do setor, que costumava justificar sua fala dizendo estar cumprindo ordens de seu chefe, costumava demandar certo perfil de candidatos que gostaria de receber para avaliação. Com a agenda do dia aberta em minha frente, vi as entrevistas marcadas para o dia. Todas para o cargo de recepcionista, ou seja, os candidatos que seriam entrevistados por mim poderiam ser encaminhados ao setor ao qual estou fazendo menção, já que as vagas em aberto por lá eram para recepção.

Ao final das entrevistas, depois do processo de avaliação, considerei os candidatos aptos para seguirem no processo seletivo. A entrevista com a líder do setor era a próxima etapa. Ao encaminhá-los, na data combinada recebo uma ligação da líder, que, de forma um pouco acanhada, tentando usar palavras genéricas, me conta como foram as entrevistas e me diz que não aprovaria quatro das seis pessoas entrevistadas. Fiquei surpresa, as vagas em aberto naquele setor eram de urgência e as pessoas que foram encaminhadas não apresentavam qualquer restrição para iniciar seu período de experiência.

"Preciso entender melhor", eu disse. Quais os motivos de tais candidatos serem considerados desfavoráveis? Favorável e desfavorável eram os códigos de registro que usávamos. "Acho que esses candidatos desfavoráveis podem ser encaminhados para outro setor do Hospital, não tenho objeções quanto a isso. A questão é que em nosso setor temos algumas

normas sobre o perfil das pessoas que trabalham aqui e não queremos mexer nisso. Sabe, não por mim, mas o Doutor X é muito exigente e certas pessoas podem deixá-lo um pouco desconfortável... entende o que eu quero dizer? Por favor, não entenda mal. Como líder desse setor, uma das minhas tarefas é manter tudo em ordem, funcionando bem, sempre pensando, é claro, nos clientes, no melhor atendimento para eles. E é por isso, também, que o Doutor X busca pessoas educadas, mais quietas, com boa aparência, que nos deixem com certeza de sua estabilidade na instituição".

Não posso dizer que já imaginava os motivos pelos quais os quatro candidatos haviam sido desfavoráveis, afinal já tinha escutado alguns boatos sobre o ideal de perfil exigido pelo Doutor X – e também pela líder. Além disso, casos como esse não eram raros na instituição, de modo geral. De qualquer forma, a postura de sustentar um estranhamento e perguntar sobre os motivos em relação aos "desfavoráveis" me parecia importante. De acordo com a ética psicanalítica – ética a qual eu seguia – lançar questionamentos a fim de fazer furo em um saber instituído, cristalizado e totalizante promove deslocamentos necessários (LACAN, 1959-1960/2008).

E quem eram os desfavoráveis, nesse caso? Três mulheres e um homem negro com sobrepeso. Das três mulheres, uma delas com um filho de 10 meses, outra com dois filhos, um de 5 e outro de 8, e, por último, uma mulher com cabelo pintado de vermelho intenso, que não fazia nenhuma questão de esconder que morava com sua namorada e que as duas estavam começando a construir a vida juntas. O homem negro, com uma experiência de sete anos de trabalho em uma clínica médica. Porém, negro? Porém, com sobrepeso? Porém: os desfavoráveis.

Apenas para salientar uma questão que pode ser importante à compreensão do contexto: o setor em questão e os demais setores do hospital sempre tinham na estrutura, no organograma, subdivisões hierárquicas. Os cargos de liderança, por isso chamei de "a líder do setor", que, em geral,

eram mulheres da área da Enfermagem, eram responsáveis pelo processo de seleção, mas respondiam sempre a uma liderança médica, mesmo que de modo informal. Homens, na maioria dos casos. Por isso, a justificativa trazida de que a escolha dos profissionais para trabalhar naquele setor deveria atender às exigências do Doutor X.

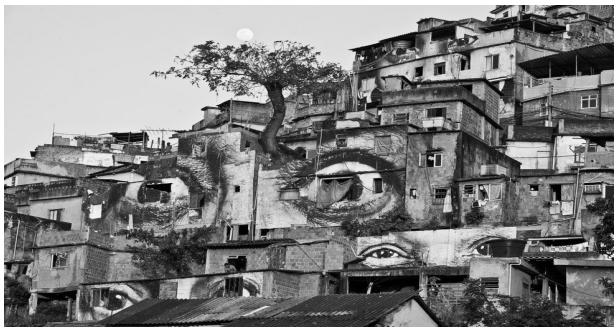
Ao final da semana, as pessoas consideradas desfavoráveis naquele setor foram encaminhadas e contratadas em outros. Sentada com a equipe, no final da tarde de sexta-feira, discutindo sobre essa situação, escuto de uma das colegas um relato sobre seu trabalho em uma empresa, anos antes. Contratada como psicóloga organizacional, a colega contou que, em determinado momento, em um dos processos de seleção que precisou fazer na tal empresa, uma das solicitações do perfil da vaga era a de que o profissional a ser contratado deveria ser, necessariamente, branco.

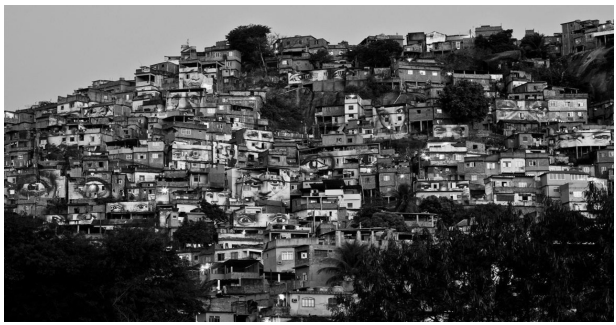
O que cala os profissionais da área da psicologia, nesses casos? Quantos silenciamentos, quantos "não quis denunciar", quantos casos mais serão necessários para que não pactuar com essas práticas se torne o indispensável do fazer do psicólogo nas instituições? Silêncio, momento para pensar sobre que atitudes tomar a partir da próxima semana. Finda o expediente, batemos o ponto.

Das normas que se sobrepõem: a lei do avesso

Uma das formas possíveis de transmitir o que aqui estamos considerando a escuta de uma experiência a posteriori a partir da psicanálise é trazer algumas das fotografias de instalações artísticas feitas pelo artista francês JR em subúrbios, favelas e locais considerados violentos ou invisibilizados nas grandes capitais ao redor do mundo. No Brasil, no Rio de Janeiro, o artista fundou em 2009 um projeto social chamado Casa Amarela, no Morro da Providência. A instalação que ganhou mais notoriedade foi a de uma escultura em formato de lua colocada sobre a casa. O espaço foi fundado com a intenção de levar arte e cultura para os moradores do

local. A proposta também tinha a intenção de chamar a atenção tanto das pessoas quanto do Estado para lugares invisibilizados e colocados à margem. Uma das intenções do artista é a de subverter o olhar e o afeto que, num primeiro tempo, nos fazem associar tais locais à violência ou à miséria. Em entrevista para o jornal El País (MARTÍN, 2017), o artista diz: "o poder da arte é mudar a percepção das coisas. Não dá respostas, mas gera muitas perguntas".





Por que trazer tais obras para enlaçar com a leitura-escuta dessa experiência de trabalho? Justamente pelo seu ato e por sua intenção. Como coloca o artista, subverter uma ideia de algo que se encontra significado, engolido pela rotina de um tempo que passa e reafirma uma mesma percepção sobre lugares, pessoas e ideias, faz função importante de ruptura, para que daí emerja o que até então se encontrava suturado. Chamar a atenção, convocar o olhar, colocar uma questão que provoca reverberações são meios de produzir polissemia frente aos fechamentos de sentido (GURSKI, 2008). Essa parece ser exatamente a proposta de trabalhar com a ética psicanalítica, com a atenção flutuante, que, ao se colocar diante das cenas que se articulam pelo desfile de significantes, consegue abrir os sentidos e transformar o que está dado em perguntas (IRRIBARRY, 2003).

Com isso, o que colocamos como a banalização da não-alteridade, a banalidade do mal, como trazia Arendt (1963/1999), se coloca em evidência. O mal, para Arendt (1963/1999), é sempre contingente, muda de acordo com a época e é percebido das mais variadas formas nas ações humanas. Não está relacionado diretamente a qualquer diretriz classificatória que considera as coisas boas ou más, mas à forma como são validados, nas nossas relações cotidianas, certos discursos e comportamentos que sustentam uma lógica excludente, gerando repercussões que não serão estancadas enquanto o fluxo temporal de um ambiente incapaz de parar para

olhar mais de perto essas questões não for interrompido.

"É assim porque é assim". Uma espécie de "o que está dado, está dado". Uma vez verbalizado, o estranhamento sobre alguma ação em algum dos setores da instituição, ou um simples questionar sobre os motivos pelos quais um candidato a uma vaga de trabalho não foi aceito pela, assim chamada, liderança do setor, criava um certo mal-estar.

A teoria psicanalítica e suas conceitualizações acerca dos mecanismos de funcionamento do psiquismo, bem como dos processos que se dão com a inscrição do sujeito no campo social, nos oferece recursos para a escuta do mal-estar que se dá fora das paredes do consultório. Ou seja, na pólis, nas instituições, nas relações humanas de modo geral. O conceito de mal-estar é trazido por Freud em "O mal-estar na cultura" (1930/2011) e representa aquilo que advém do encontro do sujeito com o meio.

Ao longo de sua obra, Freud nos convoca a escutar o que se produz como discursividade no contexto social. Tal convocatória se encontra presente nos textos que lançam um olhar sobre fenômenos da cultura e sobre a inscrição do sujeito no laço social. Ao analisar os mecanismos identificatórios, Freud (1921/2016, p. 91) diz que "a psicologia individual, neste sentido ampliado porém inteiramente justificado das palavras, é, ao mesmo tempo e desde o princípio, também psicologia social". Além dessa afirmação, feita em "Psicologia das massas e análise do eu", também em "O mal-estar na cultura" e em "Por que a guerra?", Freud nos diz que os impasses presentes nas relações humanas, por termos que conviver com o outro e com as diferenças, se relacionam com as operações de repressão e deslocamento daquilo que é de ordem narcísica na constituição psíquica. Como coloca Pellegrino (2011):

> Para Freud, este processo implica, necessariamente, uma renúncia pulsional tanto erótica quanto agressiva. Civilizar é, portanto – e por um lado –, reprimir ou suprimir. Tal conceito fica expresso, com clareza, no livro "O Mal-estar da Civilização". Na obra, é possível com-

> preender a presença, em cada ser humano, de certo e inevitável rancor contra a cultura (PELEGRINO, 2011, p. 152).

Nas cenas experienciadas na instituição hospitalar em questão, revisitadas agora, a posteriori, é possível notar que as repercussões dessa renúncia pulsional, na convivência em grupo, em equipes de trabalho, aparecem das mais variadas formas, revelando exclusão, segregacionismo, brigas, demissões, não-admissões. Em suma, coloca-se em evidência a recusa em fazer laço com aquele que convoca, o tempo todo, a lidar com as diferenças e com aquilo que abala a normatização confortável de um país que torna banal a exclusão e a indiferença.

Foi a serviço de um cumprimento de ordens que Adolf Eichmann, um dos responsáveis por levar aos campos de concentração da Alemanha nazista milhares de judeus, justificou suas ações durante seu julgamento, em 1961. Tal julgamento fora acompanhado por Hannah Arendt, que publica, em 1963, "Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal", obra em que relata e analisa o caso. "Era um período de crime legalizado pelo Estado" (ARENDT, 1963/1999, p. 152): essa foi uma das falas de Eichmann anotadas por Arendt durante seu julgamento.

> Era assim que as coisas eram, essa era a nova lei da terra, baseada nas ordens do *Führer*; tanto quanto podia ver, seus atos eram os de um cidadão respeitador das leis. Ele cumpria o seu dever, como repetiu insistentemente à polícia e à corte; ele não só obedecia ordens, ele também obedecia à lei (ARENDT, 1963/1999, p. 152, grifos da autora).

De modo geral, podemos dizer que um crime contra a humanidade (ARENDT, 1963/1999) tal como o nazismo, gera consenso entre as pessoas. Pela crueza e crueldade que o caracterizou, não é raro escutarmos reações bastante claras de repúdio a atos como os de Eichmann, por exemplo. Por outro lado, as veladas ações cotidianas, que acrescentam às linhas da exclusão social do Brasil bordas mais espessas, que fecham círculos

cada vez mais restritos e coesos, compostos basicamente por iguais ou semelhantes, não costumam causar estranhamento ou repúdio suficiente a ponto de não serem toleradas.

A intenção de propor tal aproximação, portanto, não é a de igualar um crime de Estado tal como o nazismo às cenas das situações de trabalho trazidas, mas sim revelar outros ângulos daquilo que é tido como prática, como "normal", do funcionamento das empresas. Tal intervenção se aproxima, então, do método do artista JR, que subverte a significação daquilo que é tido como norma no Morro da Providência, revelando outros ângulos para o que antes era visto apenas como perigoso e violento. Neste escrito, no entanto, tomamos o caminho avesso: do relato daquilo que é tido como banal, cotidiano e normal, desvela-se o que tem de mais perigoso e violento.

Chama a atenção, por exemplo, retomando a fala de Eichmann, a expressão "crime legalizado". E, na sequência de sua frase, o complemento nos mostra que, dependendo de quem faz as leis e dá as ordens, nem sempre é ilegal um ato criminoso. A lei que torna o racismo crime no Brasil foi assinada em 1989. O relato da colega psicóloga trazido anteriormente, contando sobre o perfil da vaga da empresa na qual trabalhava, que só aceitava brancos, data de quando tal exigência já poderia ser considerada fora da lei, um crime.

Quantas vezes os considerados desfavoráveis, na experiência de trabalho que trago, não estiveram alinhados com o aquilo que apontam as pesquisas sobre perfil social, racial e de gênero no Brasil? É sabido que deixar de contratar alguém por discriminação, por preconceito, por achismos de modo geral, configura prática ilegal. Então, o que faz com que tais práticas sejam banalizadas? Parece haver uma dissociação ilusória entre o que é a política de uma empresa, por exemplo, e as repercussões de suas políticas no laço social.

Segundo pesquisa feita pelo Instituto Ethos, com resultados apresentados em 2016, há um perfil bastante específico de quem ocupa os cargos mais elevados nas empresas brasileiras (INSTITUTO ETHOS, 2016). Em um país onde mais da metade da população é negra, os cargos mais altos são ocupados por brancos. O mesmo vale para mulheres, que são 51,5% da população brasileira, mas que, em relação aos homens nos cargos de gerência, são minoria (IBGE, 2012). No hospital em questão, embora a maioria das vagas seja ocupada por mulheres, os cargos mais altos não o são.

Essa constatação vai ao encontro do que os dados revelam. Nomeada como "afunilamento hierárquico" na pesquisa em questão, tal lógica revela que, mesmo em empresas com número expressivo de mulheres, os postos mais elevados são de homens. De acordo com a lei vigente, não se pode justificar a não contratação de mulheres "porque em algum momento elas engravidam", tampouco se pode justificar a não contratação de pessoas negras "por não passarem confiança aos clientes". De acordo com a lei, não se pode. Ainda se ouvem falas assim? Ainda sim.

O perfil exigido pelo Doutor X e requerido pela líder do setor, como trazido anteriormente, por exemplo, está fora da lei, mas segue velado na práxis. A justificativa, não nos deixemos esquecer, era a de estar cumprindo ordens, de estar pensando no melhor para o funcionamento do setor e para o atendimento do cliente. A lei ali instituída era clara: o melhor atendimento ao cliente acima de tudo. E, muitas vezes, era em nome dessa lei que outras tantas eram descumpridas. Como era possível explicar pela lei o não cumprimento da lei? Ou, como era possível dar um ar de legalidade àquilo que fugia à legalidade?

No trabalho, na empresa, é possível encontrar uma missão, participar ativamente de um projeto, elevar ao máximo as ações que se desempenha quando se ocupa um cargo, e, em consequência disso, minimizar, ou tornar invisível, qualquer laço ou implicação com aquilo que se dá fora desse

circuito. Uma relação com o trabalho que separa, de forma categórica, as rotinas desempenhadas dos impactos que as decisões tomadas dentro daquele ambiente podem gerar fora dele, corrobora para que a existência dessas exclusões siga sendo a lei, mesmo que contra ela.

O não reconhecimento da alteridade, a banalização da sua presença, como chamamos, encontra-se justamente aí. Essa forma de organização e relação com o trabalho valida que o fundamental é garantir a si mesmo, garantir um salário, garantir o trabalho, pensar em produzir resultados e nada mais. Tudo se reduz, com isso, a um engodo imaginário que retira o sujeito da sua relação e implicação com o meio do qual participa. Que participa e que, ao mesmo tempo, constrói. Quais os efeitos disso? Como a separação das formas de viver e existir em comum unidade impactam na manutenção de padrões que causam ainda mais problemas sociais, os quais, por sua vez, atingem não só aqueles considerados descartáveis, os desfavoráveis, mas todos nós?

Se atravessados pela ética psicanalítica e pelas condições de escuta que a teoria nos oferece, como sustentar, dentro das instituições de trabalho, um lugar que rompe com as lógicas normativas e excludentes?

Referências:

ANDRÉ, Jacques. **O acontecimento e a temporalidade**: o après-coup no tratamento. Ide, São Paulo, v. 31, n. 47, p. 139-167, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000200025. Acesso em: 22 maio 2019.

ARENDT, Hannah (1963). **Eichmann em Jerusalém** – Um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BASSO, Fernando. **Kultur do Brasil**: interpretação, função paterna e cultura brasileira. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura) –

UFRGS, Porto Alegre, 2018.

FREUD, Sigmund. **Obras completas**, volume 2: estudos sobre a histeria (1893-1895) em coautoria com Josef Breuer. Trad. Laura Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, Sigmund (1930). **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

FREUD, Sigmund. Por que a guerra? *In*: **O mal-estar na civilização e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 417-435.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma Psicologia Científica. *In*: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, Vol.1. Rio de Janeiro: Imago, 1990. p. 385-529.

FREUD, Sigmund (1921). **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

IBGE. **Metodologia das estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2012**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2012/metodologia_2012.pdf. Acesso em: 24 maio 2019.

INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. São Paulo, 2016. Disponível em: https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tacial_genero_500empr. Acesso em: 24 maio 2019.

IRIBARRY, I, N. O que é pesquisa psicanalítica. **Ágora** – Estudos em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.115-138, jan./jun.2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982003000100007. Acesso em: 20 maio 2019.

GURSKI, Roselene. **Juventude e paixão pelo real**: problematizações sobre experiência e transmissão no laço social atual. 2008. (Tese de doutorado) – Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

LACAN, Jacques (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *In*: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324.

LACAN, Jacques (1959-1960). **O seminário, livro 7**: a ética da Psicanálise. Rio

de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MARTÍN, María. **O artista francês que insiste em virar o mundo pelo avesso**. El País, Rio de Janeiro, 07 nov. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/30/cultura/1509385421_593585.html. Acesso em: 25 maio 2019.

SOUSA, Edson Luiz André de. **Uma invenção da utopia**. São Paulo: Lumme Editor, 2007.

Chegadas e partidas: atenção ao suicídio, psicanálise e processo de trabalho na rede de saúde mental

Lucimara Lopes Rase[1]

Este trabalho é fruto do desdobramento de um campo de reflexão aberto a partir da construção de um Seminário Interno realizado pelo CAPS Rubens Corrêa (2018) entre os profissionais que compõem a unidade. O objetivo aqui é promover o recolhimento dos efeitos do processo de trabalho institucional, impulsionando-nos ao fomento de iniciativas extraordinárias, à retificação de práticas, ao encontro com os desafios apresentados e, sobretudo, ao levantamento de questionamentos sobre o projeto e o mandato do próprio CAPS no que tange ao movimento contínuo de práticas antimanicomiais e a formação de rede de parcerias com os demais equipamentos que compõem a Saúde, bem como os dispositivos territoriais dos quais podemos lançar mão, na sustentação da formação de laços singulares entre os sujeitos que acompanhamos e a sociedade na qual estamos inseridos.

Neste intento, faremos um recorte sobre o tema dos acolhimentos de pacientes em situação de risco de suicídio e dos encaminhamentos promovidos pelo CAPS, o que denominamos "porta de entrada e saída" da unidade, circunscrevendo alguns dos casos que nos foram direcionados pelas Clínicas da Família do território, cujos usuários estariam em grande tormento existencial, associados ou não a transtornos mentais prévios, apresentando, portanto, perigo de autoaniquilação. Assim, não trataremos de problematizar a definição dos termos "tentativa de suicídio" e "ideação suicida", ambos deveras polêmicos, seja quando se referem aos atos orquestrados com convicção dos resultados seja quando dizem res-

1 Psicanalista. Mestre em Psicanálise - Clínica e Pesquisa (UERJ) e pesquisadora associada (CNPQ/UERJ). Psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial Rubens Corrêa (CAPS) e preceptora dos residentes em Saúde da Família (CAPS/Prefeitura do Rio de Janeiro).

peito à existência ou não de intencionalidade na ação desencadeada, limitando-nos à recepção dos endereçamentos feitos à unidade com estas descrições. Também vale lembrar que o delineamento traçado da população contemplada não tem por finalidade encerrar esta discussão a partir de uma amostra regionalizada dos cuidados, mas justamente iniciar uma conversa acerca dos alicerces que norteiam esta prática, passíveis de abarcar outros contextos.

Durkheim (1897/2005), em sua conhecida obra sociológica "O Suicídio", nos ensina que é do interesse do psicólogo as causas particulares que levam o sujeito a dar cabo à própria vida, diferenciando-se, portanto, da tentativa de procurá-las como uma generalização científica, no conjunto da sociedade (DURKHEIM, 1897/2005, p. 24). Na esteira de tal posição, encontraremos em Freud (1921/1980) a assertiva de que uma imagem inicial de oposição entre psicologia individual e social não se sustenta ao exame mais cuidadoso, já que a vida mental do sujeito traz em seu bojo, "invariavelmente", os traços de suas relações com os outros. Desta feita, Freud declara: "a psicologia individual, nesse sentido mais ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social" (FREUD, 1921/1980, p. 91). Lacan (1959-1960/2008), ao reler o "Projeto" freudiano, dele retirará não somente o elemento social intrinsecamente envolvido na construção subjetiva, como também nos alertará para a singularidade com a qual o sujeito trava este encontro com o mundo que o cerca. Assim, dirá: "alguma coisa tria, criva de tal maneira que a realidade só é entrevista pelo homem, pelo menos no estado natural, espontâneo, de uma forma profundamente escolhida. O homem lida com peças escolhidas da realidade" (LACAN, 1959-60/2008, p. 62).

Ao seguir estes rastros, verificamos, pela via do exercício clínico cotidiano, o incremento do número de casos de tentativa de suicídio endereçados ao CAPS na atualidade, fato corroborado com os registros sociais de dados colhidos pelas instituições de avaliação estatística sobre o assunto,

quando estas se põem a recolher os efeitos de tais subjetividades numa organização social. Logo, é fundamental que possamos apurar nossos instrumentos de trabalho, a fim de oferecer não só a universalidade do acesso à saúde preconizada pelo SUS como também a qualificação dos dispositivos que o compõem.

Das estatísticas às políticas públicas

Deste modo, já em 2003, a Organização Mundial da Saúde escolheu o mês de setembro para alertar a população mundial acerca do suicídio, numa campanha denominada "Setembro Amarelo", iniciada a partir da constatação do aumento progressivo dos índices de autoextermínio encontrados no decorrer dos anos. Segundo dados fornecidos pela mesma fonte, haveria no mundo, a cada 40 segundos, um episódio de morte por violência autoprovocada e a cada três segundos, uma tentativa (2018). Os registros também apontam que a faixa etária de maior incidência de morte está entre pessoas de 15 a 29 anos, em que pese o aumento de notificações de pessoas idosas (70 anos ou mais) a cada ano (RIO DE JANEIRO, 2016, p. 10). Os dados obtidos para a população brasileira também nos coloca em alerta: um suicídio a cada 45 minutos. Já entre 2007 e 2016, o Ministério da Saúde registrou 106.374 mortes por suicídio no Brasil, bem como a elevação para 5,8 mortes por 100 mil habitantes em 2016 (STEVANIN, 2018, p. 16-17). No município do Rio de Janeiro, a proporção de mortes também aumentou significativamente, de 2,6% em 2010 para 3,9% em 2014 (RIO DE JANEIRO, 2016, p. 13). Cientes da gravidade dos dados publicados e do crescente número de casos de notificação de suicídio, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, pela via da Superintendência de Atenção Primária, implementou uma série de medidas de capacitação dos profissionais da Rede de Saúde no intuito de oferecer prevenção e tratamento de pessoas em situação de intenso sofrimento psíquico. Entre elas, elaborou uma cartilha (RIO DE JANEIRO, 2016) cujo enfoque

ressalta o papel da Atenção Básica de Saúde (ABS) nesta abordagem. Destaca-se aí o entendimento de que a ABS "ocupa um papel privilegiado no cuidado e na articulação da rede de suporte da pessoa em risco e no apoio aos familiares e amigos" (RIO DE JANEIRO, 2016, p. 05) não isentando, contudo, a responsabilidade dos demais serviços pertencentes aos outros níveis de atenção em saúde (secundária e terciária) na importante iniciativa de trabalhar de modo coordenado com os demais dispositivos oferecidos pela rede de Saúde Mental.

Assim, a Atenção Básica de Saúde, como estratégia de organização regionalizada, sistemática e contínua à população local estaria à frente das ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, de modo a formar o equipamento mais complexo e próximo aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), apto, portanto, à função de mapeamento e cuidado da população em risco de suicídio e/ou portadora de algum transtorno mental que concorra para este sinistro. Como parte da rotina de cuidados, o atendimento dado aos pacientes inscritos pela equipe de Medicina de Família e Comunidade tem por referência o Método Clínico Centrado na Pessoa, em contraposição ao modelo tradicionalmente biomédico que tinha na doença e no ato de medicar seus focos principais (RIO DE JANEIRO, 2016, p. 07-08). Portanto, o enfoque atual busca "compreender a perspectiva do indivíduo sobre seu processo de adoecimento dentro de uma avaliação integral do sujeito, incluído em sua família e comunidade" (RIO DE JANEIRO, 2016, p. 07-08), tendo como base componentes que vão desde a exploração da experiência do adoecimento no paciente até a intensificação dos laços entre os usuários e os profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, agente de saúdes, entre outros (RIO DE JANEIRO, 2016, p. 07-08).

É a partir destes referenciais que encontramos as balizas com as quais a Atenção Básica desenha a abordagem populacional à qual nos referimos. Destaca-se, contudo, que, em consonância com a complexidade do tema,

a cartilha também sistematiza a avaliação do risco de suicídio, de modo a dispor de um conjunto de sinais e sintomas norteadores desta clínica, assim como o papel dos outros equipamentos da Saúde Mental na formação da rede de apoio e tratamento a estes sujeitos. Entre estas indicações, ressalta o papel do CAPS na parceria de trabalho com os usuários cuja avaliação da gravidade aponta para a necessidade de acompanhamento intensivo, quando há risco iminente de autoextermínio, outorgando-nos a função de unidade de intervenção na crise nessas circunstâncias. Cientes de tal articulação, verificamos na lida diária não somente a dedicação com a qual os profissionais da Atenção Básica lidam com a temática, dado este fundamental para a sustentação desta discussão como algo necessário e promissor, mas também a complexidade e os desafios encontrados na averiguação dos parâmetros para a avaliação de risco e endereçamentos ao CAPS.

O que a clínica nos revela

Os exemplos dos encaminhamentos a seguir nos auxiliam a tensionar este campo:

Caso 1. Melissa[2] tem 18 anos e mora com a mãe. Possui irmãos já casados e concluiu o ensino médio há pouco tempo. Tem distribuído currículo para encontrar um emprego, mas ainda não foi selecionada para nenhuma das vaga às quais se candidatou. Recentemente, terminou um namoro de alguns anos, após a descoberta de uma traição amorosa. Ficou muito triste diante do ocorrido e apresentou dificuldades para dormir, pois "só pensava no que aconteceu." Resolveu ir à Clínica da Família acompanhada de sua mãe. Na consulta, diz ter se queixado de sua insônia e da tristeza. Contou que, ao entrar em um ônibus um dia antes da consulta médica teve o pensamento: "Ah, como seria bom se esse ônibus batesse e mor-

2 As identidades aqui utilizadas são fictícias tendo em vista a preservação e a manutenção do sigilo que nos compete.

resse todo mundo". A partir desta fala, foi orientada a buscar o CAPS. Na guia apresentada com o encaminhamento, lia-se: "Paciente traz queixa de insônia, depressão e ideação suicida." Quando perguntada sobre a sua avaliação do encaminhamento, ela responde: "Agora, além de triste, eu tô maluca? Eu só queria um remédio para passar essa fase. Consegui ficar pior chegando aqui".

Caso 2. Solange tem 41 anos e vem ao CAPS após uma grave tentativa de suicídio em que cortou o pescoço. Timidamente consegue dizer que não sabe o que ocorreu. Apenas sentiu uma tristeza profunda e ouviu frases que lhe diziam: "você não presta pra nada", "vai, se mata mesmo". Não sabe dizer se foram pensamentos próprios ou vozes alheias, mas "elas não saíam da cabeça, o tempo todo". Depois desse fato, lembra de sua hospitalização, ocorrida a partir do pedido de ajuda de seu marido à Clínica da Família de seu território. Com os olhos rasos d'água, nos diz que nunca quis morrer, que ama seus filhos e não quer deixá-los sozinhos no mundo (sic). Não compreende a tristeza que lhe pega de surpresa, desde a adolescência, e que tem se intensificado, sobretudo após o nascimento de seu filho mais novo. Entretanto, diz não ter motivos para se queixar, pois sua vida é boa e seu marido, muito compreensivo (sic). Por fim, conclui: "Se vocês daqui puderem fazer alguma coisa por mim, ficarei muito agradecida".

Caso 3. Tânia tem 30 anos e chega à Clínica da Família trazida por sua mãe, que se queixa da agressividade da filha associada aos episódios em que promove cortes (superficiais) nos braços, o que gerou um atendimento emergencial em uma unidade de saúde pública e posterior encaminhamento à Clínica da Família. De lá, Tânia nos foi endereçada sob a alegação de risco de suicídio. Em sua fala, a paciente nos diz que o convívio em âmbito doméstico se encontra bastante conturbado, já que sua mãe "se mete em tudo", até mesmo em seu namoro cujo término encontraria nela a sua causa principal (sic). Tomada de grande mal-estar, Tânia nos diz que

se tornou bastante impaciente, o que a levou a intensificar os desentendimentos com todos, nisso incluindo seu irmão. Foi também movida por grande tormenta que, segundo ela, realizou cortes superficiais nos braços, e, certa vez, empunhou uma faca contra o irmão, "mas não era pra fazer nada contra ele." Diagnosticada com um transtorno de personalidade pelo psiquiatra da rede particular, a quem voluntariamente pediu ajuda, acredita que está melhor, desejosa de retomar sua vida laboral e "ficar menos em casa." Não sabe dizer o porquê de ter sido encaminhada ao CAPS, o que a deixou "muito confusa", já que não é "grave como essas pessoas desse lugar"; "apenas queria um tratamento com um psicólogo."

Os relatos apresentados nos trazem uma pequena amostra daquilo com o qual nos vemos comumente intrigados: trata-se do fato de recebermos alguns endereçamentos feitos de modo muito preciso, em que a crise e o risco de vida estão evidentemente colocados, ao passo que outros padecem de clareza quanto ao propósito do acolhimento pelo CAPS, em que pese o uso de palavras como "ideação suicida", "auto e heteroagressividade", "comportamento de risco", "violência autoprovocada", entre outras denominações registradas nas guias formais de encaminhamento.

Diante destas apresentações e impactados pelos equívocos por vezes presentes na entrada de usuários na unidade, deparamo-nos com um enigma: o que está posto nos endereçamentos feitos para que alguns nos cheguem de modo tão preciso enquanto outros nos parecem uma incógnita quanto à demanda apresentada pela equipe de saúde da Clínica da Família? Afinal, um encaminhamento não se dá somente com a presença do paciente, mas com todos os profissionais envolvidos na construção daquela indicação e representados na escrita documental do envio, a partir do relato encaminhado. Esta questão nos gerou um segundo desdobramento: qual a parcela que nos cabe (CAPS) dentro destes desencontros diários?

Chegadas: aproximações entre psicanálise e processo de trabalho

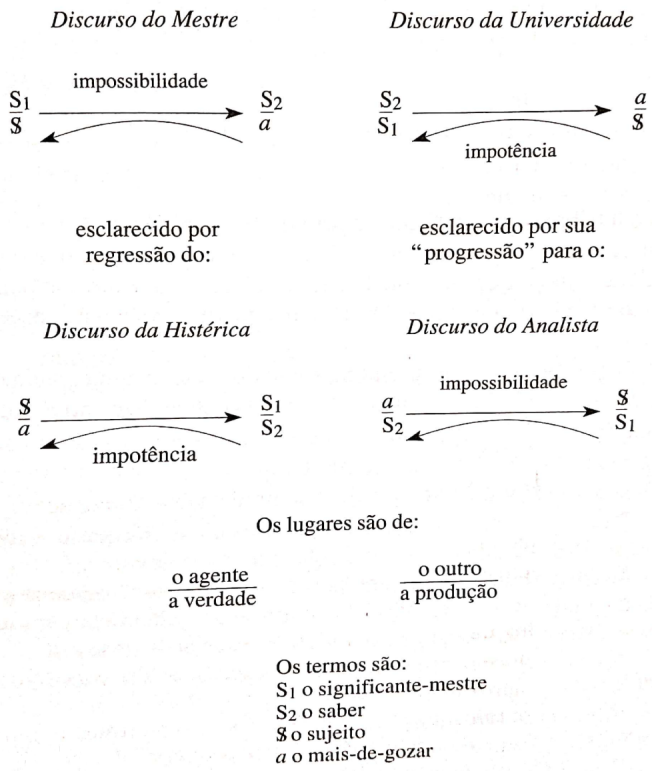
Em "O avesso da psicanálise", Lacan (1969-1970/1992) profere um seminário em que introduz sua teoria dos discursos, no intuito de definir estruturas de linguagem passíveis de recolhimento nos discursos subjetivos encontrados na clínica. Como bem observam Darriba & D'Escragnolle,

> O emprego do verbo definir não é sem consequência, pois implica que certas formas de agenciamento subjetivo, que as fórmulas lacanianas dos discursos estenografam, já estavam lá antes de serem abordadas por Lacan da mesma maneira que a transferência e a histeria, no caso de Freud, ou a mercadoria e a mais-valia, com respeito à teoria marxiana ou seja, sob a forma de realidades que aguardavam a adequada apreensão pelo conceito para que se tornasse possível que operássemos sobre elas (DARRIBA; D'ESCRAGNOLLE, 2017, p. 546).

Tal fato se deu logo após a publicação da obra de Clavreul (1978/1983), "A ordem médica", em que este autor abordava, pela via discursiva inaugurada por Lacan, as diferenças existentes entre o discurso médico e a psicanálise, tomando esta como avessa daquele (COUTINHO JORGE, 2006, p. 127-139). A importância de tal formulação aqui nos interessa na justa medida em que, ao propor a análise do que está em jogo nos processos comunicativos, necessariamente tocamos em aspectos éticos e políticos neles inclusos, fundamentais à reflexão sobre a organização do trabalho adotada na rede de Saúde Mental na atualidade.

Então, diremos que as formas discursivas propostas por Lacan compõem um esquema lógico-matemático expresso inicialmente pela via de quatro discursos estruturais: o discurso universitário (U), o discurso da histérica (H), o discurso do mestre (M) e o discurso do analista (A).

Discurso de "o avesso da psicanálise"



Fonte: Lacan (1970/2003, p. 447)

Por conseguinte, encontraremos em Clavreul a reflexão sobre o discurso médico que aqui também nos valerá para pensar o conjunto dos profissionais de saúde que endereçam pacientes ao CAPS com risco de suicídio. Nele, o médico se situa no campo do discurso do mestre (S1), agente do discurso, já que detentor dos meios de extração de um saber do paciente sobre o seu adoecimento. Assim, ele se encontraria sobre o sujeito ($), este submetido ao saber que o médico profere sobre si. Como nos diz Foucault (1963/2004) em "A lição dos hospitais": "O intelectual dizia

a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência" (FOUCAULT, 1963/2004, p. 42). Assim, o médico seria o mestre (S1) para um outro (S2) que se conforma ao saber por ele proferido acerca de seu mal-estar (a), dizendo-lhe do que se trata e de como se trata. Esta seria a postura clássica do médico, válida não somente para o lugar do paciente, mas para ele mesmo que, como sujeito, encontra-se suprimido em sua divisão ($) pela cátedra profissional. Um exemplo linguageiro simples pode ser encontrado quando se diz "fulano ficou pinel", numa alusão ao surto ou a um episódio disruptivo na vida mental de alguém. O sujeito médico, Philippe Pinel ($), figura aqui como a própria loucura. Ele "é", em certa medida, a original e importante contribuição que deu (S1) à ciência de seu tempo. Nas palavras de Clavreul: "O discurso do mestre tira sua força do fato de se sustentar independentemente da subjetividade daquele que o enuncia, como daquele que o escuta". (CLAVREUL, 1978/1983, p. 170). Esta postura, como dissemos no início do texto, recebe incentivos contínuos à mudança no campo da Medicina da Família e da Comunidade, a partir da criação da Abordagem Centrada na Pessoa. Nela, o campo relacional – médico-paciente – passa à dianteira deste processo, tendo como base a iniciativa de inclusão do sujeito no processo do adoecimento e em sua melhoria. Entretanto, como pudemos averiguar em nossa prática cotidiana, no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas voltadas à atenção ao suicídio, os incentivos contidos na cartilha e na formação acadêmica nem sempre são suficientes para que esta transformação se opere.

Por conseguinte, veremos no discurso universitário um recuo do discurso do mestre (¼ de giro para trás), em que o lugar central da ação está assentado na reprodução de um saber adquirido na academia, em cursos e formações que se sobrepõe ao ineditismo inaugural do mestre (S1), já que se pauta, sobretudo, na disseminação reprodutiva de práticas pedagógicas adquiridas. Então, compete ao bom profissional de saúde, o domínio

da literatura e a demonstração da capacidade de replicar o aprendizado, nas mais diversas circunstâncias, como parte do exercício clínico. Dessa maneira, quando a literatura prescreve que os profissionais de saúde compreendam a pessoa no seu contexto, entre outras indicações, não estamos somente na esfera da constatação da afirmativa implícita de que tal prática não se efetivara no passado, uma vez que o profissional de saúde de outrora habitava o lugar da mestria (S1) sobre o paciente ($), mas também constatando que este lugar se transformou, demandando uma nova atitude dos profissionais que estão no lugar de agentes do discurso da saúde. O profissional de saúde necessita reproduzir a Abordagem Centrada na Pessoa no encontro com o usuário do serviço, a partir do que o aspecto relacional ganha um relevo fundamental para o êxito do atendimento.

Tal acontecimento nos causa, contudo, um questionamento: a propagação acadêmica de uma nova abordagem, descrita em guias e bibliografia sobre o tema, coloca o profissional de saúde (e com ele, seu paciente) numa posição subjetiva distinta, ao ponto de constatarmos que o processo de adoecimento foi recolhido como índice do sujeito em seu meio? Dito de outro modo: é possível prescrever um sujeito ($) e, com ele, uma relação? Ou será que, ainda assim, estamos na esfera da captação do outro como objeto (*a*), esteja este do lado do paciente a ser cuidado ou do profissional quando este se põe a reproduzir a instrução? Afinal, como explicar o fato de que, por vezes, as denominações "ideação suicida", "auto e heteroagressividade", "tentativa de suicídio", entre outras, fruto do atendimento clínico realizado pelas unidades de origem e tomadas como dados norteadores para o encaminhamento ao CAPS, são contrárias ao paciente ($), que nos diz de sua exclusão na avaliação do endereçamento? Exclusão esta – vale dizer – que também contempla quem encaminha, uma vez que submerso nos termos clínicos, inidentificável nas entrelinhas do relato, e que nos gera uma grande interrogação acerca da intenção do endereçamento feito. A que será que se destina?

Não obstante, como apontamos, acolhemos pedidos muito precisos, nos quais a presença do profissional se faz sentida pela equipe, seja nas palavras endereçadas por escrito seja naquelas ditas pela via de um telefonema, o que nos dá a notícia de que não se trata da necessidade de um aprimoramento da bibliografia de formação. Então, qual a diferença, já que todos leram a literatura com afinco?

"Entre ouvir e tratar, um mar a navegar..."[3]

Walter Benjamin (1936/1995), em seu texto "O narrador", nos diz das transformações dos gêneros literários ao longo do tempo e do modo como estes refletem as mudanças na história da humanidade. No intuito de formular que "a arte de narrar está em vias de extinção" (BENJAMIN, 1936/1995, p. 297), o autor nos fala sobre a consolidação da imprensa no alto capitalismo como instrumento para o surgimento de um novo modo de comunicação: a informação. Tão estranha à narrativa quanto ao romance e, quiçá, mais ameaçadora, a informação evidencia os elementos presentes a despeito do fio condutor que entrelaça o discurso histórico, colocando-se a serviço do imediato. O autor ilustra sua afirmativa com a declaração do fundador do jornal *Le Figaro*, quando este pronunciou sobre o que está em jogo na informação: "Para meus leitores, [...] o incêndio num sótão do Quartier Latin é mais importante que uma revolução em Madri" (BENJAMIN, 1936/1995, p. 203). Desse modo, Benjamin conclui: a informação, tal como um relatório, vislumbra um imediatismo em que, "antes de mais nada, ela precisa ser compreensível 'em si' e 'para si'" (BENJAMIN, 1936/1995, p. 203). Em contrapartida, a narrativa "não está interessada em transmitir o 'puro em si' da coisa narrada. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, "como a mão do oleiro na argila do vaso" (BENJAMIN, 1936/1995, p. 205).

3 Frase proferida por um usuário do CAPS Rubens Corrêa.

A escrita de Benjamin nos serve para repensar os endereçamentos ao CAPS cujas indicações nos chegam pelo uso de uma nomenclatura fechada em codificações dadas pelos manuais ou em denominações correlatas, muitas das quais reproduzidas nas evoluções dos prontuários eletrônicos utilizados nas unidades de saúde, alimentados por dados objetivos cujo profissional é levado a realizar um enquadre do sujeito dentro de categorias virtuais preexistentes, uma informação que alimenta um sistema. Então, denominações como "transtorno borderline de personalidade", "violência autoprovocada", "auto e heteroagressividade", entre outros, ganham contornos densos, fechados em si mesmos. Como nos diz o escritor Camus (1956/1986) em sua obra "A queda", cujo personagem central é Jean-Baptiste Clamence, autodenominado "juiz penitente", um advogado de defesa bem-sucedido dotado de uma implacável capacidade reflexiva sobre a alienação humana: "Já não dizemos, como nos tempos ingênuos: 'Eu penso assim. Quais são as suas objeções?' Tornamo-nos lúcidos. Substituímos o diálogo pelo comunicado" (CAMUS, 1956/1986, p. 33).

A objetividade da informação é dada ao preço do apagamento do sujeito em sofrimento e do profissional que o endereça, incluídos na universalidade da reprodução de termos que só lhes fazem alusão na justa medida em que os excluem da própria produção documental. São denominações efêmeras, marcadas por uma obsolescência programada, extrínseca à temporalidade que marca o advento de cada sujeito e, com ele, de sua história. Como nos disse um usuário do serviço certa vez: "O CID[4] me colocou dentro de outra categoria. Quero saber se mudo de lugar na vida...". Vale ressaltar, contudo, que, do ponto de vista burocrático, a escrita e o procedimento clínico adotados estão "corretos".

Por conseguinte, se voltarmos ao discurso do mestre e avançarmos um quarto de giro, encontraremos o discurso histérico, paradigma para pen-

4 CID – Classificação Internacional de Doenças difundida pela OMS (Organização Mundial da Saúde) a fim de padronizar as doenças e agravos à saúde pela via do uso de uma codificação comum..

sarmos a posição de alguns dos pacientes ($) que adentram nosso serviço. Nele, constataremos por vezes a denúncia do sujeito ao dizer do outro a quem creditou o poder de curá-lo (S1), por este não ter "entendido" o seu pedido, questionando o saber (S2) produzido pelo profissional ao endereçá-lo ao CAPS diante do enigma (a) do qual padece em seu mal-estar, ao mesmo tempo em que profere os caminhos necessários ao seu tratamento. Nestas circunstâncias e diante do mistério que tal encaminhamento nos apresenta, por vezes somos tentados a pensar se houve alguma dificuldade na escuta daquilo que o tema do suicídio coloca, isto é, a morte, este limite radical tão caro a quem trabalha com a vida e com a aposta na melhoria de sua qualidade, quiçá na cura daquilo que, eventualmente, a ameaça. Seria este horror a resultante do contato com o paciente e, posteriormente, causa de tal endereçamento? Advertidos, contudo, da posição de tudo-saber própria ao discurso universitário, constatamos que tal construção hipotética era, de nossa parte, ela mesma a negação do que estava posto em questão para nós e que necessitava ser sustentado para que avançássemos. Onde está o Sujeito e, com ele, sua verdade?

> Quando a figura do mestre é recalcada e determinada regressivamente sob a forma universitária, a escravidão se universaliza e, no lugar da simples expropriação direta de uma produção, gera-se um excesso contraditório que serve como ancoragem a um sofrimento subjetivo e uma forma de defesa contra seus próprios impasses no campo da sexualidade (DARRIBA; D'ESCRAGNOLLE, 2017, p. 554).

Do fracasso no trabalho como índice do sujeito

Dejours (2004), ao propor a análise entre as relações de trabalho e subjetividade, afirma-nos que "trabalhar é preencher a lacuna entre o prescrito e o real" (DEJOURS, 2004, p. 1), o que, do ponto de vista clínico, indica-nos que há um percurso a ser feito pelo sujeito que trabalha no intuito de alcançar os objetivos propostos. Este caminho, segundo o autor,

diz daquilo que cada trabalhador precisa acrescentar de si ao que é dado como parte prescritiva do trabalho para que a própria atividade encontre, no real, a possibilidade de uma inscrição (DEJOURS, 2001, p. 1). Trata-se de uma empreitada que implica a presença de algo subversivo em seu bojo, já que contrária à mera sobreposição do prescrito ao real, e que aqui recolheremos como índice do sujeito que a executa, pois circunscreve o campo do êxito da atividade às manobras necessárias a sua efetivação.

Já em 1966, ao proferir uma palestra no colégio de medicina, Lacan nos dirá que o exercício médico sempre esteve norteado por doutrinas. No entanto, ao longo do tempo, houve uma mudança histórica na função do médico. Outrora figura de prestígio e autoridade sobre a qual a suposição de um saber o elevava à condição de mestre, conhecedor dos segredos da ciência, o médico se transformou em um reprodutor de um saber que serve ao mundo científico. Em suas palavras, "é do exterior de sua função, especialmente da organização industrial, que lhe são fornecidos os meios, ao mesmo tempo que as questões [...]" (LACAN, 1966/2001, p. 9). E é deste mesmo modo, exterior, que "descola-se a evidência do sucesso, condição para o advento dos fatos" (LACAN, 1966/2001, p. 10). Esta nos parece uma constatação relevante para pensarmos o que se passa nos encaminhamentos que nos são endereçados, cujos fatos nos atestam a ausência subjetiva e, consequentemente, compromete o processo de trabalho, aqui entendido como algo que é dado no interior de uma função, uma prática. Neste sentido, Lacan (1964/2008) nos serve como guia ao nos dizer que a práxis "é o termo mais amplo para designar uma ação realizada pelo homem, qualquer que ela seja, que o põe em condição de tratar o real pelo simbólico. Que nisto ele encontre menos ou mais imaginário tem aqui valor apenas secundário" (LACAN, 1964/2008, p. 14).

Portanto, o ato de trabalhar está intrinsecamente relacionado ao que se passa entre o profissional de saúde e seu paciente, naquilo que lhe é expresso em seu mal-estar, sintoma do qual padece. As categorias no-

sográficas que o acompanham talvez encontrem aqui seu destino como ilustrações do caso clínico. Contudo, na ausência simbólica dos resquícios subjetivos do atendimento, o mal-estar se desloca, emergindo do lado dos profissionais do CAPS que recebem o encaminhamento, documentado com reproduções denominativas assépticas, réplicas perfeitas de preceitos grafados numa guia. Dejours (2004) nos esclarece que a distância entre a prescrição da ação e a realidade apresentada pode ser vislumbrada na emergência do fracasso (DEJOURS, 2004, p. 28). Assim, há a percepção de que algo fracassou no encaminhamento, o que Dejours denomina "fracasso da mestria".

> Como, então, o sujeito que trabalha reconhece esta distância irredutível entre a realidade, de um lado, e de outro as previsões, prescrições e os procedimentos? Sempre sob a forma de fracasso: o real se revela ao sujeito pela resistência aos procedimentos, ao saber-fazer, à técnica, ao conhecimento, isto é, pelo fracasso da mestria (DEJOURS, 2004, p. 28).

Por conseguinte, nestes acolhimentos, escutamos o fracasso sob duas vertentes: aquela localizada no paciente, que nos diz do desapontamento gerado em sua suposição de saber ao profissional que o atendeu num primeiro momento e também aquela por nós vivenciada, como trabalhadores do CAPS, pertencentes à rede de saúde mental, já que testemunhamos a inadequação da queixa do sujeito ao lugar de tratamento de seu mal-estar. Nesta direção, podemos pensar que o fracasso da mestria marca o êxito do discurso universitário, quando este toma o outro como objeto passível de rotulação, descartando o sujeito do sintoma, alçado ao cumprimento burocrático de procedimentos. Tal fato nos deixaria impotentes se não fosse o próprio infortúnio índice do sujeito, ou seja, se isso que fosse descartado não cessasse de reaparecer nos outros serviços como marca da resistência ao arrolamento das subjetividades à reprodução acéfala de prescrições. Neste sentido, igualmente Freud (1914/1980), em seu conhecido texto "Recordar, repetir e elaborar", nos ensina sobre a resistência ao nos dizer

da "ilusão de ter fracassado" que por vezes acomete o analista na direção do tratamento, "quando, de fato, está conduzindo o tratamento segundo as linhas corretas" (FREUD, 1914/1980, p. 202). O fracasso e, com ele, a resistência são aqui, portanto, índices do sujeito.

Partidas: quando o fim é só o início

Lacaz (2007) afirma-nos que há diferentes modos de apreender o processo de trabalho, saúde e doença a partir das inscrições socioculturais aos quais pertencem. Destaca a importância desta contextualização naquilo que compreende a análise das bases epistemológicas destes conceitos, uma vez que, na ausência de tal enquadre, não podemos tocar nas questões efetivamente pertinentes a uma determinada sociedade. Assim, revela-nos que a medicina social latino-americana apreende o processo de trabalho como

> categoria explicativa que se inscreve nas relações sociais de produção estabelecidas entre capital e trabalho. E conforme a acepção marxista, aqui o trabalho é, ontologicamente, a ação do homem sobre a natureza para modificá-la e transformá-la a si mesmo não sendo, portanto, externa ao homem (LACAZ, 2007, p. 709).

Pensar a temática do suicídio neste contexto é de suma importância quando concebemos que a vivência da exclusão do sujeito encontra ressonâncias no modo como o trabalho na saúde mental se configura no cenário contemporâneo, tanto para o paciente que nos busca quanto para o profissional de saúde que o acolhe, convocando-nos a uma postura ética diante dos desafios revelados neste campo. Afinal, o que a denominação prescrita "violência autoprovocada" pode nos evidenciar a respeito do nosso próprio processo de trabalho? Como despertar, resistir e transformar a simplificação dos atendimentos regidos por sucessões burocráticas sem que necessitemos passar pela experiência de crise e adoecimento de nós mesmos, profissionais de saúde? Estas são algumas questões atuais

de trabalho com as quais talvez tenhamos de nos encontrar, a fim de que avancemos naquilo que diz respeito a uma política do sujeito na saúde pública.

Referências:

BENJAMIN, W. (1936). O narrador. *In*: **Obras Escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p.197-221.

CAMUS, A. (1956). **A queda**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

CLAVREUL, J. (1978). **A ordem médica**: poder e impotência do discurso médico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

COUTINHO JORGE, M. "A psicoterapia conduz ao pior": apontamentos sobre a querela psicanálise/psicoterapia. *In*: ALBERTI, S.; FIGUEIREDO, A. **Psicanálise e saúde mental**: uma aposta. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006, p. 127-139.

DARRIBA, V., D'ESCRAGNOLLE., M. A presença do capitalismo na teoria dos discursos de Lacan. **Revista Ágora**. Rio de Janeiro, Vol. XX, n. 2, maio/ago 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/agora/v20n2/1809-4414-agora-20-02-00543.pdf. Acesso em: 06 maio 2019.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Produção** [online], vol. 14, n. 3, set./dez., 2004, p. 27-34. ISSN 0103-6513. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004. Acesso em: 13 jul. 2019.

DURKHEIM, E. (1897). **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

FOUCAULT, M. (1963). **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FREUD, S. (1914). Recordar, repetir e elaborar: novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

LACAN, J. (1966). O lugar da psicanálise na medicina. *In*: **Opção Lacaniana**. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 32, p. 8-14, São Paulo: Eolia,

2001.

LACAN, J. (1959-1960). **O seminário, livro 7**: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, J. (1964). **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, J. (1969-1970). **O seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LACAZ, F. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 757-766, abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000400003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 jul. 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). **Boletim da atenção psicossocial carioca**, Rio de Janeiro, nº 4, mar 2019. Disponível em: http://prefeitura.rio/documents/73801/ae55c6d8-10f0-406a-8309-7fb876bddf4a. Acesso 25 mar. 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal de Saúde. Superintendência de Atenção Primária. **Guia de referência rápida**: avaliação do risco de suicídio e sua prevenção. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Saúde, 2016.

STEVANIN, L. Precisamos falar sobre suicídio. **Revista Radis**, Rio de Janeiro, n. 193, p. 16-23, out. 2018.

Efeitos transferenciais no trabalho em situações sociais críticas: a construção de dispositivos clínicos para o cuidado ao cuidador

Jorge Broide[1]

Introdução: situando o campo

Ao longo de mais de 40 anos de atividade profissional como psicanalista, além da prática em consultório particular, tenho desenvolvido diferentes trabalhos institucionais com equipes que abordam majoritariamente o campo que denominamos de situações sociais críticas. As experiências têm-se dado no sistema penitenciário, no sistema socioeducativo com adolescentes em conflito com a lei, com população em situação de rua, na área da saúde, da justiça, da economia solidária e da educação, entre outros. As equipes com as quais temos trabalhado são da área pública (municipal, estadual e federal), do terceiro setor e da iniciativa privada.

A metodologia que utilizamos[2] está pautada pela construção de dispositivos clínicos baseados em uma escuta psicanalítica que se fundamenta em autores como Freud (1912/1989; 1914/1989; 1917-1919/1989; 1915/1989), Lacan (1964/1998) e Pichon-Rivière (1987). Entendemos o conceito de dispositivo tal como formulado por Foucault, Deleuze e Agamben. O primeiro nos diz que um dispositivo deve responder sempre a uma urgência social e ser construído a partir dos diferentes saberes existentes na sociedade. Assim, para a construção dos dispositivos é necessária uma

1 Psicanalista. Doutor em Psicologia Social/PUC-SP. Mestre em Psicologia Clínica/PUC-Campinas. Professor do curso de psicologia na Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde/PUC-SP. Fundador e coordenador do curso de Pós-Graduação lato-senso Psicossociologia de Juventude e Políticas Públicas na Fundação Escola Sociologia e Política de São Paulo. Professor de Psicanálise no Centro de Estudos Psicanalíticos.

2 Grande parte dos trabalhos é realizada em parceria com a psicanalista Emilia Estivalet Broide.

compreensão aprofundada de como se estrutura e se apresenta a urgência social em questão. Isso não é possível sem uma abordagem articulada com outros saberes, que variam segundo a tarefa com a qual nos defrontamos (FANLO, 2011).

Deleuze (1996), por sua vez, entende o dispositivo como uma "máquina de fazer ver e fazer falar". Para esse autor, cada diferente dispositivo mobiliza uma distinta forma de subjetividade. Entendemos o nosso trabalho como o da "montagem de máquinas" que permitem o surgimento do sujeito através de determinadas lentes e luzes que se traduzem numa escuta em situações sociais críticas. É a relação transferencial que possibilita a compreensão em profundidade das dificuldades da tarefa em questão. Entendemos os dispositivos como produtores de significantes que permitem intervenção clínica nos obstáculos à tarefa a que o grupo, a instituição ou a comunidade se dedica.

Finalmente, Agamben (2010) coloca que o sujeito se constitui na relação com os dispositivos. Constituímo-nos na linguagem, nas instituições e nos aparatos que constituem nossa vida contemporânea tais como a internet, o celular, o computador etc. Forma-se assim, nos dias de hoje, uma subjetividade distinta daquela que havia em uma sociedade na qual não existia o avião, o telefone, o aparelho diagnóstico ou a medicina preventiva. Temos outra forma de relação com o mundo, distinta daquela que era vivida por gerações anteriores. Somos fruto da história da humanidade, mas a cada época vai-se constituindo um sujeito de seu tempo. Agamben explica ainda que existem os dispositivos sagrados – que mantêm a ordem estabelecida das coisas – e os dispositivos profanos – que trazem o novo e rompem o estabelecido. Nosso trabalho trata de realizar a passagem dos dispositivos sagrados aos profanos por meio da circulação da palavra que faz surgir o significante, o qual leva ao saber e à transformação necessária à consecução da tarefa.

No que se refere à sua função na psicanálise propriamente dita, enten-

demos o dispositivo como um espaço psíquico construído através de um enquadre individual, grupal, institucional ou comunitário, estruturado a partir dos quatro conceitos fundamentais da psicanálise: o inconsciente, a transferência, a pulsão e a repetição. Esse espaço psíquico deve estar sempre articulado com a tarefa da instituição e da equipe que escutamos, o que nos coloca no centro do trabalho com grupos operativos.

Atendemos geralmente três tipos de demandas institucionais: i) contribuir com a resolução dos conflitos das equipes de trabalho, ii) capacitá-las para o atendimento de campo ou iii) encontrar soluções para graves questões sociais ou institucionais – o que exige a construção de um projeto de intervenção mais amplo, mediante contribuições nas políticas públicas ou da criação de diferentes projetos de intervenção social.

Os projetos que desenvolvemos são construídos em conjunto com quem nos contrata, geralmente o(a) secretário(a) ou gestor(a). Isso pressupõe, ainda nas negociações iniciais, uma escuta acurada da urgência social que está em jogo, de como se estrutura e de quais são os principais atores e saberes necessários para a realização da tarefa.

A contratação do trabalho geralmente é realizada através de nossa empresa de consultoria (SUR Ltda.), pautada por um contrato comercial no qual são acertados por ambas as partes os valores envolvidos, prazos e os produtos a serem entregues.

Como a demanda social se presentifica na relação transferencial com o trabalhador

O trabalho enquanto sintoma da tarefa e a circulação da palavra

No trabalho em situações sociais críticas encontram-se os mundos do trabalhador, que opera os serviços de atendimento, e o do usuário, que

recebe o serviço. Este último tem marcado dentro de si a experiência da violência, da miséria psíquica e econômica, da exclusão, do preconceito e da ausência da escuta. O trabalhador, por sua vez, encontra-se diante de situações-limite para as quais não foi preparado e não possui um espaço psíquico coletivo em que possa pensar verdadeiramente o seu trabalho. O atendimento, portanto, fica pautado por um encontro entre desamparos. E aqui, é importante dizer, o problema não é o desamparo em si, mas sim a impossibilidade de pensar sobre ele de maneira a transformá-lo em um saber que opere no campo.

Esse encontro entre a equipe de trabalho e usuário que se dá nas mútuas transferências gera uma série de sintomas no trabalhador, nas equipes, nas instituições e no território onde se desenvolve a tarefa de atendimento. Agregados a isso estão os efeitos das inúmeras dificuldades e conflitos existentes nas instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Os sintomas geralmente são muito dolorosos, apresentando-se como adoecimento de membros da equipe, conflitos dentro das equipes e instituições, burocratização do trabalho, demasiada identificação com a população atendida ou *acting-outs*, uma grande dificuldade de estudar e sentimento de empobrecimento psíquico.

O usuário em muitas ocasiões está tendo o seu primeiro contato com o Estado. No entanto, geralmente revive a experiência de frustração, descrédito, desesperança e violência de sua história de vida e suas relações no território, o que acirra a dificuldade da escuta de quem o atende e aumenta o nível de desconfiança, descrédito e burocratização na relação transferencial. Esse círculo vicioso se torna extremamente tóxico para ambas as partes e se espalha, por um lado, pelo território da população atendida e, por outro, para dentro das instituições, na formulação e implementação das políticas públicas, na construção dos fluxos de atendimento e na escuta direta em campo.

Esta é a razão pela qual muitos de nossos trabalhos envolvem a cons-

trução de dispositivos que permitam operar nessa urgência social, fazendo que esta seja vista e falada de uma forma transformadora. Isso pressupõe que o trabalhador fale verdadeiramente sobre o que vê, sente e pensa acerca de sua tarefa, que é o atendimento ao usuário. Aqui sempre surge um fato interessante, raramente percebido pelos grupos: o desconhecido não está nos conflitos dentro da equipe de trabalho e na dinâmica institucional. Ali, de alguma forma, todos já sabem o que vai ocorrer. O desconhecido e temido está no atendimento direto dos casos gravíssimos, das rupturas familiares, da impotência diante da morte e da violência nos território da cidade. Os dispositivos criados são, portanto, um espaço psíquico para que se possa pensar sobre o não saber através da criação de um espaço vazio no qual o trabalhador possa surgir como sujeito, com toda sua dor, criatividade, ignorância, transformando essa relação transferencial com o usuário em palavras que permitam abordar o até então inabordável, que se apresenta como os diferentes sintomas já comentados.

Nossa tarefa consiste em criar dispositivos de forma a construir uma rede psíquica articulada pelo inconsciente, pela pulsão, pela repetição e pela transferência. Quanto maior a tessitura dessa rede, maior é a liberdade com que o grupo pode pensar acerca de sua práxis. Costumo usar a seguinte imagem para o trabalho grupal: o espaço psíquico grupal é uma rede constituída pelo fio da palavra: quanto maior a circulação desse fio, mais vão se dando os pontos de amarração que sustentam o grupo. A consistência da rede construída através da circulação da palavra é proporcional à possibilidade de o grupo pensar com criatividade e coragem – tal qual acontece com um trapezista. Quanto mais consistente e flexível é a rede de proteção que está abaixo de seu voo, de mais alto ele pode se lançar. Em nosso caso, quanto mais o trabalhador sabe que está protegido pela rede tecida pelo fio da palavra, mais ele pode converter em um saber transformador aquilo que o atendimento tem de mortífero.

Outro fator relevante no desenvolvimento de nosso trabalho de con-

sultoria é que fomos aprendendo com o tempo que a rede construída no processo grupal muitas vezes não é suficiente. A tessitura da circulação da palavra deve alcançar o maior número possível das diferentes interfaces existentes na tarefa. Estas incluem trabalhadores operacionais, gestores da instituição e, muitas vezes, também o território onde o trabalho está inserido. É comum, portanto, a construção de diferentes dispositivos articulados entre si que deem conta do tamanho e da complexidade da urgência social em questão.

Relato de uma situação de trabalho

Há mais de sete anos realizo um trabalho de análise institucional para uma instituição responsável pela execução de medidas socioeducativas em meio aberto para adolescentes em conflito com a lei. É uma instituição com 39 anos de existência[3], com uma equipe de atendimento direto de aproximadamente 30 profissionais de idades variadas e distintas experiências no campo, o que compõe um excelente equilíbrio. Trata-se de uma instituição madura como poucas, que inclusive se dispõe, há mais de 15 anos, a contar com um analista institucional para cuidar de sua equipe de trabalho. A seguir, farei o relato de uma dessas supervisões, com o intuito de ilustrar e aprofundar o tema objeto deste artigo.

O grupo de supervisão se inicia com as coordenadoras das equipes de prestação de serviços à comunidade (PSC) e cumprimento de medidas socioeducativas em liberdade assistida (LA), abordando o tema de como o número de adolescentes, que diminuíra no ano anterior, havia aumentado novamente e se estabilizado em 2019 no patamar de 2017, o que estava gerando uma forte pressão no atendimento. Discutem-se as mudanças na equipe e os critérios para um bom trabalho, pois além do atendimento

3 COMEC – Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas, na cidade de Campinas (SP). Fundado em 1980, por iniciativa da Promotoria e da Vara da Infância e da Juventude de Campinas, atende adolescentes e seus familiares por meio de projetos educativos e culturais visando a construção da cidadania (COMEC, 2018).

direto e o compromisso com os adolescentes, também é relevante o compromisso com a instituição, suas regras, e as normas estabelecidas nos contratos de trabalho.

O assunto vai-se deslocando para a questão dos adolescentes que participam de um grupo que faz camisetas. Os técnicos que coordenam esse grupo dizem que muitos deles sempre estampam camisetas com a figura do palhaço ou do Coringa (personagem do Batman), desenhos que provocam um confronto aberto com a polícia[4]. Relatam ainda que os adolescentes revelam ao grupo que confecciona as camisetas que as abordagens policiais têm sido cada vez mais violentas e que recentemente um policial cortara a bermuda de um deles na rua com uma faca, pois é comum que os policiais passem facas sobre suas tatuagens de palhaço ou do Coringa.

As falas no grupo de supervisão evoluem para o fato que era muito difícil convencer os jovens a mudar a imagem das camisetas e mostrar-lhes que usá-las colocava-os em risco diante da polícia. Vem à tona o exemplo de um adolescente que só fala de motos, que não tem nada além desse assunto em seu repertório, o mesmo ocorrendo com aqueles que não conseguem desenhar outras figuras que não as de um palhaço e do Coringa. Surge então a questão de como os adolescentes não conseguem realizar um deslizamento das imagens da camiseta ou da moto para outros significantes que ampliem a representação do mundo em que vivem.

Uma participante do grupo de supervisão então coloca que há que se aguentar a situação porque existe uma guerra entre os adolescentes e a polícia, e que eles, os adolescentes, tomados pela dor e pelo rancor, estão profundamente envolvidos no conflito. Aponto então como a busca pela morte no confronto com a polícia é uma forma de buscar o alívio de algo que não se tolera mais e coloco ao grupo a difícil tarefa de abordar essa guerra através das figuras colocadas nas camisetas. Como falar da morte

4 Esses dois personagens são entendidos pela polícia como formas de agressão aos policiais por pessoas que assumem o crime como forma de vida.

iminente? Outro membro do grupo fala de um adolescente que deu um chute na boca de um policial e que está preso. Falamos que este adolescente certamente será morto pela polícia quando sair da prisão.

Interpreto que os significantes palhaço e Coringa são emergentes e porta-vozes do conflito com a polícia e da iminência da morte. Aponto também que o palhaço e o Coringa condensam aquilo que já se sabe e está manifestado de diversas maneiras na relação com a polícia através do corpo, do jeito de andar, da cor da pele, e do corte de cabelo dos adolescentes. Esses significantes trazem todo o território e a vida dos jovens para dentro da instituição, da equipe, e do trabalho técnico, na relação transferencial.

Observo também que esse mundo que o palhaço e o Coringa trazem é desconhecido para grande parte das pessoas, mas não para a polícia e para a equipe. Ambos têm um saber semelhante ao identificar de longe se o adolescente está em conflito com a lei ou não. As atitudes é que são radicalmente diferentes. Essa colocação traz à tona a frustração da equipe pelo fato de que instituições tais como a Poder Judiciário, a Assistência Social e a sociedade em geral não entendem o que ocorre. Exemplo disso foi o de um adolescente de 16 anos que chega de moto, mesmo quando lhe dizem que não pode dirigir com essa idade, e a equipe técnica apenas consegue que use o capacete. Contudo, a imagem distorcida dessa situação e que chega ao Poder Judiciário, à Assistência Social ou ao cidadão comum é a de uma autorização da equipe para o uso da moto.

O grupo de supervisão subsequentemente relata uma forte briga entre dois técnicos em função das diferentes visões e dificuldades na abordagem com adolescentes do grupo de confecção das camisetas. Logo após o conflito, ambos os técnicos se desculparam diante da equipe e outros três escreveram poemas sobre o trabalho e a relação entre eles e os adolescentes.

Uma profissional envolvida na briga gerada pelas camisetas – que aliás estava em seu último grupo de supervisão antes de fazer um doutorado

no exterior sobre o tema dos adolescentes e da violência – lembrou que a instituição tem um livro no qual estão registradas todas as mortes de adolescentes há muitos anos e que totaliza hoje 180 mortes. Segue-se a leitura, para o grupo, das poesias feitas após o conflito. Muitos choram ouvindo essa leitura e ao falarem da despedida da colega, pessoa muito querida pela equipe. Falamos sobre quão relevante será seu trabalho de doutorado numa importante universidade dos Estados Unidos e também sobre a mudança de outra trabalhadora para a Europa; ambas poderiam ser embaixadoras do trabalho da instituição.

Ao final do trabalho, tratei de articular os emergentes grupais ao apontar como as diferentes falas estavam encadeadas desde o primeiro momento, quando trouxeram o tema da pressão no atendimento e a necessidade de que este também focasse as relações institucionais e normas de trabalho. Isso foi esclarecendo como os significantes palhaço e Coringa abrangem as mais diferentes relações dentro da instituição, entre os próprios membros da equipe e desta com o poder público, organizações não governamentais e universidades – inclusive atingindo possíveis novas relações no exterior.

Os significantes palhaço e Coringa levam o grupo a perceber que este tem um saber sobre o território e o mundo dos adolescentes semelhante ao da polícia, uma vez que pertencem ao mesmo universo. A diferença, no entanto, reside na metodologia, na técnica e na ética, que coloca cada uma das duas instituições – a que atende os adolescentes e a polícia – em lados opostos em relação à morte, o que fica claro quando aparece o livro com o nome e data dos, pelo menos, 180 adolescentes assassinados.

Conclusões

A construção de dispositivos clínicos permite a criação de um espaço psíquico em que surgem significantes que podem circular através das associações livres que emergem no grupo através de diferentes porta-vozes.

Estes se apresentam de variadas formas e expressam distintas facetas da complexidade da tarefa que mobiliza profundamente o trabalhador, as equipes de trabalho, as instituições e o território da cidade.

Nos trabalhos que temos realizado, tratamos de fazer um trânsito entre a escuta clínica individual e a dos grupos, das instituições e do território da cidade, partindo de uma situação particular para generalizações consistentes que possam trazer verdadeiras contribuições às políticas públicas (BROIDE, E.; BROIDE, J.; 2016; BROIDE, 2016; BROIDE, 2019). É a partir dessas formulações que temos construído diferentes dispositivos para a capacitação e o cuidado ao cuidador que opera nas situações sociais críticas no Sistema Único de Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, na educação, no sistema de Justiça, nos direitos humanos, no terceiro setor e mesmo no setor privado – como ocorreu nos municípios de Porto Alegre, Florianópolis, Piracicaba, Londrina, Campinas, Osasco, Barueri, Mogi das Cruzes e São Paulo.

A metodologia que permite a passagem da escuta clínica direta, na transferência, para a construção de dispositivos de elaboração de diferentes projetos sociais e de políticas públicas passa pelo método qualitativo de pesquisa. É através do surgimento e da repetição de determinados emergentes, porta-vozes e significantes expressos de diferentes maneiras, demonstrando determinados conflitos e relações nos dispositivos, que se vão desvelando relações sobre as quais vamos tecendo generalizações que se constituem como categorias de análise. Estas devem novamente ser testadas no campo através de uma práxis que opere na realidade.

Esses significantes se apresentam como imagens oníricas e podem ser trabalhados como tal. As imagens do palhaço e do Coringa trazem um forte conteúdo inconsciente e se constituem através do trabalho de condensação, de deslocamento, da figurabilidade e do resto diurno. Elas expressam diferentes facetas dos conflitos e dos desejos que geram medo, ódio, e a relação com a morte e com o desejo de matar, com o território,

com a história de cada adolescente e do grupo em que vivem.

Os significantes penetram de forma muda e geram reações e sintomas na equipe e na instituição, causando um forte impacto na história pessoal de cada membro do grupo. É o dispositivo grupal da supervisão que abre o espaço para a transformação de uma vivência de dor em uma experiência de trabalho, o que constitui um saber que é apropriado pelo sujeito, pelo grupo, pela instituição e pela cidade, possibilitando um pensar aberto sobre a tarefa e sua relação com o trabalhador e o mundo e propiciando um alívio transformador.

No caso aqui relatado é a escuta psicanalítica no dispositivo de supervisão que acolhe e faz circular os conflitos e desejos presentes – em cada membro da equipe, no grupo, na instituição, nos adolescentes e suas famílias, na vida no território, na polícia e em sua relação com o território e a sociedade nesse momento histórico, no Poder Judiciário, na Assistência Social, na violência de Estado e ainda numa morte iminente –, que se expressam através do Coringa em um dia, do palhaço no outro, da bermuda cortada à faca pelo policial em outro, da faca raspando a tatuagem, da moto, do ódio e assim sucessivamente. Portanto, é a insistência dos significantes em circulação, que muitas vezes surgem enquanto repetição, que nos permite construir hipóteses em profundidade e, com isso, construir categorias de análise que podem ser generalizadas para diferentes situações, inclusive em políticas públicas. Por conseguinte, é na medida em que o saber produzido neste e em outros grupos de supervisão que abordam o conflito entre adolescentes e a polícia que as categorias criadas podem servir, por exemplo, como contribuição à construção de espaços de formação para policiais e equipes que trabalham com adolescentes em meio aberto, nas instituições de internação, nos territórios conflagrados etc.

Para finalizar, e tratando de realizar uma síntese, é importante ressaltar, como diz Foucault, que os dispositivos montados para dar conta das

urgências sociais devem ser construídos a partir de vários saberes. No caso dos trabalhadores em situações sociais críticas, a psicanálise por si só não dá conta do campo de trabalho. É necessário o acesso aos diferentes ramos do conhecimento que permitem compreender a realidade social da questão da violência, do funcionamento das instituições e das políticas públicas, entre outros.

No que se refere à construção das máquinas de fazer ver e fazer falar, como diz Deleuze, é necessário sustentar a palavra do sujeito em situações de violência. Segundo nossa experiência, a palavra traz na transferência o horror e o belo juntamente com a defesa contra ambos. Sem dispositivos apropriados é verdadeiramente difícil escutar a impotência, a humilhação e o ódio dos adolescentes e como a sistemática morte sistemática destes afeta cada membro da equipe, da instituição e da comunidade.

Por fim, temos a questão ética que nos faz estar sempre pensando e construindo dispositivos profanos, como diz Agamben, que produzem o movimento pela vida. São estes que garantem a saúde do trabalhador, uma vez que possibilitam um verdadeiro pensar sobre o trabalho. O cuidado ao cuidador se estabelece quando os conteúdos do campo que se apresentam de forma muda por meio da transferência e que constituem importantes sintomas pessoais, grupais e institucionais podem ser elaborados e transformados em conhecimento.

Referências:

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. *In*: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2010.

BROIDE, Emilia Estivalet. **A supervisão como Interrogante da práxis analítica**: desejo de analista e a transmissão da Psicanálise. São Paulo: Escuta, 2016. (Coleção Margens: psicanálise, cultura e política)

BROIDE, Jorge; BROIDE, Emilia Estivalet. **Psicanálise nas situações sociais**

críticas: metodologia clínica e intervenções. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2016.

BROIDE, Jorge. Clínica e vulnerabilidade social. *In*: LOPEDOTE, Maria Luiza Galle *et al*. (org.) **Corpos que sofrem**: como lidar com os efeitos psicossociais da violência. São Paulo: Elefante, 2019.

COMEC. Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas. Campinas (SP), 2018.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. *In*: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana. Lisboa**: Vega, 1996.

FANLO, Garcia. Que és un dispositivo? Foucault, Deleuze, Agamben. A Parte Rei **Revista de Filosofía**, 2011. Disponível em: http://serbal.pntic.mec.es/~cmunoz11/fanlo74.pdf.

FREUD, Sigmund (1917-1919). La Interpretación de los sueños. v. IV-V. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1989.

FREUD, Sigmund (1915). Lo inconsciente. v. XIV. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras Completas.** Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1989.

FREUD, Sigmund (1914). Recordar, repetir e reelaborar. v. XII. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1989.

FREUD, Sigmund (1912). Sobre la dinamica de la transferencia. V. XII. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1989.

LACAN, Jacques (1964). **O seminário. Livro 11** – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **Del psicoanalisis a la psicologia social**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1987.

Efeitos do dispositivo da supervisão psicanalítica no campo da atenção psicossocial: possibilidades e impasses

Simone Mendonça Delgado[1]

A psicanálise e a Atenção Psicossocial

A mudança de paradigma na assistência em saúde mental no Brasil se construiu, especialmente, a partir de dois campos conceituais: a psicanálise e a psiquiatria.

A teoria e a clínica psicanalítica nortearam, junto com a psicopatologia e a psiquiatria progressista, as formulações ideológicas que permitiram o deslocamento do portador de transtorno mental da condição de objeto para o lugar de sujeito. Apostar no comparecimento do sujeito, a partir da escuta clínica, no caso a caso, na extração da radical singularidade do um a um vem orientando, desde os primórdios da Reforma Psiquiátrica Brasileira, os fazeres clínicos no campo da Atenção Psicossocial.

No município do Rio de Janeiro, os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) nascem com importante influência do discurso psicanalítico. O dispositivo da Supervisão Clínica e Institucional é, desde o início da implantação dos CAPS, estratégia fundamental. Partia-se do entendimento de que a Política Pública de Saúde Mental inicialmente operada pela implantação dos CAPS demandava uma sustentação clínica permanente. Esta dimensão clínica foi, desde o princípio da reorientação do modelo de atenção no Rio de Janeiro, estruturada pela aposta de um trabalho coletivo constituído por múltiplos saberes. Esse coletivo múltiplo exigia a

1 Psicanalista. Mestre em Psicanálise - Clínica e Pesquisa/UERJ Supervisora Clínica e Institucional em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) para portadores de transtornos mentais e de necessidades decorrentes do uso prejudicial de Álcool e outras drogas nos municípios do Rio de Janeiro (capital) e de São Gonçalo/RJ.

construção de um alinhamento clínico que fosse efeito dos encontros e desencontros dessa multiplicidade! Essa operação de alinhamento foi dirigida à função da Supervisão Clínica e Institucional. À Supervisão cabia a promoção de operadores clínicos articulados a uma direção de trabalho alicerçada nos princípios políticos da Atenção Psicossocial (cuidado em liberdade, articulação territorial e intersetorial, promoção da autonomia possível, resgate da cidadania, inclusão social, construção compartilhada em Rede do Projeto Terapêutico Singular) e na ética da clínica do sujeito.

Do CAPS ao Território: a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Como opera a psicanálise no contexto da RAPS?

A experiência de trabalho em um CAPS, dispositivo clínico-político que fundamenta a mudança do modelo assistencial no campo da saúde mental no Brasil, inicialmente como operadora clínica e, posteriormente, como supervisora, interrogou-nos quanto a uma suposta antinomia entre a prática da psicanálise e a prática dos cuidados psicossociais. Verificamos que a posição do analista e da Supervisão Psicanalítica permitem a sustentação, neste campo da Atenção Psicossocial, dos vetores políticos em uma dimensão clínica ampliada na qual o reconhecimento de que há ali um sujeito, com sua singular condição de se responsabilizar e se implicar com suas vicissitudes, é o orientador ético que faz avançar o trabalho psicossocial. É o desejo do analista que marca posição e efeitos neste campo clínico. Essa práxis nos permitiu constatar que o trabalho coletivo, norteado pela ética da psicanálise, distancia-se de um mero apaziguamento do sintoma e visa ao sujeito em seu desejo. Um certo modo não estandardizado de operar, mas não por isso sem rigor ou sem ética, produz efeitos clínicos desde agenciamentos sociossanitários, remanejamentos medicamentosos, à intervenção que aponta para a construção de anteparos frente à tentativa de aniquilamento exercida pelo Outro e, assim, experimentada, em níveis diferentes, pelo sujeito.

A transformação do cuidado em saúde mental no Brasil indicou a necessária mudança de um modelo assistencial centrado no hospital psiquiátrico, como forma privilegiada de tratamento (modelo hospitalocêntrico), para estratégias de cuidados mais capilarizados. Constitui-se, desta forma, uma rede ampliada de dispositivos clínicos de Atenção Psicossocial (RAPS), na qual o CAPS é um instrumento estratégico. Sua função de ordenação da demanda do território supõe a interconexão com diversos serviços: ambulatórios ampliados de saúde mental com oficinas terapêuticas, centros de convivência, serviços residenciais terapêuticos, unidades de saúde da atenção primária, setores da urgência e emergência, estruturas residenciais de caráter transitório – Unidade de Acolhimento para adultos (UA) e Unidade de Acolhimento para infância e adolescência (UAi) –, Serviço Hospitalar de Referência em Hospital Geral (SHR-HG), recursos socioculturais comunitários etc. Os CAPS apresentam diversas práticas clínicas constituídas por múltiplas disciplinas e saberes (médicos, psicológicos, psiquiátricos, sociais etc.), coabitantes deste campo. Para além das convergências e impasses que esses encontros puderam e podem produzir e de uma suposta antinomia existente entre a prática da psicanálise, de um lado, e a prática dos cuidados psicossociais, do outro, propomo-nos, com esta análise, sustentar que a teoria e a clínica psicanalíticas, como balizadoras da posição do analista, constituem o aporte que, neste campo da Atenção Psicossocial, pode contribuir para o redimensionamento e fomento das diretrizes políticas intrínsecas a este campo. A inclusão social e o resgate da cidadania não são, na perspectiva analítica, meros objetivos reabilitadores a serem alcançados, mas sim vetores integrantes de um campo clínico ampliado. Nesta perspectiva é a dimensão do sujeito o operador que deve orientar o trabalho na direção da assunção da responsabilidade e da implicação, por cada um, com suas contingências e embaraços. Considera-se, desta forma, que a loucura não pode ser "enquadrada" ou o louco "adaptado" ao socius. Cada sujeito encontrará, a seu

modo, suas possibilidades de cernir um lugar para si.

Neste sentido é a ética da psicanálise, cujo motor é o desejo, o que possibilita indicar a direção do tratamento. É importante definirmos do que se trata quando nos referimos à ética da psicanálise e sua relação com o desejo. Freud e Lacan afirmam que o sujeito do inconsciente é atravessado por uma falta estruturante – a castração. Falta que articula o desejo e suporta o movimento desejante. Freud (1925/1994) circunscreve as primeiras experiências de satisfação do sujeito interconectando-as ao chamado objeto perdido para sempre. Este objeto perdido aponta para a impossibilidade de retorno a uma dimensão mítica de plena satisfação do desejo. Neste contexto é importante destacar a íntima articulação entre desejo e lei. Ao situarmos a diferença entre ética e moral, esta última apresenta em seu horizonte um bem a seguir e se mantém circunscrita ao "Serviço dos bens", enquanto que a ética aponta para a dimensão da singularidade do desejo. Diante desta distinção, como entender este aparente paradoxo afirmado por Lacan (1959-1960/1997) no qual a moral nasce enraizada ao desejo?

O que a proibição moralista estabelecida pela lei contra o incesto encobre é a impossibilidade ética de realização da satisfação absoluta e plena do desejo. Lacan nos propõe acerca da íntima relação entre desejo e responsabilidade nos "Escritos" em "A Ciência e a Verdade": "Por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis" (LACAN, 1998), e nos adverte n"O Seminário, livro 7": "Proponho que a única coisa da qual se possa ser culpado, pelo menos na perspectiva analítica, é de ter cedido de seu desejo" (LACAN, 1959-1960/1997). Ambas, proposição e advertência, estão intrinsecamente articuladas sob a égide da responsabilidade: poderíamos afirmar que não ceder do seu desejo é se responsabilizar.

Ao afirmarmos a efetividade do discurso analítico numa instituição como o CAPS e no campo da Atenção Psicossocial partimos da concepção da verdade da castração, experimentada por cada sujeito singularmen-

te, sendo, portanto, não-toda, que está referida ao saber do inconsciente. Desta forma, o desejo do analista, enquanto desejo de saber – diferente de desejo de curar – faz com que o analista se recuse em ocupar o lugar do Outro, do discurso do mestre, e possibilite o encontro do sujeito com seu desejo. O decifrамento, portanto, está do lado do sujeito e as consequências que ele tirará dessa revelação é sua prerrogativa, como analisante, ao decidir que destinos dará ao seu desejo. Lacan sublinha que o desejo do analista não é puro, mas é um desejo prevenido: o analista sabe que não pode desejar o impossível; trata-se de um desejo atravessado pela castração. Neste ponto citamos Guyomard que traça o desejo do analista como "um desejo separador. É um desejo de diferença, um desejo que sustenta a análise, um desejo de analisar – e não de ser analista" (GUYOMARD, 1996, p. 99). Desta forma, o que norteia a função do analista é o desejo ligado a um vazio de saber, a um não saber.

Apostamos que essa experiência institucional e coletiva, norteada pela ética da psicanálise, distancia-se de um mero apaziguamento do sintoma visando, assim, ao sujeito em seu desejo. Para tanto, consideremos o alerta feito por Lacan:

> Se a análise tem um sentido, o desejo nada mais é do que aquilo que suporta o tema inconsciente, a articulação própria do que faz com que nos enraizemos num destino particular, o qual exige com insistência que a dívida seja paga, e ele [o destino] torna a voltar, retorna e nos traz sempre de volta para uma certa trilha, para a trilha do que é propriamente nosso afazer (LACAN, 1959-1960/1997, p. 383).

A Supervisão lacaniana como ato

Opera-se com a supervisão, conforme Veras (2013): "um corte estrutural que visa isolar o analista daquilo que o impeça de seu ato, os valores comuns, as miragens imaginárias, a demanda incessante, as seduções da psicoterapia...".

Aposta-se na extração de significantes que apontem para "um dizer que escapa à significação" (VERAS, 2013, p. 2). Como operar com o irredutível do sintoma?

A função do supervisor como um terceiro

Frente àquele operador clínico que fala de um caso e o sujeito do caso, investe-se no lugar de um terceiro como instância simbólica que medeia a ação do operador clínico e o empuxo aos fenômenos imaginários no trabalho com o sujeito e nas relações intraequipe. Lacan, entretanto, nos adverte: "uma estrutura quadripartite, desde o inconsciente, é sempre exigível na construção de uma ordenação subjetiva" (LACAN, 1998, p. 878).

Trata-se, quanto à função da supervisão, da instalação de um Outro? Com que estatuto: "Outro da vigilância que verifica se isso se passa segundo as normas? Ou o Outro da autorização" (LAURENT, 2002/2013, p. 09)?

Laurent nos sinaliza que não devemos nos "contentar em pensar que [a Supervisão] se esgota no prestar contas a um terceiro" (LAURENT, 2002/2013, p. 09).

O Supervisor, assim como o psicanalista, ocupa "a partir do momento em que o processo se desenrola e se instala, o lugar do morto, antecipando o lugar do objeto *a* que vem descompletar o Outro dos significantes." (LAURENT, 2002/2013, p. 09). Apagamento do eu, lugar do morto para permitir que o sujeito compareça.

Lacan reconhece que, naquilo que se escuta de um praticante acerca daquele que está em análise, "há um real em jogo nessa experiência. Ele não o toma por um adquirido evidente, mas o constata como surpreendente" (LAURENT, 2002/2013, p. 12, grifos nossos).

Seguindo Laurent citar Lacan, quanto à função da Supervisão: "é controlar um sujeito cujo ato o ultrapassa". E acrescenta:

> A questão é a do sujeito que vai além do seu ato, ou seja, aquele que acredita ser o mestre de seu ato, aquele que dá de esperto revestindo o ato com o seu narcisismo e que, ao invés de apreender a dimensão do desejo em jogo, quer reduzir isso a um saber, até mesmo a um saber-fazer, o qual ele deteria (LAURENT, 2002/2013, p. 12).

A função do Supervisor é possibilitar, portanto, que o praticante apreenda a dimensão do desejo que está em jogo no seu encontro com o sujeito.

Trata-se de suportar o despojamento de toda mestria e preservar o lugar do desejo de que haja análise.

Recorte de uma experiência de Supervisão Clínica-Institucional e Territorial orientada pela psicanálise

O pedido de Supervisão de um CAPS do município do Rio se deu em um contexto de colapso das relações intraequipe e da equipe com a Rede, com consequências graves tanto para a clínica com os pacientes – situações de passagens ao ato dirigidas à equipe – quanto para a tecitura da Rede. A posição do CAPS como ordenador do território estava ameaçada por um descrédito, por parte da Rede, na sua efetiva capacidade de ser parceiro do território.

O liame transferencial, vetor exigível para que a Supervisão opere, construído com a equipe permitiu, gradualmente, que alguns efeitos desestabilizadores reencontrassem, pela ação da equipe, algumas outras possibilidades de condução clínica, especialmente no manejo clínico com determinado sujeito (paciente do CAPS), cuja passagem ao ato se endereçava à equipe com insistência. A fratura dos laços de trabalho intraequipe foi tomando algum contorno possível, a partir da instauração do espaço da Supervisão que convoca ao trabalho de apropriação do fazer clínico pela fala e busca diluir efeitos imaginários rivalizatórios intrínsecos aos

fenômenos de grupo. Vale registrar que esta equipe vinha trabalhando há muitos meses em atendimentos a casos graves sem a mediação da Supervisão como um espaço intervalar, um espaço suspensivo, que permite uma pausa no regime de urgência que o cotidiano da clínica de um CAPS impõe.

A mudança da gestão do CAPS ao efetivar a reformulação da equipe introduziu uma reorientação fundamental para o trabalho. Praticamente uma nova equipe foi formada sob a direção de uma gestão cujo desejo decidido por uma transformação e qualificação do cuidado produziu resultados importantes, tanto clínicos como institucionais. Verifica-se, a partir daí e com o acompanhamento da Supervisão Clínica, o fortalecimento de uma borda institucional capaz de engendrar um delineamento do trabalho que amplia a confiança e permite, desse modo, que o cotidiano exaustivo de atenção a casos extremamente graves e complexos seja possível de ser sustentado coletivamente.

A posição de descrédito e desconfiança por parte da Rede frente ao CAPS também exigiu da Supervisão um trabalho. Outros laços transferenciais foram construídos nos dispositivos clínico-políticos do território. A partir da presença da Supervisão no Fórum de Saúde Mental da área programática demandas por Supervisão foram se delineando.

Iniciamos uma intervenção junto a uma Clínica da Família (Atenção Primária em Saúde – APS). A intervenção da Supervisão nesta unidade de saúde possibilitou, para esta unidade, uma articulação mais intrínseca com o CAPS e determinou que este passasse a atuar no matriciamento em saúde mental e em situações que envolvessem o uso prejudicial de álcool e outras drogas no âmbito da Atenção Primária. A Supervisão, desta forma, pôde operar no território, convocando o CAPS a se afirmar na posição de reordenação da lógica do cuidado e do matriciamento.

Outro dispositivo da RAPS endereça demanda à Supervisão: o Serviço

Hospitalar de Referência no Hospital Geral (SHR-HG). O processo de operação da Supervisão se iniciou com a coordenação técnica deste Serviço Hospitalar e, após alguns meses, alcançou a equipe técnica. A Supervisão pôde verificar o imenso desafio de promover uma mudança de lógica das ações clínicas numa equipe cuja prática se cristalizou, ao longo dos anos, em procedimentos assistenciais tradicionais nos quais não se lida com o sujeito mas com o paciente-objeto de intervenções médico-hospitalares. A aposta de que em um corpo adoecido habita um sujeito que comparece com seu sintoma (des)norteado por seu desejo e gozo orienta a escuta do operador clínico para além de fazer calar ou corrigir o erro daquele corpo. A convocação de que o sujeito fale sobre suas dores (não só físicas) pode gerar remanejamentos subjetivos que incidem em seu adoecer. A Supervisão neste dispositivo pôde, também, recolher o evidente isolamento deste serviço em relação aos espaços de discussão e de pactuação da RAPS. A direção ética da Atenção Psicossocial que considera a necessária articulação com a Rede foi sustentada, no âmbito da Supervisão, pela coordenação técnica que se encarregou da transmissão dessa orientação. Estratégias foram construídas para o enfrentamento deste isolamento.

O dispositivo nomeado como Supervisão Territorial em Saúde Mental e a situações que envolvem o uso prejudicial de álcool e outras drogas inclui os diversos equipamentos e serviços intersetoriais existentes num determinado recorte geográfico da área programática (divisão político-administrativa, existente no município do Rio de Janeiro, em áreas geográficas que estrutura redes de cuidados em saúde). A transferência aqui, também, é o instrumento que se presentifica como via de aproximação e aposta de investimento no desejo de saber fazer com esta clientela pelos atores da Atenção Primária em Saúde e pelos demais setores deste território (assistência social, educação, Justiça). Algumas dificuldades se colocaram ao longo do percurso da Supervisão nesse dispositivo: no início do trabalho da Supervisão Territorial verificamos que o Núcleo de Apoio à

Saúde da Família (NASF) se fazia presente com regularidade. Porém, com o passar do tempo, foi se retirando, indicando que sua presença na unidade de Atenção Primária estava sendo, cada vez mais, demandada e, muitas vezes, para o atendimento direto ao paciente. A Supervisão, desde o início, interrogou o lugar do matriciamento feito pelo NASF. As diretrizes do Ministério da Saúde, através de documentos normativos, indicam que a função do NASF é, fundamentalmente, a de matriciar (compartilhar saberes específicos) junto às equipes generalistas da Atenção Primária e não reduzir sua ação à assistência. Os demais profissionais da APS encontram outras dificuldades para o mantenimento da participação na Supervisão: muitos agentes comunitários de saúde (ACS) referem que não recebiam de seus gerentes a autorização de liberação para integrarem o espaço da Supervisão. Por um lado, pela demanda de trabalho na unidade da APS e, por outro, porque a Supervisão seria destinada, no entendimento equivocado dos generalistas, aos profissionais de nível superior.

A posição sustentada pela Supervisão neste dispositivo territorial e intersetorial afirma a possibilidade no compartilhamento de saberes acerca do sofrimento subjetivo, construindo um fazer coletivo cernido pelas especificidades, mas partindo de uma base comum: não há saber prévio à escuta do sujeito! Quando um sujeito fala, um caminho possível de cuidado se abre! A escuta do sujeito pode produzir efeitos de reorientação do seu mal-estar!

A equipe de Segmento dos Serviços Residenciais Terapêuticos demandou, também, um espaço específico para a Supervisão de seu trabalho. A construção desse espaço inclui os acompanhantes terapêuticos, cuidadores e a coordenação técnica do Segmento. O saber-fazer com a clínica do morar é de uma complexidade ímpar: o convívio em um espaço íntimo como o de um lar traz para os operadores clínicos deste segmento impasses da ordem do limite entre o familiar e o profissional/clínico. Como delinear o lugar clínico em meio à experiência de testemunho da intimi-

dade do sujeito no seu próprio lar? Esses operadores clínicos (cuidadores, acompanhantes terapêuticos) convivem com os sujeitos-moradores dias e/ou noites inteiras. Produzir intervalos e distanciamentos possíveis é uma direção necessária. O saber leigo do cuidador é uma ferramenta clínica fundamental! No entanto, há que se estar advertido para não se cair num lugar comum que desconsidere a potência de saber do lado do sujeito!

Concluindo acerca das incidências da Supervisão Psicanalítica no trabalho dos operadores clínicos

Tomamos alguns questionamentos realizados por um autor que trouxe contribuições importantes para a reflexão da dinâmica subjetiva no campo do trabalho. Referimo-nos a Dejours: "[...] a tarefa que afeta um trabalhador oferece uma canalização apropriada de sua energia psíquica? Em outros termos, a tarefa exige suficientes atividades psíquicas, fantasmáticas e psicomotoras?" (DEJOURS, 1980, p. 24).

No campo da Atenção Psicossocial, verificamos que o que pode afetar o operador clínico é algo da ordem do real do sintoma do sujeito que comparece no trabalho. A Supervisão sustenta que a resposta do operador não convém à clínica que seja feita com seu eu, com sua pessoalidade. É exigível que o operador clínico se desfaça de suas fantasias, expectativas e aposte na construção de um saber-fazer pelo sujeito com seus impasses.

Uma outra interrogação de Dejours: "[...] o que faz o trabalho entravar o livre jogo do sistema 'motivação-satisfação' (ou desejo-prazer)?" (DEJOURS, 1980, p. 26). O componente desejo do operador clínico é determinante para a sustentação do trabalho com o sujeito. Partindo da questão de Dejours e a transpondo para o campo da psicanálise: o que pode entravar o jogo clínico que se constrói entre o clínico e o sujeito em tratamento? Constatamos que o dispositivo da transferência é o balizador que norteia o manejo com os possíveis entraves que venham a emergir no trabalho

clínico.

Seguindo com Dejours e Abdo Cheli (1982, p. 39): "A psicanálise... tem uma questão a colocar sobre o trabalho [...]: No trabalho contemporâneo, qual é o lugar do desejo, e qual é o lugar do sujeito?". O autor, ao abrir espaço para este questionamento, problematiza a concepção taylorista que padroniza e generaliza um determinado "modo operatório" no campo da organização do trabalho, indicando a violência e a produção de sofrimento e adoecimento que essa condução pode gerar.

O campo da Atenção Psicossocial, orientado pelo dispositivo da Supervisão Psicanalítica, considera que o operador clínico (trabalhador deste campo) sustenta sua função a partir do seu desejo em convocar ao trabalho subjetivo, de forma singular, o sujeito em sofrimento psíquico e à gestão das vicissitudes de sua posição subjetiva. O modo de operar desse trabalhador não é passível de generalização ou padronização: há uma aposta no saber-fazer com o próprio sintoma que entra em jogo no manejo clínico com o sujeito em tratamento. E este saber é da ordem do singular.

Portanto, o modus operandi de cada trabalhador no campo da Atenção Psicossocial, orientado pela psicanálise, é alicerçado pela comum direção ética do desejo e pela afirmação na clínica do sujeito, e construído de forma radicalmente peculiar.

Breves considerações finais

Vimos como a Supervisão Psicanalítica pode operar nessas diferentes formas de experiência de cuidado nos espaços da Rede de Atenção Psicossocial. Amarrações significantes podem se constituir, a partir do discurso e posição do sujeito, construindo bússolas que poderão, mesmo que provisoriamente, fornecer algum norte frente ao percurso de errância de sujeitos psicóticos, neuróticos graves e toxicômanos. E, neste contexto, lembramos Laurent (2000, p. 168): "É esse tipo de instituição [...] em que

a psicanálise não se encontra exterior, transcendente".

A posição de "saber não saber", resultante do movimento clínico que aponta a impossibilidade do analista saber de antemão, indica que "cabe ao sujeito construir seu próprio saber" (BAIO, 1999, p. 67). Ao considerarmos que a estruturação da RAPS e de seu ordenador (os CAPS) se faz por formações e discursos diversos, há um importante desafio a ser enfrentado: os profissionais e cuidadores pertencentes às equipes devem sustentar a coletividade deste trabalho a partir da elaboração de um saber-fazer que não se sabe a priori e que, portanto, não é suposto! Vale sublinhar que este saber não suposto se edifica na contratualidade de estratégias acionadas pelas equipes, na medida em que são, permanentemente, revistas e reinventadas seguindo a originalidade de cada caso.

É ao abrir espaço para o que insiste de real no sintoma e, portanto, de real no sujeito que a prática analítica opera. Afirmar a psicanálise como um modo de operação que fundamenta o trabalho clínico na Rede de Atenção Psicossocial é admitir que a dimensão do sujeito é irredutível a enquadramentos adequáveis à ordem socializadora e ao ideal da cidadania. É apostar que um sujeito estranho e "fora da norma" pode construir um lugar possível no Outro social, apesar de suas idiossincrasias.

Referências:

BAIO, V. **O ato a partir de muitos**. Curinga, Belo Horizonte, n. 13, p. 66-73, 1999.

DEJOURS, C. **A carga psíquica do Trabalho**. Paris: Entreprise Moderne d'Édition, 1980.

DEJOURS, C.; ABDO CHELI, E. **Desejo ou motivação?** A interrogação psicanalítica sobre o trabalho. Paris: Entreprise Moderne d'Édition, 1982.

FREUD, S. (1925). A negativa. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras completas psicológicas de S. Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1994. v. XIX.

GUYOMARD, P. **O gozo do trágico**: Antígona, Lacan e o desejo do analista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

LACAN, J. (1959-1960). **O seminário – livro 7**: a ética da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LACAN, J. A Ciência e a Verdade. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 869-892.

LAURENT, E. **Psicanálise e Saúde Mental**: a prática feita por muitos. Curinga, Belo Horizonte, n. 14, p. 164-175, 2000.

LAURENT, E. (2002). Sobre o bom uso da Supervisão. Correio – **Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, n. 73, p. 17-31, 2013.

VERAS, M. Editorial. Correio – **Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, n. 73, 2013.

EIXO 2 – SOCIEDADE E POLÍTICA

Voz do supereu e melancolização no trabalho que adoece

Ana Magnólia Mendes[1]

Jean-Michel Vivès[2]

O capítulo tem por objetivo apresentar algumas notas sobre possíveis articulações teóricas entre a voz como objeto da pulsão invocante e a melancolização nos contextos de trabalho assalariado capitalista. Tal articulação é fruto da nossa prática de escuta clínica no atendimento oferecido desde 2015, na Clínica-Escola CAEP/UnB - Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos da Universidade de Brasília no Projeto Clínica Psicanalítica do Trabalho. Este atendimento tem como objetivos construir destinos políticos e éticos para o sofrimento e atuar no tratamento das psicopatologias e do adoecimento mental dos trabalhadores.

O atendimento é destinado a qualquer trabalhador que busque livremente o serviço com queixas de esgotamento emocional (burnout) e estresse, sobrecarga, violência e assédio moral, estresse pós-traumático, acidente de trabalho, processo de readaptação funcional e transtornos psicossomáticos e psíquicos relacionados ao trabalho. As principais queixas apresentam-se nessa sequência: assédio moral, ideação/tentativa de suicídio e sintomas depressivos. Entre os trabalhadores atendidos encontram-se servidores públicos do poder judiciário vítimas de assédio moral, como descrito por Mendes *et al*. (2016). O servidor atendido tinha 20 (vinte) anos de serviço, é mulher, casada, na faixa dos 40-50 anos, pós-

1 Professora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Coordenadora do Núcleo Trabalho, Psicanálise e Crítica Social e do Projeto Clínica Psicanalítica do Trabalho na Universidade de Brasília. Pesquisadora do CNPq.

2 Psicanalista; Membro da Association Insistance, Paris, e do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise Seção Rio de Janeiro; Professor de Psicopatologia Clinica na Université de Nice Sofia Antipolis. É também dramaturgo e músico, com especial interesse pela ópera e prática teatral.

graduada. Encontrava-se afastada por licença médica há cerca de 6 (seis) meses. A vivência do assédio moral invadiu a vida conjugal e familiar e se agravaria após as denúncias feitas pela paciente aos órgãos competentes. Temia sair de casa e a qualidade do sono fora alterada. Dormia apenas com uso de medicação, mas perdia o sono ao acordar por causa dos pesadelos diários com os assediadores. Foi atendida durante um ano nesse projeto.

Essa prática clínica tem sido referenciada nos estudos de Vivès (2009, 2012, 2014a, 2014b, 2015) sobre a voz e aparece articulada ao circuito da invocação da pulsão e suas relações com a constituição do sujeito e a clínica psicanalítica. Nosso interesse central é o estudo da voz no trabalho sustentada pelo discurso ultraliberal da excelência e do produtivismo – manifestada no imperativo "Trabalhe e cale-se" – e suas implicações para o sujeito, o sofrimento, as patologias, o adoecimento e, de modo muito particular, para o fazer da clínica.

Nessa perspectiva, buscando avançar nas discussões que articulam o campo de saber da psicanálise e da crítica social, propomos nesse capítulo uma reflexão sobre como os modelos de gestão vigentes nas organizações modernas do trabalho capitalista assalariado têm forjado sujeitos melancólicos e uma melancolização patogênica que faz adoecer.

Partimos do pressuposto que o adoecimento pelo trabalho é consequência dos modelos de gestão legitimados por um discurso capitalista colonial amplamente empregado nas organizações em que impera uma assimetria das relações de poder, como é o caso do judiciário. O adoecimento pelo trabalho recebe uma forte influência da voz do supereu proferidas por esse discurso. Essa voz faz exigências tão grandiosas que incessantemente demandam o impossível do Eu, como diz Freud no "Manuscrito inédito de 1931", publicado em 2017. É essa demanda constante ao sujeito que é reverberada na força do discurso capitalista. Um discurso que se sustenta nos princípios da acumulação, produtivismo e consumismo, seduzindo o

sujeito pelo "canto de sereia". O supereu nunca está satisfeito com o que quer que o Eu consiga realizar na vida. A voz adverte ininterruptamente: "Você precisa fazer do impossível possível, você é capaz disso". Este ser capaz é o imperativo do gozo que se contrapõe à castração, tão denegada pelo capital e que transmite, pelo discurso, a ideologia da excelência.

Tais vozes, muitas vezes impossíveis de serem caladas, exercem um bloqueio no circuito da invocação da pulsão. Nesse momento, o sujeito é possuído pela demanda, atendendo a um chamado de, cedendo ao seu desejo e ao chamado a, a invocação. Passa assim a ser um sujeito evocado e não invocante. A tirania da voz do supereu voicificada no discurso capitalista se articula com o adoecimento, como proposto por Mendes (2018). Esse sujeito chamado de – aos poucos, pela ausência de resposta do Outro – retorna ao tempo do grito primordial; ou seja, na medida que o Outro "ignora" o tempo chamar, vai produzindo falhas no tempo do ser chamado, o que inevitavelmente compromete o se fazer chamar, tempo da instituição da fala.

Essas falhas impedem o ponto surdo – silenciamento das vozes –, essencial para o nascimento do sujeito invocante, sujeito do desejo. Esse percurso – no qual o sujeito é silenciado pela ausência de resposta do Outro para que ele entre no tempo do ser chamado – é um dos caminhos tomados pela pulsão que podem provocar a melancolização do sujeito. Assim, é possível que emerja um sujeito melancólico frente às impossibilidades de entrada no simbólico, dada a ausência de resposta do Outro, encarnado nas figuras representantes do modelo de gestão.

A melancolização passa a ser um funcionamento face ao retorno da ausência de resposta ao grito primordial. Essa melancolização é apropriada pelo capital, vez que o sujeito, ao silenciar frente às vozes do Outro, do supereu tirânico, pode colocar em cheque a violência social e política da tirania dos modelos totalitários. Uma desmelancolização seria uma saída para o renascer do sujeito na existência ético-política, o que fatalmente

denunciaria o fracasso do modelo totalitário, sendo o adoecimento uma das formas do sujeito se afastar da angústia que essa tirania produz. Ao adoecer, um paradoxo se instala, vez que o tratamento é um caminho possível para o sujeito se relançar no circuito da invocação da pulsão e tornar-se invocante.

A evocação melancólica

Para tratar dessa discussão, usaremos partes traduzidas e adaptadas do texto publicado por Vivès (2006) "*L'avocation mélancolique*". Nessa parte, é nosso objetivo discutir a melancolização a partir dos chamamentos proferidos nos tempos da pulsão invocante, para em seguida articular a melancolização ao adoecimento pelo trabalho.

Nessa publicação, o autor diz que para o choro ou o grito se tornar um chamado é essencial o reconhecimento de que houve uma recepção do Outro. De um lado, há um transmissor que ainda se ignora como tal, a criança; do outro lado, um receptor, o Outro, que se posiciona imediatamente como tal. Esse receptor se transformará em um transmissor: o Outro, a mãe, que interpreta o choro como uma suposta palavra da criança que ela expressa desde o nascimento, e por isso a posiciona como suposto-falante. O autor, com base em Lacan (1964/1973), em "O Seminário, livro 11, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise", reafirma que a mãe, ao reconhecer esse choro, faz a suposição de que a criança quer dizer alguma coisa, algo que ela quer dizer para o mundo, momento em que se apresenta a definição do significante: o que representa o sujeito para outro significante. O grito da criança não representa o bebê para a mãe, caso em que estaríamos no registro do signo; ao contrário, o grito é um constituinte para todos os significantes futuros, sendo assim fundamental a resposta do Outro e a recepção que ele reserva ao choro puro.

Para o autor, é essa pessoa surda que foi incapaz de entrar no circuito da invocação da pulsão, mobilizando assim o funcionamento melancóli-

co. Essa surdez do Outro parece estar baseada em uma mudez. O Outro é mudo e, portanto, considerado surdo. Vale destacar que essa mudez não implica ausência de sons ou barulhos, mas de uma voz-resposta a um chamado direcionado pela criança ao Outro. Esse jogo de mudo-surdo é observado nas situações de trabalho, nas quais o modelo de gestão se expressa num discurso onde a voicificação do supereu se traduz num tempo em que há alguém que diz mas não fala, para um que ouve mas não escuta. É um jogo que remete o trabalhador ao tempo do grito primordial, que para além de ter uma resposta, num certo tempo, é sem resposta, sendo por isso uma marca melancólica constituinte do sujeito.

Para ilustrar, Vivès apresenta no seu texto alguns exemplos na clínica onde aparece o sujeito melancólico. Destaca uma paciente que vive, ao mesmo tempo, uma dificuldade de sustentar o silêncio na sessão, mas em sua casa polui o espaço sonoro com o burburinho contínuo causado pela televisão, passando longas noites em frente à televisão, de olhos fechados, "embalados" pelas vozes dos talk-shows. Segundo o autor, a paciente faz uma diferença extremamente precisa no seu relato sobre a audição do rádio, concentrando-se na questão do significado e da sua anestesia frente a televisão, em que apenas o farfalhar de vozes, fora de qualquer significado, parece contar.

Acreditamos que esse modo funciona como uma espécie de consolo para o silêncio da ausência de resposta do Outro. E nos perguntamos como esse barulho de vozes sem sentido é vivenciado nas situações de trabalho no Judiciário. É possível que o excesso de vozes proferidas pelo discurso da gestão bloqueia a suposição de resposta ao grito; ou seja, o jogo do mudo-surdo vivenciado nos ambientes de trabalho, pode mobilizar uma melancolização para enfrentar a angústia inevitável do grito puro, que jamais será entendido e interpretado completamente. Pensamos então que o discurso capitalista faz crer que esta resposta será escutada um dia, exercendo o papel da televisão que anestesia o sujeito e o conforta ao

escutar um burburinho que supõe ser o Outro que com ele fala e o escuta. Retomaremos esta discussão mais adiante.

Segundo Vivès, essa paciente encontra-se diante de clivagem entre o ouvir e o escutar, como Lacan aponta na clivagem que ocorre entre olhar e ver. Descreve que as memórias da paciente da sua relação com o mundo sonoro e o modo como ela investiu nas sessões permitem ao autor defender a ideia que a relação do melancólico com o outro primordial é marcada por um não-encontro. A paciente relata lembranças dos longos momentos que passou olhando para o teto enquanto esperava por sua mãe. A mãe lhe relatou que durante a sua infância a deixou, ainda um bebê, por horas, sozinha em casa, em sua pequena cama, na certeza de encontrá-la em seu retorno na mesma posição. Essas lembranças, reconstruídas no atendimento clínico, bem como as manifestações transferenciais, revelam esse hiato entre a fala e a voz.

Para Vivès, esse não-encontro – ou pelo menos um encontro problemático – entre a voz da criança e a palavra do Outro veiculada pela sua voz é algo que impossibilita formular uma demanda, uma exigência. Ao contrário do encerramento psicótico, a negação melancólica encontra expressão no registro da linguagem e acompanha o comportamento que se concentra no investimento à distância. A realidade, portanto, não é rejeitada, no sentido de que o sujeito nunca teria conhecido nada a respeito, mas faz com que o sujeito se identifique com o "restante" da operação que o constituiu e é marcado pelo significante "Nada", que agora caracteriza seu relacionamento com o outro. O restante está ligado à fala, sendo a voz a melancolia silenciosa. O silêncio não é o que vem para se opor à voz, mas à palavra. Isso é muito claramente demonstrado pelo silêncio de beicinho da criança. O silêncio é o que exemplifica de perto a voz como um objeto, introduzindo a dimensão da característica contínua dos objetos voz e olhar.

A realidade não é questionada em sua existência pelo melancólico, mas

sim o possível investimento nessa realidade é que se constitui problemático. A realidade, com tudo o que ela oferece, vale para os outros, não para o melancólico. Dizer que nada faz sentido e, portanto, nada vale a pena ser vivido, é negar que as coisas podem fazer sentido para si mesmo, reconhecendo não apenas sua existência, mas também o interesse e o prazer que eles deveriam trazer para os outros. Desconfiar das coisas por causa dos perigos que estas apresentam se associa à melancolia de um modo intensamente extremo, ao negar que tais coisas possam trazer qualquer prazer. Na melancolia não se deseja mais nada e se pede menos ainda.

A negatividade do discurso melancólico se expressa no fato de que há uma identificação com nada; seu portador se considera arruinado e despossuído de todos os seus bens. Está necessariamente em uma relação simbólica com um estado nostálgico que é suficientemente experimentado, para então rejeitar o que poderia ser apenas um mau caminho a percorrer. "A afirmação primordial", que precede o processo de negação e que possibilita a transformação do sujeito para uma condição de independência cada vez mais significativa em relação ao princípio do prazer, diz respeito ao sujeito melancólico.

Vivès lança a hipótese metapsicológica que, na origem dessa recusa de investimento, estaria a ansiedade do retorno da catástrofe que envolve o que restou de um relacionamento rompido. Tudo acontece como se o sujeito, ao se colocar entre o julgamento da atribuição e o julgamento da existência, não pudesse experienciar suficientemente a resposta do Outro, o que faria qualquer tentativa de ser escutado em vão e, de antemão, fadada ao fracasso. Na melancolia não há busca por uma experiência de satisfação renovável, o que podemos entender se retomarmos o texto de 1925, dedicado à Negação. Freud afirma que "originalmente, a existência de representação já é uma garantia da realidade dos representados" (FREUD, 1925/1992, p. 34). Na ausência de representações adequadas, o objeto não pode ser investido pelo sujeito melancólico. Após o julgamento

da atribuição, é o julgamento da existência que se relaciona com a possibilidade de encontrar a coisa na realidade. Freud relaciona essa categoria de julgamento a um interesse do ego que leva em conta a realidade, em comparação a um ego que antes tendia a manter a economia narcisista:

> A outra maneira de agir da função de julgamento diz respeito à existência real de uma coisa representada, é um interesse do eu real que se desenvolve a partir do auto-prazer inicial (exame da realidade). Agora não é mais uma questão de saber se algo percebido (uma coisa) deve ser bem-vindo ou não no *self*, mas se algo presente no self como representação pode ser encontrado na percepção (realidade). [...] A experiência ensinou que não é apenas importante saber se uma coisa (objeto de satisfação) tem a propriedade 'boa', portanto merece o acolhimento no ego, mas ainda assim saber se está lá no mundo exterior para que possamos agarrá-lo se necessário. (FREUD, 1925/1992, p. 34).

Essa noção de interesse que caracteriza o eu real, que implica que o eu real é guiado pelo prazer, nos permite compreender que a melancolia, que justamente declara não ter interesse em nada, se encontraria na impossibilidade de fazer este trabalho do julgamento da existência. A melancolia, por não ter encontrado na percepção o que existia no ego, abandonaria o campo do desejo. Como a ilusão representativa está faltando, a melancolia se esforça para superar essa falta de imaginação – e, portanto, de desejo –, negando vigorosamente tudo o que parece ser mentira e mentira de uma verdade encontrada muito cedo: a da ficção irredutível, como expressou a paciente numa sessão: "viver na ilusão ao invés de morrer"!

Para Vivès, o sujeito melancólico é aquele que ao gritar silenciosamente é capaz de falar. O chamado desse sujeito a-de-vir, seja pelo analista ou por outros, para que se torne invocante é possível na suposição de que há uma pessoa não surda que pode escutá-lo e levá-lo, além do choro silencioso que o invade, a "se fazer escutar".

Essa proposição é articulada pelo autor com a análise do processo melancólico realizado por Freud em "Luto e Melancolia" (1915/1994a) e

"Neuroses de Transferência" (1915/1994b). Para dar conta do mecanismo envolvido na melancolia, neste texto, Freud, argumenta que "o luto do pai original vem da identificação com ele, e demonstra que essa identificação é a condição do mecanismo melancólico" (FREUD, 1915/1994a, p. 67). Se parece que na melancolia se está vivo, não está, já está morto como identificado com o Urvater (o pai da pré-história). Se seguirmos a intuição freudiana em todo o seu rigor, isso implica que, enquanto os assassinos a quem vamos, graças ao trabalho de luto, lançar as estacas da sublimação, o melancólico não consegue digerir o ato e deixa de comer o pai morto; fica então, ruminando. A voz melancólica está de luto, sem palavras. Sua queixa, então, aproxima-se da "*aia*" ou "*ied*", intraduzível, proferida pelo trágico herói nas profundezas de sua aflição. "Mais morto do que vivo", o melancólico está sujeito a este remanescente do pai original que é a voz. Isso permanece na origem do supereu, que sujeitará o eu melancólico às injunções mais ferozes. De fato, como Freud nos diz, "esse pai da infância, todo-poderoso [...] (quem), quando é incorporado à criança, torna-se uma força psíquica interna a que chamamos supereu" (FREUD, 1925/1994, p. 68) – "força psíquica" que se manifestará na forma de uma voz. A partir daí, o melancólico seria aquele que comemora, eternamente, o momento do nascimento – interrompido em seu caso – do sujeito em sua relação com a voz do Outro. A melancolia seria, então, o porta-voz do Outro, sem poder jamais se tornar o porta-palavra.

O sujeito melancolizado pelo trabalho morto

O porta-voz que se constitui no jogo do mudo-surdo é uma realidade no ambiente de trabalho, especialmente no Judiciário. Sujeitos melancólicos têm sido largamente produzidos. Uma melancolização advinda da ausência de resposta do Outro que faz o trabalhador reviver o resto não simbolizável do grito primordial, bem como da falta de luto do pai assassinado, que se torna essa figura super poderosa incorporada pela identifi-

cação, tornando-se a voz do supereu.

Esta melancolização encontra-se não só na base do adoecimento pelo trabalho, mas na base de diversas patologias, incluindo o suicídio. Escutamos constantemente dos pacientes da nossa clínica que "nada faz sentido e, portanto, nada vale a pena ser vivido". Como mencionamos, na melancolia não se deseja mais nada e se pede menos ainda. Essa é uma ideia central para discutir em seguida a relação entre melancolização e adoecimento pelo trabalho. Essa ideia é mediada pelas vozes do trabalho e seus chamados ao sujeito e, de forma particular, a voz do supereu.

Esses chamados são estudados por Mendes (2018), que trata da invocação da pulsão nos contextos de trabalho capitalista.

A autora propõe dois tempos para o circuito da invocação da pulsão no trabalho: o insistir e o resistir-desistir. No tempo resistir-desistir, a pulsão atende ao comando tirânico do supereu: Goze!!, traduzido em "satisfaça sua pulsão a qualquer custo". O sujeito se constitui pela demanda ("desejo" encantado), sedução das promessas do capital de ter mais e com isso ser mais, caindo na armadilha do canto da sereia. É atraído pela sonoridade da promessa que remete à ideia de satisfação plena e absoluta da pulsão. Esse encanto é da ordem do registro do imaginário, é um lugar ocupado pelas ilusões e desilusões frente ao real. Aí se constitui o sujeito do trabalho, invocado pela subalternidade do seu desejo ao desejo do Outro, além da subalternidade sócio-histórica.

De modo específico, nesse tempo há um excesso da presença do Outro e uma luta é travada para não atender ao seu desejo. A demanda é a voz do desejo do Outro que traz a satisfação pulsional ao ser atendido o imperativo: Goze e cale-se, ou seja, o sujeito se satisfaz ao existir para este Outro, cedendo a ele o seu desejo, constituindo-se como um sujeito invocado. A demanda trabalha pelo sujeito, ou seja, resistir e desistir é abrir mão do trabalho do sujeito, do seu desejo. Nesse tempo, o trabalho vivo sucumbe

ao trabalho morto produzido pelo capital. Nesse tempo, um sujeito melancólico pode se fazer emergir.

No tempo insistir, a pulsão invocante tem como destino sublimação. É a possibilidade de resgatar o trabalho do sujeito, boquiaberto frente às ilusões e desilusões do real do trabalho. A insistência remete à ética do desejo pensada por Lacan no "Seminário 7 – A ética da psicanálise" (1959-1960/1988). Pensamos ser a ética no trabalho do sujeito a força motriz questionadora do querer, poder e dever do sujeito frente ao real, que é sempre da ordem do inesperado. De algum modo, significa viver a falta implicada no desejo e o vazio da impossibilidade de dar conta do real. É uma ética que não cede ao gozo, especialmente o mais-de-gozar demandado no discurso do senhor como saída para a angústia de castração.

Para Lacan (1959-1960/1988, p. 141), "a sublimação eleva um objeto à dignidade da Coisa". A coisa é da ordem do irrepresentável na experiência de satisfação, é da ordem da pura falta, do vazio. A sublimação se liga ao desejo, impulsionador da criação, e como tal implica no trabalho do sujeito. Esse é causa do desejo, produz um enigma, coloca o sujeito no lugar do vazio.

O trabalho como criação – trabalhar –, como fazer, como insistência ao inevitável e inesperado encontro com o real. Esse trabalho, que é o trabalho do sujeito, se enlaça no discurso de produção de saber. Saber que não é redutível, é infinito. A cada encontro com o fazer, o trabalhador se depara com o inesperado. É só fazendo que se sabe que faz. Esse inatingível e intraduzível é causa da insistência frente às vozes do supereu e o imperativo do gozo que permite a fala ao se ensurdecer estas vozes. Assim, o trabalho do sujeito possibilita a aproximação da satisfação do desejo no circuito da invocação. Isso significa que a sublimação é a renúncia ao gozo, ou seja, uma satisfação faltosa, no vazio da inexistência de objetos e objetivos que satisfaçam a pulsão. A pulsão nunca será totalmente satisfeita; sem essa falta a sublimação não é possível. Implica o luto do objeto,

aceitando a impossibilidade de tê-lo, sem negar que este mantém a sua beleza.

A insistência remete ao sujeito invocante. É uma potência para existência ético-política. Tem lugar num trabalho onde seja possível improvisar, criar e exercitar a experiência de si frente a um apelo mais cantante, uma voz como da poetisa, do supereu pacificador, uma voz que canta e não encanta. Encontra-se no registro do simbólico para fazer frente ao real. É a fala que faz o sujeito se fazer chamar e se desboquiabrir frente às vozes tirânicas que o constituíram como sujeito invocado. Na insistência, sublimação e emancipação se encontram, é o lugar do sujeito suposto.

Esse tempo do Insistir, na maioria dos contextos de trabalho capitalista, implica em enorme trabalho para o sujeito, vez que exige um luto permanente das ilusões produzidas pelo capital, pelo mundo dos objetos encantados e jamais possíveis de serem obtidos. Sem possibilidade de luto, dada a voicificação do supereu, tanto estudado por Freud como por Lacan, ou seja, o supereu como a incorporação do pai superpoderoso quanto como o imperativo do gozo, que retratam o "poder fálico", é instituída uma onipotência, ao nosso ver amplamente vivenciada no contexto do trabalho judiciário. Tudo é feito para manter a ilusão e o sujeito mais morto que vivo. A melancolização sustenta essa ilusão e se mantém pela falta de espaço da fala pela simbolização. Todos podem se transformar em porta-voz que ora adoecem pelo trabalho ora fazem adoecer, ou seja, entram no jogo do mudo-surdo, veiculado pelos modelos de gestão produtivista e pautados na ideologia da excelência. Essa melancolização, além de se articular com o adoecimento, também é perniciosa para construção dos laços sociais pautados na desconfiança de que jamais serão escutados; logo, calar é a saída. Nesse silêncio gritante, um sofrimento é vivenciado e encontra-se na base de muitos casos de adoecimento pelo trabalho.

Desse modo, consideramos a melancolização como um funcionamento que se articula ao tempo do Resistir-Desistir da pulsão invocante no

trabalho estudado por Mendes (2018). Nesse tempo do circuito, a única saída para a pulsão é atender o imperativo do supereu: "Trabalhe e cale-se"!! Esse imperativo remete ao jogo do mudo-surdo, que forja o sujeito melancólico. Pela ausência de resposta do Outro, uma ilusão é criada e o trabalho do luto torna-se impossível pela falta de simbolização. O sujeito existe como porta-voz, sem fala, logo, cala e assim o silêncio gritante opera para o adoecimento.

Mais morto que vivo

Com base no exposto, seguimos articulando algumas ideias para tentar demonstrar, de modo mais específico, a relação entre a melancolização e as injunções do supereu. Por exemplo, uma comunhão é estabelecida entre a voz dos assediadores e a voz primordial do supereu tirânico. Observa-se na clínica, na maior parte dos pacientes, uma voz sem afeto. Uma voz incapaz de sustentar a condição essencial da invocação do sujeito. Isso significa que a voz como objeto pulsional pode perder sua força nos contextos de trabalho, onde o modelo de gestão é marcado pela desconfiança, negação da realidade e impossibilidade de circulação da palavra. Os imperativos exigem uma comunhão, não apenas chamados, produzindo assim sujeitos da demanda, sujeitos da prescrição, sujeitos evocados. É um discurso constituído pelo par ouvir-dizer e não escutar-falar.

Nessa perspectiva, a melancolização que adoece é uma condição social patogênica, na qual o trabalhador é o porta-voz que denuncia o silêncio que mantém o bloqueio do circuito da invocação da pulsão, vencendo o tempo do resistir-desistir que se articula ao gozo pela voz tirânica do supereu. Não há, pois, espaço para o insistir, o desejo como possibilidade de sublimação da pulsão e constituinte da existência ético-política do sujeito.

No imperativo "Trabalhe e cale-se" existe, ao mesmo tempo, o excesso e a ausência da resposta do Outro; ou seja, não vai adiantar gritar porque não haverá escuta. Segundo Mendes (2018), essa voz do supereu tirânico

deixa o sujeito na condição de boquiaberto no seu silêncio gritante. Para a autora, isso se dá pelos artifícios do discurso capitalista colonial que usa dispositivos como a negação da realidade, a ilusão, a anedotização, o fatalismo, a diversão, entre outros, para colonizar o sujeito e o trabalho vivo.

Ainda para a autora, o trabalho do sujeito é morto. O trabalho morto toma o lugar do trabalho vivo. Na melancolização há uma coabitação, a nosso ver necessária aos preceitos do capital, entre os modos perversos de gestão e o mais-de-gozar como único destino possível da satisfação da pulsão. O discurso e práticas de gestão, também articulados ao discurso ultraliberal, e aí a um "sujeito liberal", podem construir, de modo muito sofisticado e sutil, culturas e ideologias totalitárias, tirânicas e exterminadoras.

Desse modo, a melancolização, como outras patologias, nasce em contextos em que são valorizadas a performance e a espetacularização dos produtos e serviços e não o saber fazer no real. O registro se dá no nível do imaginário e real; o simbólico tende a ser excluído, pela impossibilidade de fala. Isso se retrata na desqualificação do fazer que passa a ser critério para o reconhecimento como resposta possível ao grito primordial, ou seja, fracassar e adoecer é a saída para ser escutado como sujeito do desejo. São criadas demandas para o trabalhador impossíveis de serem atendidas, um dilema que paralisa o sujeito ao não ser capaz de sequer elaborar um demanda, pois, afinal, quem irá responder? Não existe esta possibilidade para o imperativo "Trabalhe e Cale-se". O sujeito é nada!

Essa melancolização é mobilizada em busca de um eu ideal. A radicalidade do imperativo do supereu "Goze!!" refere-se a um Eu ameaçado pela castração, pelo desamparo e por um insuportável vazio interior, sustentado no ideal de perfeição, na ilusão de ser capaz de controlar o real, na ausência de fala particularizada, um Eu comandado pelo "canto da sereia", uma injunção do supereu que mortifica o desejo.

E como a escuta psicanalítica pode curar o sujeito melancolizado pelo trabalho morto? A clínica, se ofertado um espaço suficientemente acolhedor, pode possibilitar ao sujeito repetir a experiência de ser escutado, para que, em um segundo momento, tenha condições de correr novamente o risco de se fazer ser escutado sem temor. Na nossa prática, o sujeito melancólico, especialmente as vítimas de assédio moral, precisa desse espaço para se curar, vez que, muitas vezes, fica sem saídas, dadas as impossibilidades do trabalho vivo em alguns contextos organizacionais.

Essa experiência é viável por meio da transferência, que invoca o sujeito para arriscar que seu chamado não reverbere no ouvido de um Outro que é surdo. O desejo enigmático do analista é, então, supor o sujeito do desejo – sujeito que é o desejo de tornar-se. Significa que o sujeito-suposto-saber seria então entendido como um sujeito que deveria saber que existe um sujeito e, portanto, o chama para advir. Isso implica que o próprio psicanalista, além da "escuta", característica da sua função, em certos momentos deve "ser escutado", ou seja, o aforismo freudiano que Lacan tem traduzido constantemente como "Onde estava, devo ir" se aplica ao caso do melancólico, como: "Onde só posso gritar silenciosamente, devo poder falar". Essa suposição é essencial para o tratamento. O grito silencioso, no qual o objeto da voz é revelado, deve ser velado pelo dom da fala. Significa que o analista atende a chamada de interpretação do paciente, permitindo a este último ocupar uma posição de invocação, isto é, o paciente faz a suposição de que há uma pessoa não surda que pode lhe escutar e levá-lo, além do choro silencioso que o invade, a falar. Aí nasce o porta-fala no lugar do porta-voz.

Assim, a escuta clínica contribui para a desmelancolização do sujeito adoecido. De um modo indireto, o reposicionamento dos trabalhadores após o tratamento bem como as reverberações da sua fala mobilizam reflexões sobre as patogenias dos contextos organizacionais modernos. Futuros estudos em Psicopatologia Clínica do Trabalho e o aprofundamento

das reflexões aqui apresentadas sobre a melancolização são importantes para revelar os artifícios e a ocultação das relações de dominação e possibilitar a análise pelos trabalhadores da sua posição subjetiva, ética e política frente às tiranias das injunções do supereu nas vozes proferidas pelo discurso capitalista colonial-digital.

Referências:

FREUD, S. (1925). O eu e o id. *In*: FREUD, S. **Obras completas** de Sigmund Freud. v. XIX. Paris: P. U., 1994, p. 163-187.

FREUD, S. (1915). Luto e melancolia. *In*: FREUD, S. **Obras completas** de Sigmund Freud. v. XIII. Paris: P. U., 1994a, p. 261-280.

FREUD, S. **Manuscrito inédito de 1931**. São Paulo: Blucher, 2017. (Edição bilíngue)

FREUD, S. (1925). A negação. *In*: FREUD, S. **Obras completas** de Sigmund Freud. v. XVII. Paris: P. U., 1992, p. 165-171.

Freud, S. (1915). Neuroses de transferência. *In*: FREUD, S. **Obras completas** de Sigmund Freud. v. XIII. Paris: P. U., 1994b, p. 300.

FREUD, S. (1915). A pulsão e suas vicissitudes. *In*: FREUD, S. **Obras completas** de Sigmund Freud. v. XIII. Paris: P. U., 1994c, p. 163-187.

LACAN, Jacques (1959-1960). **O Seminário, livro 7**: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LACAN, J. (1964). **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Paris: Seuil, 1973.

MENDES, A. M. **Desejar, falar, trabalhar**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

MENDES, A. M. *et al*. Do sujeito invocado ao sujeito invocante: a violência no trabalho como recusa do desamparo. *In*: FARAH, B. (org). **Assédio moral organizacional**: novas modalidades do sofrimento psíquico nas empresas contemporâneas. São Paulo: Editora LTR, 2016. p. 135-144.

VIVÈS, J. M. Dévoilement, révélation et voilement de la voix. Enjeux invocants de la médiation thérapeutique utilisant la musique. *In*: VINOT, F. (org.). **Les médiations thérapeutiques par l'art**: Le Réel en jeu. Toulouse: Eres, 2014a. p. 263-281.

VIVÈS, J. M. L'avocation mélancolique. **Cliniques méditerranéennes**, v. 73, n. 1, p. 303-317, 2006.

VIVÈS, J. M. **La pulsión invocante sur la scènebeckettienne ou "Qu'est-ce que s'entendre?**". Literatura e Sociedade, vol. 0, n. 18, p. 98-110, 2014b.

VIVÈS, J. M. Para introduzir a questão da pulsão invocante. **Revista Latinoamericana de Psicologia Fundamental**, v. 12, n. 2, p. 329-341, 2009.

VIVÈS, J. M. Pour introduire la notion de point sourd. *In*: BENTATA, H. **Écoute, ô bébé, la voix de ta mère**: La pulsion invocante. Toulouse: Eres, 2015. p. 91-107.

VIVÈS, J. M. **A voz na clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

Entre necessidade e liberdade; entre o somático e o psíquico: o trabalho

Felipe Castelo Branco[1]

O trabalho como necessidade e penitência

No conhecido mito grego relatado por Hesíodo, ao desrespeitar a hierarquia cosmológica entre os deuses e os homens, devolvendo aos homens o fogo que lhes havia sido subtraído, Prometeu provoca uma fúria sem precedentes em Zeus, o senhor do Olimpo. A penitência preparada por este último contra a ousadia prometeica consistia em castigar, não apenas o próprio Prometeu, mas seus protegidos, os humanos. O castigo de Zeus contra os homens é cumprido em três partes. Zeus não apenas esconde dos humanos o fogo, deixando-os suscetíveis ao frio e à escuridão. Ele igualmente envia à terra a bela Pandora, sedutora criação dos deuses e portadora de uma caixa em que cada um dos membros do Olimpo introduziu aquilo que considerava a maior das infelicidades: dores, fadiga, miséria, pestes, doenças etc., de modo que a presença de Pandora, e a abertura acidental de sua caixa, interrompe a vida de plenitude e felicidade que os humanos levavam até então. Junto a essas duas punições terríveis, Zeus aplica sobre a espécie humana mais um pesado castigo: o trabalho. Até então, os alimentos brotavam da terra espontaneamente e serviam aos seres humanos a qualquer momento de suas vidas. Para atacar Prometeu, Zeus esconde os alimentos dos homens, obrigando-os a trabalhar para extrair os alimentos da terra.

> É que os deuses esconderam o sustento dos homens; senão trabalharias apenas um dia para colher o susten-

1 Psicanalista. Professor de Filosofia Política no departamento de Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Filosofia pela PUC-Rio e doutor em Psicanálise pela UERJ. Membro do Corpo Freudiano, seção Rio de Janeiro.

> to para o ano todo sem nada mais fazer; Logo, colocarias o timão sobre a lareira, e findaria o trabalho dos bois e das pacientes mulas. Mas Zeus escondeu teus víveres quando, com a alma encolerizada, se viu enganado por Prometeu de pensamentos tolos (HESÍODO, 2002, p. 87).

No cenário mítico do mundo grego antigo, o trabalho representa um castigo de Zeus aos homens. Trata-se de uma condenação que atinge o ócio e a sublimação que antes eram livremente acessíveis a todos os homens; uma condenação que recoloca os humanos em seu lugar natural de seres finitos, obrigados a semear a terra para se alimentar, assim como são obrigados a semear o ventre de uma mulher para se reproduzir. O ócio e a liberdade permanecem reservados apenas aos deuses. Aos homens, o trabalho se torna uma necessidade e uma penitência. Mesmo assim, ainda no mundo grego antigo, a estrutura social da polis de Platão e Aristóteles possui uma especificidade que é reiteradamente louvada nos escritos desses dois filósofos: de certa forma, o ócio e a sublimação são recuperados e se tornam acessíveis aos homens, embora restritos a um pequeno grupo de humanos. Isso porque a execução do trabalho social necessário permanece função dos escravos, de modo que a escravidão libera uma pequena parcela de homens gregos livres das obrigações laborais, permitindo que esse grupo cultive o tempo livre necessário para viver uma vida dedicada à arte, à ciência, à filosofia e à política. A liberdade é inimiga da necessidade.

Aparentemente, no entanto, essa polaridade clássica entre necessidade (trabalho) e liberdade (ócio) recebe um novo incremento na modernidade europeia. Embora o trabalho produtivo e socialmente necessário continue sendo eminentemente de responsabilidade de uma classe – liberando as outras classes das tarefas laborais –, a noção de trabalho se torna central para a autocompreensão das sociedades europeias modernas e passa a ser entendida como uma atividade essencial à vida humana. A modernidade passa a enxergar o trabalho como uma necessidade dos homens, mas igualmente como um instrumento de libertação. Hegel, por exemplo,

entende o trabalho como algo que conecta a humanidade à natureza, ao mesmo tempo moldando a Natureza segundo suas necessidades, e modificando a humanidade em sua organização, na intenção de dominar o mundo dado. O trabalho do escravo – que em um primeiro momento dialético permanecia a serviço das necessidades do senhor – será condição para que ele assuma definitivamente uma posição de agente histórico.

A sublimação, o somático e o psíquico

A psicanálise, inscrita no seio da modernidade e de sua ética do trabalho, posiciona o trabalho em um lócus central ao psiquismo. O conceito de pulsão – que representa o móbil fundamental da vida psíquica – é caracterizado por Freud como uma "exigência de trabalho [*Arbeitsanforderung*] feita ao psíquico como resultado de sua conexão ao somático [ou corporal]" (FREUD, 2010, p. 84-85). Portanto, a pulsão é essencialmente uma forma de trabalho. Trata-se de uma atividade laboral própria ao campo psíquico, imposta pelas necessidades orgânicas. O fato do mundo psíquico jamais se desligar dos imperativos corporais imprime sobre a pulsão um caráter de necessidade – como afirma Freud (2010, p. 82-83), "a melhor forma de caracterizar a moção pulsional é a 'necessidade' [*Bedürfnis*]" – que exige resposta imediata. Essa resposta assume a forma de um trabalho psíquico em que se estabelece um fim provisório (ou, mais precisamente, parcial) à dinâmica da necessidade pulsional. Por sua vez, essa finalidade parcial diz respeito à satisfação pulsional. A satisfação é o horizonte do trabalho pulsional. A pulsão, portanto, é um conceito que se inscreve entre o somático e o psíquico e que coloca em trabalho uma busca de satisfação libidinal (tributária do caráter de necessidade da pulsão) mediante a eleição de um objeto contingente capaz de operar como fonte de prazer e descarga de excitação. Contudo, ao apresentar a conceitualização da pulsão, Freud reconhece existir uma dimensão em que o próprio circuito pulsional se "liberta" de sua dimensão de necessidade, atingindo

outra modalidade de satisfação.

Essa espécie de "desvio" em relação à tradicional busca de satisfação sexual pulsional é chamada de sublimação da pulsão por Freud. Em sua dimensão sublimatória, a pulsão não permanece refém do trabalho de busca de um objeto sexual de satisfação. A sublimação corresponde a um percurso da energia da pulsão (libido) que se torna provisoriamente livre (isto é, dessexualizada) para criar "mundos possíveis", através de atividades como a arte, a literatura, a filosofia, a política etc. Portanto, através da sublimação, a pulsão se inscreve parcialmente fora do reino da necessidade e do trabalho de investimento da libido que nos conecta ao mundo. Assim, a sublimação possibilita um manejo particular do objeto pulsional, extraindo-o de sua realidade mundana (de objeto de satisfação sexual). Retirado do "mundo das coisas", isto é, do contexto de um continuum utilitário de objetos doadores de satisfação das vontades humanas, o objeto perde seu próprio estatuto "objetal" – conforme afirma Lacan (1986), ele é elevado ao estatuto da Coisa. Eis a escolha forçada a que nos conduz a sublimação: ou bem desligamos os laços (sexuais) que nos conectam ao objeto – e passamos a encontrar no objeto outra coisa que sua satisfação ou utilidade, talvez uma "inutilidade valiosa" – ou recriamos esses laços, reconhecendo a condição de satisfação parcial do objeto – e assim abandonamos, de modo geral, o livre ato criativo, permanecendo na dimensão da necessidade. O fato é que, nesse contexto, a sublimação impõe à criação o rearranjo dos modos de ligação pulsional ao objeto. Esse rearranjo dos modos de ligação ao objeto atingiu um ponto radical nas vanguardas modernistas do campo artístico no século XX, culminando no desejo de destruição do próprio objeto da necessidade, em seu caráter utilitário. As palavras de Paul Klee, também em 1915, são absolutamente elucidativas a respeito dos caminhos dessa destruição: "Mais esse mundo é aterrorizante hoje, por exemplo, mais a arte se faz abstrata, enquanto um mundo afortunado suscitaria uma arte imanente" (KLEE *apud* KAUFMANN,

1999, p. 222). Ora, essa dissolução do objeto no campo da arte abstrata é também, segundo a perspectiva de Klee, uma retirada do interesse pelos objetos do mundo da necessidade, em direção a uma "libertação" do mundo dos objetos, tal como ele nos é dado. Não se trata de um fechamento da arte sobre si mesma, numa espécie de solipsismo radical, mas trata-se de uma reconfiguração sublimatória das possibilidades de laço com o mundo dos objetos, da necessidade e das mercadorias.

No entanto, a própria pesquisa psicanalítica raramente se perguntou sobre as condições políticas e econômicas facilitadoras da transformação do trabalho pulsional em sublimação. Nem mesmo para se interrogar se estas condições existem. Por que não interrogar, por exemplo, se uma generalização da potência sublimatória e a transformação do trabalho pulsional não permanece articulada a uma transformação social do trabalho? Essa é a interrogação que motiva esse breve artigo.

O reino da necessidade e o reino da liberdade

Em uma ironia profundamente sádica, os nazistas alemães afixaram na entrada de diversos de seus campos de trabalhos forçados, a exemplo de Auschwitz, a inscrição *Arbeit macht frei* (literalmente "o trabalho liberta"), extraída da obra do escritor Lorenz Diefenbach, defensor da moderna "ética do trabalho", que compreendia que todos, mesmo os farsantes e ladrões, poderiam alcançar a virtude e a liberdade através do trabalho duro. No entanto, o que talvez seja o mais incômodo no uso macabro desta sentença no umbral de um campo de trabalhos forçados – igualmente para nós que permanecemos fora daqueles campos –, seja o fato de que essa desprezível ironia carrega consigo a evidenciação obscena de uma promessa impossível, mas que é típica do modo de produção capitalista: no fundo, sob o capitalismo, todo trabalho é forçado; mas algo nos oferece a esperança de que um dia nos libertaremos do trabalho tortuoso a que somos submetidos, enquanto nutrirmos a fé de que a atual necessidade do

trabalho nos conduzirá a um reino da liberdade. Essa esperança na ética do trabalho ("o trabalho liberta"), que nos mantém resignados e esperançosos de que um dia a necessidade se converterá em liberdade, revelou-se em toda sua obscenidade ao ser prometida a prisioneiros que, como já era previsto, ao fim e ao cabo seriam mortos na mesma escala industrial em que foi praticado seu próprio trabalho. Como nos campos de concentração nazistas, a morte frequentemente é responsável por interromper a espera que os trabalhadores no capitalismo nutrem em relação à fé de que um dia encontrarão a libertação através do trabalho duro.

Para Marx, como pensador da modernidade, o ato de trabalhar é igualmente condição da existência humana; o trabalho é uma espécie de metabolismo que se produz entre o homem e a natureza, de modo a produzir valores de uso, isto é, de modo a apropriar-se da natureza a fim de transformá-la e fazê-la responder às necessidades humanas. No entanto, é importante notar que essa concepção implica em admitir que, enquanto tal, o trabalho – como conceito e como forma – permanece independente das formas sociais que ele assume historicamente, transcendendo (como atividade humana essencial) as organizações sociais e produtivas de cada época. O capitalismo, como uma organização produtiva da sociedade, forçou o trabalho a se expressar em uma dupla forma: como trabalho concreto e como trabalho abstrato. A dimensão concreta do trabalho diz respeito a essa face do trabalho, essencial à vida humana, que produz valores de uso (sua face de transformação e de conexão humana com a natureza). Porém, o capitalismo se apropria desta primeira dimensão, produzindo uma face abstrata do trabalho, que consiste em mobilizar a força humana produtiva e submetê-la à finalidade primordial do capital: gerar mais-valia. O trabalho humano passa a ser pago, não por aquilo que produz individualmente, tampouco pelas habilidades específicas do trabalhador, mas pela quantificação do trabalho, isto é, pelo tempo de trabalho. Remunera-se, portanto, uma "jornada de trabalho", isto é, a mobilização social da mão

de obra que permanece disponível à produção capitalista por períodos de tempo: o trabalho concreto é transformado em trabalho abstrato, isto é, em emprego assalariado da força de trabalho. Nessa configuração estrutural, o trabalho se converte no único meio de subsistência que o trabalhador possui, porquanto ele vende seu trabalho no mercado de trabalho: a força de trabalho converte-se em uma mercadoria, geradora de valor, que pode ser vendida a outrem[2]. Deste modo, a classe trabalhadora não é definida, em Marx, por certo nível de renda ou cultura; mas por representar um grupo de pessoas que é obrigado a vender a outrem sua força de trabalho para viver, na medida em que o salário – o pagamento pela venda do trabalho como mercadoria – é a única renda a que a classe trabalhadora tem acesso estruturalmente. E mesmo que estejam subempregados, desempregados ou trabalhando na informalidade, esse grupo permanece dependente dessa condição que caracteriza a classe trabalhadora proletarizada: a venda da força de trabalho.

Contudo, além de vender sua força de trabalho como meio de subsistência, a classe trabalhadora proletarizada se define igualmente pela ausência de propriedade dos meios necessários para realizar a produção de mercadorias (de acesso exclusivo da classe capitalista)[3]. É nesse sentido

2 Marx compreende que, nesse sentido, o trabalho produtivo regular, convertido em emprego, transforma o produto do trabalho humano em estranhamento, em algo externo ao produtor. Em Marx, a expressão *Entfremdung* corresponde ao estranhamento do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho. "A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, o capital" (MARX, 2010, p. 80-81). O trabalhador é alienado dos frutos de seu trabalho, e esse estranhamento diz respeito a um sentimento de falta, de incompletude que a satisfação das necessidades humanas através do trabalho enfrenta como resultado da conversão do trabalho humano em trabalho abstrato assalariado: "quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; [...] quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna" (MARX, 2010, p. 82).

3 Eis a própria definição da sociedade capitalista e de seu modo de produção para Marx: sua organização social se baseia na separação radical entre os chamados "fatores de produção" (os meios necessários para a produção de mercadorias) e a força de trabalho (o trabalhador). Na medida em que os trabalhadores não são os proprietários dos meios de produção com o qual trabalham, seu "trabalho livre" se encontra na dependência dos capitalistas, que são

que a classe capitalista se caracteriza estruturalmente por ser detentora dos instrumentos produtivos (fábricas, máquinas, terra etc.) e fontes de formação e valorização de capital (empregados assalariados, especulação financeira); portanto, "estão excluídos da classe trabalhadora os gestores de capital, que são parte constitutiva da classe dominante, pelo papel central que têm no controle, na hierarquia, no mando e na gestão do capital e de seu processo de valorização, bem como pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural, que é detentora – ainda que em menor escala – dos meios de sua produção. Estão excluídos também aqueles que vivem de juros e especulação [financeira]" (ANTUNES, 2018, p. 91). Para a classe capitalista e para a classe trabalhadora, são acessíveis dimensões intrinsecamente distintas do mesmo modo de produção capitalista. A classe capitalista tem acesso ao mercado no qual se produz e pelo qual circula o capital, dimensão que depende da compra de força de trabalho e venda de mercadorias. Por sua vez, a classe trabalhadora tem acesso exclusivamente ao mercado de trabalho, em que ela vende força de trabalho e o salário opera como remuneração por essa venda, mas no qual o capital está inacessível (porque não se acumula capital através da venda da força de trabalho assalariada).

os proprietários desses meios. Essa "conjunção" (Althusser) entre força de trabalho livre e posse dos meios de produção, forma o trabalho assalariado. "Na realidade, [...] o que o salário compra é a capacidade de trabalhar e, portanto, a renúncia precisamente ao *trabalho próprio* [destaque feito por mim]. Quer dizer: o que é pago pelo trabalho é a disposição para trabalhar com meios de produção alheios e, portanto, [o capitalista] paga a renúncia a todo direito de propriedade sobre os resultados desse trabalho, que, evidentemente, pertencerão ao dono 'legítimo' de todos os meios de produção, tanto as máquinas quanto as matérias-primas (porque ele as comprou), assim como do trabalho empregado (porque quem realizou esse trabalho o fez empregado por ele)" (LIRIA; ZAHONERO, 2018, p. 119). Em um modo de produção distinto do capitalismo, em que cada um é capaz de trabalhar – em cooperação – com seus próprios meios de produção, cada trabalhador é forçosamente o proprietário do produto de seu próprio trabalho (e, portanto, não há razão estrutural para haver trabalho assalariado ou venda de força de trabalho): "Wakefield descobriu que nas colônias [europeias], ter a propriedade do dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção não confere a um homem a condição de capitalista se falta o complemento essencial a essas coisas: o trabalhador assalariado, o outro homem que é compelido a vender a si mesmo livremente. Ele descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas mediada pelas coisas" (MARX, 1990, p. 932).

Nessa relação entre classes que é o capitalismo, a classe detentora dos meios de produção tem necessidade da compra de trabalho remunerado por tempo de trabalho, na medida em que apenas deste modo está assegurada a extração de mais-valia do ato produtivo, ou seja, de uma quantidade de tempo de trabalho não pago suposto no valor final do salário (mesmo que esse trabalho tenha produzido valor, que será apropriado pelo capitalista e transformado em lucro) e que é condição para a produção de capital (e da manutenção do próprio sistema). É nesse sentido que o capitalismo se apropriou da necessidade humana de trabalhar e estruturou uma sociedade de classes. O interesse do capitalista, em última instância, não é efetivamente na mercadoria produzida ao final do processo de produção – muitas vezes ele é apenas um participante ou acionista na empresa –; seu interesse é na aceleração da produção, de modo a produzir mais mercadorias durante a mesma jornada de trabalho de seus empregados (mais-valia) e a custos cada vez menores. Em suma, o capitalista está interessado em manter as máquinas funcionando e os trabalhadores trabalhando de modo que ele possa extrair o máximo de mais-valia, a fim de potencializar o crescimento de seu empreendimento e de seu capital.

Há, porém, ainda outro importante efeito do trabalho abstrato assalariado sob o capitalismo. Com o surgimento do proletariado e sua necessidade de vender sua força de trabalho para sobreviver, surge igualmente o desemprego. O desemprego é uma criação do capitalismo. O desemprego emerge na medida em que, apartando os trabalhadores de seus meios de subsistência, forma-se uma população incapaz de encontrar uma forma de empregar sua força de trabalho que viabilize sua sobrevivência. Estudos mostram que após o fim da Segunda Guerra Mundial, a taxa de desemprego das economias desenvolvidas orbitava em torno de 1% a 2% da população.

> Hoje, o Federal Reserve considera ser de 5,5% a taxa ótima de desemprego a longo prazo – mais do que dobrando os níveis do pós-guerra. Nos Estados Unidos,

> a porcentagem de homens que não estão trabalhando triplicou desde o fim da década de 1960 e a porcentagem de mulheres também cresceu, apesar de se iniciar em um nível muito mais alto. A proporção de pessoas empregadas caiu precipitadamente e a população excedente em geral tem crescido consistentemente nas décadas mais recentes (SRNICEK; WILLIAMS, 2016, p. 92-93).

Neste cenário, a automação – a adoção de máquinas e de tecnologia para a execução de trabalhos antes desenvolvidos por pessoas – corresponde a um dos principais fatores responsáveis pelo aumento crescente de desempregados, tornando-se cada vez mais seu principal fator. Frey e Osborne (2013) estimam que até 80% dos empregos atualmente existentes potencialmente poderão ser substituídos por sistemas automatizados já nos próximos 20 anos[4] e, mesmo que novas indústrias e novas formas de trabalho sejam criadas, a demanda por empregados é cada vez menor, na medida em que os atuais sistemas de automação possuem uma ampla gama de aplicabilidades que já cobrem boa parte dos postos de trabalho que têm surgido. Portanto, máquinas e robôs têm se tornado uma fonte importante de desemprego e estagnação de salários, ao mesmo tempo em que assistimos os lucros das corporações atingirem patamares de grandeza nunca antes vistos. A precarização das condições de trabalho em um mundo automatizado tem destruído a expectativa de surgimento de um mundo melhor, por meio do desenvolvimento da economia.

4 O que tem assustado o mundo do trabalho é o fato de que não apenas empregos que requisitam pouca qualificação, como o de transportador, soldador, empacotador ou motorista, já sejam executados exclusivamente por máquinas (e grandes empresas como a Amazon.com e a Walmart têm demitido funcionários em massa nos países desenvolvidos para empregar apenas funcionários robôs), mas que trabalhos que requisitam formação qualificada, como advogados e juízes, têm igualmente sido substituídos por robôs – como é o caso do robô ELI, em atividade no Brasil –, que tem extinguido postos de trabalho qualificados e tem superado em qualidade, rapidez e precisão o trabalho dos humanos no meio jurídico. Sobre o processo de automação total de empresas como a Amazon, consultar: https://www.tecmundo.com.br/mercado/131327-amazon-tem-100-mil-robos-autonomos-galpoes-video.htm. Sobre o robô ELI, consultar: https://veja.abril.com.br/tecnologia/advogados-sao-o-proximo-alvo-da-inteligencia-artificial/. Enquanto escrevia este artigo, assisti em um canal de TV a primeira reportagem jornalística totalmente produzida por inteligência artificial.

É preciso reconhecer, portanto, que as condições clássicas do pleno emprego já desapareceram. Além disso, a divisão internacional do trabalho no capitalismo industrial, que sempre nutriu uma relação desigual entre os países que representam os centros econômicos e os países periféricos do capitalismo, está se desfigurando. As regiões periféricas ou semiperiféricas (como o Brasil) da produção capitalista são caracterizadas por uma economia de base extrativista e por uma formação industrial composta fundamentalmente por trabalhos de baixo custo – pouco qualificados ou sem qualificação e de caráter subjugante –, que são transferidos para essas regiões do globo de modo a permitir que os países centrais se dediquem prioritariamente a tarefas ligadas à criação, inovação e tecnologia. Todavia, hoje essa divisão entre países centrais e periféricos tende a se tornar cada vez menos acentuada e evidente. Isso não tem acontecido porque a periferia passa cada vez mais a produzir trabalhos intelectuais e criativos, mas porque as formas precarizadas e informais de trabalho – desde há muito uma realidade comum na participação dos países periféricos no capitalismo produtivo – tem se tornado, em uma velocidade descomunal, uma condição constante também nos países do centro capitalista. O crescimento do desemprego estrutural tem lançado boa parte da população mundial ao trabalho informal e intermitente – trabalho cada vez mais útil à produção industrial, na medida em que o trabalhador informal (um vendedor ambulante, por exemplo) é forçado a continuar vendendo produtos da indústria formal (como cervejas e refrigerantes) sem pesar a esse setor com os custos que as garantias formais do emprego regular acarretam. Ou seja: a informalidade baixa os custos de produção e circulação.

A questão essencial é que estamos vivendo em um momento histórico em que o capitalismo tem dispensado o trabalho em sua forma assalariada, tanto em função das práticas de especulação financeira (que expandem capital a partir de um mínimo de trabalho) quanto em função da automação industrial. O capitalismo está desfazendo aquele vínculo

original que ele próprio motivou entre trabalho e emprego. A massa de trabalhadores mobilizada na estruturação do sistema tem sido agora sumariamente dispensada e deixada sem alternativas. Além disso, a automação não tem representado uma diminuição da jornada de trabalho. Os trabalhadores ainda formalmente empregados continuam trabalhando por longas jornadas; enquanto aqueles postos de trabalho que têm sido substituídos por máquinas têm resultado na produção de uma massa de trabalhadores informais e intermitentes que não procuram mais vínculos duradouros de trabalho – estar desempregado não quer dizer estar desocupado, mas significa trabalhar sem garantias formais. Marx alegava que a produção de uma superpopulação ociosa, que não encontra lugar, ocupação ou utilidade no sistema, é uma das contradições inevitáveis do capitalismo. Nesse sentido, a mobilização das forças produtivas pela classe dominante deixa de servir ao avanço social, na medida em que os interesses dos capitalistas se tornam excessivamente limitados para abarcar toda a riqueza e dinamismo que a própria sociedade potencialmente pode produzir. Esta hipótese marxiana permite uma leitura mais sofisticada a respeito das transformações radicais que têm acontecido no mundo do trabalho, e nos obriga a interrogar por que a automação – que deveria ser vista como uma fonte de libertação dos seres humanos do fardo de se submeter a trabalhos precários, repetitivos e completamente esvaziados de sentido para o crescimento pessoal –, tem sido encarada não como uma fonte de libertação, mas como um inimigo a ser combatido.

Para responder a esta pergunta é preciso compreender que toda forma de trabalho é parte de uma relação social. O que implica em reconhecer que o sentido do trabalho apenas é compreensível a partir do contexto social em que ele se produz – cada trabalho é o componente individual de uma totalidade que corresponde à mobilização geral das forças sociais produtivas. Na medida em que a intensidade e a direção do processo social de automação têm sido controladas por uma única classe, o uso do maqui-

nário e da tecnologia tem se restringido ao horizonte de interesse de classe dos capitalistas, permanecendo na contramão dos benefícios que essa automação poderia oferecer também aos trabalhadores. Mais uma vez, o interesse da classe capitalista não é o progresso social, mas sim a diminuição dos custos de produção para financiar a competitividade de seus produtos e seus ganhos de capital. De modo que, se for possível alcançar uma queda acentuada no valor dos salários e nos custos do trabalho humano a ponto de tornar mais vantajoso manter trabalhadores empregados recebendo baixos salários (ou praticando trabalhos intermitentes), o investimento em tecnologia arrefecerá e o interesse do capitalista privilegiará o trabalhador mal pago à máquina[5]. O jargão da "inovação tecnológica", tão onipresente no capitalismo atual, corresponde na realidade a um direito de classe que não é ofertado a todos. Toda inovação tecnológica permanece atrelada não aos efeitos sociais e criativos de fomento ao trabalho livre de caráter sublimatório, mas à maximização dos lucros de produção (e diminuição de seus custos). Não há, no capitalismo, investimento em uma forma de inovação cara demais, que corra o risco de não ser compensada pelo lucro que se espera como retorno de seu investimento inicial.

É patente, portanto, que as relações sociais capitalistas atuais se tornaram obsoletas e têm fracassado na tentativa de incorporar integralmente a seu modo de produção as potencialidades tecnológicas que têm surgido. Por isso, o capitalismo tem emperrado o desenvolvimento total da automação e de seus benefícios sociais. Sob o capitalismo, o potencial tecnológico permanece reduzido a um mero veículo de geração de lucro dos proprietários dos meios de produção, que precisam frequentemente emperrar a produtividade a fim de evitar uma crise de sobreprodução capaz

5 Eis a razão pela qual, mesmo diante da alta capacidade tecnológica atual, capaz de substituir uma imensa quantidade de tarefas produtivas, continua-se exigindo a execução de trabalhos mecanizados e repetitivos por parte de alguns trabalhadores. Os baixos salários e os trabalhos mal pagos empobrecem os investimentos em tecnologias produtivas que poderiam reduzir a necessidade de trabalhos mortificados.

de gerar uma queda do preço das mercadorias. Nesse sentido, os investidores capitalistas têm movido a máquina social e produzido um alistamento em massa das forças sociais produtivas para em seguida conter seu avanço, a fim de manter seu desenvolvimento no interior dos limites que seu interesse individual permite.

> [O] capitalismo aplica mal as fontes de desenvolvimento tecnológico, coloca a criatividade na camisa de força da acumulação capitalista, constrange a imaginação social aos parâmetros da análise do custo-benefício e destrói as inovações que destroem os lucros. Para libertar o avanço tecnológico, devemos ir além do capitalismo e libertar a criatividade de suas restrições atuais (SRNICEK; WILLIAMS, 2016, p. 179).

Portanto, é necessário responder a essa situação, imaginando formas de desvincular a renda e os meios de vida dos trabalhadores do estrito modelo do pleno emprego e das falidas garantias trabalhistas, hoje cassados em todas as regiões do mundo. Em um cenário em que as relações sociais se tornassem mais igualitárias, a automação produtiva, criada pelas exigências produtivas intrínsecas ao capitalismo, poderia contribuir igualmente para a libertação dos trabalhadores – combatendo tanto a miséria quanto a superexploração do trabalho –, recuperando formas de imaginação social mais libertárias e criativas. Marx defendia que a integração total da automação ao chamado reino da necessidade – reino da organização social da produção e do trabalho – poderia reduzir drasticamente o tempo de trabalho socialmente necessário na produção de mercadorias, representando a possibilidade de um desenvolvimento efetivo das mais variadas potencialidades criativas humanas. Ou seja, a integração total e aceleração das formas de produção maquinais que o capitalismo já mobiliza (mas não utiliza em toda a sua potencialidade) na produção de mercadorias corresponderia à abertura do "reino da necessidade" a um "reino da liberdade", reino da redução geral do tempo do trabalho produtivo e de inauguração de um trabalho livre.

> O capital [...] conduz a um estágio em que a compulsão e a monopolização do desenvolvimento social (com suas vantagens materiais e intelectuais) por um único setor da sociedade às expensas do outro setor, desapareça; por outro lado, ele cria os meios materiais e o núcleo para relações que permitem que esse trabalho excedente seja combinado, em uma forma superior de sociedade, com uma grande redução do tempo geral dedicado ao trabalho material (MARX, 1981, p. 958).

Para Marx, a condição de emergência desse reino da liberdade é a de que "os produtores associados [governem] o metabolismo humano com a natureza de maneira racional, submetendo esse metabolismo a seu controle coletivo ao invés de serem dominados por ele como por um poder cego" (MARX, 1981, p. 959). Em uma organização mais racional e associativa do trabalho, a emergência de um "reino da liberdade" na sociedade corresponderia a um cenário em que uma classe não fosse mais forçada a trabalhar para outra classe, a fim de satisfazer seus imperativos. A automação tecnológica, a partir desse governo associativo da produção, possibilita a libertação, em ampla medida, de todas as classes em relação ao trabalho socialmente necessário. Deste modo, o reino da liberdade corresponde, para Marx, à possibilidade de que o desenvolvimento das potencialidades humanas se torne um fim em si mesmo, uma vez que o trabalhador esteja livre em relação ao estranhamento do produto de seu próprio trabalho. Essa libertação diz respeito a um cenário em que o trabalho concreto assume a possibilidade de ser praticado no ócio, sem prejuízo às condições materiais de uma vida digna. Deste modo, o trabalho assume efetivamente a forma da criação (a sublimação, como reino da pulsão dessexualizada, é "criacionista" como a pulsão de morte) e da liberdade (na medida em que não permanece refém dos objetos parciais, da carência ou da falta/estranhamento; mas é capaz de criar um campo de objetos "não-parciais" ainda não existentes, efetivamente inovadores). Os trabalhadores, liberados do trabalho excessivo, atingem uma forma de liberdade em que o desenvolvimento de suas potencialidades criadoras através da ciência, da

arte, da filosofia ou da política é reconhecido como um fim em si mesmo. Contudo, o "reino da liberdade", através da automação total, apenas se torna possível

> [...] assim que o trabalho, em sua forma direta, deixou de ser a grande mola propulsora da riqueza [e] o tempo de trabalho deixa, e tem que deixar, de ser a medida do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixou de ser a condição para o desenvolvimento geral da riqueza, assim como o não-trabalho de uns poucos deixou de ser a condição para o desenvolvimento dos poderes gerais da mente humana [...] O livre desenvolvimento das individualidades e, portanto, não a redução do tempo de trabalho necessário de modo a postular um trabalho excedente [mais-valia] mas, antes, a redução geral do tempo de trabalho da sociedade a um mínimo que corresponde ao desenvolvimento artístico, científico etc. em um tempo definido como livre, e com os meios [de realização dessa redução geral] criados para todos (MARX, 1993, p. 705-706).

Nesse sentido, a desvinculação entre trabalho humano e emprego assalariado que tem hoje sido provocada pela automação capitalista passaria a ser racionalizada a fim de transpor essa desvinculação para um cenário de relações sociais mais igualitárias (e não de desemprego, informalidade etc.). O trabalho produtivo, sendo atribuído majoritariamente à automação tecnológica, desvincula a renda dos membros de uma sociedade da produção social de mercadorias e valores de uso. Contudo, como garantir, portanto, uma renda que possa assegurar condições dignas de vida aos membros de uma sociedade em que resta pouco espaço para o trabalho humano produtivo? Uma das mais importantes respostas possíveis a essa nova realidade é a estruturação geral de uma Renda Básica Universal (RBU) ou Renda Cidadã.

Trabalho x renda

Desde a década de 1960 e 1970, a ideia de uma Renda Básica Universal (RBU) ou Renda Cidadã tem ganhado corpo no cenário internacional. Ex-

periências bem e malsucedidas com a RBU já foram tentadas em pequena escala nos EUA, Canadá, Índia, Namíbia, entre outros países. A visibilidade da proposta se ampliou em 2004 quando o BIEN (*Basic Income Earth Network*), uma rede internacional que discute a RBU, organizou um congresso em Barcelona e passou a incluir países membros externos à Europa: "em 2010, tinha redes nacionais florescendo em muitos países, incluindo o Brasil, Canadá, Coréia do Sul, Estados Unidos, Japão e México" (STANDING, 2013, p. 257). A RBU diz respeito a reivindicação de um direito universal – deduzido da carta de Direitos Humanos – que promoveria a todos os cidadãos uma quantia mínima suficiente para que seja possível arcar com as despesas pessoais de uma vida digna. No entanto, não se trata de um programa de assistência social para pessoas pobres ou desempregadas: a RBU deve ser universal e incondicional, atingindo a todos e operando como uma espécie de "suplemento" ao Estado de bem-estar social (embora não necessariamente o substitua). Trata-se de um programa universal de garantia mínima de estabilidade em uma estrutura social e econômica cada vez mais instável e que pesa cada vez mais individualmente.

A incondicionalidade e a universalidade essencial da RBU possui dois efeitos imediatos. Em primeiro lugar, seu caráter de Direito Humano tem sido capaz de mobilizar um amplo apoio social, tornando-se uma causa independente das divisões políticas particulares de cada cenário político. Em segundo lugar, a RBU transforma radicalmente a relação política entre capital e trabalho, "desmercadologizando" o trabalho. Nesse sentido, na medida em que a RBU oferece universalmente meios de subsistência desvinculados do trabalho produtivo – cada vez mais praticado majoritariamente pela automação tecnológica – torna-se possível uma imediata ampliação da possibilidade de escolha a respeito de qual e que tipo de trabalho se deseja exercer (escolha que em geral é interditada à classe trabalhadora) ou mesmo se torna amplamente possível escolher viver sem

trabalho (alternativa que hoje é reservada apenas aqueles que vivem de renda de patrimônio ou de especulação). Essencialmente, a RBU permite quebrar o círculo vicioso da pobreza – que inclui carência de tempo livre e de possibilidade de escolhas, que perdem espaço para a necessidade de sobrevivência –, possibilitando que os indivíduos possam investir seu tempo livre em melhor formação, em melhoria de sua posição no mercado de trabalho – o que aumenta e dignifica o custo do trabalho remanescente e garante poder de negociação aos trabalhadores em relação ao valor do seu trabalho, nos postos de emprego ainda praticados por humanos. Porém, há algo ainda mais significativo: a RBU permite a ascensão de uma tendência natural de sobrevivência de formas de trabalho criativo – artísticos, filosóficos ou científicos – na medida em que a independência em relação ao trabalho "braçal" torna-se inevitável. Nesse sentido, a RBU permitiria atingir a proposta de Marx de, por meio da racionalização da produção e da necessidade do trabalho, universalizar a dedicação a atividades sublimatórias e criativas do trabalho pulsional, como a arte, a filosofia, a política, a ciência etc. Por fim, a RBU cumpre igualmente a função de reconhecimento social das formas de trabalho invisibilizados ou não-pagos. O trabalho doméstico (eminentemente praticado por mulheres e mais particularmente mulheres negras) e o trabalho informal passam a ser automaticamente reconhecidos em sua importância social, na medida em que a RBU desloca o foco que permanecia voltado ao trabalho produtivo assalariado, dando relevo a todas as formas de trabalho que passam a ser valorizadas por sua contribuição para a reprodução social.

É inevitável, no entanto, enfrentar o primeiro obstáculo que todos os críticos interpõem à proposta da RBU: seu financiamento. As alternativas de financiamento da RBU são variadas e diversos modelos têm sido propostos e experimentados. O fato de que empresas e Estados tenham obtido colossais ganhos de capital através da automação e da financeirização da economia, ao mesmo tempo em que têm dispensado trabalhadores em

massa, aponta para o lado da balança sobre o qual a RBU deve agir:

> Os fundos de riqueza (ou capital) soberanos, que já existem em quarenta países, são uma forma promissora de fazer isso [...] Os fundos de capital podem ser usados para acumular retornos financeiros a fim de ajudar a pagar uma renda básica. Há precedentes. O Fundo Permanente do Alasca, fundado em 1976, foi criado para distribuir parte dos lucros de produção de petróleo para cada residente legal do Alasca. Isso continua acontecendo [...] Como o Fundo Norueguês, ele fornece o núcleo de um mecanismo de fundo de capital que poderia ser usado para financiar uma renda básica modesta (STANDING, 2013, p. 263).

Além disso, propostas de financiamento a partir do "aumento da taxação dos ricos, taxação das heranças, taxas de consumo, taxação das emissões de carbono, corte de gastos militares, corte nos subsídios industriais e da agroindústria e repressão à evasão fiscal" (SRNICEK; WILLIAMS, 2016, p. 123) permitem cálculos que assegurariam uma quantidade significativa de verba que permitiria produzir as condições financeiras necessárias para a aplicação da RBU. Considera-se até mesmo a proposta de um valor oscilante de RBU, que se combinaria ao próprio comportamento da economia.

> O valor do cartão de renda básica podia ser alterado contraciclicamente. Quando as oportunidades de ganho fossem altas, o valor poderia ser menor, e quando as condições de recessão estivessem se espalhando, ele poderia ser aumentado. Para evitar o mau uso político, o nível de renda básica poderia ser definido por um organismo independente, incluindo representantes do precarizado, bem como de outros interesses. Isso seria equivalente às corporações monetárias quase independentes criadas nos últimos anos. A sua missão seria ajustar o valor principal da concessão de renda básica de acordo com o crescimento econômico, como também do seu valor suplementar de acordo com a condição cíclica da economia. O objetivo é redistribuir a segurança básica de quem tem "muita segurança" para quem tem pouca ou nenhuma (STANDING, 2013, pp. 261, 262).

As propostas múltiplas de financiamento de uma RBU revelam que o obstáculo à sua implementação não é efetivamente financeiro; trata-se sobretudo de um obstáculo de origem moral. Isso porque a ética do trabalho, que mencionamos no início deste artigo, ainda possui uma poderosa penetração social nos tempos atuais, configurando-se como um poderoso rival à todas as propostas de desvinculação entre trabalho produtivo e renda.

A ética do trabalho

Embora estejamos vivendo em uma era de crescimento exponencial do desemprego estrutural, permanece enraizado em nossa cultura um culto ao trabalho que se coloca em profunda contradição em relação à realidade social do emprego hoje. Como mostrou Max Weber (1967), a moderna ética do trabalho nasce em estreita ligação ao protestantismo, mas hoje transcende a moral religiosa. Por acreditar que toda compensação mundana deve advir pelo esforço e pelo sofrimento virtuoso através do trabalho duro, essa ética do trabalho demoniza toda forma de ócio e condena moralmente aqueles que estão sem trabalho, como se sua condição correspondesse sempre e necessariamente aos efeitos de uma falha moral individual, jamais correspondendo a problemas estruturais do capitalismo. Nesse sentido, não importa quão degradante ou insuficientemente pago seja um posto de trabalho, estar empregado é, em si mesmo, um bem. As pessoas devem sofrer as privações e penalidades do esforço para conquistar sua remuneração – por menor e mais indigna que seja – como um prêmio por sua abnegação: uma vida sem sofrimento não é digna de ser vivida. Como em todo fenômeno ético, conforme nos alerta Lacan (1986), o supereu cumpre uma função essencial aqui: ele aponta para os fracassos de cada um de nós –"você não se esforçou como deveria!", "você foi relapso demais, preguiçoso demais, não sofreu para conquistar seu desejo", "você não vive uma vida boa porque não trabalhou o suficiente!" – e, com suas denúncias e imperativos, supostamente oferece pistas ao sujeito

a respeito do desejo do Outro. Por meio do sofrimento resignado e dos repetidos fracassos para, pelo esforço individual, vencer problemas que são estruturais do capitalismo, o supereu permitiria ao menos que o sujeito permanecesse ciente a respeito do que – supostamente – o Outro deseja dele: ele deseja que o sujeito sofra e se esforce ainda mais...

O desafio que enfrenta a proposta de uma RBU se intensifica precisamente na angústia que esse "abandono" em relação aos cruéis imperativos superegoicos representa: sem os empuxos morais dessa ética do sofrimento no trabalho, é preciso ressignificar socialmente o significante "trabalho" e, com ele, a própria compreensão a respeito do homem no humanismo moderno. Ato contínuo, colocamo-nos diante da contingência (sem garantias!) de inventar novas formas, ainda impensadas e, sem dúvida mais "criacionistas", de lidar com a remuneração e com a ação laborativa. Uma conclusão, contudo, é inevitável: as formas de imaginar o futuro do trabalho devem ultrapassar o obstáculo da ética do trabalho moderna e devem afirmar o caráter sublimatório do trabalho humano. O que implica em construir novas formas de imaginação política sobre o futuro que levem em consideração a crise estrutural do trabalho e seus efeitos sobre os trabalhadores e sobre a organização social. Em suma, trata-se de modificar radicalmente o sentido de um futuro possível.

A caixa de Pandora

Em seu aspecto utópico, a integração total da automação e a proposta de uma RBU não apenas apontam para a urgência em repensar o metabolismo social e somatopsíquico que é o trabalho – a partir do reconhecimento da falência do modelo do trabalho abstrato assalariado no capitalismo –, mas igualmente apontam para a possibilidade de reconfigurar a ideia de trabalho como atividade vital criativa e sublimatória. Nesse sentido, não há nada que aponte mais diretamente ao real do que a utopia:

> As utopias nos dão algo pelo qual esperar – algo além

> da repetição obsoleta do mesmo oferecida pelo eterno presente do capitalismo. Abrindo o presente e fornecendo uma imagem de um futuro melhor, o espaço entre o presente e o futuro se torna o espaço da esperança e do desejo por mais (SRNICEK; WILLIAMS, 2016, p. 140).

Se o presente aparece como um espaço enclausurado e sufocante de sofrimento, em que nada mais se espera – momento em que apenas se des-espera –, a utopia nos permite reconhecer que sob o fundo de todas essas formas de sofrimento, há o ponto de fuga do desejo, que pode assumir a imagem da esperança. Se a caixa de Pandora – assim como a necessidade de que os homens trabalhem para se alimentar – foi parte do castigo enviado por Zeus aos homens como forma de retaliação à ousadia de Prometeu, é preciso sempre recordar que, após abrir a caixa e libertar todos os males que hoje afligem a humanidade, Pandora se dá conta de que um elemento permanece no interior da caixa, ao fundo. Esse elemento, ao ser libertado, nos mobiliza a combater o efeito desses males sobre os homens. Trata-se da esperança.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

FREUD, S. Triebe und Triebschicksale. *In*: FREUD, S. **Das Ich und das Es/ Metapsychologische Schriften**. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, 2010. p. 79-102.

FREY, C. B.; OSBORNE, Michael. **The future employment**: how suscetible are jobs to computerisation? Oxford: Oxford Martin School/University of Oxford, 2013. Disponível em: https://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The_Future_of_Employment.pdf. Acesso em: 21 abr. 2019.

HESÍODO. Les travaux et les jours. *In*: HESÍODO. **Théogonie/ Les travaux et les jours/ Le bouclier**. Trad. Paul Mazon. Ed. bilíngue. Paris: Les belles lettres,

2002.

KAUFMANN, Pierre. **L'expérience émotionnelle de l'espace**. Paris: Vrin, 1999.

LACAN, Jacques. **Le séminaire**, livre VII - L'éthique de la psychanalyse. Paris: Seuil, 1986.

LIRIA, Carlos Fernandez; ZAHONERO, Luiz Alegre. **Marx desde cero para el mundo que viene**. Madrid: Akal, 2018.

MARX, Karl. **Capital**. A critique of political economy. Volume I. Londres: Penguin, 1990.

MARX, Karl. **Capital**. A critique of political economy. Volume III. London: Penguin, 1981.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Foundations of the critique of political economy. Londres: Penguin, 1993.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SRNICEK, Nick; WILLIAMS, Alex. **Inventing the future**: postcapitalism and a world without work. Londres/Nova York: Verso, 2016.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

WEBER, Max. **L'éthique protestante et l'ésprit du capitalisme**. Paris: Plon, 1967.

Sobre trabalho psíquico e a lei do mais forte: algumas considerações

Sonia Leite[1]

[...] na vida psíquica do indivíduo,
o outro sempre comparece,
como modelo, como objeto,
como auxiliar e como inimigo […]
SIGMUND FREUD, 1921/2008.

Recentemente retomei a leitura de dois importantes livros de Hannah Arendt, trabalhos fundamentais para uma reflexão sobre a vida na atualidade. São eles: "As origens do totalitarismo" e "A condição humana".

Apesar de terem sido escritos na década de 1950, penso que as questões levantadas pela autora apontam para a presença de algo cíclico, que reaparece ao longo da história. Pode-se dizer que aquilo que retorna é um certo fracasso nas chamadas relações humanas, que trazem como resposta defensiva a busca de soluções definitivas, capazes de eliminar o mal -estar social. Nesse sentido, eliminar o opositor, visando a uma solução final, representaria a tentativa de exclusão do mal-estar, resposta derradeira para o impossível inscrito na vida em coletividade. Vemos, assim, reaparecer de tempos em tempos nas sociedades certos traços que apesar de seus invólucros culturais singulares denotam algo de estrutural[2], na medida em que nos confrontam com questões que não são passíveis de

1 Psicanalista. Doutora e Mestre em Psicologia Clínica/PUC-Rio. Fundadora e Coordenadora da Residência Multiprofissional em Saúde Mental SES/UERJ (2013-2019).Coordenadora de Ensino e Membro do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise- Seção RJ. Editora Responsável da Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental.

2 A estrutura, no campo da psicanálise, é distinta daquela definida pelo movimento estruturalista, pois, trata-se de uma estrutura marcada por um furo, em torno do qual os elementos constitutivos gravitam. Tal perspectiva é o que fundamenta tanto a vida individual quanto social, apontando para uma continuidade entre o que é interno e externo.

superação definitiva.

Destaco, a seguir, os pontos mais importantes introduzidos por Arendt, articulando-os, brevemente, à psicanálise. Busco exemplificar tais articulações, tendo em vista o segundo conto do filme argentino "Relatos Selvagens", do diretor Dámian Szifron (RELATOS, 2014), denominado "O mais forte"[3].

Totalitarismo e função da política

No trabalho intitulado "As origens do totalitarismo", a filósofa judia Hannah Arendt – que viveu as consequências da Alemanha nazista – constrói algumas importantes explicações para o surgimento dos chamados fenômenos de massa que, em determinados momentos da história, desvelam o pior da humanidade. Sim, ela nos alerta: da humanidade. Creio que uma das fontes do horror que sentimos diante de determinados acontecimentos, que atravessam não apenas a nossa sociedade, mas outras, pelo mundo afora, é que vemos aflorar diante de nós exatamente aquilo que de pior habita os chamados humanos e que, por isso mesmo, preferíamos não reconhecê-lo. E, nesse sentido, o pior indica aqui o encontro inesperado com o que é da ordem do impensável, do não sentido, na experiência humana.

Nesse primeiro trabalho, a filósofa chama a atenção para o fato de que são as massas que servem de apoio para os governos totalitários, ou seja, aqueles governos que tentam excluir a diferença, a singularidade enquanto característica fundamental que afirma a diversidade presente na vida social. A ideia de massa, aliás, nos reporta diretamente ao trabalho freudiano "Psicologia de massas e análise do eu" (FREUD, 1921/2008). Vale a pena lembrar que Freud já havia indicado que aquilo que diferencia uma

3 Algumas dessas articulações foram levantadas quando participei de uma mesa de debates sobre os "Relatos", no Centro Cultural do Poder Judiciário e do Museu da Justiça, RJ, em 2017, no programa denominado Tribuna Livre no Palácio.

massa de um grupo propriamente dito é o fato de que na primeira se intensificam a liberação dos impulsos os mais primários, além de uma atitude de não responsabilização pelos efeitos dos atos os mais impulsivos e destrutivos.

A *massa*[4] se diferencia dos grupos chamados de artificiais pelo fato de que estes últimos alcançam uma dada estabilidade ao se organizarem a partir de identificações simbólicas, na forma de ideais comuns, por exemplo, desempenhando, simultaneamente, uma função psíquica para cada sujeito como unidade particular de um todo. É essa organização que faz barreira à livre circulação do que seria o campo do pulsional. Tais grupos, nesse sentido, permitem a sustentação da fantasia que habilita o desejo. Desejo de cada um que se reencontra no desejo do Outro (LACAN, 1957-1958/2008) e que tem na falta do objeto seu principal fundamento.

As formações grupais estáveis, no sentido psicanalítico, são paradoxalmente marcadas por uma dupla inscrição. Por um lado, pela alienação ao Outro ideal e, por outro, pelo processo de separação que advém na medida em que a palavra, ao constituir o *falasser*, o inscreve como corte, falha da cadeia significante. Dessa maneira, a fala dirigida ao Outro (simbólico), para além do outro (imaginário), aponta exatamente para um impossível de totalização imaginária com aquele que seria "o meu semelhante".

Tais pontos fundamentais, que distinguem a massa de um grupo organizado, reencontramos em Arendt: "As massas não se unem pela consciência de um interesse comum [...] que se expressa em objetivos determinados, limitados e tangíveis [...]". O termo massa, prossegue a filósofa, "só se aplica, quando lidamos com pessoas que simplesmente devido ao seu número ou a sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem

4 É importante lembrar que a chamada cultura de massa tem relação com os vários tipos de expressão cultural, que são produzidos para atingir a maioria da população, tendo como objetivo essencialmente o consumo. Nesse sentido, o significante massa responde muito bem a um momento histórico em que ocorre um esvaziamento da função da política e dos chamados grupos organizados.

integrar em uma organização (no seu sentido estrito) [...]" (ARENDT, 1951/2002, p. 439). Nada mais freudiano.

Prosseguindo com Arendt, trago uma de suas importantes conclusões para se pensar os tempos atuais. Afirma que a sociedade consumista, sociedade de massas, gera isolamento, apatia e desdém em relação à vida pública, atitudes que dão consistência exatamente ao individualismo. São esses fatores que favorecem os movimentos totalitários, tendo-se em vista que, também aqui, se expressa um certo colapso do partidarismo representativo ou, em outras palavras, das representações simbólicas na vida social. Tal fato acarreta uma ausência de esperança nos grupos partidários que se articula, por sua vez, a uma descrença de que a política possa dar uma resposta viável ao mal-estar crescente na sociedade.

Essas questões descritas no livro "As origens do totalitarismo" são aprofundadas, ainda na década de 1950, com a publicação do livro "A condição humana", quando, então, a autora coloca em destaque a importância do resgate da função da política no campo público. Nesse momento, ela considera que o isolamento, como experiência individual, é um fator que se traduz pelo impasse, em que os homens se encontram quando a esfera política de suas vidas, na qual agiriam em conjunto na realização de interesses comuns, é destruída ou inviabilizada (ARENDT, 1958/1995, p. 633).

A seguir, conclui que a destruição da função da política na vida pública traz como efeito outra perda, ainda mais grave: a da própria condição humana. Introduz aqui o significante condição, para se contrapor à ideia de natureza humana, o que não é sem efeitos, pois a ideia de natureza nos conduziria à concepção de algo que seria independente da presença do campo simbólico da linguagem na constituição dos laços entre os indivíduos.

Resumidamente, poder-se-ia dizer, a partir das reflexões da filósofa,

que aquilo que caracteriza, prioritariamente, a condição humana é o pleno exercício da função da política. Tal função se exerce exatamente na pólis, na vida em comum, na relação com os outros. Suas duas facetas principais são o discurso e a ação. Sublinha ainda Arendt, que o uso da palavra em seu aspecto mais importante é o fato de ser um ato, na medida em que se trata sempre de um discurso que se dirige a um outro, afetando-o.

Os governos totalitários, visando a exclusão da diversidade e da diferença, destroem, exatamente, a política no seu sentido mais profundo. Oblitera-se, também, a possibilidade de uma política do inconsciente visto que, segundo Lacan, o inconsciente é estruturado como uma linguagem (Lacan, 1953/1998).

A política é algo que se baseia, antes de tudo, no fato da existência da pluralidade humana e, portanto, na associação de indivíduos efetivamente diferentes entre si. Isso porque no coração da política a questão não é O Homem, em um sentido abstrato, mas O Mundo, que inclui o estar entre sujeitos falantes, como ressalta Hannah Arendt.

Reencontramos, assim, no contexto da filosofia política as questões mais caras à psicanálise. De um lado, a importância do Outro e da alteridade na constituição da realidade comum e, de outro, da ética do sujeito, no sentido do necessário exercício de um bem dizer a condição humana, com todos os seus percalços.

Tal bem dizer envolve um trabalho psíquico que enodoa real, simbólico e imaginário, assim como amor, desejo e gozo, viabilizando as realizações simultaneamente individuais e coletivas. Nesse sentido, como indica Arendt (2009, p. 168), "Os seres humanos, saibam eles ou não, na medida em que são capazes de agir, estão aptos a realizar [...] constantemente, o improvável, e o imprevisível", viabilizando o seu redimensionamento enquanto presença no mundo.

O que se reafirma é a necessária experiência de liberdade na pólis, li-

berdade não no sentido moderno de autonomia, mas como busca da livre expressão. Falar pode não mudar um acontecimento já dado, mas pode produzir novos acontecimentos. Arendt considera, assim, o ato da fala como forma de resistência a um determinado estado de coisas, fazendo emergir aquilo que, inicialmente, é emudecido, pois as palavras pertencem ao acontecimento como tal. A chamada resistência no campo político destaca, assim, uma ação de não ceder, de não sucumbir a uma determinada situação vivida como violência simbólica.

Já para a psicanálise, a resistência tem de fato essa característica, mas tal fenômeno também indica um posicionamento sustentado numa linha imaginária que serviria, em algumas situações, simultaneamente, de barreira para a afirmação de algo inusitado na relação ao outro. Nessa perspectiva, amor e ódio seriam as duas faces de uma mesma moeda que excluiria a diferença, em sua radicalidade, e o desejo sustentado na falta.

Outro ponto destacado pela autora diz respeito ao crescimento dos movimentos de massas ao longo da história. Tal fato revela uma dada falência do papel dos grupos organizados nas sociedades, o que traz como consequência uma atomização dos indivíduos que perdem com isso o sentido da comunidade vista como possibilidade de realização de algo em comum.

Interessante lembrar que Freud (1921/2008) afirma que aquilo que se opõe ao social não é o individual, mas o narcísico, que se apoia no ou eu ou o outro, na chamada exclusão recíproca. A psicanálise ensina que a posição narcísica se articula, por sua vez, ao gozo autoerótico. Apesar de não pretendermos avançar nessa discussão, tal premissa levanta a questão da modalidade de gozo predominante na contemporaneidade e que o filme "Relatos Selvagens", composto de seis episódios, ilustra muito bem, ao destacar o fato de que a violência prepondera quando o chamado pacto simbólico se fragiliza, deixando de emparelhar o gozo aos discursos (LACAN, 1969-1970/1992).

O mais forte e sua lei

O cineasta argentino Damián Szifron, apesar de ter feito poucos trabalhos de direção, desde a realização de "Relatos" (2014) tem sido denominado "Tarantino argentino". Tal referência tem relação com o fato de misturar a violência, muitas vezes gráfica, com certa dose de humor, em prol do impacto imagético, mas também pelo uso de diálogos ricos e diversos, acompanhados de uma surpreendente trilha sonora. Por sinal, nesse filme, o trabalho musical do compositor Gustavo Santaolalla, que acompanha cada um dos relatos, é simplesmente genial, construindo, de maneira brilhante, o aspecto de suspense que atravessa toda a película.

Minha proposta é sublinhar algumas passagens do segundo relato, denominado "O mais forte", que aborda, de forma muito evidente, a predominância das relações imaginárias que atravessam os laços sociais na atualidade, relações estas que se sustentam na busca da própria imagem na imagem do outro. Tal situação ilustra a ausência do necessário trabalho psíquico, capaz de fazer barreira à violência cotidiana que emerge como resposta, quando, para além do outro imaginário, o que advém é o estranho-estrangeiro que produz a quebra do espelho.

A importância do filme, antes de mais nada, encontra-se no fato de ser uma leitura crua e crítica da sociedade contemporânea, marcada pelo extremo individualismo e pela perda de alguns princípios orientadores de uma vida em comum. "O mais forte" se destaca, exatamente, pela força com que faz transparecer até que ponto a impossibilidade de julgar e de pensar, como atividades mediadoras das relações entre as pessoas, pode dar lugar à pura rivalidade e ao ódio.

O episódio retrata essa situação, quando dois homens, um, viajando em um carro luxuoso, e outro, em um carro velho, quase destruído, encontram-se em uma longa estrada, completamente afastada de tudo. É interessante perceber que o diretor utiliza, como pano de fundo do relato,

exatamente a presença de alguns opostos significantes — rico/pobre, alto/baixo, velho/novo, superior/inferior. Tais opostos marcam um momento de ausência de identificação que faz aflorar diferenças radicais irreconciliáveis.

Filmada no meio de uma região desértica, a cena favorece, por outro lado, a construção de um contexto que carrega a sensação de isolamento e ausência de vida civilizada. O relato desnuda, de fato, a solidão extrema dos dois personagens que, progressivamente, encontram-se aprisionados um ao outro numa relação imaginária que se mostra sem saída, sem o recurso de um terceiro que possa mediá-la. Nesse encontro, trata-se de ou um ou outro, em que somente o mais forte pode sobreviver.

É importante destacar que esse ponto extremo é facilmente reconhecido em nosso cotidiano, quando impasses semelhantes se apresentam. Seja, por exemplo, em uma briga de transito ou em uma fila de banco que não é respeitada. O fato é que são ocasiões em que a existência se estreita, fazendo emergir, subitamente, algo de cunho selvagem.

No filme, algumas estratégias cinematográficas especiais, tais como o *plongé* e o contra *plongé*, que focaliza o objeto, às vezes de cima para baixo, trazendo a sensação de inferioridade e outras vezes, de baixo para cima, reforçando a ideia de superioridade, permitem, ainda, transmitir a força ou a fraqueza que cada um dos personagens imagina ter em relação ao outro.

No começo do filme, o homem mais rico emerge como o mais forte, com seu Audi luxuoso, seguindo por uma estrada que talvez imagine como exclusivamente sua e, por isso mesmo, não admite a "fechada" e as provocações de um homem de classe inferior, que dirige um carro velho. Tais provocações são devolvidas, por sua vez, com agressões verbais e gestos obscenos.

O diretor se vale, aqui, de expressivos signos de poder do capitalismo

e da ilusão de onipotência que atravessa o mundo contemporâneo. Seus destaques de imagens nos permitem, por isso mesmo, acompanhar o desmoronamento desta ilusão de superioridade, quando a cena subitamente se inverte. O carro, que parecia superpotente e infalível, sofre uma pane, obrigando o motorista a parar e a tentar usar seus recursos tecnológicos em prol de sua salvação. No entanto, mais uma vez o que o filme revela é a potência relativa dos aparatos tecnológicos. O motorista se desespera quando, ao buscar contato e socorro por meio do celular, a solução esperada não aparece com a rapidez desejada.

O homem, cujo carro é o mais debilitado, surge, nesse momento, numa cena grotesca, ganhando força, especialmente, quando o personagem sobe no carro do mais rico (ficando no alto e acima deste), defecando e urinando no vidro do carro, obrigando o motorista do Audi a uma visão efetivamente degradante. Essa mudança de posição nos leva a pensar na relativização dos lugares e da própria ideia de força que se inverte de modo instantâneo. O eu é o outro, afirma Lacan, ao colocar em destaque que o espelho devolve a nossa própria imagem invertida e aquilo que de estranho nos habita.

Situações como a descrita em "Relatos" fazem emergir a alteridade e o estranho, convocando-nos ao trabalho psíquico e à simbolização. Aliás, o sufixo alemão *arbeit*, que corresponde em português à palavra trabalho, é utilizado em diferentes passagens da obra freudiana, tais como trabalho de luto (*Trauerarbeit*), trabalho do sonho (*Traumarbeit*), entre outros. Tal noção implica a ideia de que a realidade psíquica se constrói na relação com o Outro, pela via da assunção da palavra e da linguagem, distinguindo-se do real, que é sempre traumático, porque envolve o não sentido e, portanto, o momento em que a palavra se ausenta.

A noção de trabalho também está na base de um dos conceitos fundamentais da psicanálise: a pulsão. Em 1905, no artigo "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade", Freud indica que a pulsão é um conceito situado

na fronteira entre o somático e o psíquico, constituindo-se em uma exigência incessante de trabalho ao aparelho psíquico (FREUD, 1905/2008).

No artigo, "O mal-estar na civilização", da década de 1930, Freud (1930/2008) enfoca a presença de um antagonismo irremediável entre as pulsões e a vida civilizada, devido ao fato de que não existe um caminho para a satisfação e a harmonização total no convívio social – o que não impede, contudo, que os indivíduos sempre se lancem na busca da realização dessa ilusão. O fato é que há algo estrutural que nos move e que diz respeito ao narcisismo, algo impossível de ser curado. É por isso que a mediação das relações pela via do simbólico, da linguagem e da fala dirigida ao outro é tão fundamental. É também por isso que Arendt, como indicamos, vai situar a importância da política no campo social. A barbárie é, portanto, uma possibilidade que se faz mais presente na medida em que tal função se ausenta.

Ainda no artigo de 1930, Freud indica as três maiores dificuldades e fontes de infelicidade na vida humana: as doenças que atacam o corpo, os fenômenos da natureza e as relações entre as pessoas. Considera que é exatamente esta última fonte aquela que acarreta os maiores e mais dolorosos sofrimentos.

Afirma, ainda, que aquilo que se opõe à civilização é a pulsão agressiva, derivada da pulsão de morte, que convive com a tendência para preservar a vida, mas que tem, também, uma autonomia, fazendo parte da constituição do sujeito. O mais importante aqui é a ideia de que o sujeito humano não é nem naturalmente bom nem naturalmente mau. As duas tendências existem, primariamente, e se transformam na medida em que, ao se mesclarem umas às outras, evitam que a tendência para a destruição se amplie, ganhando terreno. Trata-se, neste último caso, do que Freud denomina da busca de um gozo narcisista (autoerótico), gozo absoluto, que persiste como tendência no sujeito humano e que necessita do trabalho psíquico da libido; ou como afirma Arendt, da função do pensar e do jul-

gamento para que uma mediação aí se produza.

Essa ideia de que originariamente existe a presença de uma tendência para a destruição dos objetos, coaduna-se com a perspectiva de que, inicialmente, existe um eu-prazer que tende a excluir o desprazeroso em direção ao mundo externo dos objetos. Trata-se de um repúdio originário do eu narcísico a tudo aquilo que é estranho ao eu. A constituição de um eu-realidade incluirá parte desse campo, que é externo ao eu, relativizando, assim, sua força primordial destrutiva. No entanto, em cada desencontro, em cada investimento não retribuído ou desejo não satisfeito, o que desponta é o primitivo ódio ao estranho.

Lacan (1972-1973/1985) chama de amódio a estreita relação entre amor e ódio. Afirma que, por mais que exista a presença do amor dirigida aos objetos, algo de real retorna, mesclando as relações humanas com o ódio e, em alguns momentos, fazendo este último preponderar.

Com Lacan, pode-se pensar em um ódio que é fruto da rivalidade imaginária que aparece muito claramente em vários momentos do relato "O mais forte". No entanto, o que o filme revela é que em uma relação pautada na pura rivalidade, a solução do impasse não se resolve apenas quando alguém vence a batalha. Ainda assim, uma insatisfação permanece e parece se concluir apenas com a possibilidade de destruição total do outro.

Esse ponto se expressa, claramente, em um certo momento do relato "O mais forte", quando o dono do Audi parece ter vencido a disputa e tem a chance de ir embora, seguindo em frente seu caminho, mas, repentinamente, retorna como que tomado por um impulso violento e irreprimível. Fica claro que somente com o desaparecimento total do rival poderia haver a satisfação do seu impulso que se tornou incontrolável.

Como somos seres da cultura, banhados desde o início da vida na linguagem e na dependência em relação ao Outro (pessoa, família, sociedade), construímo-nos como sujeitos a partir da imersão nos traços signifi-

cantes que compõem uma determinada época.

Em nossa cultura do narcisismo, das imagens modelares, uma cultura onde falham, exatamente, as referências simbólicas, o que tende a predominar é a ilusão de que a solução dos problemas de convívio humano dependeria da imagem própria unificada. A boa forma, o corpo certo, o amor de si, acaba por aparecer, muitas vezes, como o único esteio que serviria de referência na relação com o outro. Nesse sentido, este outro acaba por ocupar apenas um necessário lugar de ratificação da imagem própria, tranquilizadora do desamparo e da solidão ou, ainda, o lugar de estranho ameaçador que lança cada um de nós no desamparo absoluto.

Creio que a importância do filme se revela, exatamente, pelo fato de nos confrontar com situações radicais em que a impossibilidade de manutenção de um dado narcisismo leva os sujeitos até o extremo de suas ações. Lógica excludente do outro como parceiro de um todo social maior. O deserto que os circunda revela e desnuda uma vida sem a ordem do coletivo, sem princípios comuns, deserto da linguagem onde o que se encontra é apenas a morte e que no filme se revela no abraço derradeiro que une os dois homens, depois de uma luta intensa que acaba por destruir ambos.

Finalizando

Hanna Arendt (1958) sublinha a importância fundamental na sociedade, da função da política, com fins de mediar as relações entre os sujeitos humanos. Política cuja origem etimológica se articula à noção de pólis, que é a ordem pública. Política, enfim, que no seu sentido mais amplo significa a arte de compatibilizar interesses distintos no espaço público; definindo-se como a ação humana que engaja, e responsabiliza, cada um no destino de todos.

É possível observar, não só na América Latina, mas de uma maneira geral no mundo como um todo, exatamente a perda, a fragilização, des-

sa importante função. Vivemos um período no qual, junto ao avanço do capitalismo e da ciência, agregaram-se a descrença, em relação às representações simbólicas tradicionais, e a fragilização de algumas instituições sociais que desde sempre nortearam a vida humana.

À medida que nos tornarmos, apenas, uma sociedade de massas, como indica Arendt, ou seja, uma sociedade composta de indivíduos isolados, atomizados, que não se sentem parte do mundo, responsáveis por suas decisões e pelo destino humano, abre-se espaço para a banalização do mal, da violência e para o crescimento dos sistemas totalitários.

A única coisa capaz de fazer barreira ao crescimento do totalitarismo no mundo contemporâneo é o resgate da capacidade de pensar para, a seguir, agir, permitindo que o sujeito – caracterizado pela enunciação, pelo ato da fala – se instaure, e a diferença, como parte da vida em comum possa ser reconhecida.

Diante da cena final de "Relatos" (2014), creio que o diretor nos coloca em face do horror da situação, um horror que não silencia, mas que, ao contrário, leva-nos a refletir sobre algumas vivências do cotidiano pelas quais muitos de nós já nos vimos tragados. Nesse sentido, creio que a pergunta que emerge para cada um de nós seria: diante do passional que nos constitui, e algumas vezes nos arrebata, como manter viva, na atualidade, a insistência na palavra, numa vida coletiva que construa redes que possam combater a desigualdade humana, acolhendo a diferença e o imprevisível? Estaremos à altura desse desafio?

A psicanálise, desde Freud e Lacan, indica que o trabalho psíquico é algo interminável e fundamental diante da pressão constante do campo pulsional que insiste na direção da Coisa impossível. Tal trabalho, por ser inacabado, se constitui numa aposta na palavra que, dirigida ao Outro, depende do reconhecimento da falta e do desamparo originário que habita todos nós.

Referências:

ARENDT, H. (1958). **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ARENDT, H. (1951) **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Schwarcz, 2012.

ARENDT, H. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

FREUD, S. (1930). **El malestar en la cultura**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2008.

FREUD, S. (1921). **Psicologia de las massas y análisis del yo**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2008.

FREUD, S. (1905). **Tres ensayos de teoría sexual y otras obras**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2008.

LACAN, J. (1953). **Função e campo da fala e da linguagem**. Rio de Janeiro: JZE, 1998.

LACAN, J. (1957-1958). **O seminário, livro 5**: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: JZE,1999.

LACAN, J. (1969-1970). **O seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: JZE, 1992.

LACAN, J. (1972-1973). **O seminário, livro 20**: mais, ainda. Rio de Janeiro: JZE, 1985.

RELATOS Selvagens. Direção: Damián Szifron. Produção: Pedro Almodóvar; Axel Kuschevatzky. Nacionalidade: Argentina, Espanha. Distribuição: Warner Bros. 2014. (122 min.) son. color.

Mal-estar, alienação e o trabalho: entre a identidade e a autoexploração

Willian Mac-Cormick Maron[1]

Não é possível, dentro dos limites de um levantamento sucinto, examinar adequadamente a significação do trabalho para a economia da libido. Nenhuma outra técnica para a conduta da vida prende o indivíduo tão firmemente à realidade quanto à ênfase concedida ao trabalho, pois este, pelo menos, fornece-lhe um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana. A possibilidade que essa técnica oferece de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional e para os relacionamentos humanos a ele vinculados, empresta-lhe um valor que de maneira alguma está em segundo plano quanto ao de que goza como algo indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade. A atividade profissional constitui fonte de satisfação especial se for livremente escolhida, isto é, se por meio de sublimação, tornar possível o uso de inclinações existentes, de impulsos instintivos persistentes ou constitucionalmente reforçados. No entanto, como caminho para a felicidade, o trabalho não é altamente prezado pelos homens. Não se esforçam em relação a ele como o fazem em relação a outras possibilidades de satisfação. A grande maioria das pessoas só trabalha sob a pressão da necessidade, e essa natural aversão humana ao trabalho suscita problemas sociais extremamente difíceis

(FREUD, 1927-1931/2006, p. 87-88, nota de rodapé).

Introdução

O objetivo deste ensaio é apresentar as condições de possibilidade que nos permitam compreender a autoexploração do trabalhador como uma forma de identidade constituída pelas relações de alienação fomentadas

1 Psicólogo. Psicanalista. Doutor em filosofia/PUC-PR. Mestre em Filosofia/PUC-PR. Coordenador do curso de pós-graduação em psicologia clínica e professor titular das disciplinas de psicologia do trabalho da Universidade Tuiuti do Paraná.

por uma lógica do capital e que se apresenta como grande fonte de mal-estar no trabalho.

Focaremos no debate sobre o papel da relação do humano com o trabalho e como este se constrói por meio de processos identificatórios que guardam estreita relação com uma estrutura social a qual chamamos de capitalismo e suas variáveis. Esta relação se constitui como formas de alienação e identificação, convertendo-se em fonte de mal-estar e adoecimento na contemporaneidade. Trabalharemos as relações de trabalho a partir de uma leitura freudolacaniana, com seus aparatos conceituais, para avançar em uma articulação com a leitura contemporânea que Byung-Chul Han nos apresenta em sua obra "Sociedade do Cansaço" (2017), partindo de uma nova subjetividade do sujeito do desempenho – termo cunhado pelo próprio autor para falar sobre uma autoexploração relacionada à produção e as relações de trabalho.

O humano, do trabalho à alienação

A relação do humano com o trabalho nos aparece como uma importante resposta possível a uma pergunta social "quem é você?". O trabalho se mostra como fonte e influência principal do que poderíamos chamar de "identidade do adulto". O adulto se reconhece a partir de sua relação com o trabalho, o que pressupõe que um dos pensamentos históricos e socialmente constituintes da subjetividade humana atual tenha como base a premissa do "sou o que eu faço". Consequentemente tal pressuposto nos apresenta uma nova problemática de difícil resposta que é: "se eu sou o que eu faço, quando eu não faço, quem sou eu?". Tal problemática aparece em forma de mal-estar, sofrimento ou adoecimento assim como nas situações de crise, desemprego e até naquela melancolia que alguns sentem nas férias. Sim, há muitos que padecem nas férias, pois sofrem de uma certa "liberdade" da desvinculação com a identidade organizacional (mesmo que temporária). Alguns pensam "o que eu vou desejar, quando posso

desejar qualquer coisa?". O homem contemporâneo desaprende a inventar desejos e, por pior, desimplica-se dos desejos, de bancá-los quando os constitui. Neste ponto nos aparece a possibilidade de pensar sobre o conceito de alienação.

> Etimologicamente a palavra alienação vem do latim *alienare*, *alienus*, que significa "que pertence a um outro". O outro é *alius*. Sob determinado aspecto, alienar é tornar alheio, transferir para outrem o que é seu. Para Marx, que analisou esse conceito básico, a alienação não é puramente teórica, pois se manifesta na vida real do homem, na maneira pela qual a partir da divisão do trabalho, o produto de seu trabalho deixa de lhe pertencer. Todo resto é decorrência disso (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 12).

Só há vida como conhecemos – dentro de uma estrutura neurótica – a partir das relações de alienação. Alienação está vinculada ao objeto do gozo[2] perdido. É a abertura simbólica ao Outro, sendo que a separação seria o fechamento real ao Outro. Em Lacan (1988, p. 199) é tida como: "[...] a primeira operação essencial em que se funda o sujeito". É um estado que precede a constituição do sujeito. Toda relação de entrega de sentido é de exterioridade e o efeito desse sentido se dá nas relações de diferença. Assim não há identificação sem alienação. A alienação é a base, é o terreno para uma possível constituição de um sujeito como visto na psicanálise. Sem alienação esgota-se a possibilidade de separação e, consequentemente, de emergir de lá um sujeito seja como posição, suposição ou efeito. Estamos em relação de alienação o tempo todo, seja com a família, a religião, os estudos, as teorias, os ofícios, os times de futebol etc. A questão de uma coletividade passa pela relação de alienação, a qual possibilita, com o acréscimo posterior da separação, avançar na direção da constituição do sujeito.

2 Safouan (2006, p. 199-200) nos lembra de que tanto para Freud como para Lacan, o gozo está relacionado "ao desejo da mãe, na medida em que a sua satisfação representa o fim e a abolição de todo o mundo da demanda, está proibido. Essa proibição engendra a ficção de um gozo livre dos limites do prazer, sobre o qual, portanto, não ficaremos espantados se ele confinar com a dor. Seu lugar por excelência é o sintoma".

Ou seja, os indivíduos estariam alienados a uma série de alienações, de desejos já desejados, que no final acabariam sendo levados à constituição do sujeito no campo do Outro como linguagem. É a relação de um indivíduo com um objeto, na qual há uma entrega de sentido, constituinte de subjetividades. Cada vez que nos apaixonamos ou nos inserimos em uma coletividade nos alienamos a este outro. Então podemos verificar algumas questões sobre a alienação: 1) parte de um não reconhecimento de si; 2) há uma exteriorização, uma entrega de sentido vindo do exterior (MARON, 2016, p. 75).

Há uma parcela considerável de trabalhadores que se alienam muito fortemente a um discurso organizacional, perdendo assim a potencialidade de emancipação, estabelecendo uma fronteira, um limite, entre o que é do Eu (trabalhador) e do outro (empresa). As organizações reformulam uma microssociedade com culturas, normas, identidades, valores e imperativos. Se há cultura na sociedade, há cultura na organização; se percebemos valores dentro da sociedade, percebemos valores na organização; se temos questões identitárias na sociedade, temos dentro das organizações. Esta relação entre organizações e subjetividade do trabalhador nos aparece justamente para responder a essa grande angústia do ser humano, que é uma angústia trágica e predominantemente moderna: desde os trabalhos de Immanuel Kant questiona-se sobre "o que é o homem?" (*Was ist der mensch?*). Assim, aparece-nos o humano como uma instância, um objeto de investigação, o único ser que vê sua natureza como uma problemática interrogação.

As organizações empresariais, dentro de uma lógica do capital e do discurso do *business*, buscam responder e estabelecer uma entrega de sentido. O sentido, com sua narrativa de justificação, explicação, significado da existência e caminho a seguir torna-se o produto mais rentável, consumível, por atuar como fator de alívio da angústia. Uma angústia de ser, sem saber o que se é, pois, agora faz parte de uma identidade organizacional,

profissional que se funde e mistura com o eu. Além dos objetos, consome-se felicidade, status, prazer, motivação, liderança, entre outros imperativos sociais e organizacionais. Assim o humano se vê alienado à lógica do capital, que reduz conceitos de felicidade e sucesso a uma relação de produção e consumo. Neste processo, o laço social deixa de ser o objetivo, mediado ou não por um objeto, e este mesmo objeto passa a ser a finalidade em si, a fonte de gozo[3] e satisfação. Ocorre então o que Marx chamaria de fetichismo da mercadoria e a reificação do trabalhador.

> O fetichismo é o processo pelo qual a mercadoria, ser inanimado, é considerada como se tivesse vida, fazendo com que os valores de troca se tornem superiores aos valores de uso e determinem as relações entre os homens, e não vice-versa. Ou seja, a relação entre os produtores não aparece como sendo relação entre eles próprios (relação humana), mas entre os produtos de seu trabalho. Por exemplo, as relações não são entre alfaiate e carpinteiro, mas entre casaco e mesa. [...] A mercadoria adquire valor superior ao homem, pois privilegiam-se as relações entre coisas, que vão definir relações materiais entre pessoas. Com isso, a mercadoria assume formas abstratas (o dinheiro, o capital) que, em vez de serem intermediárias entre indivíduos convertem-se em realidades soberanas e tirânicas. [...] Em consequência, a "humanização" da mercadoria leva à desumanização do homem, à sua coisificação, à reificação (do latim *res*, "coisa"), sendo o próprio homem transformado em mercadoria (sua força de trabalho tem um preço no mercado) (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 12-13).

O capitalismo se sustenta na redução dos laços sociais a uma lógica da produção e de consumo. Sustenta-se com a imagem do trabalhador reduzida ao status de objeto. Objeto, a partir da lógica do capital, é tudo aquilo que pode ser descartado quando não lucrativo. O capital desinveste no

3 "No que diz respeito ao gozo, convém postular, em relação a esta palavra, alguns princípios, a saber, que se introduzimos o gozo o fizemos sob o modo lógico do que Aristóteles chama uma *ousia*, uma substância, quer dizer, algo que não é suscetível de mais ou de menos, que não se introduz em nenhum comparativo, que não comporta nenhum sinal de 'maior' ou de 'menor que' ou de 'igual a'" (LACAN, Seminário 14, lição: 12/4/1967).

humano em favor do lucro. A ausência de investimento no humano retorna na banalização das violências, adoecimentos e até mortes no trabalho.

Em um seminário denominado "O avesso da psicanálise" (1969-1970/1992), Jacques Lacan passa a se debruçar sobre os discursos que compõem o laço social e, consequentemente, tornam-se constituintes e influenciadores da subjetividade humana. Dentre tais discursos, emerge na história o que evidencia uma nova forma de ordenação social, afetiva, econômica e política por uma lógica do capital. Como Jacques Lacan pontua:

> Alguma coisa mudou no discurso do mestre a partir de certo momento da história. Não vamos esquentar a cabeça para saber se foi por causa de Lutero, ou de Calvino, ou de não sei que tráfico de navios em torno de Gênova, ou no mar Mediterrâneo, ou alhures, pois o importante é que, a partir de certo dia, o mais-de-gozar se conta, se contabiliza, se totaliza. Aí começa o que se chama de acumulação de capital (LACAN, 1969-1970/1992, p. 169).

O discurso capitalista oferece um gozo generalista, por meio de uma relação direta da contabilidade e da economia do gozo no objeto. O objeto escolhido pela pulsão conserva o caráter de fetiche pelo consumo, assim "isso se consome, isso se consome tão bem que isso se consuma" (LACAN, 1972/1978, p. 48). Desta maneira, o circuito do gozo se instala na estrutura social e econômica atuando para fomentar a relação gozosa entre produção e consumo, pois "o que é chamado, em outros registros, de meios de produção – de quê? De uma satisfação" (LACAN, 1968-1969/2008, p. 201).

Em um texto denominado "Radiofonia" (1970/2003), Lacan se refere ao conceito de mais-valia[4], cunhado por Karl Marx para instituir a parte

4 Desde Karl Marx (2013 p. 102) "a atividade do trabalhador se faz sob o comando do capital segundo suas leis, e o produto lhe pertence *de jure*. O mais-valor, ou mais-valia, resulta, pois, da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma". Assim podemos pensar que a produção capitalista não é apenas

da força de trabalho que não é remunerada pelo empregador, que obtém, a partir disso, lucro. Lacan retoma Marx para abordar a relação do gozo com a produção. Ele possibilitaria a leitura sobre a mais-valia do seguinte modo:

> A causa do desejo do qual uma economia faz seu princípio: o da produção extensiva, portanto insaciável, da falta-de-gozar. Esta se acumula, por um lado, para aumentar os meios dessa produção como capital. Por outro lado, amplia o consumo, sem o qual essa produção seria inútil, justamente por sua inépcia para proporcionar um gozo com que possa tornar-se mais lenta. (LACAN, 1970/2003, p. 434).

O gozo é aquilo de excesso, o que não serve para nada e que está ligado à economia de uma pulsão. Lacan (1969-1970/1992, p. 17) coloca o gozo como uma forma de caminho para a morte. Assim, faz-se importante levarmos em consideração possibilidades de pensar o trabalho a partir de um paradigma pós-industrial que privilegia o capital como norteador de novos conceitos sobre felicidade, sucesso e gozo. As relações de trabalho balizadas pelo capital podem privilegiar o gozo em detrimento do desejo. Resumidamente e buscando uma não generalização, alienamo-nos ao gozo do consumo a partir da perda do prazer e do sentido que as relações de trabalho poderiam nos proporcionar. Assim, utilizamos o consumo como moeda de troca em relação ao tempo e produto do trabalho que agora pertencem a uma organização.

A psicanálise e o trabalho de se identificar

Há uma possível equivocada tradução de Freud que atribui ao autor o pressuposto de que trabalhar e amar[5] seriam dois dos grandes indicativos

produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O operário não produz para si, mas para o capital. De modo que já não basta que ele, pura e simplesmente, produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o operário que produz mais-valia para o capitalista ou que serve para a autovalorização do capital.

5 Seguindo a nota da tradutora Cláudia Dornbusch: "Essa passagem, além de relevante, foi também bastante difundida, ao nosso ver, de modo equivocado. Na versão corrente, parece

de saúde mental, sendo então apresentados como objetivos de análise. Faz-se imprescindível neste momento constatar que os termos que Freud utiliza no alemão são realizar (*leisten*) e gozar (*geniessen*) e que estes mesmos seriam objetivos do tratamento que visa ao reestabelecimento destas práticas ao enfermo. Vemos aqui o que Freud nos diz, a partir desta nova tradução:

> Assim como a saúde e a doença não são separadas por princípio, mas apenas por um limite somatório determinável a partir da prática, assim também o objetivo do tratamento nunca será algo diferente do que a cura prática [*praktische Genesung*] do doente, o estabelecimento de sua capacidade de realizar e gozar (FREUD, 2017, p. 57).

Assim, podemos perceber o valor que Freud atribui aos termos "realizar" e "produzir". O que podemos ler por realizar (*leisten*) não denota o que poderíamos pensar por produção no processo capitalista, senão uma forma de criar, de algo a realizar com a pulsão. Esta realização seria menos da ordem do gozo e mais da ordem de uma sublimação[6]. Portanto, podemos estabelecer em Freud uma visão menos otimista da relação do humano com o trabalho, sendo que este exige para si grande dose de

---

que o objetivo de uma análise consistiria em estabelecer no analisando sua capacidade de "trabalhar" e de "amar". Entretanto, aqui, Freud emprega termos mais abrangentes: *leisten* (realizar, produzir) e *geniessen* (gozar, fruir de modo agradável). Em uma tradução, menos literal, teríamos: capacidade de realizar [coisas] e gozar [a vida] (FREUD, 2017, p. 61).

6 "A sublimação a pulção constitui um aspecto particularmente evidente do desenvolvimento cultural; é ela que torna possível às atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas ou ideológicas, o desempenho de um papel tão importante na vida civilizada. Se nos rendêssemos a uma primeira impressão, diríamos que a sublimação constitui uma vicissitude que foi imposta aos instintos de forma total pela civilização. Seria prudente refletir um pouco mais sobre isso. Em terceiro lugar, finalmente – e isso parece o mais importante de tudo –, é impossível desprezar o ponto até o qual a civilização é construída sobre uma renúncia ao instinto, o quanto ela pressupõe exatamente a não-satisfação (pela opressão, repressão, ou algum outro meio?) de instintos poderosos. Essa 'frustração cultural' domina o grande campo dos relacionamentos sociais entre os seres humanos. Como já sabemos, é a causa da hostilidade contra a qual todas as civilizações têm de lutar. Também ela fará exigências severas à nossa obra científica, e muito teremos a explicar aqui. Não é fácil entender como pode ser possível privar de satisfação um instinto. Não se faz isso impunemente. Se a perda não for economicamente compensada, pode-se ficar certo de que sérios distúrbios decorrerão disso" (FREUD, 1927-1931/2006, p. 103-104).

esforço e elaboração e movimenta, na subjetividade do indivíduo, componentes de idealização, investimentos libidinais, fantasia e imaginação. Seria o trabalho uma forma de deslocamentos pulsionais, bem vistos pela cultura, mas possível fonte de mal-estar ao trabalhador. A possível transposição do trabalho para além de um mal-estar poderia se estabelecer por uma saída pulsional sublimatória, deslocando a libido a uma tarefa ou ofício e à obtenção de laços com o outro que colaboram com o processo civilizatório.

Esse processo de instituição de laços, poderemos atribuir ao conceito de identificação. A identificação em Freud (1921/2006, p. 81) está ligada ao social e se dá em relação e em posição a um outro como um modelo, um objeto, um auxiliar ou um oponente. Freud descreve o processo da primeira identificação em seu texto de 1923 "O Eu e o Id", no qual relata este processo ligando-o diretamente à construção do ideal do Eu e, consequentemente, seus efeitos duradouros na constituição do indivíduo. Sobre a origem do ideal do Eu, pontua-nos Freud:

> Mas, como quer que seja depois a resistência do caráter às influências dos investimentos objetais abandonados serão gerais e duradouros os efeitos das identificações iniciais, sucedidas na idade mais tenra. Isso nos leva de volta à origem do ideal do Eu, pois por trás dele se esconde a primeira e mais significativa identificação do indivíduo, aquela com o pai da pré-história pessoal (FREUD, 1923/2011, p. 38-39).

Portanto, a primeira identificação em Freud – e a mais importante – é com o Pai. É a identificação que abre o caminho para as relações identificatórias substitutivas conseguintes. Tais identificações seguem um modelo originário que consiste em uma replicação da primeira identificação para o social que permite estabelecer relações de identificação com figuras como líderes, gestores, consultores, empresários e a própria ordenação do mercado como um ideal, algo que ocupará e representará o lugar de um "não-castrado". Estas identificações substitutivas constituem e refor-

çam para este indivíduo o que chamaremos de Ideal do eu. Este ideal se apresenta na representação do ideal do mercado, do empreendedorismo, caracterizando, portanto, uma nova subjetividade predominante na sociedade contemporânea.

Estas relações contemporâneas de alienação e identificação – nas quais quem ocupa o lugar do não-castrado não é mais um personagem, senão o capital – criam um novo padrão de ideal do eu que, pela história, vai se caracterizando como modelo de uma identidade coletiva: o modelo da produção e consumo que se torna fonte de mal-estar e adoecimento subjetivos.

O Ideal do Eu e o imperativo da produção e consumo

Em seu Seminário de número XXIV, logo na primeira lição sobre "A Identificação", Lacan acaba por elucidar de forma didática o que podemos pensar por identidade. A identificação é o que se cristaliza em uma identidade. Esta fixação está em alemão enunciada de outra forma – *identifizierung* –, segundo disse Freud (LACAN, 1976-1977, lição de 16 de novembro de 1976). A temática da identidade nos possibilitará compreender como o sujeito pós-moderno constrói uma narrativa cujo sentido se dá a partir da lógica do capital. Esta lógica internalizada institui uma nova relação do trabalhador com sua identidade. Christophe Dejours, a partir de seus trabalhos, influenciados pela psicanálise em relação ao trabalho, auxilia-nos a pensar a identidade:

> Diferentemente da construção da identidade no campo erótico, a construção da identidade no campo social implica não somente a relação com o outro, mas também a referência a um terceiro termo – o real. O reconhecimento da identidade do sujeito no campo social não é direto; diz respeito à relação que o sujeito mantém com o real. Não se trata, portanto, de um julgamento direto do outro sobre o sujeito, que talvez dependa do amor, mas de um julgamento sobre a relação do sujeito com o real, que, neste caso, se dá no trabalho. O acesso

> ao real não é, nunca, imediato: supõe sempre uma instrumentalização, ou seja, um trabalho. O que o sujeito procura fazer reconhecido é o seu fazer e não o seu ser. Portanto, o reconhecimento da identidade no campo social é mediado. Somente depois de ter reconhecida a qualidade de meu trabalho é que posso, em um momento posterior, repatriar esse reconhecimento para o registro da identidade (DEJOURS, 1999, p. 21).

Assim, percebemos que o trabalho e a produção nos são apresentados como fatores sociais que influenciam primordialmente a constituição de uma identidade, a saber, a identidade do adulto. Essa identidade instaura uma narrativa de justificação da experiência do ser para o mundo social que o indaga, questiona-o sobre o seu fazer. O trabalho é o fator de identificação e reconhecimento do adulto e sua identidade, o adulto se reconhece a partir de sua relação com o trabalho e, por tal, torna-se fonte de realização como de adoecimento.

> O trabalho se inscreve então na dinâmica de realização do ego. A identidade constitui uma armadura da saúde mental. Não há crise psicopatológica que não esteja centrada numa crise de identidade. Eis o que confere à relação para com o trabalho sua dimensão propriamente dramática. Não podendo gozar os benefícios do reconhecimento de seu trabalho nem alcançar assim o sentido de sua relação para com o trabalho, o sujeito se vê reconduzido ao seu sofrimento e somente a ele. Sofrimento absurdo, que não gera senão sofrimento, num círculo vicioso e dentro em breve desestruturante, capaz de desestabilizar a identidade e a personalidade e de levar à doença mental (DEJOURS, 2006, p. 34-35).

O trabalho, portanto, é colocado em um campo de ambivalência entre produzir e adoecer, realizar-se, ou sofrer, obter prazer ou um gozo mortífero. Em seu seminário de número 20, "Mais Ainda", Jacques Lacan (1968-1969/2008) estabelece conceitualmente uma diferença entre o útil e o gozo – o útil como da ordem de um usufruto que estaria dentro de uma noção do direito. Este útil estaria relacionado a um poder usufruir, gozar dos meios sem esgotá-los, aproveitar sem destruir, manter, repartir. Em

contrapartida, Lacan reproduz sua visão sobre o gozo, apresentando uma importante questão sobre o gozo e sua relação com o supereu.

> O que é o gozo? Aqui ele se reduz a ser apenas uma instancia negativa. O gozo é aquilo que não serve para nada... Aí eu aponto a reserva que implica o campo do direito-ao-gozo. O direito não é o dever. Nada força ninguém a gozar, senão o superego. O superego é o imperativo do gozo – Goza!! (LACAN, 1968-1969/2008, p. 11).[7]

O usufruto é o aproveitar de um direito enquanto o gozo é um imperativo estabelecido pelo supereu que busca sempre o mais: o mais comer, o mais consumir, o mais produzir, mais desempenho. O fortalecimento histórico do modelo capitalista fomenta o reforço da construção de um novo paradigma social em relação à produção e ao desempenho. Se a relação com o trabalho se tornou anteriormente a principal influência daquilo que chamamos de identidade do adulto, o desempenho se torna fator preponderante sobre o valor desta identidade. Dentro do capitalismo contemporâneo, o alto desempenho, produtividade e posterior aumento da possibilidade de consumo se apresentam como característica principal do indivíduo bem-sucedido. Aquele que produz mais, pode consumir mais, pode gozar mais e assim ser reconhecido como próximo de um ideal do capital. O alto desempenho é o gozo do trabalhador contemporâneo.

Portanto, faz-se necessário alcançar uma articulação que possibilita pensarmos sobre a gênese do supereu. Ele se instaura nesta diferenciação do Eu e do Id, construindo, a partir do complexo de Édipo (totemismo), uma instância que representa o mundo externo, suas regras, leis, normas e demandas. Para Freud (1923/1980, p. 64), "o supereu deve sua posição especial no ego [...] a um fator que deve ser considerado sob dois aspectos: por um lado, ele foi a primeira identificação, [...] quando o ego era ainda fraco; por outro, é o herdeiro do complexo de Édipo, e assim introduziu

7 O termo cunhado por Freud, para se referir a essa instância que vigia e julga o sujeito varia conforme as traduções. Portanto, nesse texto, o autor está utilizando "superego" ou "supereu" como sinônimos.

os objetos mais significativos no ego". Assim o supereu nos é apresentado por Freud em seu texto "O Ego e o Id" (1923) como um desdobramento de uma lei paterna e de interdição.

> O superego retém o caráter do pai, enquanto que quanto mais poderoso o complexo de Édipo e mais rapidamente sucumbir à repressão (sob a influência da autoridade, do ensino religioso, da educação escolar e da leitura), mais severa será posteriormente a dominação do superego sobre o ego, sob a forma de consciência (*conscience*) ou, talvez, de um sentimento inconsciente de culpa (FREUD, 1923/1980, p. 49).

A partir de Lacan utilizaremos o termo Ideal do eu[8] – diferente de um Eu Ideal[9], que se constitui no que o autor chamaria de estádio do espelho, remetendo a um narcisismo primário, relacionado ao próprio narcisismo dos pais. Assim, o ideal do eu nos aparece como uma das dimensões do supereu, responsável pelo processo de idealização[10] – em favor de algo ou alguém que ocupe um lugar elevado no ideal deste humano. Esta constituição se dá a partir de um complexo edípico que, assim como um conjunto de leis, censuras e normas, estabelece para este sujeito um ideal e que o move em busca deste mesmo ideal. Assim, a instância do supereu se fixa com a internalização da lei paterna e o surgimento do sentimento inconsciente de culpa, gerado pelo masoquismo moral, que institui uma força poderosa para a submissão do Eu. Este ideal, inalcançável, gera no sujeito castrado um sentimento de culpa por não conseguir realizá-lo.

8 Em Lacan, seria a "instancia que se funda na identificação com um significante qualquer, que se torna o critério segundo o qual o sujeito se julga [...]. Podemos dizer que ele representa o sujeito tal como ele gosta de ser" (SAFOUAN, 2006, p. 200).

9 Para Safouan (2006, p. 198) o eu ideal seria ideal na medida em que parece realizado no sujeito. Podemos dizer que ele representa o eu tal como ele gosta de se ver e de ser visto.

10 De acordo com Freud, é "A tendência que falsifica o julgamento nesse respeito é a da idealização. Agora, porém, é mais fácil encontrarmos nosso rumo. Vemos que o objeto está sendo tratado da mesma maneira que nosso próprio ego, de modo que, quando estamos amando, uma quantidade considerável de libido narcisista transborda para o objeto. Em muitas formas de escolha amorosa, é fato evidente que o objeto serve de sucedâneo para algum inatingido ideal do ego de nós mesmos. Nós o amamos por causa das perfeições que nos esforçamos por conseguir para nosso próprio ego e que agora gostaríamos de adquirir, dessa maneira indireta, como meio de satisfazer nosso narcisismo" (FREUD, 1921/2006, p. 122).

Hoje pressupomos uma construção de um ideal diretamente ligado ao alto desempenho, produção e consumo que nunca se esgota por ser um ideal inalcançável ao eu trabalhador. Neste ponto o supereu atua como tirano, repressivo, que impõe cobrança e censura ao indivíduo do desempenho, que se sente culpado por não produzir como está estabelecido pelo seu ideal. Portanto, reforçamos que a relação do capital em nossa contemporaneidade atua na redução do ideal do eu em um ideal de desempenho, consumo e produção como sinônimo de realização e sucesso. Desta forma, o imperativo do gozo estabelecido pelo ideal do eu, "Goze!!", agora se desloca para um novo objeto do gozo para o fetiche do consumo e desempenho, "Produza!!!, Consuma!! Desempenhe!!". O imperativo do gozo pela produção e consumo constitui o superego de um tipo de subjetividade contemporânea, o sujeito do desempenho.

O Sujeito do desempenho e a identidade de autoexploração

O termo "sujeito do desempenho", cunhado pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han em sua obra "A sociedade do cansaço" (2017), é apresentado como um ponto importante de articulação das possíveis visões sobre o sujeito contemporâneo inserido em uma lógica neoliberal. Como cita Han:

> O sujeito de desempenho está livre da instância externa de domínio que o obriga a trabalhar ou que poderia explorá-lo. É senhor e soberano de si mesmo. Assim, não está submisso a ninguém ou está submisso a si mesmo. É nisso que ele se distingue do sujeito de obediência. A queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com que a liberdade e coação coincidam. Assim, o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho. O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo o explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos. Essa autorreferencialidade gera

> uma liberdade paradoxal que, em virtude das estruturas coercitivas que lhe são inerentes, se transforma em violência. Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal (HAN, 2017, p. 30).

Este sujeito do desempenho seria, a priori, assujeitado por um supereu que estabelece um imperativo do gozo através da produção a qualquer custo. Neste caminho, é possível verificar que este tirano (diferentemente daquele chefe autoritário, das antigas fábricas da revolução industrial) não está mais substancializado na figura hierárquica representada por uma pessoa. Este tirano e autoritário que cobra desempenho e censura faltas e falhas já faz parte de uma instância interna ao sujeito, seu ideal. Este novo indivíduo, em sua subjetividade, é apresentado por Han (2017) como efeito de uma mudança histórica, social e econômica do capitalismo para o neoliberalismo que, pela influência da mídia e do mercado, institui a produção e o consumo como indicadores de realização, de sucesso e felicidade. Uma sociedade do mais como produção, consumo, gozo, prazer, felicidade e realização, uma relação de positividade em detrimento das sociedades anteriores. Para Han (2017) "a sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade do desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais "*sujeitos da obediência*", mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos" (HAN, 2017, p. 23, grifo nosso, em alusão a Michel Foucault, que pressupunha uma sociedade disciplinar baseada em uma negatividade, proibição, coerção).

Sigmund Freud é um teórico da repressão em que a sociedade só é possível a partir de uma série de renúncias[11] e proibições pulsionais que se tornam basilares para a constituição e manutenção da civilização. Isso, segundo Han (2017, p. 42), colocaria Freud em um caráter de negatividade, característica típica de uma sociedade disciplinar e do sujeito de

11 Tais renúncias podem ser lidas em textos de Freud como "Totem e Tabu", de 1913, "Psicologia das Massas e analise do Eu", de 1921, "Mal-Estar na Civilização", de 1929, entre outros.

obediência que adoeceria pela coerção moral e repressiva.

Segundo Han (2017), a sociedade de desempenho se desvincula da negatividade, ligando-se a um caráter positivo.

> No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados (HAN, 2017, p. 24-25).

O caráter positivo da sociedade de desempenho institui um sujeito mais rápido e produtivo e reforça um mercado de capital que reduz os conceitos de sucesso e felicidade a uma relação de consumo. Todavia, em contrapartida ao alto desempenho, o sujeito estabelece uma relação precária com os laços sociais e instaura em si um sentimento de culpa pela distância do ideal e de adoecimento por nunca ser capaz e desempenhar o suficiente. A sociedade do desempenho é uma sociedade esgotada, adoecida pela pressão de produzir cada vez mais e melhor. Para Han (2017, p. 27), "o que causa a depressão do esgotamento não é o imperativo de obedecer apenas a si mesmo, mas a pressão do desempenho", que consome a subjetividade como outros imperativos como o da felicidade, sucesso, produção. Assim "o que torna doente, na realidade, não é o excesso de responsabilidade e iniciativa, mas o imperativo do desempenho como um novo mandato da sociedade pós-moderna do trabalho". Sujeito do desempenho, produto da sociedade, a alta performance institui um mal-estar pela não realização e a culpa pelo insucesso e adoecimento.

> Sentimento de culpa nada mais é do que uma variedade topográfica da ansiedade; em suas fases posteriores, coincide completamente com o medo do superego. E as relações da ansiedade com a consciência apresentam as mesmas e extraordinárias variações. A ansiedade está sempre presente, num lugar ou outro, por trás de todo sintoma; em determinada ocasião, porém, toma, ruidosamente, posse da totalidade da consciência, ao passo que, em outra, se oculta tão completamente, que somos obrigados a falar de ansiedade inconsciente, ou, se

> desejamos ter uma consciência psicológica mais clara – visto a ansiedade ser, no primeiro caso, simplesmente um sentimento –, das possibilidades de ansiedade. Por conseguinte, é bastante concebível que tampouco o sentimento de culpa produzido pela civilização seja percebido como tal, e em grande parte permaneça inconsciente, ou apareça como uma espécie de mal-estar, uma insatisfação, para a qual as pessoas buscam outras motivações (FREUD, 1927-1931/2006, p. 138).

Este novo ideal pós-moderno institui uma nova forma de coerção que busca o alcance de um ideal. Este ideal introjetado e cristalizado pelo supereu se estabelece como uma forma de identidade, o que Han (2017) denominará identidade de autoexploração. Se estabelecemos que nos identificamos com um ideal do eu, a identidade da autoexploração e desempenho que constitui um ideal do eu inalcançável torna-se instrumento para o mercado de capital em sua incessante busca de reduzir os conceitos de felicidade e de sucesso às relações de produção e de consumo. A sensação de fracasso pela incapacidade da realização completa mantém o trabalhador em constante insatisfação, o que se torna interessante ao mercado de consumo. O insatisfeito consome, mas para que possa consumir e assim sentir-se satisfeito e realizado precisa produzir. Neste ponto vemos o deslocamento do gozo que destitui os laços e aponta para o fetiche do objeto, da mercadoria que institui um foco no objeto e no consumo em detrimento do laço social. O capital desinveste no laço social para fomentar o gozo autoerótico pelo consumo como resposta a uma sociedade desamparada de objetos. Assim, o capitalismo se sustenta na redução dos laços sociais a uma lógica da produção e de consumo.

Conclusões

Podemos elencar algumas das consequências psíquicas da passagem da sociedade da produção à sociedade do consumo. O trabalho, em sua realização, exige uma considerável dose de investimento libidinal. Isso

justifica colocar o trabalho em um campo de ambivalência, que possibilita ao homem experienciar sentimentos de realização ou de sofrimento, de sentido ou de adoecimento, de constante mal-estar. O humano pode tanto se realizar como adoecer a partir de suas relações de trabalho, pois estão inseridas em uma lógica do capital. A lógica do capitalismo busca reduzir a ordem política das coletividades a demandas corporativas, aos discursos de "*business*" e de relações de consumo. Como alerta Han (2017, p. 127), o "hipercapitalismo transforma todas as relações humanas em relações comerciais. Ele arranca a dignidade do ser humano, substituindo-a completamente pelo valor de mercado". Esta forma de ordenação constitui um novo modelo de subjetividade cristalizada em uma identidade de autoexploração.

> Na sociedade do trabalho e do desempenho de hoje, que apresenta traços de uma sociedade caótica, cada um carrega consigo um campo, um campo de trabalho. A característica específica desse campo de trabalho é que cada um é ao mesmo tempo detento e guarda, vítima e algoz, senhor e escravo. Nós exploramos a nós mesmos. O que explora é ao mesmo tempo o explorado. Já não se pode distinguir entre algoz e vítima. Nós nos otimizamos rumo à morte, para melhor poder funcionar. Funcionar melhor é interpretado, fatalmente, como melhoramento do si-mesmo (HAN, 2017, p. 115).

A autoexploração aponta para uma instância tirânica e coercitiva intrínseca à identidade, operando como um supereu que institui o imperativo do gozo que incide sobre o desempenho. O discurso do capitalista, citado por Lacan, faz deste supereu – ao mesmo tempo – instância proibitiva e provocativa da autoexploração. Para Han (2017, p. 115), esta autoexploração é muito mais eficiente que a exploração estranha, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade.

> A liberdade é propriamente a contrafigura da coação. Ser livre significa ser livre de coações. Apesar que essa liberdade, que tende ser o contrario da coação, gera ela própria coações. As enfermidades psíquicas como a depressão ou a *bournout* são a expressão de uma profun-

> da crise da liberdade. São um sinal patológico de que hoje a liberdade está se transformando em coação. É possível que a sociedade antiga fosse bem mais repressiva que a atual. Mas hoje não somos essencialmente livres. A repressão cede lugar a depressão (HAN, 2017, p. 117).

Não nos esqueçamos que as organizações também se fazem por circuitos afetivos, de gozo, investimentos libidinais, relações de alienação e identificação que ganham uma narrativa sobre o mérito que seduz e que entrega um sentido unívoco sobre sucesso e felicidade ligados a uma relação de produção e consumo. As organizações instrumentalizam, replicam e potencializam discursos de gozo, exclusão e dominação que já fazem parte de estruturas sociais neoliberalistas, capitalistas, religiosas, historicamente vistas etc. As organizações, como outras identidades coletivas, reproduzem sintomas sociais, mas não foram as organizações que inventaram componentes ligados ao trabalho, como a meritocracia e a rivalidade entre irmãos, pois estes já estavam no cerne das relações humanas desde muito antes.

O capitalismo é uma forma de organização social perversa, pois nega as diferenças em favor de um discurso do mérito. A meritocracia é um conceito excludente e conservador... É possível pensar a meritocracia dentro de um campo político e social como uma forma de excluir a partir de uma ideia ilusória de igualdade (pressupondo que todos teríamos a mesma constituição, formação, estrutura e oportunidades) e assim reduzimos o desempenho à ordem de um mérito: "Quem produz mais, merece mais, ou quem consome mais, fez por merecer". Negar as diferenças é uma forma de exclusão, assim a meritocracia exclui, pois se embasa em uma ideia ilusória de que somos todos iguais em nossas oportunidades e constituição, fomentando a segregação e o alto desempenho como um gozo destrutivo.

Viver e responder demandas dentro de uma lógica do mercado, em que são privilegiados conceitos questionáveis e segregatórios, como os impe-

rativos do sucesso e do desempenho, o capital e o mérito, tornaram-se tarefas intensamente dificultosas. Na sociedade pós-moderna nos deparamos com um grande desafio que coloca, de um lado, o capital e seu fetiche autoerótico, o gozo do consumo, do objeto e do desempenho que se mostra com o fator de adoecimento e desagregação dos laços sociais e, de outro, a possibilidade da busca do laço social como forma de identificação e produção de sentido e bem-estar no prazer de usufruir bem a vida com o outro.

Referências:

ARANHA, M. L.; MARTINS, M. L. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DEJOURS, C. **Conferências brasileiras**: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. São Paulo: Fundap; EAESP/FGV, 1999.

FREUD, S. (1921). Além do Princípio de Prazer, Psicologia de Grupo e a Análise do Ego e Outros Trabalhos. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1923). O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 16. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companha das Letras, 2011.

FREUD, S. (1923). O ego e o id. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Edição standard brasileira. v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

FREUD, S. (1927-1931). O Futuro de uma Ilusão/O Mal-Estar na civilização e outros trabalhos. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. **Obras Incompletas de Sigmund Freud**: Fundamentos da Clínica Psicanalítica. Trad. Cláudia Dornbusch, Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

HAN, B.C. **Sociedade do Cansaço**. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LACAN, J. (1972). Du discours psychanalytique. *In*: LACAN, J. **Lacan in Itália**. Milão: La Salamandra, 1978. p. 32-55.

LACAN, J. (1970). Radiofonia. *In*: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

LACAN, J. (1969-1970). **O seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

LACAN, J. **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988.

LACAN, J. (1968-1969). **O seminário, livro 20**: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008.

MARON, W. M. **Do que é feito um líder?** Uma leitura psicanalítica das coletividades e suas identificações. Curitiba: Juruá, 2016.

LACAN, J. **O Seminário. Livro XXIV** – Lo no sabido que sabe de la una-equivocación se ampara en la morra. s.l.: 1976-1977. (Transcrição em espanhol).

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro 01. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAFOUAN, M. Lacaniana I: **Os Seminários de Jacques Lacan**: 1953-1963. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

Organizando a Vida, ou: convém ser comunista para escutar o sofrimento social?

Gabriel Tupinambá[1]

O método deste ensaio é análogo ao daquelas cenas de filme em que a câmera começa a afastar e a rua vai ficando pequena, e vai aparecendo o país, depois o planeta e, por fim, vemos todo o sistema solar. Como também ocorre nessas cenas, há um truque importante nesse plano contínuo ligando o local e o global, o particular e o universal: um momento quase imperceptível em que passamos da filmagem efetiva de uma ruela qualquer para a computação gráfica, um efeito especial que nos permite ver o planeta, depois as galáxias. No caso desse breve artigo, o nosso ponto de partida é um projeto experimental que mistura clínica e política chamado Organizando a Vida, criado e implementado pelo Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia (CEII), no Rio de Janeiro, e a visão "interplanetária" na qual situaremos esse projeto, mas que exige uma certa dose de "efeitos especiais" para ser construída, é a compreensão marxista das transformações contemporâneas no mundo do trabalho.

Sobre o Círculo

O *Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia*[2] (CEII) é um coletivo que trata de organização política, mas o fazemos de maneira bem particular: reunimo-nos para estudar filósofos e pensadores que colocam a organização como uma categoria central da política moderna. Contudo, à medida que vamos formulando algumas hipóteses a partir desse estudo, passamos

1 Psicanalista. Pós-Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura/ PUC-Rio. Doutor e Mestre em Filosofia pelo departamento de Midia e Comunicação da European Graduate School. Graduado em Fine Arts (BA)/Central Saint Martins – College of Art & Design. Pesquisador e coordenador do Circulo de Estudos da Ideia e da Ideologia.

2 Mais informações sobre o CEII podem ser encontradas em http://www.ideiaeideologia.com.

a aplicar essas ideias no nosso próprio coletivo – vamos transformando, assim, nossa forma de deliberar, de lidar com as obrigações, com a divisão do trabalho, e vendo o que acontece, o que não funciona, o que produz resultados novos e positivos etc. Brincamos entre nós dizendo que, no CEII, o membro é ao mesmo tempo cientista e "hamster" de laboratório. Quando achamos algo que funciona de maneira nova ou inusitada, ou que acreditamos estar no caminho certo para responder a problemas similares aos nossos, mas que aparecem em outras organizações, tentamos então extrair da nossa experiência um pequeno modelo organizacional que oferecemos, a título de experimento, para sindicatos, partidos e movimentos sociais. Pode-se dizer, em resumo, que o que fazemos é apostar na dimensão experimental da política.

Além de ter células parcialmente autônomas em várias cidades, o CEII conta também com uma composição política muito variada: membros com orientações diversas, alguns ligados de maneira bastante orgânica a partidos de esquerda, outros que preferem não se envolver com os partidos políticos, e alguns, até, que não se importam com política, na verdade. Temos a posição de não presumir que as pessoas saibam dizer qual é a orientação política delas: quem estiver disposto a seguir as regras que impomos a nós mesmos como coletivo pertence ao coletivo. Parece-nos uma interpretação bem concreta da proposta de Lacan de ser "indiferente em matéria de política".

Organizando a Vida

Foi através da ligação de um membro do CEII do Rio de Janeiro com um sindicato que nos chegou o convite para desenvolver um projeto para a pasta de formação política desta entidade. A oportunidade foi muito bem recebida não só porque nos daria a chance de testar algumas ideias, mas também por fazê-lo em um contexto mais ou menos controlado. Tratava-se de um sindicato de base bastante consolidada e, por conta dessa solidez, a

direção tinha condições não só de apoiar projetos mais progressistas, mas também de expandir sua atuação para outros setores. Foi nesse contexto que tivemos a ideia de elaborar uma consultoria de finanças domésticas com orientação psicanalítica, a qual chamamos de "Organizando a Vida"[3]. A aposta fundamental do projeto é de que, para que a clínica psicanalítica possa realmente se tornar porosa ao sofrimento contemporâneo em um país como o Brasil, é preciso uma transformação radical: um movimento definido menos pelo acesso à psicanálise pelos que sofrem e mais pela capacidade da própria psicanálise de "falar a língua" do sofrimento popular. Isto é, ao invés de subsidiar pública ou privadamente a clínica, para que o dinheiro deixe de ser uma questão impeditiva ao tratamento, trata-se antes de colocar em questão o sofrimento cuja expressão é ela mesma o dinheiro.

Porém, se por um lado o Organizando a Vida faz uma aposta política que coloca um desafio inusitado para o pensamento psicanalítico, por outro também faz uso da análise para confrontar um importante problema dos movimentos políticos e sociais da atualidade, que é o conflito entre a militância e o trabalho. Aqueles que militam normalmente o fazem em seu tempo livre, enquanto que aqueles cujo tempo é consumido pelas demandas do trabalho não têm condições materiais de participar dessa dimensão da vida política de maneira sustentável. Essa disjunção se apresenta de maneira patente na crescente incompatibilidade entre organizações cujo objetivo central é a conquista de benefícios futuros e uma classe social cuja preocupação com a sobrevivência imediata retira suas condições de expectativa política e, portanto, de engajamento coletivo. Para confrontar esse impasse, o Organizando a Vida busca tomar de empréstimo a maneira como a psicanálise habita o mercado – inserindo-se no circuito da oferta e da demanda – reconhecendo aí uma forma de apresentação compatível com as restrições do mundo do trabalho, uma vez que ofere-

3 Mais informações em https://ideiaeideologia.wixsite.com/organizandoavida/projeto.

cemos um serviço que tem benefícios imediatos para a vida financeira do sujeito, mas que é capaz de fazer surgir, de dentro da lógica econômica, uma transformação política no dispêndio do tempo e de dinheiro.

Foi pensando nesses problemas – e na possibilidade de experimentar com novas soluções para eles – que oferecemos um serviço de educação financeira para os sindicalizados e para o setor terceirizado vinculado ao sindicato. O serviço tem, à primeira vista, os seguintes contornos: a pessoa que utiliza esse tipo de serviço quer ajuda para organizar seu dinheiro, aprender no que cortar gastos, com o objetivo ou de criar uma estabilidade nas economias domésticas ou de juntar um dinheiro para comprar um objeto de consumo desejado. À diferença do tipo de trabalho de base que é normalmente associado à esquerda e que busca ganhos sistêmicos, o serviço de consultoria em educação financeira promete de saída ganhos materiais tangíveis, de escopo individual ou familiar. Desse ponto de vista, nós prometemos a mesma coisa que um gestor da DSOP[4] ou outra instituição de consultoria parecida: fazer sobrar um dinheiro através de técnicas de gerência do orçamento doméstico. E é por conta desse ganho que as pessoas normalmente procuram esse tipo de serviço.

Nossa hipótese, no entanto, é que os dois pilares básicos sobre os quais se apoia esse tipo de consultoria são na verdade mais ambivalentes ou complexos do que podem parecer. A elaboração de um orçamento, em que se coloca no papel tudo o que a pessoa recebe e gasta, e a elaboração do planejamento de consumo, daquilo que a pessoa quer fazer a curto, médio e longo prazo, só são tarefas autoevidentes se partirmos de algumas hipóteses bastante rasteiras a respeito da vida econômica. É justamente alterando esses pressupostos que pretendemos fazer uso diferente das ferramentas de gestão pessoal. Falaremos disso mais à frente – trata-se da questão das variáveis da escuta, que é o ponto-chave da aposta teórica que permite ligarmos hipóteses políticas a esse experimento clínico.

4 Serviço de educação financeira nos moldes do coach: https://www.dsop.com.br/.

O dispositivo utilizado até aqui é, no entanto, o padrão para esse tipo de serviço: a pessoa vem para uma consultoria individual com a promessa de mais "saúde econômica" e, por conta dessa expectativa, se dispõe a colocar seu orçamento e seu planejamento na ponta do lápis – isto é, caso realmente suponha que seu "tutor" sabe mesmo alguma coisa sobre organização financeira e que vai saber produzir um ganho a partir desse saber. É aí que entram as peculiaridades do Organizando a Vida. Quanto realmente ganha uma família? É uma informação importante para criar um orçamento detalhado, sem o qual não é possível que o serviço produza efeitos reais para quem o procura. O problema é que não adianta só somar o ordenado do marido com o da esposa. E o tempo que a mãe dela fica com os netos? Isso tem valor – uma babá ou uma vizinha menos simpática cobraria alguma coisa por esse tempo. Toda uma rede de trocas pode se tornar legível quando a bússola é o valor e não o dinheiro, ou quando não é apenas o valor, mas a riqueza, pois essa pode circular através de sistemas diferentes de intercâmbio. Isso se intensifica quando analisamos os gastos. Não adianta somar as contas do mês com o dinheiro que vai para as noitadas ocasionais do filho, ou dar uma estimativa vaga de quanto se gasta no bar com a cerveja no fim de semana: é preciso ainda, depois de bêbado, dar um jeito de lembrar do valor exato dessa conta. E esse é um número que pode – dependendo da relação do fulano com a bebida – não variar de acordo com a vontade do sujeito, por exemplo. As "águas frias do cálculo egoísta" de que falam Marx e Engels no "Manifesto do Partido Comunista" (MARX; ENGELS, 1998) têm uma capilaridade impressionante são um rio cheio de afluentes, alguns visíveis outros nem tanto. Um mapeamento dos gastos reais – incluindo os gastos de tempo – não homogeniza o terreno, mas revela uma paisagem bem mais complexa do que parece à primeira vista.

O campo do planejamento, por sua vez, traz outras complicações. O planejamento a curto prazo tem a especificidade de produzir, em poucas

semanas, uma disjunção: planejamos gastar tanto em tais coisas, mas gastamos mais que isso. O que deu errado? É uma questão que influi tanto no próximo planejamento mensal quanto na elaboração do orçamento. Muitas vezes não sabemos no que gastamos até faltar dinheiro no fim do mês e tentarmos descobrir qual vendaval que o levou. Avisados agora de que os gastos em cigarros e no motel influem mais do que se pensava nos gastos mensais, novas rubricas vão precisar entrar no orçamento do mês que vem. O planejamento, porém, tem suas questões próprias também. O sujeito pede ajuda porque tem a expectativa de balancear suas contas, isso já é parte do seu planejamento de futuro, é uma expectativa. Contudo, nada garante que ela seja realista: é possível mesmo equilibrar as contas com o salário que recebe, mais os bicos de confeiteira da esposa, tendo os custos adicionais com a merenda caseira para o filho, já que a escola não recebe merenda do Estado há meses, e com aqueles vícios que parecem desnecessários, mas sem os quais aguentar a rotina seria talvez impossível? Se o orçamento pode revelar onde está um "sintoma" – uma conta de bar que insiste em ser alta, mesmo tendo tudo pra ser economizável, por exemplo –, no campo do planejamento podemos sem querer tocar na questão da "fantasia". Que tipo de pressupostos estão em jogo – não só pressupostos a respeito da facilidade de enxugar certos gastos, mas também pressupostos sobre o futuro do país, sobre estabilidade da economia, sobre promessas desse ou daquele prefeito, governador ou presidente – nessa projeção futura? E ainda, no caso daqueles que demandam como resultado do serviço um trocado extra, economizado para gastar com algum bem de consumo específico – por que é que ele quer tanto aquela moto? Ele insiste que quer comprar a moto um pouco mais cara, mesmo fazendo as contas e vendo que isso vai lhe custar mais do que pode pagar, ou em comprar a moto sem ter um fogão funcionando em casa. De onde vem o atrativo dessa moto – onde esse sujeito aprendeu a desejar assim? Isso tudo sem falar no fato de que existem muitas pessoas a quem nunca

foi perguntado o que querem para daqui a cinco anos. O que fazer com a inibição frente a essa pergunta? Ou com os planos que "se dissolvem no ar" assim que contados para alguém?

Logo se vê que a pessoa pode até conseguir o que deseja do serviço que propomos – economizar, educar-se sobre suas finanças, sobre a rede econômica que a amarra a sua família, sua vizinhança, seu trabalho, vícios e fantasias –, mas isso não significa que consegue o que quer, isto é, não significa que sua demanda vá ser atendida. A pessoa pode entrar querendo economizar para comprar uma moto e sair querendo outra coisa – nunca se sabe. E essa disjunção entre demanda e desejo é um sinal de que há uma orientação analítica em jogo, ainda que os elementos que constituem esse *setting* não sejam aqueles que organizam a clínica psicanalítica: ao invés de apostar na literalidade do significante na fala, há uma aposta na literalidade da "ponta do lápis", isto é, num dispositivo escrito; ao invés da interpretação incidir na imbricação da economia libidinal com a economia das representações, buscamos incidir no ponto de encontro da pulsão com a economia financeira. Sem falar em aspectos dessa prática que, dado seu caráter ainda incipiente, não temos condição ainda de formalizar em sua especificidade.

Entretanto, podemos parar por aqui a apresentação do dispositivo que estamos tentando construir para começar a dar o *zoom out* de que falamos no início. Ainda que muitos aspectos vitais para a consistência desse experimento não tenham sido mencionados, o simples fato de atrelarmos psicanálise e economia já é polêmico o suficiente para, portanto, dedicar o resto desse ensaio a balizar essa proposta. Interessam-nos aqui, então, os pressupostos que nos autorizariam afirmar que é possível pensar um sujeito através – e não apenas apesar – da vida econômica.

Vamos então do foco local em um projeto pequeno para um sindicato no Rio de Janeiro ao plano mais geral – efetivamente global – que torna nossas hipóteses de fundo inteligíveis.

Desemprego crônico e a experiência do sofrimento

Por que, afinal, nos enveredamos por esse caminho? Se queremos trabalhar com o desejo, por que não oferecer um dispositivo de clínica popular para o sindicato, oferecendo horas gratuitas de análise para interessados? Aqui incide uma hipótese crítica, derivada da análise marxista do capitalismo contemporâneo.

Em seu livro "A banalização da injustiça social", Christophe Dejours (2010) analisa a dessubjetivação do sofrimento do ponto de vista das alterações no mundo do trabalho nos últimos 40 anos. "Mundo do trabalho", no entanto, não significa aqui a organização interna das empresas, os métodos de gerência e controle, mas a dinâmica subjacente da economia de mercado – totalidade essa que não só não pode ser entendida olhando para uma empresa, nem mesmo para um único país.

Tentaremos não nos estender na análise histórica e econômica que baliza o aspecto que interessa diretamente a Dejours, que é a mudança no lugar do desemprego no capitalismo global. Para encurtar uma longa história – na verdade tão longa quanto a do modo de produção capitalista (ARANTES, 2014) – a tese central que nos interessa é aquela que Marx chama de "lei da acumulação capitalista" (MARX, 2011) e que explicita a dupla tendência do capitalismo em relação ao trabalho: empregar as pessoas e extrair valor de sua força de trabalho, pondo-as a produzir por mais horas do que custa para contratá-las – mas, ao mesmo tempo, aumentar a produtividade dessas mesmas horas de trabalho, de modo a precisar de menos pessoas para produzir a mesma quantidade ou até mais. Marx chamava esse primeiro processo de extração da mais-valia absoluta e o segundo de extração da mais-valia relativa. No primeiro caso, o excesso está ligado diretamente ao trabalhador: alguém trabalha 8 horas por 1.000 reais, mas produz nas primeiras 2 horas o suficiente para pagar seu ordenado – que, como toda mercadoria, é valorado pelo custo de reprodu-

ção de uma mercadoria igual, ou seja, outro trabalhador pronto pra fazer aquele esforço – e trabalha as demais 6 horas produzindo uma quantidade de valor que pertence ao empregador. No segundo caso, no entanto, o excesso está em outro lugar: vamos supor que esse trabalhador trabalha só as 2 horas em que produz mercadorias que valem o suficiente para pagar os custos de produção: o custo do espaço, das máquinas, encargos e o salário de 1.000 reais. Esse excesso de valor pode ser extraído investindo nas máquinas com que se trabalha, de modo que nas mesmas 2 horas agora produz-se mais ainda – mesmo que o trabalho custe os mesmos 1.000 reais e ele trabalhe o tempo que era necessário até ontem para cobrir seu salário. Do ponto de vista da mais-valia relativa, não é o "absoluto" do trabalho que avança para além do seu valor de troca, é o tempo "relativo" a esse valor de troca do trabalho que se retrai. Com as novas máquinas, o trabalhador produz mercadorias suficientes para pagar seu próprio salário em 40 minutos.

O que observamos no fim dos "anos dourados" do capitalismo, nos anos 1970, é uma tendência de investir massivamente no aumento da produtividade através das inovações tecnológicas, da revolução informacional etc. As causas desse processo estão ligadas a limites bem conhecidos da valorização do capital através da exploração direta (MENEGAT, 2019). Seus efeitos imediatos são tanto um empuxo à automação extensa de diversos setores produtivos, bem como uma reconfiguração internacional das cadeias de produção, já que o trabalho pode ser cada vez menos especializado e, portanto, fica mais fácil deslocá-lo em vista de baratear os custos de produção.

Porém, outra consequência essencial é que é preciso menos pessoas para produzir uma grande quantidade de mercadorias. No plano "macro", decorre dessa redução do contingente de trabalhadores no processo produtivo o que o Marx chamou de "tendência decrescente na taxa de lucro" (MARX, 2011), já que quem compra a maior parte dessa produção não

são os donos do dinheiro, mas os trabalhadores assalariados – e o problema é que, para produzir todas essas mercadorias, é preciso pagar menos pessoas. Logo, há menos pessoas com salários para comprar de volta o que foi produzido. Marx ironiza que o capitalista quer sempre aumentar a produtividade da sua empresa, reduzindo o número de empregados, mas quer que isso não seja uma tendência geral – o bom é que seus competidores continuem empregando e pagando muita gente para que esses trabalhadores consumam o que esse capitalista tem para vender. Algumas das principais transformações tanto do mercado quanto da política pública – seja pela via do crédito seja pela via de programas de assistência social – servem justamente para tentar responder a essa tendência, para contrabalanceá-la (MENEGAT, 2019). Há, porém, outra consequência disso tudo que não é "micropolítica", mas microeconômica. E é essa que interessa a Dejours.

Pois quando a organização social gira em torno da manutenção do valor das mercadorias – e o valor só se realiza se além de produzidas as coisas forem compradas depois – num cenário em que a promessa de empregabilidade total já não orienta a vida econômica, a realidade do trabalho se altera de uma maneira bastante concreta para o trabalhador. Para simplificar um pouco, o desemprego deixa de ser um hiato entre dois empregos e é o emprego que passa a ser um período excepcional, com o pano de fundo do desemprego estrutural (DEJOURS, 2010). Notem que isso não precisa se refletir automaticamente nas estatísticas de desemprego – e não só porque essas estatísticas em geral não abarcam as cadeias produtivas internacionais do capitalismo contemporâneo, o que torna difícil medir essas tendências, ou porque essa tendência pode se manifestar nas formas de emprego disponíveis, na flexibilização e informalização do trabalho –, mas porque, mesmo que num dado momento histórico a situação do emprego fosse a mesma de antes, a relação lógica entre trabalho e valor já teria se alterado nesse novo horizonte, e é esse novo espaço lógico que influi

na análise de Dejours. Isso porque, em suas pesquisas, o autor percebeu que a diminuição nas queixas de condições precárias de trabalho, na indignação em relação aos cortes de pessoal ou o crescente encobrimento de injustiças e humilhações no local de trabalho por parte dos próprios trabalhadores não se deu porque as novas formas de gestão empresarial converteram o homem numa espécie de 'empresa de si' identificado com os valores da empresa e sua ideologia 'colaborativa', mas, antes, porque a relação entre os próprios trabalhadores se alterou.

Nossa hipótese crítica, e que parece estar em jogo também no diagnóstico de Dejours, é que é preciso diferenciar o mundo do trabalho de sua representação no discurso neoliberal: tratar o primeiro através do segundo – seja acreditando que a realidade do trabalhador nesse novo regime é aquela que os manuais de gestão deixam transparecer ou aquela da qual falam os próprios trabalhadores – pode levar a confusões bastante improdutivas. O que propomos, e que nos parece encontrar respaldo na posição do autor que estamos comentando, é que não se perca de vista a amarração estrutural entre essa "superestrutura" discursiva e sua "base" econômica. Pois uma coisa é achar que o neoliberalismo produz um conflito ali onde não havia nenhum – por exemplo, inventando a figura de um trabalhador ideal que toma a si mesmo como um fornecedor de "capital humano", o que cria impasses na economia psíquica desse trabalhador, que é assim submetido a uma injunção de autonomia e produtividade verdadeiramente insuportável – outra é pensar essas estratégias como maneiras de responder a contradições internas ao mundo do trabalho – seja ao "real do trabalho" (DEJOURS, 2010), que é como Dejours chama a disjunção entre o plano e a execução de qualquer tarefa, seja ao "simbólico do trabalho", que é a maneira como a própria economia relaciona entre si as pessoas que só tem seu trabalho para vender. É justamente essa extensão para além da teoria do discurso, visando a incluir aí uma teoria do modo de produção, que chamamos de "ponto de vista planetário" na

abertura dessa apresentação.

Assim, uma coisa é reclamar das condições de trabalho ou das injustiças quando se sabe que a demissão é um período intermediário antes do próximo emprego, outra é se queixar quando pressupõe-se que esse emprego é um momento excepcional, que pode não se repetir. E mais importante: é bem diferente a experiência de sofrimento no trabalho quando alguém sente que é um luxo ter um emprego para começo de conversa – quando os efeitos da exploração direta se tornam a marca de um estranho privilégio. O espectro do desemprego ronda o trabalhador de uma maneira que altera profundamente sua experiência do trabalho, promove novas estratégias de defesa contra o sofrimento, que precisam agora responder a sua condição estrutural de desempregado em potencial – condição particularmente difícil numa sociedade em que se identificar como um "trabalhador honesto", e não como um "vagabundo", faz tanta diferença aos olhos da família, dos pares e da polícia.

Essa nova relação entre trabalho e não-trabalho, em que o segundo é que dá a forma do primeiro, altera sensivelmente os recursos que o trabalhador tem para lidar tanto com seu sofrimento quanto com o sofrimento alheio (DEJOURS, 2010). Ora, se não é o trabalho, mas o desemprego, que faz a mediação da relação entre os trabalhadores, ou seja, se o trabalho é a "aparência" e o não-trabalho a "essência" de sua posição frente aos meios de reprodução de sua vida, não vai ser falando de seu trabalho que essa pessoa vai dizer algo de sua posição efetiva – o silenciamento do sofrimento deixa de ser sua falta de expressão e passa a ser sua forma de expressão. E ser reconhecido como um trabalhador passa a ser uma maneira de se reconhecer entre desiguais – é a carteira de trabalho representando o sujeito para a polícia, é o privilégio de ter uma ocupação formal representando a pessoa para os parentes desempregados, é o mascaramento da realidade do trabalho representando o funcionário para seu gerente ou superior. No entanto, o trabalho não garante nem o reconhe-

cimento pessoal nem o reconhecimento de uma condição comum com os demais trabalhadores, tampouco – à guisa de promessa – uma mediação com aqueles que estão desempregados. Ao contrário, as "estratégias coletivas de defesa" contra o sofrimento passam a se articular muitas vezes através desse próprio silenciamento – em que quem reclama é inclusive visto como um "frouxo", por exemplo – e um "realismo cínico" passa a ser o último refúgio da dignidade: quanto mais a pessoa aceita as condições péssimas da vida no trabalho, mais demonstra realmente ser capaz de lidar com sua real condição de vida, quanto mais se permite confundir com o ideário gerencial que circula dentro e fora das empresas, mais garante o valor fálico de seu silêncio. Estamos deixando de lado aqui outras estratégias diferentes, por exemplo aquela analisada pela socióloga Ludmila Abílio em seu livro "Sem Maquiagem" (ABÍLIO, 2014) sobre as revendedoras de produtos da Natura, que apesar de peças importantes na estratégia da empresa, identificam-se muitas vezes como consumidoras e não como vendedoras de seus produtos. No momento, o crucial para nós é constatar que o mundo do trabalho deixa de ser o mundo do trabalhador e, sem mundo – isto é, sem um horizonte comum de expectativas –, não há como transformar o sofrimento em uma demanda (DUNKER, 2014).

Ora, se a disjunção entre demanda e desejo é o básico de uma psicanálise – demandamos do analista que dê sentido para isso, que faça aquele problema sumir etc, e o analista evita identificar-se ali, para descobrirmos quem é esse outro cujo endereçamento estrutura nosso desejo – a transformação de sofrimento em uma demanda é o catalisador sem o qual o processo analítico nunca se iniciaria (DUNKER, 2014). É o que observamos quando levamos o divã para ocupações por moradia, para comunidades da periferia. Se não há uma questão externa mediando a entrada em análise – por exemplo, a violência na ditadura, a violência policial – ou uma metodologia adaptada ou extrínseca – sessões em grupo, por exemplo – o que normalmente acontece é que há sofrimento, mas não há de-

manda. Às vezes até existe a demanda de que o analista permita à pessoa retornar ao trabalho – ou à procura de emprego – o mais rápido possível, mas uma vez ficando claro que a análise vai transformar esse sofrimento numa questão e não numa solução, o espaço clínico ele mesmo parece se dissolver no ar.

O importante é notar que, quando situamos a questão do discurso dentro das contradições intrínsecas à esfera econômica, o que emerge como uma novidade é menos a "gramática" do empreendedorismo como forma de sofrer e mais o novo estatuto do sofrimento enquanto tal e, ainda que isso determine certamente a maneira como algo será dito em análise, determina de maneira mais profunda o próprio engajamento do analisando com o processo analítico. Em suma: do ponto de vista do marxismo, a questão de por que nem todo mundo tem condição de se engajar numa análise pode tornar-se uma questão analítica.

A história das variáveis da escuta clínica

Isso nos traz ao subtítulo do trabalho: "convém ser um comunista para escutar o sofrimento social?" e ao "efeito especial" que faz a ligação entre o problema local – como escutar um sofrimento cuja forma de expressão é a mudez? – e esse panorama global – as mudanças no mundo do trabalho com o fim do horizonte de empregabilidade total. O truque, como falamos antes, tem a ver com a ideia de "variáveis" da escuta clínica. Sua função aqui é ligar a nossa análise sócio-histórica aos protocolos locais do Organizando a Vida, tentando justificar de que maneira essa passagem incrementa nossa compreensão do que é possível fazer clinicamente sem por isso comprometer o que é essencial sobre a orientação psicanalítica.

Na verdade, esse aspecto das "variáveis" não é um truque – do mesmo jeito que a integração da computação ao material filmado também não é: para fazer aquilo é preciso de um complexo sistema de cálculos, baseado na matemática matricial e no trabalho de profissionais competentes. En-

tão, o aspecto das variáveis também mereceria talvez uma exposição mais técnica em algum outro momento – por agora vamos ter de nos contentar com o equivalente a uma computação gráfica de "filme B" dos anos 1990.

O conceito lacaniano de significante (LACAN, 1998a), com toda sua sofisticação, no fundo diz respeito ao que é legível na fala do paciente – simplificando, ele serve para pensar o que é "significante" na escuta. E nós podemos pensar esse conceito pelo menos por dois aspectos: o significante em relação ou em isolamento (EYERS, 2012). Em relação, o conceito de significante nos permite entender o silêncio do analista: uma vez desfeito o pressuposto de que haveria uma relação pré-estabelecida entre o que é dito e o seu significado, de modo que o analista poderia checar o sentido da fala do analisando num dicionário psicanalítico, o que resta a fazer é esperar e ver como a própria continuação do que se diz vem significar o que foi dito anteriormente. O conceito de significante, entendido em sua relação com os demais significantes da fala do paciente, orienta a escuta do analista pelo princípio de que a significação é uma atividade intrínseca à fala do sujeito. Contudo, o significante também pode ser tomado em isolamento, e é desse ponto de vista que esse conceito orienta a intervenção do analista – o controle do tempo da sessão, as interpretações etc. É o significante que não se reintegra na significação, que fica ali atormentando o falante: a gente quer dizer uma coisa, mas acaba falando outra, ou então quer descrever uma situação de maneira específica, mas não consegue evitar usar as mesmas palavras que descreviam aquela outra situação. Uma das maneiras de entender esse tormento do significante que resiste à significação é pela via da repetição: escutamos o significante para além da significação justamente porque ele se repete, seu isolamento diferencial é fruto de sua repetição, um pouco como quando repetimos uma palavra várias vezes e ela vai perdendo o sentido e ficando quase que só o som – Jacques Lacan inclusive dava a definição de que "só o que se repete pode ser interpretado" (LACAN, 2008).

Outra maneira de entender o significante em isolamento é pela via da impotência. Isso porque a subjetivação dessa repetição, disso que insiste em não sair como queremos, costuma aparecer como a experiência ou de um "eu não consigo fazer ou falar tal coisa" ou de um "eu não consigo não fazer ou falar isso ou aquilo". Aqui também Lacan tem uma boa fórmula, quando diz que a análise consiste em fazer passar "da impotência à impossibilidade" (LACAN, 1998b), isto é, intervir de modo a tornar legível a impossibilidade estrutural do significante fixar seu significado, relação que só se torna estável através da própria fala do analisando.

O que chamamos de "variáveis" da escuta seria uma terceira maneira de pensar esse significante em isolamento. Consideramos uma repetição algo que poderia variar, mas não varia, ou uma variação que afeta algo que era pra ser constante. A experiência de impotência vem justamente daí: eu quero que alguma coisa varie, mas ela não varia, ou então eu quero que alguma coisa permaneça, mas ela descamba toda vez. Ou seja, podemos pensar a "infraestrutura" da repetição em termos do espaço de variações possíveis e daquilo que permanece invariável do ponto de vista desse espaço. A "significância" do significante (NANCY; LACOUE-LABARTHE, 1991) – e portanto nossa capacidade de escutá-lo – é uma consequência ou efeito dessa relação entre variáveis e invariáveis: aquilo que nunca variou pode ser considerado um pano de fundo insignificante, aquilo que sempre varia também não compõe o relevo desse espaço – são as coisas que eram invariantes e de repente variam e aquelas que poderiam ser diferentes mas produzem um padrão invariante que consideramos significantes na escuta. São "relevantes" no sentido de contribuírem para a deformação e informação do espaço do que é possível e impossível de dizer. Ou seja, dependendo de que elementos consideramos passíveis de variação, algumas estabilidades na fala vão contar como partes constitutivas desse espaço – aquilo que não poderia ser diferente pra ninguém, então não tem nada de singular – e outras vão contar como formas que devem sua fixação a uma

força instituinte – aquilo que poderia ser diferente, mas o é de uma certa maneira, nesse caso específico. A questão do campo de variáveis contra o qual escutamos uma repetição não diz tanto respeito à maneira como o significante é significado na fala, nem com a forma como o analista marca o hiato entre o significante e seu sentido, mas às condições formais para que um significante seja "escutável" – para começo de conversa.

Por exemplo, Freud demorou um tempo burilando o que considerava passível de variação na sexualidade humana. Sua teoria da sexualidade infantil serviu primeiro para mostrar que a sexualidade genital não é natural, mas fruto de um processo histórico e, portanto, sujeita a contingências: um processo que acontece com o corpo da gente já aí no mundo e através do qual a criança encarna no próprio corpo, numa trajetória feita de bricolagens, inversões, experimentos, interrupções, grandes sustos. Porém, é possível sustentar – e com isso escandalizar a "moral civilizada" – que a sexualidade tem história concreta e contingente sem abrir mão da suposição de que a maturação genital seria um destino, uma invariável para a boa satisfação sexual, contra a qual variações são deformações ou desvios. Contudo, é uma coisa bem diferente inverter a ordem dos fatores e afirmar que a sexualidade é uma grande bagunça, sem destino necessário, de modo que até mesmo a heterossexualidade adequada aos critérios normativos de uma dada época não deixa de ser uma solução precária e local para o gozo sexual. Ou, como diz a filósofa Alenka Zupancic, afirmar que "a sexualidade é o paradoxal desvio de uma regra que não existe" (ZUPANCIC, 2018, p. 19). O que se altera nesse segundo caso é que, do ponto de vista da hipótese de que o espaço de formas de satisfação possíveis é – digamos – universalmente insatisfatório, passamos a poder escutar a estabilidade de uma repetição sustentada pela normatividade vigente como sendo ela mesmo uma fixação, uma invariância local, e não algo insignificante já que não poderia ser diferente de qualquer maneira – ou seja, passa a se colocar a questão da heterossexualidade como uma pato-

logia como qualquer outra.

Para reiterar, o ponto de vista das variáveis da escuta é, assim, o ponto de vista do compromisso do analista com aquilo que ele defende estar sujeito à contingência, seu compromisso com o pano de fundo contra o qual algo pode ser escutado como significante. Vale notar mais uma vez que não estamos falando de significação – o ponto todo aqui é o que vai poder chegar até nós como uma repetição ou como uma impotência e não como a coisa vai ser depois recoberta pelas explicações e deslocamentos do próprio falante, ou pior, pelas elucubrações do próprio analista.

O que sugerimos aqui é que existe uma história dessa relação entre significância e insignificância que é menos uma história dos pacientes que chegam ao divã, ou uma história das formas de sofrer, e mais uma história dos compromissos do que a psicanálise afirma ser passível de variação no mundo. De Freud a Lacan, por exemplo, observamos um alargamento das variáveis ligadas à sexualidade, de modo que o regime do que é significante escutar e do que podemos deixar para lá se alterou com o psicanalista francês. Os debates sobre a homossexualidade, sobre o gênero, também mobilizam essa fronteira entre o que é "naturalmente" invariável e o que, podendo ser diferente, deve ser considerado uma invariável local que implica um sujeito singular. Entretanto, há também, num plano um pouco mais aberto, um outro aspecto dessa mesma história que diz menos respeito à "amplitude" das variáveis ligadas aos costumes e culturas e mais à afirmação de que existem outros espaços em que a relação entre variáveis e invariáveis também implica a subjetividade.

Essa outra história foi, até agora, basicamente a história da suplementação da livre associação no campo da cultura com a livre associação no campo do Estado. Isto é, além de debater o quão contingente as variáveis culturais são, o que torna cada vez mais interpretáveis as fixações, passamos também a debater o quão contingente é a distribuição, promoção e garantia de direitos sociais. Trata-se menos de uma maneira de levar

em conta a representação social na clínica – o que poderia descambar para uma tentativa de encontrar um sentido político por baixo de certos fragmentos da fala do analisando – e mais a inclusão de uma segunda hipótese por parte do analista, uma hipótese a respeito da potência da democracia. É justamente por afirmar que a democracia seria capaz de suportar a alteridade, ou seja, por afirmar que o espaço de possibilidades do direito e do reconhecimento social não é a-histórico ou transcendental que certas formações da fala, em que o sujeito desaparece para dar lugar a uma visão do Estado como um domínio onipotente, pode ser interpretado. Isso não garante que essa interpretação seria possível nas mesmas condições da clínica tal como a conhecemos, mas pelo menos se torna pensável a construção de uma orientação psicanalítica a questões ligadas ao reconhecimento social. Ou seja, há uma espécie de aposta, por parte de alguns analistas, de que o espaço de representações sociais possíveis é muito mais variável do que como se apresenta aqui e ali, numa dada conjuntura ou situação, de modo que se torna possível localizar a atividade de um sujeito na transformação dessa contingência em uma determinação ou indeterminação necessária através de sua fala. Muitas pesquisas interessantes a respeito de processos de anomia e invisibilidade social, da violência perpetrada pelo ou com o consentimento do Estado e de outras questões ligadas ao reconhecimento do sofrimento social hoje se iniciam com essa aposta "metapolítica" na plasticidade e variabilidade da democracia radical, a partir da qual diferentes estudos e experimentos clínicos são atualmente elaborados (MARGENS CLÍNICAS, 2018).

O que argumentamos, portanto, é que uma condição para poder reconhecer o potencial analítico de um experimento que tenta incluir a vida econômica na escuta clínica, como é o caso do Organizando a Vida, é sustentar a hipótese de que a esfera da economia política – o mundo da produção e reprodução material da vida - poderia ser diferente do que é. É do ponto de vista do compromisso com a equivocidade ou variabilidade des-

se espaço associativo que se tornam significantes certas fixações, deslizes etc. Ora, o nome dessa hipótese, na modernidade, é justamente hipótese comunista (BADIOU, 2012).

Convém ser comunista para escutar o sofrimento social?

Partimos de uma hipótese crítica, derivada do marxismo: pensar o sofrimento no neoliberalismo não é pensá-lo apenas a partir do discurso neoliberal, mas também a partir das transformações no modo de produção capitalista às quais esse discurso responde. Isso implica, por exemplo, considerar como o estranhamento entre trabalhadores precede e determina sua adesão ao discurso gerencial. Implica, também, reconhecer o novo estatuto do silêncio e a banalização da injustiça que decorrem desse estranhamento, o que traz novos desafios para quem busca escutar o sofrimento social.

Em seguida, uma hipótese teórica. Afinal, de nada adianta essa análise das transformações macro e microeconômicas se nenhuma orientação localizada pode ser derivada daí. O risco aqui é tomar essa narrativa sobre o capitalismo por um modelo de determinações transcendentais que nos ensinaria o que ouvir na clínica – atrelando significados políticos à emergência de certos significantes na fala do paciente. Uma transição rigorosa de nossa perspectiva marxista para a dimensão clínica precisaria, ao contrário, nos ensinar como ouvir, isto é, como estender o espaço da escuta sem prescrever o que vai aparecer ali. Sugerimos, então, que há uma história da escuta clínica que é a história da luta pela demarcação da fronteira entre significância e insignificância, entre quais invariâncias na fala ressoam com aquilo que o analista defende ser estruturalmente variável e quais invariâncias ressoam com aquilo que não poderia ser diferente. Sugerimos, ainda, que essa história é multidimensional: não diz respeito apenas à variabilidade da cultura e dos costumes, campo no qual a relação transferencial se insere mais tradicionalmente, mas também é a história

pela demarcação do que é variável no Estado e na economia. Afirmar que há um sujeito no mundo dos direitos sociais e do reconhecimento público é a hipótese da variabilidade radical da democracia que condiciona a escuta do sofrimento de uma maneira nova. Porém, é possível também afirmar que há um sujeito implicado no mundo da subsistência econômica, isto é, há um processo através do qual as práticas produtivas historicamente contingentes se reescrevem como necessárias – essa é a hipótese da "crítica da economia política", é uma hipótese comunista. Nossa hipótese teórica é que a única maneira de garantir o rigor da transição de nossa apresentação sociológica das condições subjetivas ligadas à esfera do trabalho no capitalismo contemporâneo para um experimento clínico em que a escuta analítica seja preservada é adicionando a esse experimento uma hipótese a respeito da variabilidade intrínseca à vida econômica.

É considerando ambas as hipóteses que podemos compreender o nosso pequeno projeto experimental, o Organizando a Vida. Trata-se de uma maneira de criar condições artificiais nas quais a demanda por saúde econômica possa ser interpretada – isto é, que um desejo possa se tornar legível nos interstícios dessas determinações.

Como adiantamos, uma série de aspectos desse projeto não são antecipáveis: as condições transferenciais, o manejo efetivo das expectativas de ganhos materiais, as formas de intervenção ou mesmo se a coisa toda vai sair do chão, para começo de conversa. Ou seja, não temos como saber se convém ou não ser comunista para escutar o sofrimento social. O que é entusiasmante é a possibilidade de deslocar a resposta desta questão para o sujeito do procedimento, que é quem vai nos poder dizer, mediante seu próprio esforço e experimentação, se essa hipótese é consequente ou não.

Referências:

ABILIO, L.C. **Sem maquiagem**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARANTES, P. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BADIOU, A. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

DUNKER, C. **Mal-estar, Sofrimento e Sintoma**. São Paulo: Boitempo, 2014.

EYERS, T. **Lacan and the concept of the real**. London: Palgrave MacMillan, 2012.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.

LACAN, J. (1972-1973). **O seminário, livro 20**: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.

LACAN, J. (1968-1969). **O seminário, livro 16**: de um Outro a outro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARGENS CLÍNICAS. **Dispositivos de escuta e deformação**. São Paulo: ISER, 2018.

MARX, K. **O capital**. V. 1. São Paulo: Boitempo, 2011

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MENEGAT, M. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

NANCY, J-L; LACOUE-LABARTHE, P. **O título da letra**. Rio de Janeiro: Escuta, 1991.

ZUPANCIC, A. **What is Sex?** Massachusetts: MIT Press, 2017.

Migração e trabalho: campo de humanos encontros

Cristiano Dal Forno[1]

O trabalho é, em essência, campo de encontro. Ao trabalhar, o sujeito encontra-se, em maior ou menor medida, consigo mesmo, desenvolvendo-se e descobrindo potencialidades próprias frente aos desafios que a realidade laboral lhe impõe. É precisamente nesse sentido que Dejours (2012) afirma que, no trabalho, a habilidade sucede o desempenho. Primeiro, um sujeito desempenha uma tarefa que lhe tenha sido confiada e, a partir da superação das dificuldades encontradas, desenvolve-se. Essa compreensão enfatiza que é no enfrentamento da situação laboral real que o sujeito vence o hiato existente entre o prescrito para a tarefa e aquilo que ele é, de fato, levado a realizar, inventando propriamente o trabalho e, na medida em que integra a experiência vivida à sua personalidade, ampliando-se subjetivamente.

É também no trabalho que se dá o encontro do sujeito com o outro, diferente do si mesmo, que impõe barreiras a serem vencidas para que a cooperação aconteça no labor que a ambos se confia. Esse encontro, entretanto, nem sempre se dá harmonicamente, sobremaneira nos casos em que diferenças culturais se interpõem ao convívio pacífico e à ação laboral conjunta. Conforme preconizado por Freud (1914/2004) no alvorecer da psicanálise, se, por um lado, o sujeito, para não adoecer, precisa deixar para trás seu egoísmo inicial, seu narcisismo primário, dirigindo seu interesse à alteridade, por outro, é também Freud (1930/2006) quem identifica as relações humanas como sendo a principal fonte de sofrimento, sobremodo nas situações em que a hostilidade e a agressividade – tão humanas – sobrepõem-se aos interditos que a civilização lhes impôs.

1 Psicólogo. Mestre e Doutor em Psicologia/PUC-RS. Professor Adjunto do Curso de Psicologia da Escola de Ciências da Saúde/PUC-RS.

Nesse sentido, no exercício intrapsíquico e intersubjetivo para o qual o trabalho profissional convoca, muitas são as variações nos encontros que as distintas configurações podem oportunizar aos trabalhadores. Diretamente relacionado à busca por melhores condições de vida, um crescente de sujeitos tem, historicamente, se deslocado para diversas partes do mundo, em migrações voluntárias e involuntárias (EBERHARDT; MIRANDA, 2017; NUNES; OLIVEIRA, 2015). Como consequência, o trabalho representa privilegiado campo de encontro de sujeitos que, oriundos de diferentes culturas, trazem consigo distintas visões de mundo que impactam diretamente na interação e cooperação exigidas pelo exercício laboral, podendo produzir desfechos em que a hostilidade voltada ao estrangeiro pode implicar em sua exclusão, via práticas de flagrante ou velada violência.

Propõe-se, neste capítulo, tendo como cenário o encontro intersubjetivo e intercultural que o exercício laboral produz, um possível cotejamento entre o trabalho profissional e a migração transnacional que, nomeadamente, assuma a complexidade de desdobramentos psíquicos daí decorrentes. Para tanto, faz-se a revisão dos pressupostos psicanalíticos da formação da civilização que permitiram a integração dos sujeitos em prol do trabalho, destacando a relevância que os interditos culturais representam para o surgimento do laço social civilizatório. Dessa retomada, sublinham-se algumas hipóteses do que poderia estar produzindo a exclusão e a inegável violência voltada ao estranho, contemporaneamente encarnado, especialmente, pelo migrante, sobremaneira nos casos em que seu deslocamento fora motivado pela busca de melhores condições de vida que envolvam conseguir trabalho na terra de destino. Por fim, apresenta-se o trabalho como paradoxal campo de padecimento, quando a diferença que o outro representa é desmentida, ou como importante recurso de saúde e acolhida ao estrangeiro, mediante práticas de reconhecimento e cooperação.

Trabalho como vetor de atração e expulsão na migração

Em sua dimensão de intercâmbio cultural e inserção social, o trabalho profissional afigura-se como um analisante central das diásporas humanas, sejam as históricas, sejam as contemporâneas. Destacam-se, entretanto, recentes mudanças no volume e nos padrões migratórios em todo o mundo, relacionadas às crises recentes do capitalismo, à globalização e reestruturação da economia, à divisão internacional do trabalho e à internacionalização dos mercados (EBERHARDT; MIRANDA, 2017). Os fluxos migratórios podem se explicar por fatores de expulsão e de atração. Do lado dos fatores de expulsão, estão os altos índices de violência, baixos salários, altos custos de vida, desemprego, violação de direitos humanos, entre outros; contrastando, do lado dos fatores de atração, destacam-se as melhores condições de vida e trabalho e o acesso a bens e serviços (EBERHARDT; MIRANDA, 2017).

Na relação estabelecida entre migração e trabalho, diferenciam-se, de um lado, os migrantes qualificados profissionalmente, para os quais os Estados de chegada devotam sua predileção e exercem forte atração (NUNES; OLIVEIRA, 2015; VILLEN, 2017), e, de outro, aqueles estrangeiros que, por não possuírem as qualificações profissionais valorizadas, enfrentam rechaços ou, muitas vezes, são forçados a trabalhos indocumentados (VILLEN, 2015). Nesse sentido, considera a Organização Internacional para as Migrações (OIM) ser o migrante qualificado aquele trabalhador "a que, devido às suas qualificações, geralmente é concedido um tratamento preferencial relativamente à admissão num país de acolhimento (e, consequentemente, está sujeito a menos restrições [...])" (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, 2009, p. 45). Denota-se, assim, que o trabalho potencialmente produzido pelo migrante, com os frutos que deste possam decorrer, é elemento valorizado, facilitador de sua acolhida em muitos países, assumidamente mais eficaz do que as

políticas estatais de caráter humanitário. Está-se a tratar, desse modo, de uma migração intencionalmente selecionada, pautada prioritariamente pelos interesses das comunidades de recepção e não pelas necessidades dos sujeitos que migram.

Nessa perspectiva, registram Nunes e Oliveira (2015) que os valores que caracterizam a aceitação ou a rejeição de migrantes se assentam e se expressam, cada vez mais, nas leis e políticas públicas que regem o tema em vários países. Coerente com essa leitura, Villen (2017) expõe que, na contracorrente da migração indocumentada – principal forma de migrar imposta atualmente à maior parte dos migrantes e refugiados –, a migração qualificada é a única via de acesso que permite a entrada pelo ultrasseletivo e burocrático circuito legalizado da migração por motivo de trabalho. Segundo a autora, que se sustenta na revisão de estudos de diferentes países, os governos dos Estados encorajam o mercado de recursos humanos e de competências de trabalho para setores específicos nos quais são deficitários, tais como indústria, serviços e finanças, em âmbito público e privado, mesmo que de forma reticente em relação à permanência desses migrantes nos territórios de acolhida. Destaca, ainda, que na última década os fluxos de migração qualificada assumiram singular relevância no Brasil, mostrando-se em estatísticas crescentes, não somente em quantidade total de trabalhadores, mas também em velocidade de entrada e saída, em diferentes categorias profissionais, nacionalidades e setores econômicos implicados.

Nesse campo de contrastes, que se fazem refletir nas políticas de acolhida migratória, Nunes e Oliveira (2015) sublinham a facilitação, por parte dos Estados receptores, da permissão de ingresso de migrantes com certos perfis profissionais e cuja escolaridade seja coerente com as estratégias de desenvolvimento dos governos e esteja sintonizada às necessidades de seus mercados de trabalho. Os autores ponderam que tal qualificação profissional é um poderoso instrumento de restrição e de

discriminação em relação aos migrantes, considerando-a como um fator ambíguo, pois, ainda que aparentemente possa incluir o estrangeiro, também é uma forma de excluí-lo, uma vez que privilegia apenas alguns perfis laborais. Em situação de precarização, encontram-se os migrantes que ficam fora desse seleto grupo, dentre os quais se destacam os que se veem diante da necessidade de trabalho indocumentado, consequência das condições em que se puderam dar seus deslocamentos e ingressos no país de destino. De acordo com Villen (2015), os anos 1960-1970 são um marco para se compreender a larga produção, tanto nacional quanto internacional, da situação indocumentada como estratégia de estruturar a entrada e a permanência – e, por consequência, o trabalho – de um tipo de migração tida como "não escolhida", decorrente do aparato burocrático que se criou em resposta aos movimentos migratórios. A autora ressalva que a "clandestinidade", isto é, o ingresso não documentado de migrantes, pode ser entendida como um objetivo institucionalmente perseguido que é produzido e reproduzido por políticas e leis migratórias em nível global. A relevância do fenômeno é tal que Villen (2015) considera ser muito difícil que se encontrem estudos acerca da migração internacional que não constatem, ao menos, o fato da indocumentação como estando presente nas dinâmicas do fenômeno na atualidade.

Certamente, esse estado de coisas não é fortuito. Implicitamente, tal burocratização soma-se aos tantos impedimentos que são interpostos ao estrangeiro, em movimentos que tentam dificultar seu estabelecimento no território e junto à nação de destino, que teme perder sua soberania para este que ingressa em busca de algo para si. Nessa dimensão, Agamben (2017), quando apresenta o refugiado como figura central da história política contemporânea, destaca o abalo provocado por este à velha e harmônica fórmula que relacionava Estado-nação-território, isto é, à identidade existente entre nação – com os direitos de cidadania daí decorrentes – e soberania atrelada à condição de nascimento em um determinado territó-

rio. Com a presença cada vez mais expressiva de estrangeiros, migrantes e refugiados que reivindicam direito de acolhida nos diversos países do globo, tal arranjo se mostra abalado, trazendo consequências ao convívio social.

Nesse universo de relações que põem em movimento as representações sobre os diversos níveis de pertencimento, o encontro intersubjetivo que o campo do trabalho profissional oportuniza põe em cena a ameaça que o outro, com suas diferenças, pode representar. Tal ameaça pode evocar, como reação, a hostilidade, tão humana, que o laço civilizatório historicamente tem se esforçado em silenciar. A compreensão acerca do trabalho profissional como espaço de encontro, sobremaneira em arranjos em que a migração promove a aproximação de sujeitos de culturas diversas entre si, convoca ao aprofundamento da reflexão acerca dos elementos e mecanismos psíquicos envolvidos nesse complexo arranjo intersubjetivo.

O trabalho profissional e o encontro com a alteridade

A psicanálise, em seu movimento de problematizar o que está para além do aparente, estabeleceu, desde a sua gênese, importantes intersecções entre o individual e o coletivo, pois explorar o psiquismo implica em avançar, também, em direção às inegáveis incidências da cultura sobre o sujeito. Pioneiramente, Freud (1930/2006), ao se dedicar a uma compreensão da constituição da civilização, que se mostrou complexa, ampliou os conceitos psicanalíticos para situar que na base daquela está uma renúncia, por parte do sujeito, da satisfação imediata de suas pulsões. Fica pressuposto, portanto, que para que haja civilização, na acepção de união de uma coletividade que compartilha ideais comuns, torna-se imperativo ao sujeito a não satisfação de pulsões poderosas, naturalmente, de cunho egoísta. Nesse sentido, Freud (1913/2006; 1930/2006) faz coincidir, em sua proposição teórica, o início da civilização e a derrocada de um sujeito tirânico que não conhecia limites à fruição de seus desejos e oprimia todos

os demais que dele estavam próximos, situando como matriz o mito do pai da horda que possuía a tudo e a todos.

No desafio de identificar as incidências da cultura sobre o sujeito, abre-se a possibilidade de interlocuções entre os saberes da psicanálise e os fenômenos migratórios. O tema das migrações, sejam voluntárias e motivadas por progressões de carreira em um mercado globalizado, sejam forçadas por perseguições políticas, conflitos sociais ou catástrofes naturais, põe em cena, invariavelmente, a reflexão acerca do que compõe o vínculo social. A formação de uma comunidade e, principalmente, sua manutenção exigem o estabelecimento de fortes vinculações sociais que sustentam, entre outros importantes pilares, aquele relativo ao pertencimento a um grupo que empresta significações de cunho identitário aos sujeitos.

Assim, conforme esclarece Freud (1930/2006), "a vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados" (p. 101). Nessa perspectiva, o autor considera como passo decisivo à civilização a substituição do poder individual pelo comunitário, de modo que aquilo a que denominou de "frustração cultural", reguladora de possíveis excessos, passaria a dar o tom dos relacionamentos sociais. Desde já, vai se apresentando a reflexão acerca do que o sujeito se vê forçado a abdicar como forma de participar da civilização. Outrossim, indagar-se-iam quais poderiam ser os possíveis desdobramentos quando ele fica à margem, quando lhe é vetada a participação na cultura.

Freud (1927/2006), em sua obra "O futuro de uma ilusão", ao definir sua compreensão de civilização, afirma desprezar a distinção entre os termos cultura e civilização.

> A civilização humana, expressão pela qual quero significar tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de sua condição animal e difere da vida dos animais – e desprezo ter que distinguir entre cultura e civilização –, apresenta, como sabemos, dois aspectos ao observa-

> dor. Por um lado, inclui todo o conhecimento e capacidade que o homem adquiriu com o fim de controlar as forças da natureza e extrair a riqueza desta para a satisfação das necessidades humanas; por outro, inclui todos os regulamentos necessários para ajustar as relações dos homens uns com os outros e, especialmente, a distribuição da riqueza disponível. As duas tendências da civilização não são independentes uma da outra; em primeiro lugar, porque as relações mútuas dos homens são profundamente influenciadas pela quantidade de satisfação instintual que a riqueza existente torna possível; em segundo, porque, individualmente, um homem pode, ele próprio, vir a funcionar como riqueza em relação a outro homem, na medida em que a outra pessoa faz uso de sua capacidade de trabalho ou o escolha como objeto sexual; em terceiro, ademais, porque todo indivíduo é virtualmente inimigo da civilização, embora se suponha que esta constitui um objeto de interesse humano universal (FREUD, 1927/2006, p. 15-16).

Ao discorrer acerca do possível caminho que teria levado as primeiras comunidades humanas da violência – exercício de dominação do mais forte, seja pela violência bruta seja pela violência apoiada no intelecto – à lei, Freud (1913/2006; 1930/2006; 1933/2006) demarca o reconhecimento do fato de que à força maior de um indivíduo podia-se opor a união de forças de muitos indivíduos menos fortes. Freud (1933/2006) conclui, com isso, que a violência fora derrotada pela união, de modo que o poder surgido da união dos mais fracos passava a representar, a partir de então, a lei, que se contrapunha à violência do indivíduo mais forte porém só. A lei é apresentada, portanto, pelo autor, como estando identificada com a força de uma comunidade que a defende da tirania daquele que queira tomar o poder para si. É em sua obra "Totem e Tabu" que Freud (1913/2006) retoma detalhadamente o processo que levou da família primeva à organização social posterior, aquela da vida comunal, quando um grupo de irmãos, reunindo forças, sobrepujaram o poder do pai tirânico e passaram a, mutuamente, imporem-se restrições como forma de manter

o novo arranjo criado.

Todavia, é também Freud (1933/2006) quem aponta que tal mudança de atitude segue sendo violência, pronta a se insurgir contra qualquer um que se lhe oponha; violência que se revela funcionando pelos mesmos métodos e perseguindo os mesmos objetivos, com a única ressalva de não ser mais a violência de um indivíduo que quer impor seu poder, mas de toda uma comunidade que se uniu para tanto. Freud (1933/2006) destaca, portanto, que a única diferença real se encontra no fato de passar a prevalecer a violência da comunidade, em forma de direito, justiça, lei, em detrimento da violência de um indivíduo isolado. Para que a transição da modalidade de violência individual à modalidade de lei e justiça pudesse ocorrer, o autor assinala a necessidade de atender a uma importante condição psicológica, qual seja a da união da maioria dever ser estável e duradoura. Neste ponto, Freud (1933/2006) aponta para o relevante aspecto de que, para a comunidade manter-se permanentemente, ela deve organizar-se, estabelecendo regulamentos que previnam e arbitrem possíveis rebeliões e contendas, bem como instituindo autoridades, que passariam a ser responsáveis pela execução dos atos legais de violência. Entretanto, o que se deve gizar é a percepção freudiana do lugar em que se localizaria a efetiva fortaleza daquele agrupamento que se formava. O reconhecimento dessa série de interesses comuns que passavam a unir os integrantes do grupo social conduziu, segundo identifica Freud (1933/2006), ao "surgimento de vínculos emocionais entre os membros de um grupo de pessoas unidas – sentimentos comuns, que são a verdadeira fonte de sua força" (p. 199).

A partir desse agrupamento e dos vínculos que dele foram surgindo, Freud (1930/2006) apura que a vida comunitária se fundamentou duplamente na compulsão para o trabalho, fruto da necessidade externa de sobrevivência, e no poder do amor, surgido da parceria do homem com uma mulher da qual – na qualidade de objeto sexual – este passou a relutar em

se privar, e estabelecido entre esta e seu filho. Assim, Freud (1930/2006) conclui que "Eros e Ananke [Amor e Necessidade] se tornaram os pais também da civilização humana" (p. 106). Como resultado dessa parceria, que está na base da civilização, uma comunidade pôde efetivamente se estabelecer, com a expectativa de que, segundo compreendido por Freud (1930/2006), poder-se-ia esperar que essas duas grandes forças cooperariam para um melhor domínio do mundo externo e da inclusão de novos membros ao grupo. Se Freud (1930/2006) refere, diante do exposto, encontrar dificuldades para compreender como essa civilização poderia agir em relação a seus integrantes de modo diverso a torná-los felizes, cumpre relembrar que no trabalho intitulado Reflexões para os tempos de guerra e morte, datado de 1915, o autor apontava para a permanência das camadas mais profundas de registros psíquicos de um tempo em que o sujeito não conhecia as limitações impostas pela civilização e que, em certas ocasiões, aquelas poderiam voltar à tona na forma de grande agressividade e destrutividade, pondo em risco o vínculo social. Nesse texto, Freud (1915/2006) situa que a base da civilização e, por extensão, do Estado que organiza as leis e as regulações é, exatamente, a renúncia da agressividade por parte dos indivíduos que desejem participar da comunidade civilizada.

A desilusão que Freud (1915/2006) experimenta a partir da Primeira Grande Guerra e que dá ensejo àquela escrita situa-se precisamente no fato de que os Estados civilizados consideravam os padrões morais, fundados na abdicação da agressividade e das vontades individuais, como sendo a base de suas existências. De modo que se poderia supor que os Estados respeitariam tais proibições que lhes eram fundantes, não empreendendo contra elas qualquer ato que viesse a contradizer a base de suas próprias existências, não tendo sido isso o que a guerra revelou. Freud (1915/2006) conclui, no entanto, que "o Estado proíbe ao indivíduo a prática do mal, não porque deseja aboli-la, mas porque deseja monopolizá-la,

tal como o sal e o fumo" (p. 289). Diante disso, o autor sintetiza seu sentimento de desilusão com a guerra em dois elementos, quais sejam: a baixa moralidade externa revelada pelos Estados, que em suas relações internas assumem-se como guardiões dos mais altos padrões morais, e a brutalidade demonstrada pelos indivíduos, que se revelam assim em tempos de exceção.

É precisamente nesse sentido que Freud abre o 5º capítulo de sua reconhecida obra "O mal-estar na civilização" pondo em destaque que a civilização exige dos sujeitos outros sacrifícios além dos relativos à abdicação da satisfação de pulsões sexuais, tão ricamente demonstrados pela psicanálise como estando relacionadas à origem das neuroses e de suas múltiplas expressões sintomáticas. A civilização, conforme demonstra Freud (1930/2006) na medida em que avança em sua investigação da subjetividade humana, sustenta-se tanto nas muitas renúncias de satisfações sexuais diretas como na abdicação da expressão da agressividade constitutiva do humano. Desde a origem da civilização até os dias atuais, portanto, a agressividade estaria presente como constituinte do humano, ainda que velada e sob a ameaça de insurgir quando tivesse ocasião. A existência dessa inclinação para a agressão, que, conforme detecta Freud (1930/2006), é inerente ao humano, configura-se em importante fator a perturbar os relacionamentos entre os sujeitos, forçando a um considerável dispêndio de energia para que o relacionamento com um outro se viabilize. Nesse sentido, Freud (1930/2006) situa a civilização empenhando-se fortemente em estabelecer limites aos impulsos agressivos dos sujeitos, controlando suas manifestações por meio de formações psíquicas reativas, tais como o emprego de métodos viabilizadores de identificações e relacionamentos amorosos inibidos em sua finalidade que trazem consigo restrições à vida sexual.

Ao situar os tipos de amor que justificariam o investimento de libido e o interesse pelos outros como forma de compreender em que se sustenta

o vínculo social, o autor pondera as muitas dificuldades interpostas ao ideal de amar o outro como a si mesmo – conforme sugerido pela cultura, especialmente nos grupos de influência religiosa –, sobremaneira quando se trata de um estranho. Nesse sentido, Freud (1930/2006) declara que

> [...] ela [...] merecerá meu amor, se for de tal modo semelhante a mim, em aspectos importantes, que eu me possa amar nela; merecê-lo-á também, se for de tal modo mais perfeita do que eu, que nela eu possa amar meu ideal de meu próprio eu. [...] Mas, se essa pessoa for um estranho para mim e não conseguir atrair-me por um de seus próprios valores, ou por qualquer significação que já possa ter adquirido para a minha vida emocional, me será muito difícil amá-la. Na verdade, eu estaria errado agindo assim, pois meu amor é valorizado por todos os meus como um sinal de minha preferência por eles, e seria injusto para com eles, colocar um estranho no mesmo plano em que eles estão (FREUD, 1930/2006, p. 114).

O tema do estranho também esteve presente na investigação freudiana da subjetividade. Freud (1919/2006) entende que o estranho possa ser algo que é secretamente familiar, mas que fora submetido ao recalque inconsciente e depois retornado, sendo, portanto, experimentado como estranho tudo o que satisfaça essa condição. Freud (1919/2006) refere-se ao "hóspede inesperado", cuja chegada pode ocorrer a qualquer momento, isto é, o estranho que irrompe do inconsciente é, no fundo, familiar, mas relegado ao "esquecimento". No atual quadro de migrações e refúgios, muitos hóspedes inesperados têm aportado em territórios próximos ou até distantes, solicitando abrigo às nações em melhores condições socioeconômicas, mas tal realidade tem sido tratada, muitas vezes, com o recurso do "esquecimento", da ação deliberada de não querer saber, ignorando a dura realidade que se apresenta. Ainda que se suspeite de sua chegada, o hóspede é inesperado e nesse aspecto particular se situa a estranheza posta em cena. Seja no caso do monumento "Porta de Lampedusa" – símbolo da história de milhares de migrantes que enfrentaram muitas dificuldades

indo atrás de uma vida melhor na Europa, construído na ilha paradisíaca italiana, cenário de tantos naufrágios e mortes, como forma de registrar esses fenômenos que forçam o esquecimento e o "não querer saber" por não poder investir interesse – seja no caso da imagem do cadáver de Aylan Kurdi, de três anos, encontrado morto em uma praia da Turquia em setembro de 2015, é o tema do estranho que irrompe de forma particularmente familiar. Se o estranho é, em princípio, familiar, a violência e a hostilidade a ele voltados também o são.

Alteridade desconsiderada: da violência ao desmantelamento subjetivo

A interação entre as diferentes culturas tem acentuado e evidenciado o mal-estar inerente à civilização, de maneira que, no encontro com os outros diferentes – os estranhos estrangeiros –, os mal-entendidos culturais se multiplicam, levando a diversos mecanismos de exclusão social, como forma de se ver livre da alteridade incômoda, que podem chegar à manifestação de atos de violência (BETTS, 2013). Destaca-se o fato de que, acompanhando o mal-estar, próprio ao recalque da destrutividade imposto pela civilização, e, mesmo em tempos de "paz", na contemporaneidade, tem-se evidenciado importante incremento de variadas formas de violência. Como preconizado por Freud (1930/2006), independentemente de uma situação bélica explícita como a guerra, a exigência de amar um estranho, além de desafiadora, por este não conseguir atrair por seus valores próprios que em grande medida podem ser contrastantes com os valores de quem o recebe, teria na base a fantasia de que isso configuraria um equívoco, visto que a exclusividade do amor deveria ser privilégio daqueles que compõem o grupo original – nacional, em se tratando das migrações internacionais. Betts (2013), nesse sentido, esclarece que qualquer grupo cultural se fundamenta na diferença entre um dentro, assumido como familiar, e um fora, experimentado como estranho e tornado

estrangeiro; indicando, com isso, que a diferença está, portanto, no cerne da formação da cultura e corresponde à sua essência. Segundo o autor, tal construção de um dentro familiar, fundado em um sistema de representações compartilhado, e de um fora, marcadamente diferente e hostil, realiza-se via ato de violência simbólica fundante da exclusão, mediante o qual o dentro familiar passa a ser amado e o fora estrangeiro, visto como ameaçador, hostil e frequentemente odiado.

Nessa direção, Rassial (2006), em esforço que faz para apresentar a cultura como um conceito metapsicológico, refere que "as culturas se diferenciam não pelas operações que as fundam, mas pelo sistema de representações produzidas pelos recalques, forclusões ou desmentidos desses fundamentos" (p. 34). Nessa meada, Betts (2013) aponta que, ainda que essas mesmas operações estejam presentes em todas as culturas, elas incidem sobre diferentes representações-fundamentos, configurando, dessa maneira, culturas diferentes. Ressalta, ainda, que, quando ocorrem interações entre diferentes culturas, frequentemente evidencia-se que não há coincidência entre as representações submetidas a essas operações em cada uma das culturas.

No contexto contemporâneo de intensificação de migrações e refúgios, o estrangeiro, com sua presença, personifica as ameaças relativas à figura do "estranho" – do "hóspede inesperado", daquilo que é familiar, mas que foi particularmente relegado ao esquecimento em cada cultura, por meio das operações dirigidas às representações-fundamentos que lhes são próprias, despertando, assim, reações de hostilidade nas quais a agressividade é escoada. Amparando-se nos fundamentos freudianos acerca da cultura, revisados anteriormente, Rassial (2006) ressalva que "quanto mais uma sociedade nega a violência que a funda e recusa qualquer expressão socializada deste ódio, mais aparece uma violência selvagem" (p. 34). Tal violência pode, então, ser despertada pelo estrangeiro, que em sua condição de contrastante com os fundamentos daquela cultura

de chegada arrisca-se em despertar a hostilidade que se encontrava recalcada em nome da boa civilidade. O "estranho", tematizado por Freud (1919/2006), já sinalizava a inquietação que a estranheza poderia causar quando algum traço que remetesse em demasia a algo íntimo e que já fora familiar, mas que agora encontra-se recalcado, forçasse seu retorno na qualidade de estranho-familiar, sendo experimentado com angústia, repúdio e podendo chegar à manifestação de todo aquele potencial de violência. Nesse sentido, segundo indica Betts (2013), o estrangeiro, mesmo que involuntariamente, afigura-se como potencialmente ameaçador, pois, com sua diferença, desestabiliza a identidade cultural local e ameaça desmascarar sua falta estrutural, passando a ser odiado e devendo ser neutralizado de alguma maneira, sendo a segregação e a violência os recursos mais comuns para tanto. Dessa maneira, de acordo com o autor, uma das formas mais habituais com que a cultura lida com a inquietante estranheza daquele que vem de fora, e cujos interditos e tabus de origem não coincidem com aqueles da cultura de chegada, é a exclusão, mediante reações que vão do mal-estar e estranhamento à expulsão violenta.

O cenário de migrações e refúgios internacionais caracteriza-se, portanto, pela erupção de hostilidades e violências contra a figura do estrangeiro, daquele cuja presença representa uma ameaça aos fundamentos particulares a uma cultura, devendo, assim, ser excluído. Com isso, desvela-se que os lastros de manutenção de uma cultura e de identidades nacionais cobrariam o alto preço de rejeição ao diferente, àquele que se apresenta como estrangeiro e que põe em cena as ameaças relativas ao "estranho", sendo, por isso, recebido – quando o é – em meio a hostilidades e violências, explícitas ou implícitas em discriminações que lhe negam o acesso a bens e serviços básicos e, principalmente, à condição de sujeito. A condição de estrangeiro aproxima-se, nesta acepção, à condição de estranho que deve ser evitado, desmentido em muitos casos. Na esteira das concepções freudianas, nada é mais estranho, por recalcado que está, e

mais íntimo ao humano do que a agressividade que insiste em emergir em determinadas circunstâncias. Neste plano, a agressividade, que a civilização se esforça em manter represada, ganha feições de violência social que tende a colocar o migrante em condições de grande precariedade e não cumprimento de garantias, ainda que legalmente previstas.

Trabalho profissional: ponte entre o nativo e o estrangeiro

O campo do trabalho é, por excelência, o espaço social em que o sujeito se encontra com o outro, por vezes, o estrangeiro, que põe em risco os interditos e tabus da cultura local. Neste campo, a diferença alteritária, potencialmente fonte de riqueza, pela diversidade que contempla em si, representa uma ameaça ao estabelecido, restando, frequentemente, desmentida em relações marcadas pela violência social que visa a excluir o estrangeiro. Afirmar que a diferença que o outro, por sua existência, encarna seja desmentida em nada tem a ver com aceitá-lo tal como é. Contrariamente, significa desconsiderá-lo, desprezá-lo em sua singularidade. Nesse sentido, Gondar (2012), sustentando-se nas proposições de Sándor Firenczi – tomado pela autora como um pensador da cultura –, situa que, quando se desmente a diferença do outro, pelo não reconhecimento de sua diferença alteritária, está-se, na verdade, a desmentir sua própria existência. Tal quadro parece ser particularmente característico dos arranjos sociais que se fazem acompanhar nos quadros de migração, sobremodo quando se trata de migrantes não qualificados profissionalmente, que, consoante se denunciou anteriormente, quer-se excluir a todo custo do laço social.

Conforme Gondar (2012), nos debates sociais e políticos, o desmentido costuma ser tematizado pelo seu inverso, isto é, pelo reconhecimento, de maneira que, sob esta faceta, apresenta-se hodiernamente no centro das reivindicações políticas, tais como aquelas das minorias étnicas e das diversidades culturais. Dessa maneira, conclui a autora que, na medida em

que o reconhecimento é assumido como avesso do desmentido, os efeitos traumáticos do social podem ser lidos quando alguém não é reconhecido na sua condição de sujeito.

Negligenciar a alteridade na sua singularidade é, portanto, uma forma de violência que encontra no ato desprovido de simbolização sua mais usual manifestação. Fato esse que poderia estar na base de tantas barbáries que se têm feito conhecer em contextos nos quais a diferença cultural, mais do que não reconhecida, é combatida com hostilidades impensáveis. Assim, como bem consideram Gondar e Antonello (2016), "o reconhecimento é visto como o oposto do desmentido que estaria na origem do aniquilamento subjetivo experimentado no trauma" (p. 19). Nessa dimensão, volta-se a atenção para os riscos existentes no não reconhecimento do outro, particularmente em suas singularidades e diferenças, como pode ser o caso dos encontros suscitados pela migração, em que se incluem os contextos laborais.

Paradoxalmente, o campo do trabalho profissional, espaço de encontros e desencontros, parece reservar um importante recurso para a saúde e para o desenvolvimento de potencialidades do sujeito que migra. Preconizado por Dejours (2012), o reconhecimento no trabalho é a contrapartida à sublimação das pulsões. De acordo com o autor, quando um sujeito contribui com a organização do trabalho, mobilizando-se subjetivamente e valendo-se de sua criatividade para efetivamente criar o que a priori de sua ação não existia, espera receber, em troca, uma recompensa que, para além da materialidade dos recursos de remuneração, pode tocar o campo do simbólico. O reconhecimento mais precioso ao trabalhador é, segundo Dejours (2012), o reconhecimento simbólico, que pode ser garantido tanto pelos superiores e clientes como, principalmente, pelos colegas que serão capazes de julgar a beleza particular daquilo que o trabalhador produziu graças à sua singularidade.

O reconhecimento pela qualidade da entrega, isto é, da tarefa que é

realizada, costuma ser assumido pelo sujeito trabalhador como reconhecimento de si mesmo, com importantes efeitos sobre sua subjetividade. É por meio da criatividade e da inventividade que o trabalho permite encampar, na realização de tarefas que superam os limites do prescrito, que um trabalhador pode se realizar e fazer experiências de prazer, sobremodo quando a essas realizações puder se somar o reconhecimento de seus pares. No campo do encontro intersubjetivo que o trabalho possibilita, quando um sujeito tem seu trabalho reconhecido, é a si mesmo que sente remetido o reconhecimento. Parece existir, portanto, nesse âmbito da existência humana um paradoxal recurso que não deva ser, sob qualquer alegação, desconsiderado em sua potencialidade de fazer laço social.

Constitui-se, desse modo, o principal desafio e, simultaneamente, aquela que parece ser uma saída no que tange à acolhida ao migrante nos espaços de trabalho, sobremodo quando se está a tratar da migração não qualificada que costuma produzir particular repulsão pelos nativos. Espaços de cooperação e trabalho compartilhado em que a mobilização subjetiva possa ocorrer, sustentada em práticas de reconhecimento do sujeito trabalhador, principalmente por seus pares, seja nativo seja migrante, parece representar um campo em que o encontro de alteridades pode ser fator de saúde e ampliação subjetiva. À luz do exposto, a indagação que se impõe é se o reconhecimento, oposto ao desmentido da alteridade que a presença do estranho provoca, poderia se iniciar pelo campo do encontro de alteridades que o trabalho profissional oportuniza, facilitando a acolhida do migrante em sua busca por existir e fazer laço.

Referências

AGAMBEN, G. **Meios sem fim**: Notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BETTS, J. Diferença Cultural, Sofrimentos da Identidade e a Clínica

Psicanalítica hoje. **SIG Revista de Psicanálise**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, 2013, p. 85-97. Disponível em: http://sig.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Num_2_EmPauta2.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

DEJOURS, C. **Trabalho Vivo** – Tomo II – Trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012.

EBERHARDT, L. D.; MIRANDA, A. C. Saúde, trabalho e imigração: revisão da literatura científica latino-americana. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, v. 41, 2017, p. 299-312. doi: 10.1590/0103-11042017S225

FREUD, S. (1919). O estranho. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 17. Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 233-273.

FREUD, S. (1927). O futuro de uma ilusão. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 13-63.

FREUD, S. (1914). À guisa de introdução ao narcisismo. *In*: HANNS, L. A. (ed. e trad.), **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente**, v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 2004, p. 95-131.

FREUD, S. (1930). O mal-estar na civilização. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 65-148.

FREUD, S. (1933). Por que a guerra? *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud,** v. 22. Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 189-208.

FREUD, S. (1915). Reflexões para os tempos de guerra e morte. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud,** v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 281-312.

FREUD, S. (1913). Totem e tabu. *In*: FREUD. S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 13-163.

GONDAR, J. Ferenczi como pensador político. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, 2012, p. 193-210. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttextepid=S1413-62952012000200011elng=ptetlng=pt. Acesso em: 15 jan. de 2019.

GONDAR, J.; ANTONELLO, D. F. O analista como testemunha. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 27, n. 1, 2016, p. 16-23. doi: http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20150010

NUNES, J. W.; OLIVEIRA, S. D. Evidências da construção da figura do imigrante qualificado no Brasil: uma leitura a partir da Lei nº 6.815/80. *In*: VASCONCELOS, A. M. N.; BOTEGA, T. (org.). **Política migratória e o Paradoxo da globalização**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasileira: CSEM, 2015, p. 33-51.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Glossário sobre migração**. Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2009.

RASSIAL, J. J. Cultura como conceito psicanalítico. **Textura**: Revista de Psicanálise, São Paulo, v. 6, n. 6, 2006, p. 32-34.

VILLEN, P. A face qualificada-especializada do trabalho imigrante no Brasil: temporalidade e flexibilidade. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 79, 2017, p. 33-50. doi: http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792017000100003.

VILLEN, P. O trabalho forçadamente indocumentado e institucionalmente silenciado: a imigração dos "periféricos emergenciais" para o Brasil. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. 14, n. 2, 2015, p. 186-198. Disponível em: http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/27949/15018. Acesso em: 15 jan. 2019.

Importância e embaraços da profissionalização para o adolescente autor de ato infracional: uma leitura freudiana

Jacqueline de Oliveira Moreira[1]

Andrea Maris Campos Guerra [2]

Bianca Ferreira Rodrigues[3]

Ana Carolina Dias Silva[4]

Juliana Marcondes Pedrosa de Souza[5]

Luciana Costa Pires[6]

Introdução

O conceito de trabalho pode ser pensado como uma categoria antropológica e se refere a uma ação humana inerente à socialização e à construção de um projeto civilizatório. Na concepção da filosofia hegeliana, o trabalho e o excedente produzidos são essenciais para o movimento de autoprodução do homem (*Bildung*). Ao particularizar algo da natureza,

1 Psicanalista. Doutora em Psicologia Clínica/PUC-SP. Mestre em Filosofia/UFMG. Bolsista Produtividade CNPq PQ2. Professora da Pós-Graduação em Psicologia da PUC-MG. Membro do GT da ANPEPP "Psicanálise, Clínica e Política". Membro da Comissão de Propostas Socioeducativas do Fórum Permanente do Sistema Socioeducativo de Belo Horizonte.

2 Professora Associada da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Pesquisadora Bolsista Produtividade PQ2 CNPq e com pesquisa "Adolescências e Leis" financiada pela FAPEMIG. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa PSILACS (Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo) da UFMG. Doutora em Psicologia/UFRJ.

3 Doutoranda em Psicologia/PUC-MG. Bolsista CAPES. Mestre em Psicologia/UFSJ Graduada em Psicologia/UFSJ.

4 Mestranda em Psicologia/PUC-MG. Bolsista CAPES/PROSUP. Graduada em Psicologia/UFMG.

5 Pós-doutora em Psicologia/UFS. Doutora em Psicologia/PUC-MG. Mestre em Psicologia/UFRJ. Professora do curso de Psicologia da Faculdade Pitágoras de Venda Nova.

6 Mestre em Psicologia/PUC-MG. Psicóloga pelas Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros e Socióloga pela Universidade Estadual de Montes Claros. Especialista em Intervenções Psicossociais no Contexto das Políticas Públicas pelo Centro Universitário UNA.

real, transformando-a (aniquilando-a) em objeto marcado pelo desejo, o próprio sujeito pode determinar-se pelo desejo. Conforme indica Hegel (1802/1991, p. 18), por meio do trabalho, "o objecto determinado pelo desejo é suprimido, enquanto é um objecto por si, não determinado pelo desejo, real por si, e o ser-determinado pelo desejo é posto objectivamente como intuição".

O trabalho desloca os homens da pura fruição, isto é, de uma plena indiferença do sujeito, para uma forma da diferença, pela aniquilação do objeto, de maneira a colocar outro em seu lugar, a partir de agora, singularizado. Nesse movimento, Hegel aponta três momentos: a determinação pelo desejo do sujeito ao objeto; a atividade do trabalho, que consiste na aniquilação da matéria-prima; a posse, em que o objeto terá "forma mediante o sujeito" (HEGEL, 1802/1991, p. 19). Esse terceiro momento é "a síntese, é a posse, o armazenamento e preservação do objecto" e trata-se de uma determinação ideal da relação com o objeto em conformidade com a atividade desempenhada (HEGEL, 1802/1991, p. 19). No entanto, Hegel observa que

> [...] semelhante posse perdeu assim a sua significação para o sentimento prático do sujeito, já não é necessidade para o mesmo, mas excedente; por isso sua relação ao uso é uma relação universal e – pensada esta universalidade na sua realidade - uma relação ao uso dos outros (HEGEL, 1802/1991, p. 29).

Podemos estender o argumento de Hegel e pensar como a concepção freudiana do trabalho é coerente com essa assertiva, na medida em que, para Freud, domar a natureza e regular as relações são faces da cultura que estão relacionadas à possibilidade ou não de satisfação pulsional.

> Essas duas faces da cultura [o controle das forças da natureza e a regulação das relações entre os indivíduos] não são independentes uma da outra; primeiro, porque as relações recíprocas dos indivíduos são profundamente influenciadas pelo grau de satisfação instintual que os bens existentes possibilitam; em segundo lugar, porque o próprio indivíduo pode assumir a condição de

> um bem na relação com outro, uma vez que este utilize sua força de trabalho ou o tome como objeto sexual [...] (FREUD, 1927/2014, p. 233).

Antes, porém, parece-nos importante ressaltar que, no texto freudiano, a palavra trabalho aparece conectada com o tema do psíquico, por exemplo, na ideia de trabalho do luto ou da elaboração. Todavia, localizamos nos textos denominados sociológicos uma reflexão do trabalho como atividade humana que demanda sacrifícios à satisfação pulsional, mas, ao mesmo tempo, é necessária para sua preservação.

Guardadas as diferenças entre os autores, podemos afirmar que o trabalho aparece como central no processo civilizatório. Entretanto, entendemos que o trabalho assume contornos específicos no que diz respeito ao período da adolescência, especialmente se considerarmos o contexto de periferias urbanas, marcado pelo empobrecimento e pela marginalização. Nesse sentido, pontuamos a importância da legislação brasileira voltada à proteção da criança e do adolescente quando dedica um espaço de visibilidade para o tema do trabalho. Da mesma forma, tomando por premissa a centralidade do trabalho na constituição das relações sociossubjetivas, consideramos essencial seu papel nas medidas socioeducativas, principalmente a partir da ideia de profissionalização.

Diante disso, nosso objetivo no presente texto é voltarmo-nos para a reflexão acerca das relações que adolescentes periféricos, pobres e marginalizados assumem com a questão do trabalho e da profissionalização, considerando os atravessamentos jurídicos, sociais e psíquicos que incidem sobre essas relações. Para tanto, iniciaremos nosso percurso apresentando o que está disposto no texto da lei, problematizando-o a partir de diferentes reflexões sobre tal intertema. Em seguida, passaremos a algumas considerações freudianas a respeito do trabalho, a fim de propormos reflexões a respeito do contexto de adolescência e infração.

Mercado informal e ilegal: um desafio para os direitos da criança e adolescente

A profissionalização é apresentada como um dos direitos fundamentais do adolescente, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sendo assim, pontuamos como no referido documento o artigo 4º elenca a profissionalização como um dever da rede sociocultural do jovem. Também encontramos no ECA um capítulo composto por nove (09) artigos referentes ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho. Chama a atenção a caracterização da formação técnico-profissional direcionada para os jovens, enfatizando o caráter educativo do trabalho, que conforme artigo 67, parágrafo 1º, refere-se à "atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo", demarcando portanto a especificidade do fator da adolescência na direção ao trabalho (BRASIL, 1990).

Em outro aspecto, importante notar como o artigo 69 não deixa de indicar o vetor da capacitação voltada ao mercado de trabalho nesses casos: "[O] adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: I – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho" (BRASIL, 1990). Os demais artigos se referem às proibições e deveres relativos à carga horária, implicação com o ensino regular, possibilidade de remuneração, condições do ambiente de trabalho e condições excepcionais.

Os avanços da legislação em relação à proibição do trabalho infantil e ao gerenciamento da relação do adolescente quanto ao trabalho são inegáveis. Infelizmente, porém, sabemos que questões econômicas podem determinar o ingresso de alguns jovens na criminalidade. Segundo Moreira, Guerra e Costa (2012), a falta de oportunidade de emprego somada aos apelos da sociedade de consumo podem se apresentar como fatores deci-

sivos na escolha dos jovens no que se refere à relação com a criminalidade. Jacobina e Costa (2007) apontam como em contextos de vulnerabilidade socioeconômica o trabalho para os jovens pode estar muito ligado à sobrevivência e/ou satisfação de alguns desejos, não se constituindo, assim, como possibilidade de construção de projeto de vida.

As autoras consideram ainda que o trabalho ajuda o adolescente a se localizar em seu contexto de relações, tanto pelo status de trabalhador ser testemunhado por outras pessoas, transformando "suas perspectivas [as do jovem] de redefinição de seu papel social", quanto pela importância no laço social por introduzir um "alinhamento com os padrões aceitáveis de sociabilidade" (JACOBINA; COSTA, 2007, p. 98). A partir dessa perspectiva, Jacobina e Costa (2007) pontuam, considerando a fala de jovens em cumprimento de medida socioeducativa exercendo atividades laborais e de seus familiares, que há um distanciamento entre a identidade do "bandido" e do "trabalhador".

Por outro lado, Feltran (2008) considera a possibilidade de coexistência da categoria "trabalhador" com a categoria "bandido", sendo esta última associada à geração de renda no mercado informal e ilícito. Todavia, a pesquisa de Fernanda Pedro (2017) revela que, na concepção dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, o trabalho não pode ser identificado com a atividade criminosa. Citamos um trecho da entrevista de Gabriel, que aparece no trabalho da autora:

> Já que "trabalhando você sua o mês todo e no roubo você sua de adrenalina porque você pode ser pego ou até matar uma pessoa. Você vai a primeira e dá certo e daí já quer ir na segunda... Vira um vício". Apesar do risco envolvido no roubo, Gabriel afirma que é "ganhar dinheiro de forma fácil [...]. Você não se esforçou, mas pegou daquele que se esforçou" (PEDRO, 2017, p. 56).

Segundo Fernanda Pedro (2017),

> [...] para eles, a atividade ilegal e ilícita apenas se aproxima daquilo que consideram realmente como

> trabalho, pois "ser honesto", ter uma "carteira assinada", "não prejudicar alguém", "ter o suor do dia a dia", são os aspectos que diferenciam o "trabalhador" do "bandido" (PEDRO, 2017, p. 70).

Moreira, Guerra e Costa (2012, p. 395) revelam que "não é possível reduzir a compreensão da relação do jovem com a ação criminosa a uma determinação exclusivamente econômica, ou política, ou psíquica, ou histórica, ou familiar". Mas, os autores se dedicam a pensar os apelos do mercado informal e ilegal como possibilidade de acesso ao dinheiro que permite o consumo e certa visibilidade social.

> À crença num lucro rápido e fácil soma-se a visibilidade e o reconhecimento que o ingresso em grupos criminosos garante a esses jovens, principalmente ao se considerar a ostentação e o uso de armas de fogo. Afinal, a violência também gera poder, e este, sujeição, razão pela qual, empunhando um revólver, uma pistola ou mesmo um fuzil, aqueles antes invisíveis acabam tomando forma, passando a ser nomeados e temidos por suas vítimas (MOREIRA; GUERRA; COSTA, 2012, p. 407).

Os autores nos oferecem uma afirmação de um jovem envolvido com a criminalidade que revela o ganho financeiro dessa associação:

> Entrevista 2 – "Na construção civil é acima de R$600,00 que pagam pra um pedreiro. Agora trabalhar de servente de pedreiro não presta não, sô. Servente tem no meio da esquina [...] Pô, veio! O pessoal tá ganhando bem aí, eu vou entrar no mundão [tráfico]" (MOREIRA; GUERRA; COSTA, 2012, p. 406).

Podemos entender, com a entrevista apresentada no trabalho citado, que para o adolescente em situação de vulnerabilidade e envolvido com a criminalidade o quanto se ganha em uma atividade justifica ou não sua permanência nessa. Portanto, o discurso de que pela via do trabalho há o resgate de valores sociais não pode ser compreendido de maneira superficial.

Consoante essa perspectiva, uma pesquisa realizada por Muller e ou-

tras autoras (2009) nos aponta que 44% dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida de internação entrevistados por elas afirmaram que poderiam reiterar o ato infracional se lhes faltasse dinheiro. Como já sinalizado, na realidade social regida pelo consumismo, "[...] as necessidades de compra muitas vezes não podem ser satisfeitas por meio de atividades laborais do adolescente e de sua família" (MULLER *et al.*, 2009, p. 78).

Logo, o envolvimento com a criminalidade pode se tornar uma via constante de se granjear os bens de consumo supervalorizados pela sociedade e pelos indivíduos. As autoras destacam a fala de um jovem de 17 anos que cumpria medida socioeducativa de internação, demonstrando, com esse caso, como as privações socioeconômicas podem se tornar um predicativo para a prática infracional: "o que me motiva a cometer crime, muitos lá na vila, a maioria, são assim. Quando vê, vamos ir na festinha e não tínhamos dinheiro, daí tu sabe [...]" (MULLER *et al.*, 2009, p. 78).

Segundo as diretrizes do ECA, no que concerne às medidas socioeducativas, em específico às privativas de liberdade, a preparação e o encaminhamento do adolescente para o mercado de trabalho também devem ser garantidos, tal como a escolarização. Entendemos que na legislação a proposta da profissionalização desses adolescentes se sustenta no argumento da aprendizagem de uma atividade laborativa como aposta na aquisição de um ofício que possibilite um ganho financeiro futuro ou como qualificação profissional para aqueles que têm idade e nível de escolaridade para entrar no mercado de trabalho formal. Na prática, o discurso da profissionalização e do trabalho nos remete à ideia de recuperação pelo labor, ocupar a mente como fator fundamental no processo de socialização, inclusão e formação cidadã que poderá levar à ruptura com a prática infracional (DEL PRIORE, 2010).

Para 56% dos adolescentes entrevistados por Muller *et al.* (2009), o trabalho é a principal expectativa quanto ao futuro, isto é, para quando

forem desligados da medida socioeducativa de privação de liberdade. Entretanto, poucos conseguem traçar um objetivo claro em relação às atividades laborais que pretendem exercer, apesar de, por outro lado, terem a clareza em seus discursos de que "a internação é valorada negativamente no momento de tentar encontrar um emprego, pois a sociedade prefere se proteger a oferecer uma oportunidade a um egresso da unidade" (MULLER *et al.*, 2009, p. 81-82).

Embora o cumprimento de uma medida socioeducativa não fique registrado nos antecedentes criminais do adolescente e nem possa ser veiculada qualquer notícia que atrele o ato infracional aos nomes dos adolescentes, a passagem pelo sistema socioeducativo não deixa de ser notada, especialmente "em cidades pequenas ou pelo menos dentro da comunidade na qual estão inseridos" (MULLER *et al.*, 2009, p. 82) e, com isso, esses jovens acabam sendo estigmatizados e até mesmo excluídos das possíveis oportunidades de emprego.

É importante ter um posicionamento crítico em relação ao discurso que, desde a antiga doutrina jurídica, a da Situação Irregular, apostava no trabalho como alternativa à delinquência. Hoje, os resquícios desse discurso se apresentam no eixo profissionalização proposto pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), já que, durante a execução da medida socioeducativa, a equipe deverá despertar no adolescente as possibilidades de superação das suas vulnerabilidades, oferecendo a ele condições de aprender atividades que lhe proporcionem alguma renda (BRASIL, 2012). Dessa forma, a profissionalização entra em cena como alternativa ao envolvimento com a criminalidade, pois é a porta de entrada para o mercado de trabalho formal. Por outro lado, não encontramos investimento na reflexão sobre o tema da profissionalização, colocando, assim, essa perspectiva no campo de um imaginário que não oferece intervenções reais que alterem o cotidiano dos adolescentes.

Além das questões práticas, existe a restrição legislativa contrária ao

trabalho infantil que, seja por razões econômicas de mercado, seja por razões jurídicas de proteção e defesa de direitos ao adolescente, restringe seu campo financeiro, distanciando-se de sua realidade socioeconômica. Esses adolescentes, muitas vezes, são oriundos de famílias pobres, com muitas dificuldades de sobrevivência. Dessa maneira, no momento da entrada na puberdade, quando muitos ensaiam uma posição no mundo adulto, alguns se sentem convocados ao sustento da família de origem. Essa realidade distancia-se da realidade jurídica, constituindo um hiato pouco enfrentado pelas políticas públicas de proteção e de garantia de direitos básicos infantojuvenis.

Além disso, como afirmado por Moreira, Guerra e Costa (2012), a experimentação adolescente da capacidade de exercício de autonomia e independência encontra no ganho financeiro, proveniente de atividades ilícitas, uma oportunidade que o mercado formal de trabalho não dispõe. Assim, mesmo que antecipadamente, os adolescentes iniciam vivências laborativas ilícitas que lhes oferecem um novo lugar, distinto daquele da infância, tutelada ou abandonada, na qual se encontravam. Há em jogo, portanto, além das perspectivas econômicas, de mercado, sociais e políticas, uma dimensão subjetiva importante a ser considerada nas intervenções que visam a pensar e operar com a profissionalização dos adolescentes autores de ato infracional que objetivem reverter a perda contínua, econômica e jurídica, a que se encontram submetidos.

Em grande parte dos adolescentes em privação de liberdade, de acordo com Silveira *et al.* (2015), o emprego parece despontar como um aspecto central para se afastarem da criminalidade e mudarem de vida. No entanto, as atividades laborais que muitos vislumbram não requerem uma qualificação nem são muito valorizadas no mercado de trabalho, levando-os a ponderar que

> [„,] desse modo, a problemática do adolescente em conflito com a lei pode ser identificada como uma for-

> ma de comunicar aquilo que não pode ser expresso de outra forma, denunciando dificuldades e assinalando desigualdades sociais, falta de oportunidades e injustiças no sistema social (SILVEIRA *et al*., 2015, p. 54).

É pertinente, nesse sentido, ressaltar os efeitos que essa ideia de ter o trabalho formal como alternativa para o afastamento do adolescente da criminalidade pode surtir. A organização produtiva que compreende o trabalho como sendo um aspecto privilegiado para a juventude, conforme Coelho e Aquino (2009), tende a uma precarização quando considerada a inserção laboral do jovem. Esse processo que insere, ao mesmo tempo, também exclui jovens do mercado de trabalho de acordo com as circunstâncias sociais e econômicas de cada um. Embora os autores não discutam especificamente sobre a adolescência em conflito com a lei, suas ponderações alertam para que a articulação entre juventude e trabalho não seja naturalizada como uma condição fundamental para a ascensão à vida adulta.

Deve-se levar em consideração a variedade de sentidos atribuídos ao trabalho por parte de cada adolescente, especialmente para os jovens inseridos em uma realidade social marcada por diversas vulnerabilidades, como é o caso de grande maioria dos adolescentes e jovens atendidos pelo sistema socioeducativo. Por esses sujeitos estarem mais suscetíveis a participações laborais informais que sugerem uma certa precarização, o trabalho só será positivamente considerado caso se tornar "fonte de informação, de aprendizagem, de novos contatos sociais" (COELHO; AQUINO, 2009, p. 283).

Contudo, retomando os resultados da pesquisa realizada por Muller *et al*. (2009), as prerrogativas sustentadas pelo ECA e pelo SINASE, que recomendam a oferta de oficinas e cursos profissionalizantes para os adolescentes durante o cumprimento de medidas socioeducativas, são avaliadas por esses adolescentes como sendo apenas um passatempo, uma exigência institucional que precisam seguir. Logo, inspirados em Coelho

e Aquino (2009, p. 283), podemos questionar: "como os jovens poderão encontrar um sentido de vida através do trabalho, ou melhor, que sentido será esse, frente à possibilidade de desemprego ou de atividades precárias e de pouca qualidade?".

No sentido de colaborar com a discussão sobre a importância do trabalho e da profissionalização para os adolescentes, perguntamos para a teoria freudiana sobre o lugar do trabalho na economia psíquica.

Trabalho em Freud e o adolescente autor de ato infracional

Como vimos anteriormente, Freud emprega mais tenazmente o termo trabalho para designar principalmente a atividade psíquica. Entretanto, também o ressalta como um fator de socialização entre os sujeitos, podendo ser compreendido como um meio econômico para o deslocamento de libido, um redirecionamento da energia psíquica empregada no sentido de uma minimização do sofrimento. O trabalho é apontado pelo psicanalista como um fator de motivação para reunião social entre os homens, comportando essa função social conjuntamente aos impulsos sexuais.

> A vida humana em comum teve então um duplo fundamento: a compulsão ao trabalho, criada pela necessidade externa, e o poder do amor, que no caso do homem não dispensava o objeto sexual, a mulher, e no caso da mulher não dispensava o que saíra dela mesma, a criança. *Eros* e *Ananke* [Amor e Necessidade] tornaram-se também os pais da cultura humana. O primeiro êxito cultural consistiu em que um número grande de pessoas pôde viver em comunidade. E como os dois grandes poderes atuavam aí conjuntamente, cabia esperar que a evolução posterior ocorresse de modo suave, rumo a um domínio cada vez melhor do mundo externo e à ampliação do número de pessoas abrangido pela comunidade (FREUD, 1930/2010, p. 62-63).

Nesse sentido, podemos pensar como as atividades que são oferecidas aos jovens no contexto da criminalidade, por vezes também ocupam um lugar sedutor quanto à possibilidade de sociabilidade. O trabalho na

vertente de integração ao processo socializador, construído de forma a garantir oportunidades de superação de exclusão, um "cimento social" como nos lembram Jacobina e Costa (2007, p. 99), parece-nos ficar como horizonte menos tangível quando as situações de risco e vulnerabilidades sociais são muito elevadas. Assim, refletimos como as atividades ilícitas podem fazer parte do circuito pulsional de muitos jovens também cumprindo um papel protagonista no caráter socializador desses, ainda que de maneira restrita, pois não os inscrevem em uma condição outra no tecido social, reproduzindo, em certa medida, uma exclusão.

Voltando à Freud, temos que, formando famílias, o homem obteve a garantia de auxiliares para o desempenho de demandas derivadas de suas atividades. A outra motivação para a constituição de famílias, as pulsões sexuais, que já não lhe eram uma exigência intermitente, fixou-se em sua vida pulsional. Na vida primitiva, trabalho e sexualidade coexistiram e cooperaram para a consolidação da cultura.

Entretanto, é interessante notar no contexto dos jovens envolvidos com a criminalidade

> [...] como essas relações estão marcadas por uma troca de papéis, na qual o adolescente assume uma função parental ao lado da mãe, que o prejudica por exigir dele um papel mais próximo de uma conjugalidade com a mãe e por afastá-lo de suas prerrogativas das relações fraternas (JACOBINA; COSTA, 2007, p. 104).

Assim, parece que tal configuração sugere um curto-circuito pulsional no que se refere à consolidação da cultura conforme Freud a concebia. Na contemporaneidade, esses dois elementos – trabalho e sexualidade – concorrem pelo espaço na economia libidinal da atividade psíquica dos homens para a manutenção da vida moderna. No caso dos adolescentes, tornam-se cobranças precoces. Portanto, podemos perceber que as exigências da vida moderna se opuseram aos dois componentes constituintes do início da vida em cultura.

> O amor que fundou a família continua ativo na civilização, tanto em seu cunho original, em que não renuncia à satisfação sexual direta, como em sua modificação, a ternura inibida na meta. Nas duas formas dá prosseguimento à função de unir um número considerável de pessoas, de maneira mais intensa do que a obtida pelo interesse do trabalho em comum (FREUD, 1930/2010, p. 65).

A reflexão psicanalítica acerca do trabalho postula que este esteve ao lado da sexualidade nas primeiras manifestações sociais, quando o homem se uniu a outros para construir instrumentos que, por conseguinte, mediatizassem sua relação com a natureza e aperfeiçoassem a cultura de suas práticas laborais, evitando assim as instabilidades provenientes dos fenômenos da natureza. A finalidade atribuída ao trabalho era a promoção de uma segurança maior na manutenção de sua sobrevivência.

Podemos inferir a partir daí que tanto o trabalho quanto as inclinações sexuais possuem uma finalidade relacionada à busca de satisfação. O trabalho de forma indireta e a sexualidade de forma direta, pois o trabalho projeta-se como um meio para a obtenção de um prazer indireto, uma vez que se orienta pela evitação do desprazer, enquanto o amor – ou os desejos sexuais – é direcionado ao alcance do prazer direto ou à busca de prazer propriamente dito, isso é, com finalidade em si mesma. Daí o trabalho ganhar modulações diversas para cada adolescente.

Freud constata o desprezo do trabalho pela maioria das pessoas na civilização, ressaltando que o trabalho não é visto como fonte de felicidade. Portanto, detecta a desvinculação entre trabalho e felicidade no âmbito abrangente das massas. Entretanto, Freud ressalta essa relação problemática, pois, por conter uma expressão de aversão ao trabalho, essa indisposição generalizada proporciona um sentido extremamente prejudicial à civilização, tendo em vista que o trabalho possui em suas origens um sentido social de ampla relevância para a preservação da civilização.

A esse respeito, Jacobina e Costa (2007) apontam que, em relação aos

jovens em cumprimento de medida socioeducativa que trabalharam na pesquisa apresentada por elas e que se encontravam inseridos em alguma atividade laborativa, o sentido desta está mais relacionado à inserção social e familiar (ganham um lugar importante para a família), assim como na possibilidade de se diferenciarem frente ao Judiciário. No entanto, para as autoras, "a execução das tarefas não os promove a uma condição de autonomia nem oferece possibilidade de identificarem-se como pertencentes a um grupo que lhes traga orgulho ou satisfação" (JACOBINA; COSTA, 2017, p. 109).

Não há dúvida de que o trabalho na concepção freudiana é algo que eleva o homem diante de sua condição original de um ser meramente natural. Entretanto, podemos perceber através dessa ótica que a adesão das massas ao trabalho não seja algo espontâneo, o que também constata Freud. Em um primeiro momento, o trabalho é algo relacionado ao princípio do prazer, pois possibilita ao homem munir-se contra as insatisfações indesejáveis. No entanto, em um segundo momento, as exigências do trabalho reivindicam do homem uma energia cada vez maior, a qual tem de ser extraída de sua atividade sexual. Assim sendo, o homem encontra um obstáculo em seu caminho de construção da civilização, pois se depara com exigências cada vez mais sublimatórias.

Desse modo, podemos perceber na perspectiva freudiana o trabalho como um fator de civilização e como uma expressão de sublimação que irrompe num espectro cada vez mais reduzido de pessoas. O fato de somente uma minoria estar mais bem-disposta à realização do trabalho sublimatório pela construção da civilização, segundo Freud, reside na oposição que as paixões pulsionais imediatas exercem sobre as pessoas.

A relação do trabalho com a felicidade, em Freud, não é direta, pois, na medida em que o trabalho passa a ser uma imposição social, ele carece de espontaneidade. Se, ao contrário, a partir do trabalho, fosse possível reconhecer as potencialidades de cada sujeito, o trabalho poderia se apre-

sentar como uma fonte de satisfação ou felicidade. A relação do trabalho com a felicidade, portanto, é pouco explicitada, porque a ideia de trabalho se fixa na noção de uma imposição civilizatória.

A ausência de uma clareza no emprego das capacidades, inclinações e dotes de um homem, constantemente, o levariam à produção de insatisfação quanto à atividade profissional por ele desempenhada. Dessa forma, Freud parece convidar a um autoconhecimento dos atributos e disposições particulares de um indivíduo no contexto do trabalho, a fim de que possa ter um sentido que ultrapasse as imposições sociais.

A grande problemática detectada por Freud quanto ao trabalho poderia ser apontada como a relação de ausência de espontaneidade que, segundo ele, é estabelecida pela maioria das pessoas em relação ao exercício da profissão. Alicerçados nas premissas freudianas, parece-nos pertinente uma reflexão sobre a indevida exploração ou conhecimento das potencialidades que um sujeito dispõe para o trabalho, pois Freud parece observar uma incoerência entre o conhecimento das potencialidades de um sujeito e o decorrente emprego dessas em sua atividade profissional.

Pois parece não haver, por parte da civilização, uma preocupação estampada em empenhar-se num conhecimento de suas potencialidades manifestas em cada indivíduo e numa adequação de seus atributos ao exercício profissional comum. Assim sendo, a justificação de uma relação problemática com o trabalho pode ser apontada nas investigações psicanalíticas, na opinião de Freud. Para ele, a maioria das pessoas apresenta dificuldades em sua relação com o trabalho por desempenharem suas atividades apenas em função de uma restrição de seu significado expressado por uma necessidade ou por pressão social. Em uma importante nota de rodapé, Freud assinala essa relação tensionada dos homens com o trabalho:

> Não havendo uma disposição especial que prescreva imperiosamente a direção dos interesses vitais de al-

> guém, o trabalho acessível a todos pode ocupar o lugar que lhe é proposto pelo sábio conselho de Voltaire. Não é possível, nos limites de um panorama sucinto, examinar satisfatoriamente a importância do trabalho para a economia libidinal. Nenhuma outra técnica para a condução da vida prende a pessoa tão firmemente à realidade como a ênfase no trabalho, que no mínimo a insere de modo seguro numa porção da realidade, na comunidade humana. A possibilidade que oferece de deslocar para o trabalho e os relacionamentos humanos a ele ligados uma forte medida de componentes libidinais – narcísicos, agressivos e mesmo eróticos – empresta-lhe um valor que não fica atrás de seu caráter imprescindível para a afirmação e justificação da existência na sociedade. A atividade profissional traz particular satisfação quando é escolhida livremente, isto é, quando permite tornar úteis, através da sublimação, pendores existentes, impulsos instintuais subsistentes ou constitucionalmente reforçados. E, no entanto, o trabalho não é muito apreciado como via para a felicidade. As pessoas não se lançam a ele como a outras possibilidades de gratificação. A imensa maioria dos homens trabalha apenas forçada pela necessidade, e graves problemas sociais derivam dessa natural aversão humana ao trabalho (FREUD, 1930/2010, p. 36).

A ausência de satisfação no trabalho do homem constantemente o leva a um reducionismo do significado da atividade laboral para a sua vida. Expresso como uma necessidade, o trabalho se constituiria como uma imposição pela sociedade para a preservação da sua sobrevivência, o que, segundo Freud, proporciona à civilização incomensuráveis prejuízos para o seu desenvolvimento. Imposição social do trabalho que pode ser vista também no contexto das medidas socioeducativas, ao passo em que se apresenta como obrigatória a capacitação para o trabalho nos planos de atendimento (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, Freud ratifica que todo homem se torna, por assim dizer, inimigo da civilização. Todavia, Freud acredita e ressalta que o trabalho e, principalmente, a atividade reflexiva e intelectual podem proporcionar ao homem um estado psíquico que, segundo ele, torna-se capaz de uma

descrição de suas características em termos metapsicológicos, tarefa que Freud afirma ainda não ter logrado pelo viés do exame psicanalítico.

> Outra técnica de afastar o sofrimento recorre aos deslocamentos da libido que nosso aparelho psíquico permite, através dos quais sua função ganha em muito em flexibilidade. A tarefa consiste em deslocar de tal forma as metas dos instintos, que eles não podem ser atingidos pela frustração a partir do mundo externo. A sublimação dos instintos empresta aqui sua ajuda. O melhor resultado é obtido quando se consegue elevar suficientemente o ganho de prazer a partir das fontes de trabalho psíquico e intelectual. Então o destino não pode fazer muito contra o indivíduo. A satisfação desse gênero, como a alegria do artista no criar, ao dar corpo a suas fantasias, a alegria do pesquisador na solução de problemas e na apreensão da verdade, tem uma qualidade especial, que um dia poderemos caracterizar metapsicologicamente (FREUD, 1930/2010, p. 35).

Portanto, na concepção psicanalítica freudiana, o trabalho constitui uma elevação do homem de sua condição original. Para Freud, o trabalho possibilita um deslocamento na finalidade da energia psíquica original, a saber, a libido, fonte para o desempenho de todo e qualquer empreendimento humano. Concomitantemente, o trabalho se inscreve na história da vida humana como sublimação e como uma necessidade de afastar o sofrimento, na medida em que para tal tarefa, o ser humano tem de extrair sua energia de outra atividade prazerosa, a saber a sexual. O trabalho constitui uma demonstração clara da confluência do princípio do prazer e do princípio da realidade na atividade humana. Enquanto uma expressão para a obtenção da satisfação, o trabalho constitui meio possibilitador de bem-estar, podendo ele próprio ser uma experiência prazerosa; simultaneamente, possui uma função altamente adaptadora à sociabilidade e à civilização de modo mais abrangente.

No escopo da análise a que o presente capítulo se propõe, a perspectiva freudiana em relação ao trabalho nos auxilia muito a refletir sobre a aposta no eixo da profissionalização de adolescentes sujeitos a medidas socio-

educativas como meio efetivo não apenas de reinserção social, ou como abertura às alternativas a situações de risco e vulnerabilidade social, mas também de meio de expressão na economia libidinal dos sujeitos.

Como propõem Marcilio *et al.* (2019, p. 71), "para que as ações de protagonismo juvenil possam ocorrer em sua essência, é necessário permitir aos adolescentes a participação como autores principais". Para tanto, parece-nos que não apenas a previsão legislativa que assegura direitos e proteção ao adolescente no contexto de trabalho são essenciais, mas também o envolvimento do sujeito em experiências prazerosas e que possibilitem uma abertura social, que considerem a autonomia desses sujeitos em primeiro plano.

Considerações finais

Fundamentando-nos nas teses freudianas, podemos pensar nas relações paradoxais que o sujeito estabelece com o trabalho, pois, de um lado, essa ação é decisiva para sobrevivência e construção da humanidade; de outro, exige do sujeito uma conexão com uma tarefa, por vezes, mecânica, sem espontaneidade e que não produz, necessariamente, reconhecimento. Como revela Honneth (2008):

> Nos últimos duzentos anos nunca estiveram tão escassos como hoje os esforços para defender um conceito emancipatório, humano, de trabalho. O desenvolvimento real na organização do trabalho na indústria e nos serviços parece ter puxado o tapete a todas as tentativas de melhorar a qualidade no trabalho: uma parte crescente da população luta tão somente para ter acesso a alguma chance de uma ocupação capaz de assegurar a subsistência; outra parte executa atividades em condições precariamente protegidas e altamente desregulamentadas; uma terceira parte experimenta atualmente a rápida desprofissionalização e terceirização de seus postos de trabalho, que anteriormente ainda tinham um status assegurado (HONNETH, 2008, p. 46).

Ainda na perspectiva freudiana, o trabalho não oferece satisfação e

pode ser pensado como uma atividade que exige grande força sublimatória se apresentando, por vezes, como uma imposição da sociedade. Os temas do não reconhecimento, da insatisfação e das altas exigências sublimatórias se apresentam de modo ampliado para um adolescente, sobretudo para um adolescente segregado.

Assim, compreendemos a importância da construção de atividades profissionalizantes, mas entendemos que essas, por vezes, não se apresentam como possibilidades de reconhecimento e de satisfação. É preciso pensar estratégias efetivas de enlaçamento dos jovens com a vida.

Referências:

BRASIL, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm.. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL, Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 14 jun. 2019.

COELHO, R. N.; AQUINO, C. A. B. Inserção laboral, juventude e precarização. **Psicologia Política**, v. 9, n. 18, p. 275-289, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n18/v9n18a07.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

DEL PRIORE, M. (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. 2008. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas.

FREUD, S. (1927). O futuro de uma ilusão. *In*: FREUD, S. **Obras Completas,** volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929). São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 231-301.

FREUD, S. (1930). O mal-estar na civilização. *In*: FREUD, S. **Obras Completas,**

volume 18: O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à Psicanálise e outros textos (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 13-122.

HEGEL, G. H. F. (1802). **O sistema de vida ética. Tradução Artur Morão**. Lisboa; Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

HONNETH, A. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. Civitas – **Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, p. 46-67, 2008.

JACOBINA, O. M. P.; COSTA, L. F. "Para não ser bandido": adolescentes em conflito com a lei e trabalho. **Cad. psicol. soc. trab**., v. 10, n. 2, p. 95-110, 2007.

MARCILIO, F. C. P. *et al*. Protagonismo juvenil no contexto da medida socioeducativa: um relato de experiência. **Revista SPAGESP,** v. 20, n. 1, p. 69-81, 2019.

MOREIRA, J. de O.; GUERRA, A. M. C.; COSTA, D. B. da. Pós-Modernidade e Mercado Informal de Drogas Ilegais: O Jovem na Criminalidade. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 12, n. 1-2, p. 389-418, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v12n1-2/14.pdf. Acesso em: 14 Jun. 2019.

MULLER, F. *et. al*. Perspectivas de adolescentes em conflito com a lei sobre o delito, a medida de internação e as expectativas futuras. **Adolescência e Conflitualidade**, v. 1, n. 1, p. 70-87, 2009. Disponível em: http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/article/view/189/177. Acesso em: 14 Jun. 2019.

PEDRO, F. R. A. de O. **De "bandido" a "trabalhador": um estudo sobre as relações dos jovens com o trabalho a partir das medidas socioeducativas**. 2017. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVEIRA, K. S. da S. *et al*. Projetos futuros de adolescentes privados de liberdade: implicações para o processo socioeducativo. **Psicologia**: Teoria e Prática, v. 17, n. 2, p. 52-63, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v17n2/04.pdf. Acesso em: 14 Jun. 2019.

O trabalho do psicanalista e os imperativos do capital

Denise de Fátima Pinto Guedes[1]

Maria Cristina Poli[2]

Ao analista resta o lugar de santo, não por fazer caridade, mas por ocupar o lugar de dejeto. É assim que Lacan se refere à posição do analista. Em "Televisão", de 1974, ao ser questionado sobre qual seria a posição do analista em relação aos trabalhadores de saúde mental, que aguentam toda a miséria do mundo, Lacan aponta que aguentar a miséria é entrar no discurso que a condiciona (o discurso do mestre), nem que seja para protestar contra ela, e que, ao denunciar o discurso, você pode reforçá-lo ou aperfeiçoá-lo (LACAN, 1974/2003). A essa miséria Lacan relaciona o discurso do capitalista.

Partindo desta premissa, qual seria a posição possível de um analista em uma instituição psiquiátrica?

A presença do analista nas instituições tem se consolidado desde a implementação das políticas de saúde mental no Brasil, não sem mal-estar nem sem um constante questionamento sobre a prática possível neste contexto. A aplicabilidade da psicanálise fora do consultório já era prevista por Freud como um serviço a ser realizado à saúde pública dada a dimensão do sofrimento psíquico na população, apostando que, para isso, os analistas teriam a responsabilidade de adequar a técnica às novas condições, sendo necessária a preservação de seus elementos fundamentais (FREUD, 1919[1918]/2017). Rinaldi, retomando "A proposição de 9

1 Psicanalista. Doutoranda no Programa de Teoria Psicanalítica UFRJ. Mestre em Psicologia/ UFRJ. Especialista em Psicanálise: subjetividade e cultura/UFJF.

2 Psicanalista. Pós-doutora pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica/ UFRJ. Doutora em Psicologia/UNIVERSITÈ PARIS 13. Mestre em Filosofia/PUC-RS. Professora Associada do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Analista. Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Coordena, junto com Edson Luiz André de Sousa, o LAPPAP (Laboratório de Pesquisa em Psicanálise, Arte e Política).

de outubro de 1967" de Lacan, chama atenção para o fato de que há um vínculo indissociável entre o que o psicanalista francês designa como a "psicanálise em intensão" e a "psicanálise em extensão", "evidenciando a lógica do discurso analítico, onde externo e interno se entrecruzam, na medida em que não há sujeito sem o Outro" (RINALDI, 2000, p. 2). Nas palavras de Freud, diríamos, "a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social" (FREUD, 1921/2011, p. 14).

Para situar o problema de dentro da experiência, comecemos com um relato de caso. Lúcia[3] chega ao hospital-dia por conta de graves crises de angústia que a impediam de trabalhar e sair à rua. É acompanhada sempre pela mãe ou pela irmã. Nas primeiras vezes, apresenta-se muito inquieta e com diversos sintomas ansiosos, tendo de ser amparada, ora por técnicos, ora pela própria analista. Lúcia trabalha como gerente em uma distribuidora e relata ter funções acumuladas pela falta de funcionários, além da presença de um supervisor que "*implica muito com ela"*. Em casa, descrevia um casamento em crise, se queixando "*que seu marido havia mudado muito e que achava que ele não a amava mais*", queixando-se também das mudanças que ela própria percebia em sua aparência com o passar dos anos. Afastada do trabalho, considerando-se doente por frequentar uma clínica psiquiátrica, ganha a atenção do marido e da família materna, situação de importância em seu discurso.

Com o tempo, os momentos de angústia vão cedendo e dando lugar a uma fala sobre o que queria mudar em sua vida e sobre a vontade, apesar do medo, de voltar a trabalhar. Os ganhos que até então haviam se estabelecido não eram suficientes para a paciente. Uma reviravolta acontece quando, um dia, recebe a ligação do chefe, dizendo sentir sua falta e o quanto o seu trabalho era necessário à empresa. O pedido do chefe é trazido para a analista e para o médico com satisfação, apontando que "*o chefe sentia falta do trabalho dela*", mostrando até então um lugar que estava

3 Nome fictício.

adormecido.

Houve um esforço por parte de seu médico para que ela continuasse o tratamento, do contrário, iria perder os benefícios ganhos, seja com o salário, seja com a medicação oferecida pelo plano; ele questiona se ela conseguiria fazer a manutenção do tratamento fora da clínica. Essa pergunta é também endereçada à analista, já que o médico acreditava que a paciente voltaria para a clínica em um momento posterior mais adoecida. A analista responde que não saberia dizer, mas que a paciente se apresentava segura de sua decisão. Lúcia rompe com seu médico, que apostava em uma transferência pela via dos benefícios, do ganho a mais, seja do dinheiro, seja das medicações, e responde a partir de sua posição histérica, que além de apontar o furo no que lhe era oferecido, inebriada pelo desejo que o chefe desvela, busca ser amada e reconhecida.

As questões e reflexões aqui levantadas foram vivenciadas no período de 2012 a 2016, em uma clínica psiquiátrica regulada pelas regras da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), com presença de leitos para internação, portas abertas para emergências e hospital-dia, atendendo casos de psicoses, neuroses graves e dependência química. Aqui serão apresentados dois momentos institucionais que marcam a diferença com relação ao trabalho realizado nessa instituição.

Em um primeiro momento, a instituição mantinha cerca de 80 pacientes e uma equipe constituída por enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos, oficineiros e psicanalistas com formação de origem em psicologia. A instituição tinha a proposta de oferecer um tratamento que privilegiasse o sujeito tanto em sua vertente de cidadão quanto sujeito do inconsciente, marcado pela singularidade. Havia reuniões semanais que tratavam de assuntos diversos, reunindo os saberes para a construção do caso. Esse espaço de construção era corroborado pelo médico que exercia a coordenação clínica do serviço e que era referido, em seu percurso pessoal, ao discurso psicanalítico, além de ser um dos sócios-proprietários da

instituição. No exercício de suas funções, ele abria espaço para que, nas reuniões, os discursos ali presentes se mesclassem em prol da produção de um saber que descompletava o já instituído.

No dia a dia institucional, torna-se claro que a abertura para a psicanálise se dava pelo reconhecimento de um limite no saber médico, carregando consigo o significante de "resolver o impossível" referido aos casos de difícil manejo. É nesse lugar, daqueles que resolvem o que não tem jeito, que o grupo de trabalho em um primeiro momento é reconhecido. A partir de uma transferência de trabalho bem estabelecida, a equipe estava mais aberta a escutar os efeitos do inconsciente, seja no questionamento de sua própria ação, seja na escuta da singularidade de cada caso.

Deste modo, a construção do caso sustentava um espaço de troca de informações (operadores, familiares e instituições), aposta em uma abertura para a escuta do novo, evitando soluções prontas para as conduções de caso. Viganò (1999/2010) defende que a construção do caso é um movimento dialético em que a rede social se coloca em posição discente e o paciente na posição docente: "o que paciente deve ensinar não passa por sua consciência e não pode ser dito em uma fala direta, mas mediante nossa escuta das particularidades, das coincidências que foram escandidas de sua história, do enigma de seus atos falhos, recaídas, ausências, etc" (VIGANÒ, 1999/2010). As intervenções e projetos terapêuticos partem dessa construção em equipe, mas o ato que advém é sempre solitário e situado no um a um. O que se partilha é o que se recolhe de cada caso.

A transferência de trabalho se apresenta como um segundo pilar de sustentação da ação coletiva nas instituições. Partindo da própria noção analítica de transferência, a transferência de trabalho é um instrumento que viabiliza o trabalho entre pares, visando ao fazer clínico e a produção de saber consequente. Figueiredo (2005) aponta que a transferência em jogo se baseia nos objetivos comuns às diferentes profissões em uma clínica que visa ao sujeito. A transferência de trabalho requer uma abertura

à construção do saber e, também, a sustentar um não-saber, em um ofício que nunca está acabado, um trabalho permeado pelo desejo.

É nesta configuração institucional que ganhávamos um espaço de flexibilidade com ações que ultrapassavam os muros e permitiam a introdução de elementos exteriores ao contexto, possibilitando a emergência de uma subjetividade até então apagada. As ações se desdobravam em situações diversas – como um acesso à internet em horas não convencionais, a presença de um instrumento musical, uma bateria (não sem mal-estar), além de saídas com os pacientes. Segue-se a direção, indicada por Lacan no trabalho com a psicose, de se fazer *secretário do alienado*, atuando para um tratamento possível, de modo a construir um lugar e um sentido no mundo[4].

Assim, como dissemos, o trabalho na instituição obtinha efeitos a partir de duas sustentações necessárias para a circulação do discurso da psicanálise: a construção do caso clínico e o estabelecimento de uma *transferência de trabalho*[5] em que o ato do analista é suportado. A abordagem do singular, do um a um, era a política que dirigia o trabalho da equipe na instituição, uma política que denominamos com Lacan de *falta-a-ser*[6].

A percepção do êxito no trabalho realizado pela equipe teve, no entanto, efeitos paradoxais, fazendo com que houvesse o desejo de ampliação com vistas a uma certa hegemonia do mercado na cidade, o que inaugura um segundo momento institucional. Esse processo se deu a partir de uma tentativa de normatização para maior controle, seja da produção (incorporada na quantidade de atendimentos realizados), seja dos próprios pacientes (o horário que ficavam na clínica, os dias presentes, as atividades realizadas). Paralelamente, houve um crescimento da equipe e o chamado

4 Termos introduzidos por Lacan em "O Seminário, livro 3, as psicoses" (1955-1956/1985).

5 Pontos essenciais trabalhados por Carlos Viganò em seu texto "A construção do caso clínico em Saúde Mental" (1999/2010).

6 Termo cunhado por Lacan em "A direção do tratamento e os princípios de seu poder" (1958/1998).

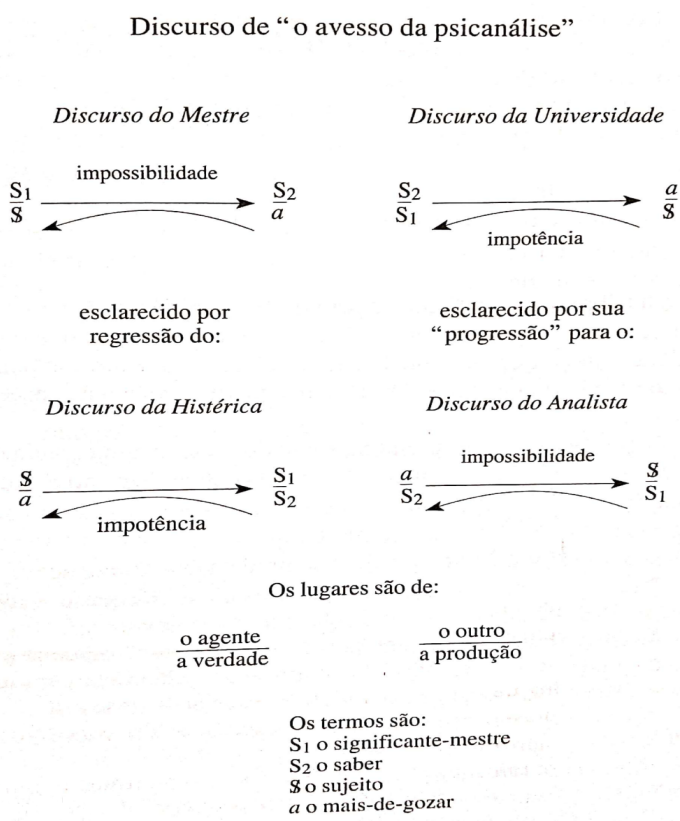
a uma especialização. Dessa forma, os psicólogos deveriam atender e não fazer oficinas, justificativas que iam de acordo com a hora paga a cada profissional.

O espaço de escuta do paciente se encurta e é sobreposto pelo discurso do bem-estar, da cidadania, guiado por um contexto moral de reabilitação. Havia incessantes demandas por organização do serviço, seja através dos prontuários, da regularização de pontos ou da contagem de pacientes por psicólogo – aspectos incorporados ao cotidiano e que demonstram uma incitação à produção e ao bom funcionamento da instituição. Instalou-se, assim, um clima de caça às bruxas do tempo perdido, tornando o espaço para o ato e a transferência de trabalho fragilizados.

Claramente, as mudanças foram regidas pelo imperativo do capital, o que nos permite pensar em uma mudança na condução da lógica discursiva na instituição.

Lacan, em "O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969-1970/1992)", formaliza quatro discursos encontrados em sociedade, decorrentes de estarmos imersos na linguagem e que se estruturam a partir de S1 (significante mestre), S2 (saber), $ (sujeito dividido) e a (mais-de-gozar), em torno de quatro lugares: o agente do discurso, o outro a quem se dirige, a produção e a verdade que movimenta o discurso. Originários das profissões impossíveis nomeadas por Freud (1925/1996), há, então, o discurso do mestre (ato de governar), o discurso universitário (ato de educar), o discurso da histérica (se fazer desejar) e o discurso do analista (psicanalisar). É a intervenção do discurso do analista que propicia o giro e uma circulação pelos discursos.

Figura 1: Os quatro discursos



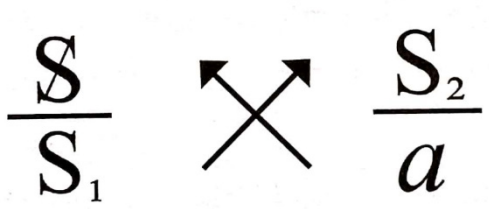
Fonte: Lacan (1970/2003, p. 447)

O que está em jogo nos discursos são as formas de gozo que estabelecem os laços sociais, gozo que é freado pelo enlace que ocorre na própria estrutura de linguagem. Portanto, os discursos são modos de aparelhar o gozo, tornando possível um corte, um limite no gozo mortífero e ilimitado da pulsão de morte. Consequências, também, da estrutura da linguagem, há, então, em todo discurso, uma impossibilidade, uma dimensão de fracasso, já que não é possível tudo representar e uma dimensão de impotência, uma vez que não há relação entre o que ele produz e o que sustenta sua verdade. É essa diferença que dá base à radicalidade do saber em psicanálise.

O discurso do analista não tem privilégios quanto à impossibilidade e à impotência. Ele se institui pelo fato de que é o objeto *a*, que ocupa o lugar de agente, um objeto funcionando enquanto instrumento que dirige o discurso, fazendo-o operar. Esta operação se dá através do ato do analista, suas intervenções, instituído em uma experiência de limite.

Lacan (1970/2003) desenvolve ainda um quinto discurso, o discurso do mestre moderno, vigente de forma predominante na atualidade. Este discurso, também conhecido como o discurso capitalista, em termos lógicos, aponta para a ruptura dos laços, posto que ele se organiza a partir da subversão do discurso do mestre, em que o acesso do sujeito à verdade não está intermediado pelo outro. Assim, a forma como o discurso capitalista se apresenta – sua estrutura é diferente dos demais –, incentiva, a partir de uma ilusão, a eliminação da castração, vivências de fantasias de completude, intensificação do individualismo e afrouxamento dos laços. Isso ocorre porque – por diferença ao discurso do mestre no qual há um endereçamento ao Outro e, ao mesmo tempo, a inscrição da impossibilidade da realização plena do circuito da demanda e do desejo envolvidos nas relações e de uma impotência com relação à verdade – no discurso do capitalismo os impedimentos e as impossibilidades são suplantados ao se confundir o sujeito com o objeto de consumo (DIAS, 2017).

Figura 2: Discurso capitalista



Fonte: Lacan (1972/1984, p. 32)

É através do discurso do psicanalista e sua relação com o discurso da histeria que historicamente se observou a passagem entre os discursos; do mesmo modo, pode-se fazer a aposta de que o discurso do analista possa

fazer furo no discurso do capitalismo, esvaziando o imaginário totalizante de seus objetos. Isso decorre também da relação do discurso do psicanalista com o real e sua incidência, como interrogação, sobre o gozo. O discurso do psicanalista vai em direção a um descolamento do Outro, ou seja, questiona toda e qualquer mestria, colocando em xeque o desejo do sujeito e o real – isto é, o impossível – em jogo nas relações. Em "Radiofonia", Lacan aponta "que é somente pelas vias do real que podemos conter os idealismos" (1970/2003, p. 442).

Estamos todos imersos em nosso tempo: a instituição, o analista e os pacientes. E se, em um primeiro momento, na situação institucional relatada acima, observamos a prevalência do discurso do mestre, encarnado pelo discurso médico que tem aí como tentativa produzir tanto uma melhora dos pacientes, quanto geração de capital, simultaneamente há um atravessamento pelo discurso psicanalítico e o estabelecimento de uma transferência de trabalho. De tal modo, mesmo em uma atmosfera em que o capitalismo insiste como senhor, o atravessamento pelo discurso do analista sustenta uma outra posição.

Na instituição em questão, a impotência e a impossibilidade presentes em todos os discursos foram deslocadas, a partir da emergência dos efeitos do capitalismo, para um "é você que não está fazendo direito, você não está dando conta", ou seja, para uma insuficiência diante do ideal, apontando a presença do mais-de-gozar em um incessante pedido de produza mais e melhor. Como indica Quinet (2001, p. 17), "o discurso capitalista, ao situar a mais-valia no lugar da causa do desejo, transforma cada um de nós em um explorador em potencial dos nossos semelhantes para deles obter lucro", interpretando o desejo como desejo de objetos de consumo – *gadgets* ou mesmo "benefícios sociais" –, como o relato de caso aponta.

Deste modo, a psicanálise virou uma especialidade presente dentro da clínica. Sem uma transferência de trabalho ativa e operante na instituição, torna-se improvável a presença do discurso analítico. Além disso, se antes

havia um espaço de fala que não sem razão era dado à psicanálise, houve um momento em que os que encarnavam esse lugar deveriam ser organizados, pois não faziam a instituição andar bem...

O que não anda bem...

Dentro da ordem social estabelecida, há um discurso que organiza a realidade de nosso mundo e delimita algo que é compartilhável. Porém, como já nos apontava Lacan (1970/2003), as realidades são plurais, não há realidade que não seja de discurso, isto é, de uma ordem que opera no real. É nesse ponto que podemos afirmar a incidência política do analista, que desde a criação da noção de realidade psíquica por Freud marca o que não é coletivizável e só se mostra no um a um.

> De golpe, salta aos olhos retroativamente que a promoção do que chamamos no discurso primeiro de o sentido das realidades responde a uma operação, ao menos a uma tentativa, mais ou menos bem-sucedida, de universalizar o sujeito e de fazer funcionar um "para todos" ...ao preço de uma exclusão. Essa exclusão, Freud a situou com o termo de dessexualização. Digamos: exclusão do impossível de universalizar (SOLER, 1998, p. 258).

Esse é o movimento necessário tanto na constituição do sujeito quanto nas formalizações dos grupos, em que, para o funcionamento da ideia de unidade, se exclui o que é diferente ou estranho. É a lógica que encontramos na instituição, que busca não somente a normatização dos pacientes, mas também dos trabalhadores. Em uma posição que costuma divergir das demandas institucionais, o analista se apresenta apontando a clínica possível do sujeito e como testemunha dos efeitos inconscientes, em uma posição de falta-a-ser. É assim que a política da psicanálise abre espaço para o acolhimento do que não vai bem sem tomá-lo como algo a ser excluído, consertado ou normatizado.

É em "A direção do tratamento e os princípios de seu poder" que Lacan

(1958/1998) cunha a expressão Política da Psicanálise, aí entendida como compreendendo a tática do analista e sua estratégia, localizando uma posição de falta-a-ser. Essa posição se refere ao analista enquanto causa-de-desejo e ainda ao não-saber que aponta para o impossível de seu fazer e da sustentação desta política. Há também um preço que cabe ao analista pagar no exercício de sua função, seja com suas palavras, com sua pessoa e com seu ser. No trabalho que cabe ao analista, Lacan (1958/1998) ainda pontua o risco que se corre de cair num exercício de poder. A noção de poder para Lacan, desde o início de seu ensino, possui relação com a ideia de saber; na análise, é o poder das palavras que está em jogo, já que o poder da transferência – ligado à posição de sujeito-suposto-saber do analista – deve ser mantido como um poder suposto. É desde este lugar que a transferência atribui ao analista exercer a política da falta-a-ser, ou seja, operar um "poder" que se transforma em causa e abertura ao desejo. Conforme indica Quinet (2009, p. 43, grifos nossos), "a Política da falta-a-ser é o antídoto da transferência" (em sua vertente imaginária, bem entendido).

"A questão da política na direção do tratamento é, portanto, a que tem como base essa falha no poder do Outro e que equivale estruturalmente à própria falta no Outro, ou seja, à inclusão da castração no Outro" (QUINET, 2009, p. 45, grifos nossos). Em outras palavras, o movimento incessante de separação e alienação que observamos no sujeito se apresenta e cabe à política da psicanálise, seguindo a direção do tratamento, propiciar, possibilitando movimentos de desalienação e descolamentos entre o ser falante e o Campo do Outro. Este é o exercício da psicanálise que se desdobra no ensino de Lacan dando lugar ao ato do analista e ao desejo do analista, o que permite a construção dos discursos.

Lacan, partindo da lógica estabelecida pelo significante mestre (S1) e seu encadeamento no saber constituído no laço social (S2), revela o papel essencial da função fálica para o estabelecimento do discurso do mestre e a identificação ao semblante – semblantes referenciados à norma fálica,

em que os seres falantes se localizam dentro da partilha dos sexos. Como as mulheres, os analistas não se agrupam em um conjunto Universal, assim como não há A Mulher, não há O Psicanalista, e então devem ser contatos um a um, uma a uma. A posição do lado não-todo na lógica dos gozos é similar aquela da direção de um processo de tratamento e também é a forma possível da transmissão – posição política e ética do analista, consigo e com seus pares. Ela implica em uma aposta na singularidade, na direção oposta das identificações unificadoras. Lembrando que o discurso analítico "só se sustenta pelo enunciado de que não-há, de que é impossível colocar-se a relação sexual" (LACAN, 1972-1973/2008, p. 16).

A política da psicanálise é, portanto, a política do um a um, referenciada à lógica do não-todo. O psicanalista não faz série, não há regras pré-determinadas, muito menos um manual a ser seguido. No campo institucional, a política do um a um se reatualiza e o analista é convocado a assumir um lugar que alcance a subjetividade de sua época. No momento atual encontramos de uma forma maciça, na mesma via do imperativo de mais-de-gozar, uma tentativa de tamponamento das expressões do mal-estar, como se fosse possível sanar todos os males e sofrimentos da alma, seja a partir dos *gadgets* (que podem ser encarnados inclusive nos medicamentos) ou das novas terapêuticas incentivadas pela noção do indivíduo como empreendedor de si. Na instituição que apresentamos acima prevalece, após sua ampliação e remodelagem, esse ordenamento que prevê uma universalização dos sujeitos na busca do chamado bem-estar social combinado à lógica capitalista.

É o que percebemos a partir da criação de diversos protocolos que se prestam a avaliar, quantificar e qualificar a ação humana, através de scores que determinariam sucesso e bem-estar. A rigidez implicada em diversos processos faz com que os trabalhadores demonstrem "um enrijecimento do pensamento" que muitas vezes exclui o trabalho com o singular, a construção do um a um. Exemplos desta lógica vão desde a não flexibili-

zação de horários de consultas para pacientes mais fragilizados, à busca e concessão de benefícios ou medidas que envolvem o campo do direito sem questionar as consequências subjetivas daquela ação, naquele momento. Quanto a este movimento, Viganó é ainda mais taxativo no tocante ao fato de que muito além de desconsiderar o mal-estar e a impossibilidade enquanto dados estruturais, as ações movidas pelo capitalismo são regidas pela mais-valia, combustível para o lucro, em uma estratégia perversa de culpabilização do sujeito, seja ele o paciente ou o trabalhador da instituição. Percebemos que as demandas inscritas a partir do campo social – e tomadas como universais – se transformam em grandes cortinas de fumaça para as ações que prioritariamente visam ao lucro.

O psicanalista presente na instituição, guiado pela pluralidade atinente à realidade psíquica daquilo que é impossível de se coletivizar, acolhe uma demanda que faz do sujeito "um eterno traidor do discurso universal" (VERAS, 2005, p. 3). Ele opera a partir do estabelecimento de uma transferência que é fundada por uma demanda que não visa a satisfazer o sujeito em suas necessidades biológicas, psíquicas e sociais, mas se funda no um a um. É, portanto, considerando as posições presentes na instituição que podemos enxergar os furos discursivos, mantendo a posição de um a um na tentativa de manter espaços abertos à construção e a aposta no surgimento do desejo. Frente ao discurso do capital, cabe ao analista a manutenção, a tentativa de preservação da rotatividade dos discursos, ou melhor, da não conformidade a um discurso único.

> Elevando seu interlocutor à posição de sujeito por necessidade discursiva, a psicanálise não só promove o que está nos fundamentos da política de saúde mental – levar em conta que cada cidadão, independente de sua estrutura psíquica e do mal do qual porventura se queixe, é digno de ser identificado como pessoa –, como também avança nessa orientação política e a faz avançar, definindo o que é esse sujeito – ser falante que tem direito ao exercício da singularidade que, por fazer parte da definição de sujeito, não pode ser maior ou

> menor conforme o caso: ela não é relativizável e é por isso que cada um tem a possibilidade de se exercer *na sua*, se o quiser e se assumi-la por sua conta e risco (ALBERTI, 2008, capa, grifo da autora).

Brousse, em sua conferência "O inconsciente é a política", afirma que "*o desejo do analista não é puro, nem mesmo neutro*" (BROUSSE, 2003, grifos nossos). E Pinto (2008), retomando sua fala, complementa: "Ele já traz uma marca política, pois visa alterar os efeitos tirânicos do significante que colocam o sujeito em sofrimento". A operação clínica envolveria, assim, um ato político calcado em uma ética que visa à singularidade do sujeito e de seu gozo, indo na direção contrária a qualquer pretensão universalizante.

A política do um a um, política da falta-a-ser, marca abertura, espaço para a escuta do sujeito. Na instituição em questão essa abertura se apresentava – no momento anterior à prevalência da lógica da produtividade capitalista – nas reuniões a partir da construção do caso e no apontamento de que não há soluções prontas quando se trata de um sujeito, mas sim uma direção de tratamento construída a partir da escuta. A instituição não é fornecedora da restituição de sentido para o paciente e sim um lugar possível em que o sujeito pode encontrar os signos para se inserir na matriz do discurso (VERAS, 2005). Ou seja, um analista presente na instituição não fornecerá cura, respostas prontas ou a adequação do sujeito ao social, mas a abertura para que esse sujeito possa construir a sua forma de habitar o mundo e tecer laços.

Referências:

ALBERTI, Sônia. A política da psicanálise e a da saúde mental. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, v. 8, n. 1, 2008, capa. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10843/8492. Acesso em: 29 ago 2019.

BROUSSE, Marie Helene. **O inconsciente é a política**. São Paulo: EBP, 2003.

CARDOSO, Maurício José d'Escragnolle. Lacan e Frege: sobre o conceito de Um. **Psicologia USP**, v. 21, n. 1, 2010, p. 127-144. Disponível em: https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642010000100007. Acesso em: 29 ago 2019.

DIAS, Brendali. De que maneira o discurso do analista possibilita fazer furo no discurso capitalista? **Revista Stylus**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 59-73, 2017.

FIGUEIREDO, Ana Cristina. Uma proposta da psicanálise para o trabalho em equipe na atenção psicossocial. **Mental**, Barbacena, v. 3, n. 5, p. 43-55, nov. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272005000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 29 ago. 2019.

FREUD, S. (1937). Análise terminável e interminável *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 225-270.

FREUD, S. (1919[1918]). Caminhos da terapia psicanalítica. *In*: FREUD, S. **Fundamentos da clínica psicanalítica**. 1. ed.; reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 191-204 (Obras Incompletas de Sigmung Freud).

FREUD, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. v. XV. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2011. p. 13-113.

FREUD, S. (1925). Um estudo autobiográfico. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. v. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 11-78.

LACAN, J. (1958). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: p.591-652. JZE, 1998.

LACAN, J. (1972). Du discours psychanalytique. *In*: **Lacan in Italia**. Roma: Salamandra, 1984. p. 32.

LACAN, J. (1970). Radiofonia. *In*: **Escritos**. Rio de Janeiro: JZE, 2003. [p.400-447].

LACAN, J. (1955-1956). **O seminário, livro 3**: as psicoses. Rio de Janeiro: JZE, 1985.

LACAN, J. (1964). **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da

psicanálise. Rio de Janeiro: JZE,1985.

LACAN, J. (1969/1970). **O seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: JZE, 1992.

LACAN, J. (1972/1973). **O seminário, livro 20**: mais, ainda. Rio de Janeiro: JZE, 2008.

LACAN, J. (1974). Televisão. *In*: LACAN, J. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: JZE, 2003. p. 508-543.

PINTO, Jeferson Machado. **Psicanálise, feminino, singular**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

QUINET, Antônio. A psiquiatria e sua ciência nos discursos da contemporaneidade. In: QUINET, Antônio (org.). **Psicanálise e Psiquiatria**: controvérsias e convergências. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.

QUINET, Antônio. **A estranheza da psicanálise**: a escola de Lacan e seus analistas. Rio de Janeiro: JZE, 2009.

RINALDI, Doris. **O desejo do psicanalista no campo da saúde mental: problemas e impasses da inserção da psicanálise em um hospital universitário.** 2000. Disponível em: http://www.interseccaopsicanalitica.com.br/int-biblioteca/DRinaldi/Doris_Rinaldi_desejo_psicanal_campo_saude_mental.pdf. Acesso em: 27 jul. 2018.

SOLER, Colette. **A psicanálise na civilização**. Trad.: Vera Avellar Ribeiro; Manoel Motta. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

VERAS, Marcelo (2005). **Forclusão da transferência**. Opção Lacaniana, ago. 2005. Disponível em: http://www.opcaolacaniana.com.br/antigos/n2/pdf/artigos/MVForclusao.pdf

VIGANÒ, Carlos (1999). **A construção do caso clínico em saúde mental**. Curinga, Belo Horizonte, n. 13, p. 39-48, dez. 2010.

O trabalho e sua ausência: o ataque à vida

Maracy Domingues Alves[1]

Rita Maria Manso de Barros[2]

> *Nenhuma outra técnica para a conduta da vida prende o indivíduo tão firmemente à realidade quanto a ênfase concedida ao trabalho, pois este, pelo menos, fornece-lhe um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana.*
>
> *SIGMUND FREUD, 1930 [1929]/1986)*

Diante das transformações que o século XXI tem apresentado, sendo uma de nós psicanalista, parece sempre o melhor recurso buscar algum entendimento nas palavras de Freud. E, é claro, em "O mal-estar na civilização" (1930[1929]/1976). Ao tentar enumerar os meios que o ser humano criou para alcançar a felicidade – estado súbito de satisfação intensa em contraste com situação imediatamente anterior – Freud destaca o trabalho como aquele que melhor garante a continuidade de uma espécie de barreira contra a infelicidade. Entre todas as formas criadas ou descobertas, é o trabalho que lhe assegura a proteção mais consistente, mais duradoura. O trabalho é parte fundamental para proporcionar um sentido para a vida dos sujeitos, tanto em seu aspecto individual quanto no social. Como há três fontes das quais provém o sofrimento humano, o trabalho se encaixa justamente na última delas, enumeradas por Freud.

> O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento

1 Doutora em Psicologia/PUC-RJ. Mestre em Psicologia Social/PUC-PR. Bacharel em Psicologia/Universidade Católica de Santos. Especialista em Psicologia/PUC-PR. Coordenador Adjunto e membro do Comitê Acadêmico de Graduação (EQM), do curso de Psicologia da PUC-Rio. Professora do curso de Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis/UCP.

2 Psicanalista. Doutora em Teoria Psicanalítica/UFRJ. Mestrado em Psicologia/FGV-UFRJ. Professora Titular da UNIRIO e Professora Associada da UERJ. Membro permanente do Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicanálise e do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Psicanálise, ambos na UERJ.

> e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro (FREUD, 1930[1929]/1976, p. 105).

É sobre a fonte de sofrimento mais penoso, oriunda do relacionamento com outros homens – seja a família, o Estado e a sociedade –, que buscaremos caminhar neste texto, considerando que o Brasil apresenta hoje a trágica cifra de quatorze milhões de desempregados.

Um mundo sem trabalho e o adoecimento dos sujeitos

Sabemos que há muito por fazer no mundo. Trabalho não falta, contudo, o desemprego é avassalador! Não que não haja muito por fazer: cuidar, fertilizar e arar a terra, plantar, construir moradias, pontes, rodovias, ferrovias, reservatórios de água e alimentos, ensinar, pesquisar, inventar, cuidar de vidas, de cidades, divertir o povo com teatro e cinema, conversar, filosofar, amar, fabricar trens, carros, bicicletas, aviões, navios. Com tantas coisas para fazer como pode alguém estar desempregado?

É assim que o mundo do trabalho pode ser pensado e sentido como mundo sem trabalho para aqueles que enfrentam o desemprego. Apesar de relevante, a relação entre desemprego e saúde mental tem sido banalizada, muitas vezes atribuindo causalidade à pessoa desempregada. De cunho estatístico, por aqueles que deveriam priorizar as políticas públicas ativas em relação ao fenômeno, a divulgação dos índices de desemprego evidencia o caráter cínico da falta de ações efetivas e humanas. Cabe aqui a lembrança dos conceitos de cínicos viris e antolhos voluntários, propostos por Christophe Dejours (2005): cínico viril refere-se àquele que, dotado de poder de decisão, age em nome da autoridade à qual está subordinado, para garantir o malfeito. Antolhos voluntários, de outro lado, são todos os que, sem poder de decisão, percebem o malfeito, mas são impotentes na

luta pelo bem comum.

Para Lira e Weisntein (1985 apud SELIGMANN-SILVA, 1994), o processo de adoecimento começa quando o trabalhador percebe o risco de ficar desempregado. Ele evolui na concretização do desemprego em quatro fases propostas. Primeiramente há a reação do indivíduo que inicia seu processo de recolocação no mercado de trabalho. A fase seguinte é caracterizada como transição, na qual a pessoa já apresenta tristeza na medida em que percebe que suas tentativas de empregabilidade são frustradas. Em seguida, surge a possibilidade de adaptação patológica em que a adicção é uma das formas de manifestação. A última fase é o embotamento afetivo, quando a pessoa se apresenta com dificuldades em expressar emoções e sentimentos.

De acordo com Freud, a significação do trabalho para a economia da libido aponta para a mais elaborada técnica na condução da vida, pois é aquela que prende o indivíduo com maior firmeza à realidade.

> A possibilidade que essa técnica oferece de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional, e para os relacionamentos humanos a ele vinculados, empresta-lhe um valor que de maneira alguma está em segundo plano quanto ao de que goza como algo indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade (FREUD, 1930[1929]/1976, nota de rodapé, p. 99).

Ainda que a atividade profissional se constitua como "fonte de satisfação especial", ela só o será se for "livremente escolhida, isto é, se, por meio de sublimação tornar possível o uso de inclinações existentes, de impulsos instintivos [pulsões] persistentes ou constitucionalmente reforçados" (FREUD, 1930[1929]/1976, nota de rodapé, p. 99). Embora o trabalho livremente escolhido seja para poucos – o que se encontra na maior parte das vezes é o trabalho exercido sem outro ganho que não seja o do salário no final do mês, antes, no Brasil, com as garantias para a aposentado-

ria – o que se percebe atualmente é que os trabalhadores, em qualquer nível, foram lançados ao desamparo do desemprego. Talvez apenas o céu os proteja!

Justificar a existência, sentir-se útil, orgulhar-se do que produziu, plantou ou criou é alimento para o narcisismo. E mantém o indivíduo relativamente seguro quanto ao futuro. Segundo o Manual Técnico de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças na Saúde Suplementar, publicado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (BRASIL, 2009),

> [...] os primeiros conceitos de promoção da saúde foram definidos pelos autores Winslow, em 1920, e Sigerist, em 1946. [...] Posteriormente, Leavell e Clark, em 1965, delinearam o modelo da história natural das doenças, que apresenta três níveis de prevenção: primária, secundária e terciária (BRASIL, 2009, p. 17).

A promoção de saúde, como movimento, surgiu no Canadá em 1974, com o documento "*A new perspective on the health of canadians*" (LALONDE, 1974). Supondo que as principais causas de morbimortalidade no Canadá estavam relacionadas à biologia humana, ao meio ambiente e ao estilo de vida, o Informe Lalonde propõe cinco estratégias no campo da saúde: promoção da saúde, regulação, eficiência da assistência médica, pesquisa e fixação de objetivos. Esse documento foi precursor da I Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, em 1978, abrindo espaço, também, para o evento promotor da Carta de Ottawa, em 1986, a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. De acordo com esse documento, a promoção de saúde não é responsabilidade somente dos profissionais de saúde. Prevê o estilo de vida saudável para o bem-estar global e inclui os aspectos socioculturais, econômicos e ecológicos. Por outro lado, ao definir ações preventivas, o Manual indica que são

> [...] intervenções orientadas a evitar o surgimento de doenças específicas, reduzindo sua incidência e prevalência nas populações. [...]. A prevenção orienta-se às ações de detecção, controle e enfraquecimento dos fatores de risco de enfermidades, sendo o foco a doença

e os mecanismos para atacá-la (BRASIL, 2009, p. 18).

Entre estas doenças, enumeradas pela Organização Panamericana de Saúde (PAHA), o desemprego é uma das causas para a depressão. Aproximam-no ao processo de luto, ambos com o mesmo teor de qualquer situação traumática. Em 2017, no dia 10 de outubro, dedicado mundialmente à Saúde Mental, o tema escolhido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) foi "A saúde mental em lugar do trabalho"; dada a importância dos estudos que embasam essas entidades, sabe-se que o bem-estar dos indivíduos, sujeitos do mundo, está intrinsecamente ligado às condições de trabalho.

Arendt: trabalho e desassossego

Na visão de Arendt (1958/1991), labor, trabalho e ação são as três atividades que correspondem às condições básicas "mediante as quais a vida foi dada ao homem na Terra" (ARENDT, 1958/1991, p. 15). O labor se refere ao processo biológico do corpo humano e sua condição é a vida. O trabalho é a atividade criada pelo homem e sua condição humana é a mundanidade. A ação está relacionada à pluralidade e tem caráter político. *Vita activa*, então, na interpretação de Arendt com inspiração aristotélica, equivale à expressão grega *askholia* (ocupação, desassossego).

Cabe aqui uma ampliação da etimologia da palavra *askholia*. Wagner (2002) aponta a crítica de Hannah Arendt e Karl Marx tratando a *vita activa* como valorização da vida, o labor como o trabalho na sociedade moderna e a ação como fabricação na política marxista. E culmina definindo a sociedade utópica como um lugar de contradições. Do texto de Wagner (2002) busca-se a ampliação do conceito trazido por Arendt em sua apresentação da condição humana. Na interpretação de Wagner em relação ao pensamento aristotélico, *vita activa* não incluía as atividades relacionadas à fabricação de objetos com fins de sobrevivência. Entretanto, não havia nesta visão uma ênfase da *vita activa* em contraposição à

vita contemplativa. Na primeira, *activa*, havia uma conotação negativa porque estaria associada a in-quietude ou *a-skholia*. Na interpretação de Wagner (2002),

> [o] primado da contemplação sobre a atividade baseia-se na convicção de que nenhum trabalho de mãos humanas pode igualar em beleza e verdade o *Kosmos* físico, que revolve em torno de si mesmo em imutável eternidade, sem qualquer interferência ou assistência externa, seja humana ou divina, do ponto de vista da contemplação. Não importa o que perturba a necessária quietude; o que importa é que ela seja perturbada (WAGNER, 2002, p. 56).

De acordo com Silva (2014), *askholia* é do mesmo étimo do grego *skholé*, que originou *schola* em latim e escola em português e, é quase um sinônimo de *nec otium*, que originou negócio, descanso ocupado. O a de *askholia* indica negação.

O descanso ocupado vislumbra que seja retomado o estudo de Arendt (1958/1991) sobre a condição humana, iluminando-se a sua discussão da localização das atividades humanas no que tange às esferas pública e privada. A autora propõe uma distinção entre labor e trabalho, discutindo "o labor do nosso corpo e o trabalho de nossas mãos" (ARENDT, 1958/1991, p. 90). Na sua interpretação há coincidência etimológica em todas as línguas europeias, antigas e modernas, entre labor e trabalho, o que os torna contemporaneamente como sinônimos, sobretudo no senso comum.

> Assim, a distinção de Locke entre as mãos que trabalham e o corpo que labora é, de certa forma, reminiscente da antiga distinção grega entre o *cheirotechnes*, o artífice, ao qual corresponde o *handwerker* alemão, e aqueles que, como escravos e animais domésticos, atendem com o corpo às necessidades da vida – ou na expressão grega, *to somati ergazesthai*, trabalham com o corpo (ARENDT, 1958/1991, p. 90).

A conotação negativa destes termos advém do fato de que as necessidades da vida na polis grega eram supridas pelos artesãos que, envolvidos em seus ofícios na esfera privada, não se dedicavam à esfera pública.

Sendo assim, essa ideia permeou a classificação das ocupações, hierarquizando-as com base na quantidade de esforço que cada uma exige. Neste sentido, o significado de laborar, na antiguidade, estava associado a "ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana" (ARENDT, 1958/1991, p. 94) Além disso, do *cheirotechnes* surge a mentalidade do *homo faber*.

Ao discutir os instrumentos do trabalho e a divisão do labor, Arendt (1958/1991) questiona:

> Parece ser da natureza das condições da vida, tal como esta foi dada ao homem, que a única vantagem possível da fertilidade da humana força de trabalho (*labor power*) consista em sua capacidade de prover as necessidades da vida de mais de um homem ou de uma família. Os produtos do labor, produtos do metabolismo do homem com a natureza, não duram no mundo o tempo suficiente para se tornarem parte dele, e a própria atividade do labor, concentrada exclusivamente na vida e em sua manutenção, é tão indiferente ao mundo que é como se não existisse. *O animal laborans*, compelido pelas necessidades do corpo, não usa esse corpo livremente como o *homo faber* utiliza as mãos, que são os seus instrumentos primordiais (ARENDT, 1958/1991, p. 130).

E, como isso remete à *vita activa* em sua condição humana? É preciso relembrar as definições arendtianas das atividades inerentes às condições básicas da vida humana, considerando a indissolubilidade entre elas. A síntese destas definições está calcada nos três binômios já referidos inicialmente: *labor/vida; trabalho/mundanidade; ação/pluralidade* que se entrelaçam pelo caráter político. Desse caráter político decorre a ideia de que o trabalho humano tem sua divisão oriunda do agir conjunto no percurso da vida, mas isso ocorre dentro de estruturas de organização política. Nesse percurso transcendem-se os processos da própria vida e "a vitalidade e o vigor só podem ser conservados na medida em que os homens se disponham a arcar com o ônus, as fadigas e as penas da vida"

(ARENDT, 1958/1991, p. 133). Na sequência desta ideia, a constatação é a de que todo o trabalho precisa de instrumentos para a sua produção. O surgimento do *homo faber* e das coisas do mundo feita pelos homens é coetâneo à criação, também pelo homem, de instrumentos e ferramentas, justamente para amenizar este ônus do corpo. Na interpretação de Arendt (1958/1991), embora as ferramentas e instrumentos minimizem o sofrimento em termos de esforço e dor, "não mudam a necessidade em si; servem apenas para escondê-la de nossos sentidos" (ARENDT, 1958/1991, p. 137).

Ao considerar a distinção entre labor e trabalho, discutindo "o labor do nosso corpo e o trabalho de nossas mãos" (ARENDT, 1958/1991, p. 90), conforme apontamos antes, a filósofa propõe que os instrumentos no âmbito do *animal laborans* e do *homo faber* são parte do pressuposto de que os instrumentos essenciais do homo faber são as suas mãos, enquanto os instrumentos que aliviam a carga e automatizam o labor do animal laborans são criados e produzidos pelo *homo faber*. O desenvolvimento da tecnologia tem forte impacto nessa premissa. Sendo assim, Arendt (1958/1991) descreve os três principais estágios de desenvolvimento da tecnologia desde o início da era moderna.

Como primeiro momento, aponta o advento da invenção da máquina a vapor, em que a tecnologia apenas ampliava o vigor das mãos humanas com o uso da energia alimentada por minas de carvão. O segundo momento apresentado pela autora mostra o início do uso da eletricidade que resultou em mudança de paradigma na medida em que altera o conceito de fabricação de estanque para contínuo porque

> [...] as categorias do *homo faber*, para quem todo instrumento é um meio de atingir um fim prescrito, já não se aplicam. Pois agora já não usamos material tal como a natureza o fornece, matando processos naturais, interrompendo-os ou imitando-os. [...] alteramos e desnaturalizamos a natureza para nossos próprios fins mundanos, de sorte que o mundo ou o artifício

> humano, de um lado, e a natureza, de outro, passam a ser duas entidades nitidamente separadas (ARENDT, 1958/1991, p. 161).

O terceiro e último momento é caracterizado pela automação, que existe de forma autopropelida e, neste sentido, já não mais se configura como "produto de um esforço humano consciente no sentido de multiplicar a força material, mas sim uma evolução biológica da humanidade" (ARENDT, 1958/1991, p. 166).

A conclusão de Arendt (1958/1991) é que, em decorrência deste desenvolvimento da tecnologia, *homo faber* e *animal laborans* deixam de compreender a própria razão final: o primeiro por ser fabricante de coisas, e o segundo por ser incapaz de dar significado ao conceito de instrumento. Perdem ambos o seu próprio valor intrínseco.

No que tange à terceira atividade da condição humana, a ação, o estudo da autora aponta para a pluralidade humana como condição básica da ação e do discurso: "no homem, a alteridade, que ele tem em comum com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se singularidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares" (ARENDT, 1958/1991, p. 189). Sendo assim, através do discurso e da ação os seres humanos se manifestam, não como objetos físicos, mas com alma.

Na era moderna, surpreende-se Arendt (1958/1991), não se produziu teoria sobre a distinção entre o labor do nosso corpo e o trabalho de nossas mãos. As polarizações no pensamento da época, e é possível pensar que mesmo na visão contemporânea, estão definidas em três binômios: trabalho produtivo e improdutivo; trabalho qualificado e não qualificado; trabalho manual e intelectual.

Passeando pela história no Brasil[3]

No estudo histórico da democracia brasileira, Jaguaribe (1986) apresenta uma democracia de notáveis, instaurada por Pedro I e que perdurou durante o Império e a República Velha até que a Revolução de 1930 modificou as relações de poder e conduziu a uma democracia de classe média, transformando-se, com Vargas, numa democracia de massas. Refere-se aos latino-americanos como o grupo em que existem maiores contradições entre ideais e atos. E aponta como determinante deste fenômeno, o fato dos países da região terem tomado emprestado o parlamentarismo da Inglaterra, a democracia da França e o presidencialismo dos Estados Unidos, esperando que produzam os mesmos resultados, decorrendo daí discordâncias acentuadas entre normas e comportamentos, num conflito entre cultura do povo-massa e das elites. O Brasil, na análise de Jaguaribe, está no rol das nações com esse traço.

Oliveira Vianna (1974) descreve, minuciosamente, o processo de colonização dos principais estados do Brasil, citando nominalmente as famílias para mostrar que o grupo familiar crescia por contiguidade. Sugere que a solidariedade familiar e a formação de clãs parentais são decorrência desse processo, somado à necessidade de união para proteção dos perigos. Ressalta, porém, que esta solidarização é peculiar e exclusiva à classe senhorial. Indica que os clãs parentais intervêm frequentemente no nosso direito público e na nossa história política, principalmente nos conflitos intervicinais e nos motins contra as autoridades ou guerras contra o estrangeiro. Conclui a análise do clã parental mostrando que a democratização por decreto, em 1822, que instituiu o sufrágio universal, contraditoriamente, recaiu sobre este tipo de sociedade, dispersa, não coesa e de estrutura aristocrática.

3 Recorre-se aqui à visão da História das mentalidades como área de estudos permeável com as Representações Sociais, conforme mostra Vovelle (1987): "dentro dessa alquimia […] podemos ver, em uma extremidade, o insumo sociológico e, na outra, o produto conforme se expressa nas atitudes e comportamentos" (VOVELLE, 1987, p. 113).

Penna (1989) prioriza a análise dos fatos e mudanças importantes dentro da história republicana, procurando ressaltar a participação do povo neste processo, sobretudo dos grupos sociais organizados da sociedade, dando uma maior ênfase na apreciação dos grupos de pressão que atuaram de forma decisiva nos acontecimentos. Entre os marcos que assinalam o regime republicano no Brasil, segundo Penna (1989), está o da ditadura e do populismo do Estado Novo. Enfatiza o papel da Aliança Nacional Libertadora frente à política dos segmentos de esquerda, da Ação Integralista Brasileira na década de 1930. A coetânea Carta de 1937, como fundamento do Estado Novo e das leis trabalhistas, é o ponto central da análise.

Esse tema é retomado por Kerscher (1990), que apresenta uma análise das representações sociais pelo Exército Brasileiro sobre a República brasileira, justamente na época em que se comemorava o centenário de sua proclamação em 1989. Utilizando como quadro teórico a História das Mentalidades e a Teoria das Representações Sociais, a pesquisa analisou os documentos denominados Ordens do Dia, que, sob a responsabilidade de líderes da corporação, foram produzidos nos cem anos da instauração desse regime no Brasil, entre 1889 e 1989, levando em conta que estes personagens da história da república brasileira foram considerados, não coadjuvantes, mas figuras centrais neste cenário. Esta pesquisa foi realizada com a permissão da instituição, nos arquivos do Palácio Duque de Caxias. Embora o escopo da pesquisa tenha sido os 100 anos da república, somente 37 Ordens do Dia mencionavam a efeméride. Dos 37 documentos analisados, 20 tinham autoria registrada no próprio documento e 17 sem esse registro, mas com autoria atribuída aos comandantes em chefe da corporação, na medida em que estes respondiam por seu conteúdo. Nos demais 63 anos de comemoração, não houve alusão à efeméride. A análise privilegiou as ideias de ordem, progresso, segurança e desenvolvimento, que foram articuladas com as ideologias que dominaram as conjunturas

republicanas durante os 100 anos alvo. Os resultados demonstraram a associação aos conceitos de soldado-cidadão, aos quais não se poderia negar o direito de participar na vida política do país; o soldado-profissional, considerando ser missão do Exército a defesa nacional, com consequente afastamento de participação direta ou indireta na política; o soldado-corporação, em que se admitia aberta intervenção na política sem a abstenção da preparação profissional em prol da defesa nacional.

Após esse período muitos movimentos sociais e políticos engendraram a vita activa no país, na medida em que impactaram o desenvolvimento econômico e social. Em 2017, quando o tema da produtividade voltou ao ápice das discussões da economia, as garantias das lides do trabalho e da quietude dos aposentados ganharam a pauta com propostas de reformas que, em atropelo para votação nas várias instâncias, face à grave crise institucional, privilegiaram não o trabalho do homo faber ou sua quietude posterior, mas o labor do animal laborans em constante quietude do alto de seus *nec otium*.

Manipulando sujeitos em tempos sombrios

Exclamando que intelectuais são capazes de agir sobre assuntos humanos de forma inteligente, Chomsky (2017) relata que

> Dewey levou apenas alguns anos para passar de responsável intelectual da Primeira Guerra Mundial a anarquista dos palanques de aulas e palestras, denunciando a imprensa não livre e questionando até que ponto a genuína liberdade intelectual e responsabilidade social são possíveis em qualquer grande escala sob o regime econômico existente (CHOMSKY, 2017, p. 15).

Diferente de outros intelectuais, Dewey teve a sorte de poder, pelo menos, clamar. No mundo, e o Brasil não foi exceção, embora em épocas diversas, os tempos sombrios fizeram muitos calar, senão por capacidade de argumentos, pela força. Chomsky (2017) relembra o calvário de Bertrand Russell, Eugene Debs, Rosa de Luxemburgo, Karl Liebknecht, Zola,

Thorstein Veblen, Randolph Bourne, Nelson Mandela e muitos outros não nomeados individualmente, mas, da mesma forma, mencionados coletivamente.

Sobre o fenômeno no Brasil, Chomsky (2017, p. 21) afirma que "uma iniciativa de grande envergadura foi um golpe militar no Brasil, respaldado por Washington e implementado pouco depois do assassinato de Kennedy, que instituiu um homicida e brutal Estado de Segurança Nacional".

Foi isso. Em 2012, numa sessão da Comissão da Verdade com advogados de presos e perseguidos políticos do Brasil, a advogada Eny Moreira fez um relato emocionado sobre os ferimentos que ela constatou no corpo morto de Aurora Maria Nascimento Furtado, que foi entregue por agentes no Caju, em 11/11/1972. Na noite anterior o apresentador Cid Moreira, no telejornal da Globo, havia informado que a terrorista Aurora teria morrido em decorrência de ferimentos ocorridos, em um tiroteio com as forças de segurança. Entretanto, não foram ferimentos decorrentes de tiroteio que a advogada constatou ao fazer o reconhecimento. O corpo da estudante de psicologia na Universidade de São Paulo, segundo o relato de Eny Moreira, tinha *marcos*[4] da ação truculenta da tortura do regime. Segundo ela, um olho de Aurora estava pulado para fora e o outro completamente preto; o cotovelo do lado esquerdo tinha um osso para fora; o maxilar estava afundado; não tinha bico do seio e também não tinha as unhas; havia inúmeras mordidas pelo corpo; no perímetro cefálico havia um afundamento pela ação de torniquete, denominado por coroa de cristo, o que explicou o olho pulado.

Aurora Maria Nascimento Furtado, de 26 anos, na universidade, era responsável pela imprensa da UEE/SP e manteve ativa presença no movimento estudantil nos anos 1967 e 1968 como militante da Aliança Liber-

4 No discurso da advogada o termo utilizado foi "marcas", a alteração para marcos foi propositalmente grifada.

tadora Nacional-ALN[5].

Assim como há heróis para os grandes feitos para o bem comum, há também, nomeados, os algozes na ordem inversa. E a Comissão da Verdade, com o compromisso da transparência, disponibiliza publicamente

5 Nos registros oficiais da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – e aqui nos permitimos expor o grande relatório – consta que: "Foi presa em 9 de novembro de 1972, no bairro de Parada de Lucas, Rio de Janeiro, durante uma batida policial realizada por uma patrulha do 2º Setor de Vigilância Norte, após rápido tiroteio, em que matou um policial. Depois de correr alguns metros e esconder-se em vários lugares, Aurora foi aprisionada, viva, dentro de um ônibus onde havia se refugiado. Foi torturada desde o momento de sua prisão na presença de vários populares que se aglomeravam ao redor da cena. Aurora foi conduzida para a Invernada de Olaria, onde continuou sendo torturada por policiais do DOI-CODI/RJ e integrantes do Esquadrão da Morte. Aurora viveu os mais terríveis tormentos nas mãos dos torturadores que, além de utilizarem os tradicionais paus-de-arara, sessões de choques elétricos, espancamentos, afogamentos e queimaduras, aplicaram-lhe a "coroa de Cristo", ou torniquete, uma fita de aço que vai sendo gradativamente apertada, esmagando aos poucos o crânio da vítima. Em 10 de novembro, morreu em consequência das torturas, quando jogaram seu corpo crivado de balas na esquina das ruas Adriano com Magalhães Couto, no bairro do Méier, no Rio de Janeiro. Seu corpo chegou ao IML/RJ classificado como o de "desconhecida", pela guia 43 da 26ª DP. A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança, publicada no jornal O Estado de S. Paulo, de 11 de novembro de 1972, afirmava: Na madrugada de ontem, Aurora Maria Nascimento Furtado, que fora presa às 9h40min de 9 de novembro, conduzia agentes da polícia carioca a um local do Méier, na Guanabara, onde estaria localizado um "aparelho" (local de encontro) da organização terrorista Aliança Libertadora Nacional, informa o documento distribuído ontem pelas autoridades de segurança da Guanabara. Chegando à esquina da rua Magalhães Couto e Adriano, Aurora pediu para descer. Disse que preferia, por motivos de segurança, dirigir-se sozinha, a pé, até o "aparelho", próximo dali. Ao descer, Aurora saiu correndo e gritando em direção a um Volkswagen que estava nas proximidades. Nesse momento, começou um intenso tiroteio entre os agentes da polícia e os ocupantes do carro. Ao terminar o tiroteio, Aurora, baleada, estava morrendo, caída na rua. Preocupados em socorrer Aurora Maria, os agentes procuraram atendê-la. Com isso não alcançaram o grupo do Volkswagen, que arrancou em alta velocidade. A necropsia feita no IML em 10 de novembro, firmada pelos legistas Elias Freitas e Salim Raphael Balassiano, confirma a falsa versão policial de morte em tiroteio e assinala como a causa mortis "[…] ferimentos penetrantes na cabeça com dilaceração cerebral". Descreve ainda 29 perfurações por projétil de arma de fogo, não especificando, entretanto, as entradas e saídas dos tiros, não permitindo a reconstituição das trajetórias. Foram encontrados oito projéteis em seu corpo. Os projéteis usados eram de vários calibres, pois as perfurações variaram de 5 a 19 milímetros, com pontas de metal amarelo ou chumbo nu. O laudo afirma que o tórax e o abdômen foram transfixados por projéteis, mas "[…] as cavidades pleurais não contêm sangue; a cavidade abdominal não contém sangue; na região glútea direita há três orifícios sem reação vital". Ou seja, os tiros, pelo menos parte deles, foram dados quando Aurora já estava morta, apenas para confirmar o tiroteio que não ocorreu e que é assumido como verdadeiro pelos legistas. As lesões no crânio são descritas como feridas irregulares de 60 e 25 milímetros, localizadas nos parietais esquerdos e direito. Essas medidas não são de projéteis, o que confirma a denúncia de que Aurora foi morta sob tortura com a coroa de Cristo" (COMISSÃO..., 2015).

os registros que informam os responsáveis pelo malfeito (COMISSÃO..., 2015). Entre cínicos viris e portadores de antolhos voluntários (DEJOURS, 2005), quem tinha poder de decisão, agiu; os que podiam fazer algo, aquiesceram ou omitiram-se.

Essa era a realidade brasileira nos idos entre 1961 e as "Diretas já". Há um corolário de casos de desaparecidos e mortos, considerados pelo regime como terroristas, ou no dizer de Chomsky (2017), *prophets*, que foram acusados de corromper almas da sociedade de forma geral. E, sendo assim, "enfureceram violentamente o establishment com suas críticas análises geopolíticas, suas condenações dos crimes dos poderosos, suas reivindicações de justiça e sua preocupação com os pobres sofridos" (CHOMSKY, 2017, p. 31). Conclamar os intelectuais quanto à responsabilidade na medida em que são privilegiados é a ação de Chomsky (2017), porque privilégio remete a responsabilidade e neste lugar há escolhas. Sim, há escolhas na vita activa (ARENDT, 1958/1991), sobretudo em relação ao binômio ação/pluralidade como atividade política.

Chomsky não está só em seu argumento. Hobsbawm (1998) apresenta uma importante análise do fenômeno denominado terceiro mundo. No seu estudo, o autor mostra que um dos fatores coincidentes nos países incluídos como terceiro mundistas foi, justamente, a predominância de regimes militares.

> Se omitirmos o corpo principal dos regimes comunistas do Terceiro Mundo (Coréia do Norte, China, as repúblicas indochinesas e Cuba), e o regime há muito estabelecido oriundo da Revolução Mexicana, é difícil pensar em quaisquer repúblicas que não tenham conhecido pelo menos episódicos regimes militares depois de 1945 (HOBSBAWM, 1998, p. 340).

A tônica do texto de Hobsbawm (1998), sobretudo, remete à explosão demográfica mundial, principalmente, dos países pobres.

A explosão demográfica no mundo pobre foi tão sensacional porque as taxas de nascimento básicas nestes países foram em geral muito mais

altas que a dos períodos históricos correspondentes nos países desenvolvidos, e porque a enorme taxa de mortalidade, que antes continha a população, caiu como uma pedra a partir da década de 1940 – quatro ou cinco vezes mais rápido que a queda correspondente na Europa do século XIX (HOBSBAWM, 1998, p. 338).

O crescimento populacional, a escassez de alimentos, as guerras pela hegemonia na posse dos combustíveis fósseis (petróleo e gás), o domínio da mídia e das redes sociais têm muito a dizer sobre o que podemos esperar no século que vivemos. E os prognósticos mais realistas não são os melhores para a maioria da população, sobretudo aqueles que estão do lado não-todo, incompleto, feminino do mundo: índios, pobres, negros, mulheres, crianças, LGBTQ+ etc. A luta de classes, por tanto tempo recalcada, encontra seu retorno da forma mais violenta!

Os projetos dos senhores do mundo para o século XXI

Então, desde a colocação de Freud em "O mal-estar na civilização" (1930[1929]/1976), que tão bem descreveu o prazer oriundo do trabalho, o que ocorreu no mundo? Por quais motivos voltamos a enfrentar os fantasmas do nazismo e do fascismo?

Um dos caminhos que encontramos vem do caminho do Grande Outro, conceito de Jacques Lacan, isto é, das grandes forças sociais que em nós interferem e sobre as quais, como um trabalho de formiga no formigueiro, também interferimos. Para isso vamos utilizar dois livros da cientista social Susan George, estadunidense naturalizada francesa, criadora do site Attac.fr e ativista contra as grandes corporações e bancos. O primeiro livro, "O relatório Lugano: sobre a manutenção do capitalismo no século XXI" (GEORGE, 1999/2003), traduzido pela Boitempo Editorial e lançado pouco tempo antes do Segundo Fórum Social Mundial em Porto Alegre em 2002, foi publicado pela primeira vez em 1999, em inglês. O segundo, passados mais de dez anos, é publicado em 2012 em francês, com o título

"Informe Lugano II: desta vez vamos liquidar com a democracia" (GEORGE, 2013). Dele não há tradução para o português, por isso utilizamos a versão em espanhol.

Neste assustador, mas magnífico livro, criando uma ficção apoiada em documentos, fatos e acontecimentos da realidade, a autora propõe inferências permeadas com os escritos de vários pensadores contemporâneos. George apresenta seu livro como uma "legítima falsificação", uma "verdade fictícia" ou uma "fantasia realista" (1999/2003, prefácio, p. 16). A história é a seguinte: um grupo multidisciplinar de cientistas é contratado para, durante um ano, afastado de todos, à beira do lago Lugano na Suíça, se dedicar a responder como o sistema capitalista pode ainda triunfar por mais um século. São recebidos por um inspetor de instruções. Os contratantes, senhores do mundo, não aparecem.

Será possível ampliar ao máximo o sistema capitalista? Os cientistas respondem que é possível, mas há tarefas a serem realizadas. Não se trata aqui de apresentar toda a argumentação do livro – e convidamos o leitor para que o leia –, mas sim dele tirar o busílis da questão: uma população mundial de mais de sete bilhões de habitantes coloca a sobrevivência do capitalismo em seríssimo risco![6] A taxa de mortalidade infantil caiu e aumentou a sobrevida de idosos. Assim, torna-se imperativo diminuir a população mundial. Além disso, há muito mais pessoas vivendo no Sul ou em países pobres, e exaurindo o planeta, do que no Norte rico.

> O único meio de se garantir a felicidade e o bem-estar da grande maioria das pessoas é a redução do número de habitantes do planeta. [...] Se desejamos preservar o sistema liberal, premissa de nossa tarefa, não há outra solução. O resto é ilusão.
>
> [...] Um número menor de pessoas vivendo em um meio ambiente com menos tensões significa uma vida melhor para todos. [...] Esse é o verdadeiro sentido da

6 Sete bilhões e setecentos e onze milhões, seiscentos e trinta e três mil e quinhentos habitantes no planeta crescendo numa taxa de 10 por minuto em 17 de julho de 2019 de acordo com o site Worldometers – https://www.worldometers.info/br/.

> expressão "desenvolvimento sustentável" (GEORGE, 1999/2003, p. 79).

Como cumprir tal objetivo? Através de métodos mais modernos do que os "velhos métodos de genocídios" (GEORGE, 1999/2003, p. 88), nada de Auschwitz. A seleção das "vítimas" será feita por elas mesmas: incapacidade, pobreza, ignorância, preguiça, criminalidade etc., todas no grupo dos pobres em sua grande maioria (p. 89). O Estado deverá interferir o mínimo.

Métodos de conquista não tradicionais (GEORGE, 1999/2003, p. 111), que subjuguem e eliminem populações, como vimos nos desastres da Samarco, em Mariana, e o da Vale, em Brumadinho; guerras (fazendo com que os homens "se matem uns aos outros") exigem a utilização de armas não só materiais, mas também psicológicas (p. 115); fome, tendo origem no desmatamento, exaustão da terra, escassez de água (p. 127); com o povo fragilizado, chega-se ao quarto cavaleiro do apocalipse, as epidemias, sem medicina social e saneamento e esgoto, as doenças atingirão os mais pobres, mais vulneráveis para as superbactérias além de ver o retorno de doenças banidas, como o sarampo ou a varíola (GEORGE, 1999/2003, p. 155).

Na verdade fictícia de George, os cientistas reunidos em Lugano concluíram que para o capitalismo poder atravessar o século era imprescindível diminuir a pressão demográfica de qualquer forma, coercitivamente ou não. Com fome, epidemias e guerras. Sim, isso mesmo, fome, epidemias e guerras! O argumento básico, tão conhecido das políticas neoliberais, sustenta-se no fato da simples existência de muitas pessoas que não estão incluídas na população economicamente ativa (PEA), consideradas inúteis porque não produzem e tampouco consomem o suficiente, mas ocupam espaço, físico, social e ecológico, no planeta.

Em "Informe Lugano II..." (GEORGE, 2013), novamente o grupo de solicitantes, senhores do mundo, convoca alguns intelectuais passados mais

de dez anos após o primeiro informe.

> *Un organismo llamado Grupo de Solicitantes, cuya sede se encuentra en la ciudad suiza de Lugano (no muy lejos de Davos), les encomienda a unos intelectuales la tarea de reflexionar sobre cómo podría ser esta política estratégica mundial. El trabajo de este cenáculo de pensadores esta sintetizado en el Informe Lugano I [...]. Se enumeraron entonces tres grandes retos: el medio ambiente, la gestión de la sociedad y las finanzas. Hoy, el mismo Grupo de Solicitantes reclama un segundo informe que haga al mismo tempo un balance de las medidas adoptadas y de los nuevos retos, siempre según la misma preocupación: cumplir los objetivos de la globalización liberal y garantir la eternidad del capitalismo financiero mundial* (GEORGE, 2013, prólogo, p. 14).

Ao final de um ano de pesquisas, o grupo constata que os objetivos do primeiro relatório não foram alcançados e a população continua a crescer. Tanto as mudanças climáticas quanto o desmembramento social atentam para o perigo iminente.

> *¿Pueden el medio ambiente y la sociedad civilizada sostener las cifras actuales y futuras? ¿Debe ser representada la cultura occidental por el 15%, después por el 10% y después por el 5% de la humanidad? ¿Deben sacrificar su bienestar los individuos y las naciones más productivos en aras de unos dudosos beneficios para los menos productivos? ¿Deben renunciar a su autoridad los países que ahora son poderosos? Éstas son las preguntas que nuestro análisis nos obliga a plantearnos a nosotros mismos y a los Solicitantes; por nuestra parte, la respuesta es "no" a todas ellas* (GEORGE, 2013, p. 233).

Uma das conclusões para esta negativa é a de que o mercado mundial jamais incluirá todas as pessoas, inclusive o potencial grupo em idade produtiva. A informação de dirigentes governamentais de que priorizam a criação de empregos é irreal na análise da autora.

No estudo sobre o "Informe Lugano II", George (2013) mostra que o sucesso dos movimentos sociais foi inquietante para os mestres da hu-

manidade, porque novos *prophets*, desta vez organizados coletivamente, surgiriam com mais força para converter almas. Na visão da autora, inquietante também, mas porque os augúrios são o aparecimento de formas de arrogância e depreciação pelo sofrimento alheio. Ilustra isso com o acontecimento de possível ocupação em Wall Street em que,

> *[...] banqueros y operadores que estaban asomados al balcón por encima de los manifestantes se reían mientras bebían champán al más puro estilo de Maria Antonieta cuando dijo: "¡Que coman pasteles!" [...] Las fotografías de policías llevando a cabo arrestos masivos o rociando gas pimienta contra manifestantes no violentos provocan reacciones de simpatía hacia las víctimas* (GEORGE, 2013, p. 225).

Os solicitantes teriam que justificar aos mestres da humanidade que estes comportamentos são inapropriados. Essa ilustração parece tão factual quando analisamos a situação brasileira nos últimos anos. Um acontecimento, ocorrido em 2013, é análogo a esta ilustração. Numa festa de casamento no Copacabana Palace houve uma manifestação social em que a tônica do protesto se referia aos serviços de transporte público no Rio de Janeiro. Por que uma manifestação desse tema na entrada do local de celebração de união? Porque a noiva é neta herdeira do empresário majoritário de concessão de transporte público e o noivo filho de deputado federal à época. A união dos dois simbolicamente representava a ligação entre políticos e empresários para obtenção de privilégios. Os manifestantes em protesto humorado e pacífico foram vigiados e contidos por um grande contingente de seguranças privados e públicos e atingidos moral e fisicamente por convidados. Do alto do primeiro andar do Copacabana Palace, os convidados lançavam dobraduras de aviõezinhos feitas com notas de R$ 20,00, em alusão hierárquica. Um dos manifestantes foi ferido por um cinzeiro jogado por um dos convidados[7].

7 Ver notícia em http://www.edgarlisboa.com.br/casamento-de-neta-do-rei-dos-onibus-pode-ter-custado-r-2-milhoes/.

Muitas manifestações sociais de protesto vêm ocorrendo no Brasil nos últimos anos em que o tema sempre gira em torno do binômio política/capital. Citem-se as ocorridas na época dos grandes eventos Copa do Mundo e Olimpíadas e mais recentemente os gerados pela polarização patos e mortadelas, em relação aos acontecimentos no Poder Executivo maior brasileiro. Nesse período surge o ativismo Black Bloc, visto pelo senso comum como marginais individuais e predadores. O movimento Black Bloc não é um comportamento original surgido no Brasil. Remonta à década de 1970, na Alemanha, como uma nova estratégia anarquista.

Entre 1917 e 1920, o movimento anarquista no Brasil esteve em pleno auge sob a égide de Edgard Leuenroth, jornalista criador de vários jornais de defesa do operariado brasileiro. Como introdutor do movimento anarquista neste país, participava de movimentos grevistas por meio da imprensa e, na rua, com discursos inflamados liderando protestos. O cerne do movimento era a propaganda e educação dos trabalhadores para a revolução. A greve geral de 1917 em São Paulo teve início tímido com a participação de 400 operários e operárias de uma indústria têxtil de São Paulo. O intuito da greve foi a atualização salarial e a abolição da extensão de carga horária noturna. Na verdade, este início simbolizava o início do forte caráter de levante ligado "à reação contra a deterioração das condições de vida e de trabalho" (BIONDI, 2009, p. 3). Esta greve de inspiração anarquista se configurou como um ponto de divisão entre um período de desorganização das associações sindicais e a formação de grupos mais sólidos para estratégias defensivas coletivas.

Wallerstein (1988) apresenta quatro argumentos para explicar que a economia-mundo capitalista, sua geopolítica e sua geocultura estão em um momento mais de mudança estrutural do que conjuntural: a desruralização em ritmo acelerado no mundo; a deterioração ecológica; as pressões para democratizar o sistema mundo e, por último, o fim da polarização liberalismo/velha esquerda. Esta análise/previsão do autor parece

estar sendo confirmada nestes tempos sombrios.

Quem manda no mundo do trabalho no mundo em tempos sombrios? Não se trata de identificar a nação ou um indivíduo com espírito ditatorial. Não, não se trata dos Estados Unidos, em declínio, ou de quaisquer outros candidatos à ascensão. Trata-se, sim, da doutrina dos programas neoliberais dos mestres da humanidade que pressiona a mão daqueles, pobres de espírito e moral, que seguram a caneta para assassinar o bem comum na vita activa. Para Chomsky (2017, p. 298), "os programas neoliberais da geração passada concentraram riqueza e poder em um número bem menor de mãos ao mesmo tempo em que arruinaram a democracia vigente [...] os grandes partidos tradicionais rapidamente perderam integrantes à esquerda e à direita". Entretanto, há também uma oposição crescente aos ataques neoliberais, e essa "desobediência" preocupou as classes dominantes. "Atendo-nos apenas à história norte americana, George Washington considerava as pessoas comuns que formavam as milícias que ele comandava um povo excessivamente sujo e sórdido [...] uma espécie incompreensível de estupidez nas classes mais baixas dessa gente" (CHOMSKY, 2017, p. 299). Este pensador interpreta que esse desprezo pelas classes mais baixas dessa gente se apresenta por diversas formas. Algumas poucas vezes, entretanto, os clamores contra o poder da doutrina neoliberal surtiram algum efeito neste período histórico. O centro das atenções, no ponto de vista do autor, sobre quem manda no mundo contemporâneo, está sob a égide da Ásia Oriental, Europa e Oriente Médio. Isso se dá porque no conjunto destas regiões se encontra o maior alvo do poder bélico liderado pelos Estados Unidos. A conclusão do autor sobre quem manda no mundo é a de que, mais do que nunca, é preciso responder à pergunta: quais princípios e valores regem o mundo? Certamente não são aqueles de uma ideologia única, mas da mentalidade, no tempo de longa duração, que se configura como substrato das diversas ideologias.

Em busca de algum entendimento

Como o exposto impacta diretamente a vita activa? Em oito de novembro de 2016, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) apresentou um relatório na COP-22, a reunião anual da Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas realizada em Marrocos. O documento relatou que a elevação dos níveis dos mares derreterá mais rapidamente as calotas polares. Em decorrência, a população de Bangladesh, muito em breve, terá que migrar para outras terras ou viver em jangadas sobre águas salgadas, sem água potável para sobrevivência. Na Índia, já há relatos sobre a existência de 300 milhões de pessoas sob a escassez de água. Relembre-se o "Informe Lugano I": fome, epidemias e guerras.

No posfácio do livro já citado "Quem manda no mundo", Chomsky (2017) relata que, de modo análogo ao tema da catástrofe climática que se afigura, as ideologias republicana e democrata nos Estados Unidos tratam o trabalho humano, senão com sordidez, com a certeza da indiferença pelo sofrimento físico e psíquico a ele relacionado. Ilustra isso com a análise do resultado do processo eleitoral estadunidense de 2016.

> [...] é importante reconhecer o veemente e fervoroso apoio que Trump recebeu dos raivosos e descontentes, notadamente eleitores brancos sem educação universitária, a classe operária e a classe média baixa. Houve inúmeros fatores, mas um deles é que esses grupos são vítimas das políticas neoliberais da geração passada, as diretrizes políticas descritas em detalhes por Alan Greenspan, presidente da Federal Reserve – FED, o Banco Central dos Estados Unidos, em depoimento ao Congresso (CHOMSKY, 2017, p. 322).

Ao considerar a política de economia liderada por Greenspan, tendo como objetivo demonstrar que seu sucesso estava associado diretamente a insegurança para o trabalhador, Chomsky deixa claro o motivo: "trabalhadores intimidados não exigiriam aumento de salários nem benefícios, mas aceitariam de bom grado padrões de vida mais baixos em troca da

mera possibilidade da manutenção do emprego" (CHOMSKY, 2017, p. 323).

Considerando que Freud oferece ao trabalho o status de método mais eficaz contra a infelicidade, por tudo que trouxemos neste texto, entendemos que pouquíssimos seres humanos têm acesso, hoje, ao trabalho. Tornou-se quase um artigo de luxo.

Mesmo sendo indispensável e fonte de sentido para a existência de qualquer sujeito, e até mesmo uma das formas de se alcançar alguma felicidade, terminamos por ora, parafraseando Freud: não está nos planos do 1% dono do mundo que os restantes 99% conheçam alguma felicidade, estado abstrato. Mas, alegam, não é pessoal.

Referências:

ARENDT, Hannah. (1958) **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1991.

BIONDI, Luigi. **A Greve Geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana**: novas perspectivas. Cad. AEL, v. 15, n. 27, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2577/1987.

BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Manual técnico para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças na saúde suplementar**. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: ANS, 2009.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo**. São Paulo: Planeta, 2017.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO "RUBENS PAIVA". **Mortos e desaparecidos**. Aurora Maria Nascimento Furtado. São Paulo: CEV-SP, 2015. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/aurora-maria-nascimento-furtado.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FREUD, Sigmund (1930[1929]). O mal-estar na civilização. *In*: FREUD,

Sigmund. Edição Standard Brasileira das **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 75-173.

GEORGE, Susan (1999). **O relatório Lugano**: sobre a manutenção do capitalismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2003.

GEORGE, Susan. **El Informe Lugano II**: Esta vez, vamos a liquidar la democracia. Barcelona: Ediciones Deusto, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JAGUARIBE, Hélio *et al*. **Brasil, sociedade democrática**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986.

KERSCHER, Maracy Alves. **A representação social de república no exército brasileiro**. 1990. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Pós-Graduação em Psicologia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1990.

LALONDE, Mark. **A new perspective on the health of canadians**: a working document. Ottawa, Canadá: Minister of Supply and Services, 1974.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. **Instituições políticas brasileiras**. v. I. Rio de Janeiro: Record, 1974.

PENNA, Lincoln de Abreu. **Uma história da República**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SELIGMANN-SILVA, E.. Introdução: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho: marcos de um percurso. In: BETIOL, M. I. S. Betiol (org.). **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 13-19.

SILVA, Deonísio da. **De onde vêm as palavras**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WAGNER, Eugenia Sales. **Hannah Arendt e Karl Marx**: o mundo do trabalho. Cotia: Atelier Editorial, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo tal como o concebemos**: ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 1988.